



Poder Judiciário

*Memória do  
Tribunal Regional Federal  
da Primeira Região  
março/1989-março/2008*

3ª edição revista, ampliada e modificada  
Brasília – 2008



©Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região – março/1989-março/2008  
1ª edição, 1997  
2ª edição, 1999  
3ª edição – revista, ampliada e modificada, 2008

Comissão de elaboração

*Deyr José Gomes Júnior – Secretário-Geral da Presidência (Presidente)*  
*Nádia Barbosa da Cruz Santana – Diretora da Divisão de Arquivo e Memória Institucional*  
*Ana Cláudia Cordeiro Correia Lima – Diretora da Divisão de Biblioteca e Acervo Documental*  
*Andréa Balsini Ghisi – Chefe da Assessoria de Representação e Programação Social*  
*Ivani Luiz de Moraes – Chefe da Assessoria de Comunicação Social*  
*Benvolio Evangelista da Silva – Diretor da Divisão de Produção Editorial*

Coordenação-Geral

*Deyr José Gomes Júnior – Secretário-Geral da Presidência*

Coordenação

*Benvolio Evangelista da Silva – Diretor da Divisão de Produção Editorial*  
*Nádia Barbosa da Cruz Santana – Diretora da Divisão de Arquivo e Memória Institucional*

Produção de originais

*Coordenação dos Juizados Especiais Federais*  
*Escola da Magistratura Federal da Primeira Região*  
*Assessoria de Comunicação Social*  
*Assessoria de Representação e Programação Social*  
*Assessoria de Assuntos da Magistratura*  
*Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional*  
*Secretaria Judiciária*  
*Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro*  
*Secretaria de Recursos Humanos*  
*Secretaria de Administração*  
*Secretaria de Tecnologia da Informação*  
*Secretaria de Controle Interno*  
*Secretaria de Programas e Benefícios Sociais*  
*Divisão de Arquivo e Memória Institucional*

Colaboração especial

*Ana Guilhermina dos Santos Távora – Assessoria de Assuntos da Magistratura*  
*Andrea Gama Lima Valladão de Araújo – Assessoria de Representação e Programação Social*  
*Nelsília Maria Ladeira Lumière de Sousa – Diretora da Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação*  
*Rosana de Jesus Braga Severino – Divisão de Arquivo e Memória Institucional*

Consolidação da redação

*Nádia Barbosa da Cruz Santana*  
*Renato José Pinto da Cunha*  
*Samuel Nunes dos Santos*

Projeto gráfico

*André Sampaio da Silva*  
*Benvolio Evangelista da Silva*  
*Geraldo Martins Teixeira Júnior*

Capa, gráficos e aberturas

*André Sampaio da Silva*

Editoração eletrônica

*Aline Simões Goulart (estagiária)*  
*André Sampaio da Silva*  
*Carmozina Vitorina Martins da Costa*  
*Lucas de Moraes Cardoso (estagiário)*  
*Luciana Fernandes Menezes*  
*Natan Mobley Bertolini (estagiário)*  
*Renata Guimarães Leitão*

Revisão

*Carmen Lucia Prata da Costa*  
*Maria Benáurea Santos*  
*Robson Taylor de Barros*  
*Samuel Nunes dos Santos*

Fotos

*Luiz Carlos B. Xavier*  
*Mauro Putine*  
*Carlos Rodrigues*  
*Christianne Callado*  
*Ana Cleudia*

Fotolitagem

*Color Press Bureau Digital*

B823

Brasil. Tribunal Regional Federal. Região 1.  
Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região:  
março/1989 - março/2008. \_ 3. ed. – rev., ampl. e modif. \_ Brasília:  
Tribunal Regional Federal da Primeira Região, 2008.

308 p.

ISBN 85-85392-10-X

1. Tribunal Regional Federal da Primeira Região –  
Memória I. Título

CDD 341.4192



Presidente: Desembargadora Federal Assusete Magalhães  
Vice-Presidente: Desembargador Federal Carlos Olavo  
Corregedor-Geral: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Desembargador	Federal	Tourinho Neto
Desembargador	Federal	Catão Alves
Desembargador	Federal	Carlos Fernando Mathias
Desembargador	Federal	Olindo Menezes
Desembargador	Federal	Mário César Ribeiro
Desembargador	Federal	Luciano Tolentino Amaral
Desembargador	Federal	Cândido Ribeiro
Desembargador	Federal	Hilton Queiroz
Desembargador	Federal	Carlos Moreira Alves
Desembargador	Federal	I'talo Fioravanti Sabo Mendes
Desembargador	Federal	José Amilcar Machado
Desembargador	Federal	Antônio Ezequiel da Silva
Desembargador	Federal	Daniel Paes Ribeiro
Desembargador	Federal	Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Desembargador	Federal	João Batista Moreira
Desembargador	Federal	Souza Prudente
Desembargadora	Federal	Selene de Almeida
Desembargador	Federal	Fagundes de Deus
Desembargador	Federal	Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Desembargadora	Federal	Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Desembargadora	Federal	Maria do Carmo Cardoso
Desembargador	Federal	Leomar Amorim
Desembargadora	Federal	Neuza Alves
Desembargador	Federal	Francisco de Assis Betti

Diretor-Geral: Felipe dos Santos Jacinto







Esta Memória é dedicada aos membros do TRF 1ª Região, que não se intimidaram em fazê-lo crescer, e a seus servidores, que, com dedicação e muito trabalho, ajudaram a construir o alto conceito de que desfruta.







# Nota Explicativa

A Comissão de elaboração da terceira edição da obra *Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região* atualizou os dados constantes da segunda edição, publicada em 1999, acrescentou temas, como o desenvolvimento dos serviços administrativos da área de Planejamento Orçamentário e Financeiro, Controle Interno e outras, e elegeu projeto gráfico e formato que mais se adequassem ao livro de apresentação do Tribunal.

As leis, decretos, resoluções e portarias que constavam do anexo da segunda edição passaram a compor apenas a página do TRF na internet. A medida visou à economia com a impressão e à compatibilidade com a evolução tecnológica.

O texto da publicação anterior foi alterado, por vezes, na busca de se uniformizar a linguagem do conteúdo de todos os tópicos abordados na terceira edição.

Durante a leitura, o leitor verificará também que os magistrados do Tribunal são denominados, nas páginas iniciais do livro, de “juízes” e, posteriormente, “desembargadores federais”, em decorrência do fato de a Emenda Regimental 3, de 21 de agosto de 2003, ter alterado a designação dos membros do Tribunal.

Comissão de Elaboração da 3ª Edição





# Apresentação da Terceira Edição

O velar e o desvelar da memória é a manifestação da deusa grega Mnemosine, que, envolta em seu manto, opera as engrenagens do esquecimento e da lembrança na construção da memória.

Filha de Gaia (a Terra) e Urano (o Céu), Mnemosine é a própria personificação da memória individual e coletiva. A lembrança — que preserva do esquecimento — era para os gregos, por excelência, o depositário da verdade. A palavra grega *aletheia* (verdade) significa literalmente o não-esquecido, formada por *Lethes* — o esquecimento — e pelo prefixo *a* — negação ou privação.

*Lethes*, na cosmovisão grega, aparece como o rio que cruza a morada dos mortos, o qual é sempre evitado até o momento da morte. Resgatar a memória é, assim, buscar a verdade, mantendo-se no mundo dos vivos, em contraposição ao passado que se esvai.

Mantida a lembrança, há de se considerar seu impacto no presente. Para Henri Bergson:

Não há percepção que não esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada.

Diante da intrínseca e irremediável ligação entre presente e passado, é fundamental que a memória seja ordenadamente desvelada. Esse desvelar, aqui apresentado, utiliza a escrita como instrumento, pois já diziam os antigos gregos:

*Verba volant, scripta manent.*  
As palavras voam; os escritos permanecem.

E o papel da memória na construção do futuro? Não são as jurisprudências e as súmulas a lembrança dos julgados que, no presente, garantem um futuro coerente?

É, pois, nesse contexto de passado, presente e futuro que se insere a publicação da memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

Com esta terceira edição, esperamos contribuir para o resgate e a preservação da nossa história, ao tempo em que agradecemos a todos os magistrados, servidores, prestadores de serviço, estagiários e demais colaboradores que, no desempenho de suas funções, fazem a história dessa querida Casa de Justiça.

Assusete Magalhães  
Presidente do TRF 1ª Região



Mnemosine  
Dante Gabriel Rossetti  
1881







# Apresentação da Segunda Edição

A maioria das pessoas acredita que o tempo passa; na verdade, o tempo permanece onde está. Esta idéia de passagem pode ser chamada tempo; trata-se, não obstante, de uma idéia incorreta, uma vez que, na medida em que o encaremos somente como passagem, não podemos perceber que ele permanece onde está. (Zen Dogen)

Dez anos são passados. Parece que foi outro dia. Não obstante, quanta coisa mudou. Uma coisa, no entanto, não se modificou: o amor dos que aqui mourejam por este Tribunal. Ele cresceu, tornou-se conhecido no cenário jurídico nacional, mas continua sendo nosso filho querido, e tudo fazemos para que ele se realce cada vez mais. Lutamos pela firmeza, eficiência e segurança desta Casa, em prol do nosso jurisdicionado, do nosso povo. É a nossa maior satisfação. De todos nós, juízes e funcionários.

Dos dezoito juízes que fizeram parte da primeira composição, permanecem apenas quatro: Plauto, eu, Catão e Eliana. Anselmo, Adhemar, Vicente, Fernando e Aldir foram para o egrégio Superior Tribunal de Justiça. Alberto voltou a pontificar nas salas de aula, sem esquecer os búfalos da sua querida fazenda. Euclides foi para o campo, dedicando-se ao plantio do café e à criação de gado de raça. O amor ao campo fê-lo deixar cedo esta Casa. Hermenito retornou às atividades de advogado. Nelson optou, também, pela advocacia. Mauro inscreveu-se na Ordem dos Advogados do Brasil, mas está a pensar se monta uma banca de advocacia. Os passeios pelo mundo e uma vida calma e tranqüila ainda lhe são uma grande tentação. José Alves, Murat e Hércules não titubearam, preferiram realmente descansar. Chega de trabalho. Chegou a hora de gozar a vida. Orlanda é assessora de Desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás.

Já tivemos seis Presidentes: Alberto, o primeiro, que, com uma energia fora do comum, com raça e dinamismo, montou este Tribunal. Fê-lo nascer do nada. Foi seu criador. Anselmo o consolidou. Hermenito e José Alves aperfeiçoaram-no. Mauro voltou seus olhos para a parte judiciária e conseguiu atualizar, num esforço concentrado e gigantesco, os despachos nos recursos extraordinários e especiais; e, com firmeza, agiu na execução das diretrizes administrativas. Nelson manteve com percuciência o que foi feito por Mauro. Plauto, atual Presidente, preocupa-se com os serviços administrativos, fiscalizando-os diuturnamente, exigindo maior presteza e eficiência, não se descuidando, todavia, da parte jurisdicional, sempre atento na celeridade dos despachos de exame de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários.

Novos juízes vieram compor o Tribunal, enriquecendo-o com seus conhecimentos, com suas inteligências. Chegaram Eustáquio, Aristides, Mário Mendes, Tognolo, Aloísio, Assusete, Jirair, João Fagundes, Carlos Mathias, Olindo, Mário César, Luciano Tolentino Amaral, Cândido Ribeiro, Hilton Queiroz, Carlos Eduardo Moreira Alves, Ítalo Mendes e Carlos Olavo. Desses, já se aposentaram Aristides, Mário Mendes e João Fagundes.

De referência aos funcionários, muita mudança também houve. Muitos se firmaram pela competência, estudo e dedicação ao trabalho, como é o caso de Felipe dos Santos Jacinto. E o Tribunal lhe é reconhecido. Outros saíram e, hoje, são juízes de direito, juízes federais. Alguns foram servir a outros órgãos.

Partimos do nada, nem cadeira e mesa tínhamos para acomodar funcionários e juízes. Hoje, somos uma grande Casa de Justiça. Vencemos com trabalho e sacrifício. É isso que precisa ficar registrado indelevelmente para não esquecermos como nascemos e para conhecimento dos que vão chegando, a fim de que não morra o amor por este Tribunal. Quem não o conhece não pode amá-lo. Um Tribunal forte e justo, que continuará servindo ao povo, à democracia deste grande País. Belo ofício o nosso!

Celebremos, pois, os dez anos desta Casa, uma das mais radiosas datas da Justiça brasileira. Uma data gloriosa de um Tribunal altivo, imponente, justo e, sobretudo, amado.

Juiz Tourinho Neto  
Presidente da Comissão





# Apresentação da Primeira Edição

A verdade é que, em que pesem os dissabores dos fracassos, os homens precisam e gostam do passado: gostam para os reativos do coração, precisam para receber os ensinamentos dos experimentados.

Incumbiu-me o Presidente, Mauro Leite Soares, de coordenar uma comissão, composta pelas funcionárias Gisele Corrêa da Costa Barros de Souza, Andréa Balsini Ghisi e Clarice Lavocat Galvão de Almeida, para levantar a história desta Casa. A honra é grande e o prazer maior ainda. Vi este Tribunal nascer, firmar-se e tornar-se admirado e respeitado. Tem ele apenas oito anos. Esse tempo na vida de um povo é um nada. Mas, para o indivíduo, cuja vida é curta, efêmera, é muita coisa. Já podemos olhar para trás e contemplar esta obra, erguida pela grande maioria que aqui ainda se encontra, com orgulho e vaidade. Pecados perdoáveis ante um sentimento nobre de ver um Tribunal procurar distribuir justiça, numa fase em que a Justiça é morosa, lerda, complicada. Como disse Ingenieros: “Pode perdoar-se a vaidade a quem realiza boas obras”.

É preciso, pois, guardarmos o que já fizemos, o que temos, para continuarmos com o mesmo ideal que tínhamos quando montamos este Tribunal e para que aqueles que chegaram depois sintam o mesmo entusiasmo, possam orgulhar-se desta Casa e trabalhar com fervor em prol da comunidade. Temos de pensar assim: *“O pensamento faz a grandeza do homem”* (Pascal).

Ao falar no sétimo aniversário, em março de 1996, deste Tribunal, tive a oportunidade de dizer que é com entusiasmo que o vejo, com amor que a ele me refiro e com justo orgulho que o reverencio.

Disse Cícero que a história é a mestra da vida: conhecendo a história, podem-se enfrentar todas as situações que surjam.

A história ajuda a compreender o presente e prepara o homem para o futuro.

É nosso dever, pois, guardarmos a história desta Casa. E não esqueçamos que *“o sol é novo todos os dias”* (Heráclito).

Juiz Tourinho Neto  
Presidente da Comissão



# Sumário

Símbolos da Justiça, 16
Galeria dos Desembargadores Federais, 20
A criação de Tribunais Federais, 46
Crescimento da demanda exigiu criatividade, 66
Gestão da informação, 82
Desenvolvimento dos serviços administrativos, 104
Cerimonial e imprensa, 128
Edifícios do Tribunal, 150
Justiça Federal de primeiro grau, 158
Corpo da magistratura da Justiça Federal da Primeira Região, 194
Movimentação dos Desembargadores Federais, 196
Lista de antiguidade de juízes federais, 198
Lista de antiguidade de juízes federais substitutos, 210
Relação dos aprovados nos concursos públicos de juízes federais substitutos da Primeira Região, 220
Linha do tempo, 224
Cronograma de eventos, 238
Dados dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, 278
Legislação de criação das varas da Justiça Federal da Primeira Região, 290





# Os Símbolos da Justiça





## Thémis – a deusa da Justiça

A figura de mulher que representa a Justiça é a deusa Thémis, da mitologia grega. Filha de Urano (Céu) e de Gaia (Terra), era esposa de Zeus, o deus supremo, e, devido a sua grande sapiência, era também sua conselheira.

Criadora das leis, dos ritos e dos oráculos, era a guardiã dos juramentos dos homens. As leis e os oráculos proferidos por Thémis eram obrigatoriamente acatados tanto por homens como por deuses.

Thémis era representada sem a venda, portando uma balança na mão direita e uma cornucópia na esquerda. Símbolo da ordem e do direito divino, costumava-se invocá-la nos juramentos perante os magistrados, sendo, por isso, considerada a deusa da Justiça.

A venda sobre os olhos foi invenção dos artistas alemães do século XVI, que lhe retiraram a visão. A faixa cobrindo-lhe os olhos significava imparcialidade: ela não via diferença entre as partes em litígio. Suas decisões, justas e prudentes, eram fundamentadas na sabedoria das leis, e não na personalidade, nas qualidades ou no poder das pessoas. Hoje, mantida ainda a venda, pretende-se conferir à estátua de Thémis a imagem de uma Justiça que, cega, concede a cada um o que é seu. Sem conhecer o litigante, ela é imparcial.

A imagem de Thémis ao lado foi doada pelo artista Krishnamurti para o acervo do Memorial Desembargador Mauro Leite Soares.



## Vara – a presença do Judiciário

Séculos atrás, na Roma antiga, a vara era usada para marcar a presença dos juízes nas localidades. Era um símbolo que traduzia a autoridade do juiz. Tinha de ser ostentada sempre que a autoridade judiciária estivesse no exercício de sua função, sob pena de multa.

No Brasil colônia, o costume de utilização da vara foi trazido pelos portugueses. Segundo o Código Filipino, livro I, título LXV, I, a vara do juiz ordinário era um símbolo da autoridade desse magistrado eleito pelo povo, que devia trazê-la obrigatoriamente quando andasse pela vila, em serviço, a pé ou a cavalo, sob pena de multa de quinhentos réis a cada vez que sem ela fosse achado. O juiz ordinário tinha origem popular e devia residir no local onde exercia sua função.

A vara ao lado tem 1,72 metros de altura e é uma réplica da que foi doada pelo desembargador Fernando Euler Bueno, em 1995, ao Museu do Tribunal de Justiça de São Paulo, fabricada pelo artista André Amorim.

Nos dias atuais, a vara passou a designar a unidade judiciária na qual o juiz de primeiro grau exerce seu poder de julgar e sua autoridade. É na vara que o cidadão e as instituições têm seus pleitos acolhidos, analisados, comprovados, ouvidos e apaziguados.

Na Justiça Federal, os crimes de contrabando, de tráfico internacional de entorpecentes, contra o sistema financeiro etc. são processados em varas criminais; os demais, em varas cíveis.

O vocábulo “vara” permanece, ainda, na linguagem forense, significando a condução coercitiva de alguém à presença do juiz, na expressão “debaixo de vara”.







## Toga – veste talar

A toga, túnica negra usada pelos magistrados em audiências e julgamentos, é uma veste talar — roupa cumprida até o tornozelo — e remonta à Roma antiga.

Em Roma, a toga era usada por senadores e magistrados. Esse costume perdurou até a idade moderna.

A cor original da toga dos magistrados era púrpura. Em determinado momento da história, os príncipes, que detinham grande poder, consideraram que a cor púrpura era privilégio da realeza, e os magistrados, quase em protesto, passaram a usar a cor preta.

No Tribunal Regional Federal da Primeira Região, o uso da veste talar está previsto em seu Regimento Interno, no art. 106, *parágrafo único*.

A toga ao lado pertenceu ao Desembargador Federal Alberto Vieira da Silva, primeiro Presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

# Galeria dos Desembargadores Federais





Alberto José Tavares *Vieira da Silva*

**Nascimento:** 2 de março de 1939, em São Luís/MA

**Ingresso na Justiça Federal:** 28 de abril de 1967 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado do Maranhão

**Atuação como Juiz Federal:** Maranhão

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Maranhão

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Exerceu a Presidência no período de 31 de março de 1989 a 30 de março de 1991.

Aposentou-se em 25 de setembro de 1992.



*José Anselmo* de Figueiredo *Santiago*

**Nascimento:** 27 de novembro de 1928, em Belém/PA

**Ingresso na Justiça Federal:** 28 de abril de 1967 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará

**Atuação como Juiz Federal:** Pará

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Pará

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 31 de março de 1989 a 1º de abril de 1991.

Exerceu a Presidência no período de 1º de abril de 1991 a 30 de março de 1993.

Nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça em 13 de janeiro de 1993, cargo no qual se aposentou em 28 de novembro de 1998.





*Euclides Reis Aguiar*

**Nascimento:** 10 de setembro de 1934, em Nepomuceno/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 28 de abril de 1967 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Território do Amapá

**Atuação como Juiz Federal:** Amapá, Rio de Janeiro (antigo Estado da Guanabara) e Minas Gerais

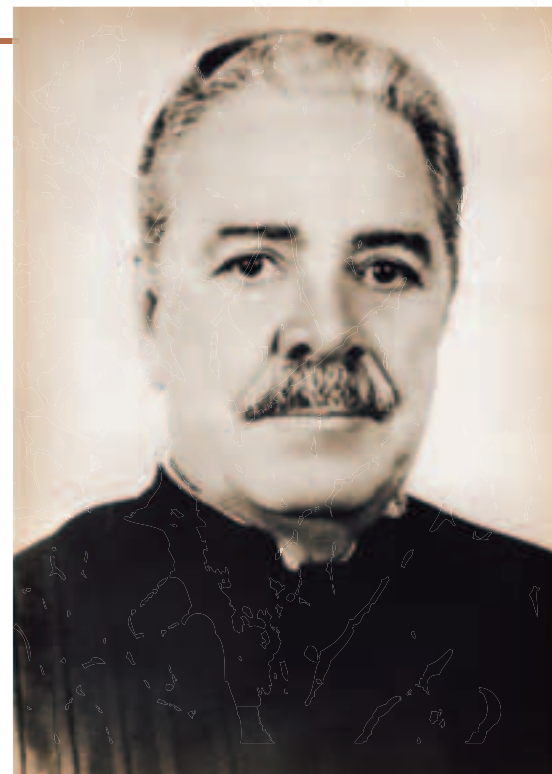
**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 1º de abril de 1991 a 29 de março de 1993.

Aposentou-se em 20 de abril de 1994.

Faleceu em 10 de março de 2005.



*Hermenito Dourado*

**Nascimento:** 6 de junho de 1924, em Irecê/BA

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** advogado militante desde 1954; membro do Conselho da OAB – Seção Distrito Federal desde 1964

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989 – quinto constitucional

Exerceu a Presidência no período de 30 de março de 1993 a 6 de junho de 1994.

Aposentou-se em 10 de junho de 1994.

Faleceu em 22 de agosto de 2004.





### *Adhemar Ferreira Maciel*

**Nascimento:** 28 de setembro de 1928, em Patos de Minas/MG

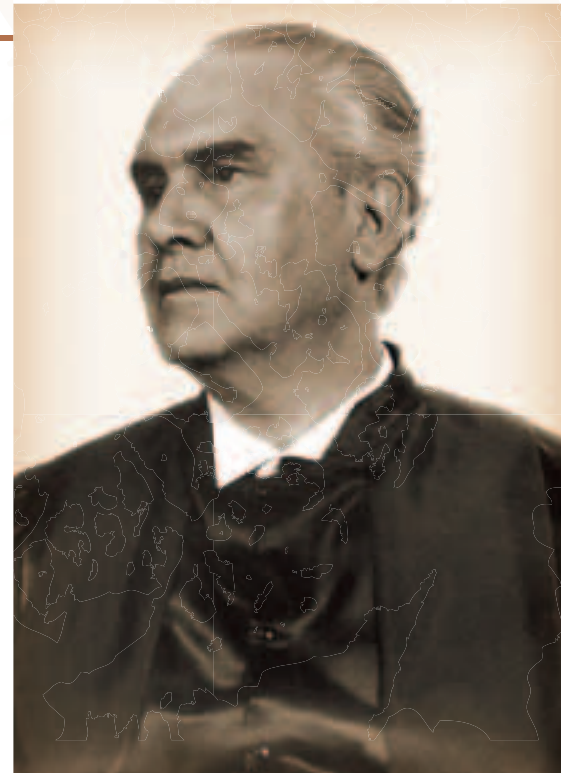
**Ingresso na Justiça Federal:** 27 de fevereiro de 1976 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado de Goiás

**Atuação como Juiz Federal:** Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça em 22 de outubro de 1992, cargo no qual se aposentou em 13 de novembro de 1998.



### *José Alves de Lima*

**Nascimento:** 28 de março de 1930, em Cristina/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 18 de fevereiro de 1976 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Distrito Federal

**Atuação como Juiz Federal:** Distrito Federal

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 30 de março de 1993 a 9 de junho de 1994.

Exerceu a Presidência nos períodos de 15 de fevereiro a 30 de março de 1993 (complementação do biênio 1991-1993) e de 7 de junho de 1994 a 30 de março de 1995.

Aposentou-se em 1º de novembro de 1995.



Mauro *Leite Soares*

**Nascimento:** 23 de julho de 1932, em Capitão Eduardo/MG

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** membro do Ministério Público Federal – Distrito Federal desde 1969

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989 – quinto constitucional

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 10 de junho de 1994 a 30 de março de 1995.

Exerceu a Presidência no período de 31 de março de 1995 a 31 de março de 1997.

Aposentou-se em 11 de março de 1998.

Faleceu em 27 de junho de 2002.



Murat *Valadares*

**Nascimento:** 25 de fevereiro de 1937, em Arinos/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 10 de dezembro de 1981 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado de Alagoas

**Atuação como Juiz Federal:** Alagoas e Distrito Federal

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Aposentou-se em 15 de maio de 1991.







### *Nelson Gomes da Silva*

**Nascimento:** 16 de maio de 1938, em Paraúna/GO

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** membro do Ministério Público Federal – Goiás desde 1975

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989 – quinto constitucional

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 31 de março de 1995 a 30 de março de 1997.

Exerceu a Presidência no período de 31 de março de 1997 a 9 de março de 1998.

Aposentou-se em 10 de março de 1998.



### *Fernando Gonçalves*

**Nascimento:** 28 de abril de 1940, em Belo Horizonte/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 27 de fevereiro de 1976 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

**Atuação como Juiz Federal:** Minas Gerais e Rio de Janeiro

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça em 27 de junho de 1996.



**Plauto Afonso da Silva Ribeiro**

**Nascimento:** 22 de dezembro de 1940, em Carmo da Mata/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 27 de fevereiro de 1976 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado da Bahia

**Atuação como Juiz Federal:** Bahia e Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 31 de março de 1997 a 15 de abril de 1998.

Exerceu a Presidência no período de 16 de abril de 1998 a 17 de abril de 2000.

Aposentou-se em 29 de junho de 2004.



**Hércules Quasímodo da Mota Dias**

**Nascimento:** 6 de maio de 1942, em Cuiabá/MT

**Ingresso na Justiça Federal:** 27 de fevereiro de 1976 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul

**Atuação como Juiz Federal:** Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Sergipe, Piauí, Paraná e Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Aposentou-se em 7 de maio de 1996.





**Orlanda** Luiza de Lima *Ferreira*

**Nascimento:** 8 de outubro de 1942, em Lagoa Formosa/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 8 de março de 1982 – Juíza Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

**Atuação como Juíza Federal:** Mato Grosso e Goiás

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juíza Federal em Goiás

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Aposentou-se em 12 de março de 1990.



**Vicente Leal** de Araújo

**Nascimento:** 22 de janeiro de 1943, em Jaicós/PI

**Ingresso na Justiça Federal:** 27 de fevereiro de 1976 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado do Ceará

**Atuação como Juiz Federal:** Ceará e Distrito Federal

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça em 24 de novembro de 1994, cargo no qual se aposentou em 25 de março de 2004.





Fernando da Costa *Tourinho Neto*

**Nascimento:** 17 de abril de 1943, em Salvador/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 19 de outubro de 1979 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia

**Atuação como Juiz Federal:** Bahia

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal na Bahia

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 16 de abril de 1998 a 16 de abril de 2000.

Exerceu a Presidência no período de 17 de abril de 2000 a 18 de abril de 2002.



Antônio Augusto *Catão Alves*

**Nascimento:** 2 de dezembro de 1943, em Belo Horizonte/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 22 de novembro de 1979 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Paraná

**Atuação como Juiz Federal:** Paraná e Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

Exerceu a Vice-Presidência e Corregedoria no período de 17 de abril de 2000 a 31 de janeiro de 2001.\*

Exerceu a Presidência no período de 19 de abril de 2002 a 19 de abril de 2004.



\* Em decorrência do desdobramento da Vice-Presidência e Corregedoria em duas unidades administrativas distintas — Vice-Presidência; Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região — e da ampliação da composição do Tribunal Regional Federal da Primeira Região de 18 para 27 juízes, conforme Resolução 13 de 22 de agosto de 2000, publicada no *Boletim de Serviço* 166 de 31 de agosto de 2000.



***Eliana Calmon*** Alves da Cunha

**Nascimento:** 5 de novembro de 1944, em Salvador/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 19 de outubro de 1979 – Juíza Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe

**Atuação como Juíza Federal:** Sergipe e Bahia

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juíza Federal na Bahia

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989

---

Nomeada Ministra do Superior Tribunal de Justiça em 30 de junho de 1999.



***Aldir*** Guimarães *Passarinho Junior*

**Nascimento:** 19 de maio de 1952, no Rio de Janeiro/RJ

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** advogado militante desde 1975

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 1989 – quinto constitucional

---

Nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça em 28 de maio de 1998.



**Mário** de Figueiredo Ferreira *Mendes*

**Nascimento:** 2 de abril de 1926, em Cuiabá/MT

**Ingresso na Justiça Federal:** 25 de abril de 1967 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

**Atuação como Juiz Federal:** Mato Grosso

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Mato Grosso

**Posse no Tribunal:** 27 de setembro de 1990

Aposentou-se em 27 de fevereiro de 1992.

Faleceu em 3 de março de 2006.



**Eustáquio** Nunes *Silveira*

**Nascimento:** 26 de julho de 1946, em Belo Horizonte/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 8 de março de 1982 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas

**Atuação como Juiz Federal:** Amazonas, Ceará, Minas Gerais e Distrito Federal

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 30 de agosto de 1991

Exerceu a Corregedoria-Geral no período de 1º de fevereiro de 2001 a 18 de abril de 2002.\*

Aposentou-se em 18 de dezembro de 2003.



\* Em decorrência do desdobramento da Vice-Presidência e Corregedoria em duas unidades administrativas distintas — Vice-Presidência; Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região — e da ampliação da composição do Tribunal Regional Federal da Primeira Região de 18 para 27 juízes, conforme Resolução 13 de 22 de agosto de 2000, publicada no *Boletim de Serviço* 166 de 31 de agosto de 2000.





### *Aristides Porto de Medeiros*

**Nascimento:** 7 de setembro de 1933, em Belém/PA

**Ingresso na Justiça Federal:** 28 de fevereiro de 1967 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado do Pará

**Atuação como Juiz Federal:** Pará

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Pará

**Posse no Tribunal:** 2 de junho de 1992

Aposentou-se em 25 de abril de 1994.



### *Osmar Tognolo*

**Nascimento:** 1º de setembro de 1947, em Belo Horizonte/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 23 de fevereiro de 1987 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro

**Atuação como Juiz Federal:** Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amazonas

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 28 de junho de 1993

Aposentou-se em 22 de fevereiro de 2000.



*Aloísio Palmeira Lima*

**Nascimento:** 4 de agosto de 1937, em Pindobaçu/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 27 de fevereiro de 1976 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado da Bahia

**Atuação como Juiz Federal:** Bahia, Sergipe e Piauí

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal na Bahia

**Posse no Tribunal:** 4 de agosto de 1993

Exerceu a Corregedoria-Geral no período de 19 de abril de 2002 a 19 de abril de 2004.

Exerceu a Presidência no período de 20 de abril de 2004 a 18 de abril de 2006.

Aposentou-se em 30 de maio de 2007.



*Assusete Dumont Reis Magalhães*

**Nascimento:** 18 de janeiro de 1949, em Serro/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 5 de setembro de 1984 – Juíza Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

**Atuação como Juíza Federal:** Minas Gerais e Rio de Janeiro

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juíza Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 19 de outubro de 1993

Exerceu a Corregedoria-Geral no período de 20 de abril de 2004 a 18 de abril de 2006.

Exerce a Presidência desde 19 de abril de 2006.





### *Jirair Aram Meguerian*

**Nascimento:** 13 de março de 1946, no Cairo, Egito (brasileiro naturalizado desde 1967)

**Ingresso na Justiça Federal:** 19 de outubro de 1979 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul

**Atuação como Juiz Federal:** Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Amazonas

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 27 de maio de 1994

---

Exerce a Corregedoria-Geral desde 19 de abril de 2006.



### *João Vieira Fagundes*

**Nascimento:** 14 de março de 1949, em Corumbáiba/GO

**Ingresso na Justiça Federal:** 5 de setembro de 1984 – Juiz Federal na Seção Judiciária do Estado de Goiás

**Atuação como Juiz Federal:** Goiás, Distrito Federal, Paraíba e Ceará

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Goiás

**Posse no Tribunal:** 14 de setembro de 1994

---

Aposentou-se em 11 de novembro de 1997.





*Carlos Fernando Mathias* de Souza

**Nascimento:** 25 de março de 1939, no Rio de Janeiro/RJ

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** advogado militante desde 1961; Procurador do Distrito Federal; Subprocurador-Geral; Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 17 de fevereiro de 1995 – quinto constitucional

Exerceu a Vice-Presidência no período de 19 de abril de 2002 a 19 de abril de 2004.



*Olindo Herculano de Menezes*

**Nascimento:** 10 de maio de 1948, em Curaçá/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 8 de março de 1982 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco

**Atuação como Juiz Federal:** Pernambuco e Bahia

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal na Bahia

**Posse no Tribunal:** 17 de fevereiro de 1995





### *Mário César Ribeiro*

**Nascimento:** 15 de dezembro de 1947, em Pará de Minas/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 29 de setembro de 1986 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Distrito Federal

**Atuação como Juiz Federal:** Distrito Federal, Acre e Amazonas

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 7 de março de 1996

Exerceu a Vice-Presidência no período de 20 de abril de 2004 a 18 de abril de 2006.



### *Luciano Franco Tolentino Amaral*

**Nascimento:** 16 de junho de 1944, em Montes Claros/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 12 de abril de 1983 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Distrito Federal

**Atuação como Juiz Federal:** Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Amazonas

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 28 de junho de 1996



**Cândido** Artur Medeiros *Ribeiro* Filho

**Nascimento:** 23 de dezembro de 1960, em São Luís/MA

**Ingresso na Justiça Federal:** 4 de outubro de 1988 – Juiz Federal Substituto da Seção Judiciária do Estado do Acre

**Atuação como Juiz Federal:** Acre e Maranhão

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Maranhão

**Posse no Tribunal:** 18 de novembro de 1996



**Hilton** José Gomes de *Queiroz*

**Nascimento:** 23 de março de 1946, em Santo Antônio de Jesus/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 5 de setembro de 1984 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia

**Atuação como Juiz Federal:** Bahia

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal na Bahia

**Posse no Tribunal:** 17 de dezembro de 1997





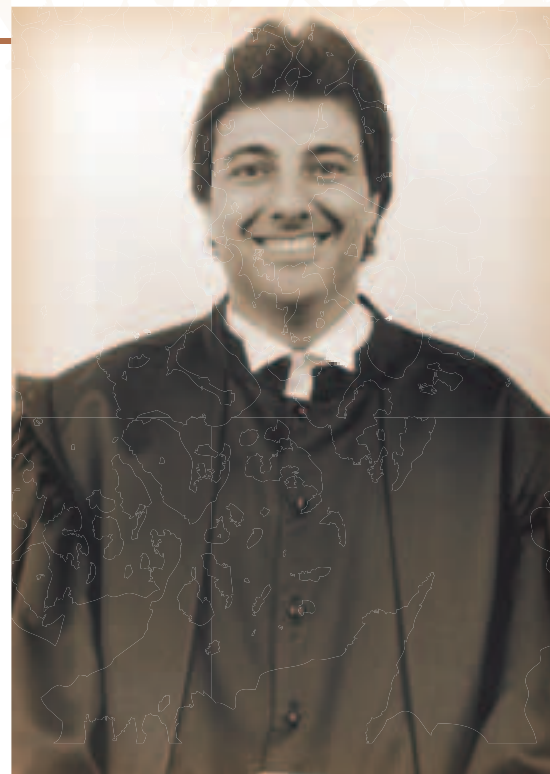


*Carlos Eduardo Maul Moreira Alves*

**Nascimento:** 15 de novembro de 1960, no Rio de Janeiro/RJ

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** membro do Ministério Público Federal – Brasília/DF, desde 1º de outubro de 1984

**Posse no Tribunal:** 7 de agosto de 1998 – quinto constitucional



*Ítalo Fioravanti Sabo Mendes*

**Nascimento:** 3 de dezembro de 1961, em Diamantino/MT

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** membro do Ministério Público Federal – Brasília/DF, desde 19 de outubro de 1984

**Posse no Tribunal:** 7 de agosto de 1998 – quinto constitucional



**Carlos Olavo** Pacheco de Medeiros

**Nascimento:** 18 de março de 1944, em Belo Horizonte/MG

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** advogado militante desde 1970

**Posse no Tribunal:** 26 de fevereiro de 1999 – quinto constitucional

Exerce a Vice-Presidência desde 19 de abril de 2006.



**José Amilcar** de Queiroz *Machado*

**Nascimento:** 1º de janeiro de 1952, em Patrocínio/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 23 de fevereiro de 1987 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro

**Atuação como Juiz Federal:** Rio de Janeiro e Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 9 de dezembro de 1999





### *Antônio Ezequiel da Silva*

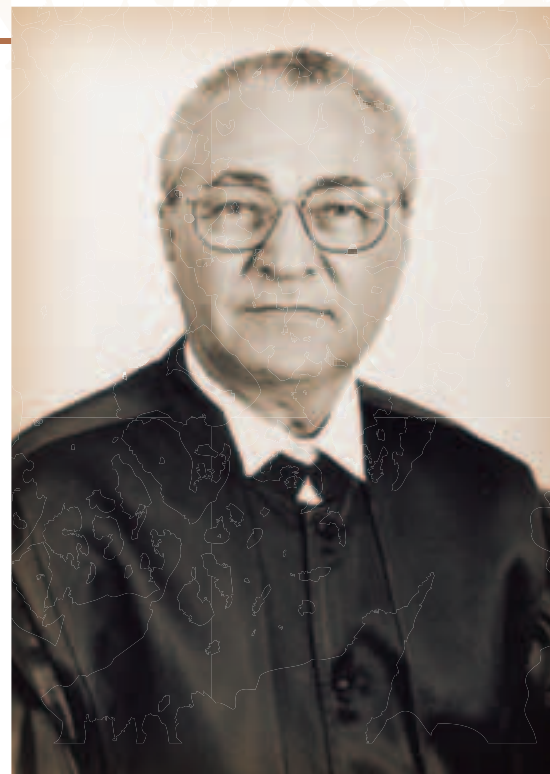
**Nascimento:** 30 de janeiro de 1939, em Barrocas, então Município de Serrinha/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 5 de setembro de 1984 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe

**Atuação como Juiz Federal:** Sergipe e Bahia

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Ilhéus/BA

**Posse no Tribunal:** 30 de março de 2000



### *Daniel Paes Ribeiro*

**Nascimento:** 21 de julho de 1948, em São Raimundo Nonato/PI

**Ingresso na Justiça Federal:** 23 de fevereiro de 1987 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará

**Atuação como Juiz Federal:** Pará, São Paulo e Santa Catarina

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Pará

**Posse no Tribunal:** 15 de fevereiro de 2001





*Luiz Gonzaga Barbosa Moreira*

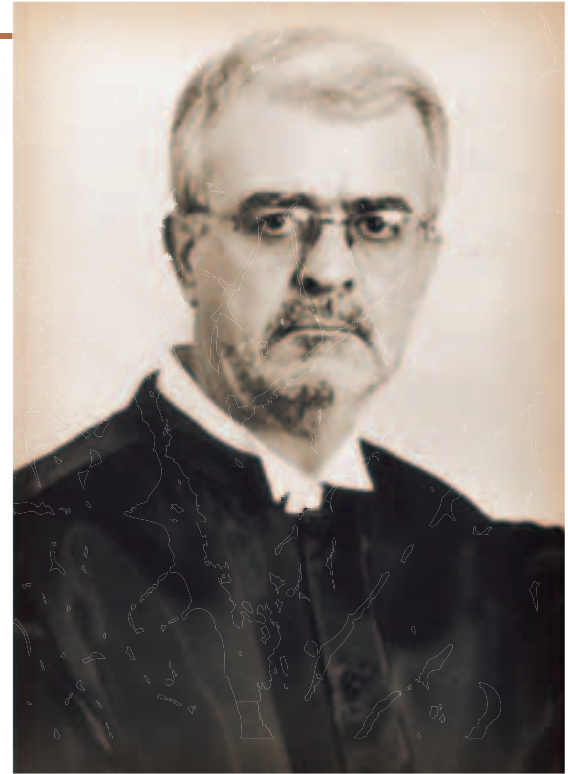
**Nascimento:** 5 de dezembro de 1948, em Capela Nova/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 1º de outubro de 1984 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

**Atuação como Juiz Federal:** Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 15 de fevereiro de 2001



*João Batista Gomes Moreira*

**Nascimento:** 24 de junho de 1952, em Patos de Minas/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 15 de julho de 1987 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre

**Atuação como Juiz Federal:** Acre e Goiás

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Goiás

**Posse no Tribunal:** 15 de fevereiro de 2001





### Antônio *Souza Prudente*

**Nascimento:** 4 de julho de 1948, em Cedro de São João/SE

**Ingresso na Justiça Federal:** 19 de novembro de 1984 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba

**Atuação como Juiz Federal:** Paraíba, Piauí, Acre, Rondônia, Goiás, Pará e Distrito Federal

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 15 de fevereiro de 2001



### Selene Maria *de Almeida*

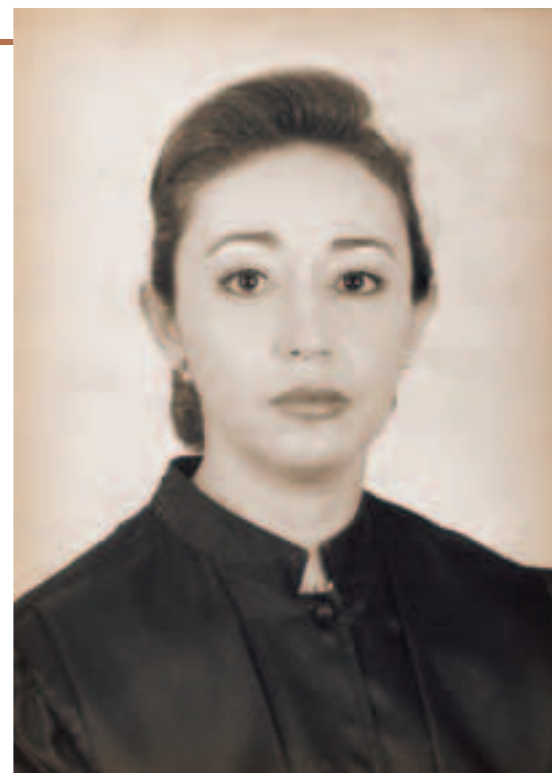
**Nascimento:** 4 de outubro de 1955, em Salvador/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 26 de fevereiro de 1988 – Juíza Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

**Atuação como Juíza Federal:** Distrito Federal

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juíza Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 15 de fevereiro de 2001



Sebastião *Fagundes de Deus*

**Nascimento:** 1º de novembro de 1942, em Corumbaíba /GO

**Ingresso na Justiça Federal:** 3 de setembro de 1985 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal

**Atuação como Juiz Federal:** Distrito Federal

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Distrito Federal

**Posse no Tribunal:** 15 de fevereiro de 2001



Antônio Sávio de Oliveira Chaves

**Nascimento:** 13 de junho de 1953, em Abre Campo/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 3 de outubro de 1988 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas

**Atuação como Juiz Federal:** Amazonas, Rondônia e Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 15 de fevereiro de 2001







*Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues*

**Nascimento:** 28 de julho de 1963, no Rio de Janeiro/RJ

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** membro do Ministério Público Federal – Brasília/DF, desde dezembro de 1989

**Posse no Tribunal:** 19 de dezembro de 2001 – quinto constitucional



*Maria do Carmo Cardoso*

**Nascimento:** 20 de setembro de 1955, em Londrina/PR

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** advogada militante desde 1983

**Posse no Tribunal:** 28 de dezembro de 2001 – quinto constitucional



*Leomar Barros Amorim* de Sousa

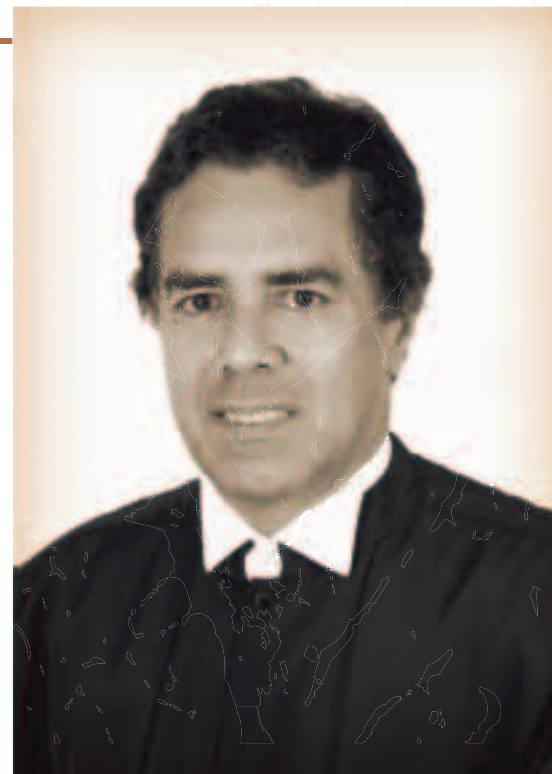
**Nascimento:** 24 de outubro de 1955, em Itapecuru Mirim/MA

**Ingresso na Justiça Federal:** 23 de fevereiro de 1987 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Maranhão

**Atuação como Juiz Federal:** Maranhão e São Paulo

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal no Maranhão

**Posse no Tribunal:** 17 de março de 2004



*Neuza Maria Alves* da Silva

**Nascimento:** 17 de dezembro de 1950, em Salvador/BA

**Ingresso na Justiça Federal:** 26 de agosto de 1988 – Juíza Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia

**Atuação como Juíza Federal:** Rondônia e Bahia

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juíza Federal na Bahia

**Posse no Tribunal:** 17 de dezembro de 2004





*Francisco de Assis Betti*

**Nascimento:** 23 de fevereiro de 1947, em Belo Horizonte/MG

**Ingresso na Justiça Federal:** 29 de julho de 1987 – Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco

**Atuação como Juiz Federal:** Pernambuco e Minas Gerais

**Atuação anterior à posse no TRF 1ª Região:** Juiz Federal em Minas Gerais

**Posse no Tribunal:** 17 de setembro de 2007





# A criação de Tribunais Federais



Sede do antigo Tribunal Federal de Recursos – RJ



## A necessidade de Tribunais Federais

A história do Tribunal Regional Federal da Primeira Região começa com a Constituição Federal de 1934, que, em seu art. 78, dispunha: “A lei criará Tribunais Federais, quando assim o exigirem os interesses da Justiça [...]”. Na verdade, o que o texto constitucional previa, ou mesmo reconhecia, era o crescimento das demandas sociais e a necessidade de ampliação da estrutura do Judiciário.

A Carta de 1937 extinguiu a Justiça Federal, que havia sido criada pelo Decreto 848, de 11 de outubro de 1890, em cujo art. 1º lia-se: “A Justiça Federal será exercida por um Supremo Tribunal Federal e por juízes inferiores intitulados Juízes de Seção”.

O passo seguinte seria dado em 1946. A nova Constituição criou o Tribunal Federal de Recursos, com nove ministros e sede na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, sem, no entanto, contemplar a criação da Justiça Federal de primeira instância, a qual só voltou a funcionar em 1967, conforme disciplinou a Lei 5.010, de 30 de maio de 1966. De acordo com o art. 105 da Constituição de 1946, a lei poderia:

[...] criar, em diferentes regiões do país, outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do próprio Tribunal e aprovação do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos arts. 103 e 104.

Esse mesmo propósito teve a Carta de 1967. O constituinte, porém, limitou a dois o número de tribunais a ser criados: um no Estado de Pernambuco e outro no Estado de São Paulo (art. 116, § 1º), que nunca foram instalados.

O Tribunal Federal de Recursos teve sua composição ampliada para 13 membros e, posteriormente, pela Emenda Constitucional 7, de 1977, para 27.

## A Constituição Cidadã cria os Tribunais Regionais Federais

A Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, considerada a Constituição Cidadã, instituiu os Tribunais Regionais

Federais, deixando para a lei ordinária a fixação de suas sedes (arts. 106 e 107). O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT criou cinco TRFs, determinando que a instalação de cada um deveria dar-se “[...] no prazo de seis meses, a contar da promulgação da Constituição”, com a jurisdição e sede que lhes fixasse o Tribunal Federal de Recursos (art. 27, § 6º).

Em obediência a essa disposição, o Tribunal Federal de Recursos baixou a Resolução 1, de 6 de outubro de 1988 — um dia após a promulgação da Constituição — fixando as sedes e as jurisdições dos cinco Tribunais Regionais Federais. O TRF 1ª Região teve sua sede fixada em Brasília, com jurisdição no Distrito Federal e nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. O da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro, abrangeu, além do estado do Rio de Janeiro, o estado do Espírito Santo. O da 3ª Região, com sede em São Paulo, teve sob sua jurisdição os estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. O da 4ª Região teve a sede fixada em Porto Alegre, com jurisdição sobre os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. O TRF da 5ª Região, com sede em Recife, abrangeu os estados de Pernambuco, Alagoas, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Essa Resolução determinou, ainda, a elaboração de anteprojeto de lei para definir a composição dos TRFs, em condições de comportar o volume de processos remetidos em grau de recurso ao Tribunal Federal de Recursos pelas Seções Judiciárias. Assim, seriam criados os cargos de juízes dos Tribunais, os quadros de cada secretaria, cargos e respectivos vencimentos. A Resolução foi aprovada na Sessão Administrativa do dia 6 de outubro de 1988, e sua ata publicada no *Diário da Justiça* de 23 de janeiro de 1989.

Em 13 de dezembro de 1988, a Imprensa Nacional publicava, no *Diário Oficial*, Seção I, a Portaria 211, de 12 de dezembro, que dispunha sobre a nova edição do *Diário da Justiça*, em Seções I e II, abrindo-se, dessa forma, um espaço para as publicações dos Tribunais Regionais Federais.

A Lei 7.727, de 9 de janeiro de 1989, estabeleceu a composição dos Tribunais Regionais Federais: os da Primeira e da Terceira Região, com 18 juízes; os da Segunda e Quarta, com 14, e o da Quinta Região, com 10. Além disso, determinou que os próprios Tribunais aprovassem seus regimentos internos,

**Primeira composição do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, nomeada pelo Presidente da República, José Sarney, por decretos de 22 de março de 1989\***

**Da carreira do Ministério Público Federal**

Mauro Leite Soares

Nelson Gomes da Silva

**Da classe dos advogados**

Hermenito Dourado

Aldir Guimarães Passarinho Junior

**Da carreira de Juiz Federal**

José Anselmo de Figueiredo Santiago

Adhemar Ferreira Maciel

Fernando Gonçalves

Eliana Calmon Alves

Fernando da Costa Tourinho Neto

Orlanda Luiza de Lima Ferreira

Euclides Reis Aguiar

Plauto Afonso da Silva Ribeiro

Murat Valadares

Hércules Quasímodo da Mota Dias

José Alves de Lima

Alberto José Tavares Vieira da Silva

Vicente Leal de Araújo

Antônio Augusto Catão Alves

\* Nomes apresentados por ordem do resultado da votação ocorrida no dia 2 de março para os representantes da carreira do Ministério Público e da classe dos advogados e no dia 3 de março para os candidatos da carreira de juiz federal.

dentro de 30 dias, e que atuassem em Turmas, que poderiam ser agrupadas em Seções especializadas. Estabeleceu, também, que os novos Tribunais fossem instalados pelo Tribunal Federal de Recursos — ao qual caberia indicar, por lista tríplice, os candidatos aos cargos da sua composição inicial — e presididos pelo magistrado mais antigo, oriundo da carreira de Juiz Federal, até a posse do presidente e do vice-presidente, eleitos na conformidade do que dispusessem os respectivos regimentos internos. Por essa lei, foram criados os 74 cargos de Juiz dos TRFs e os quadros de pessoal das respectivas secretarias.

O Tribunal Federal de Recursos, para dar cumprimento às referidas normas constitucionais, baixou o Ato Regimental 1, de 9 de fevereiro de 1989, publicado no *Diário da Justiça*, Seção I, do dia 13 do mesmo mês. Normas gerais foram estabelecidas para a elaboração das listas tríplices destinadas à composição inicial dos TRFs. Até o dia 24 de fevereiro de 1989, os juizes federais deveriam manifestar opção pela Região que desejassem integrar.

Em sessão especial, nos dias 2 e 3 de março de 1989, o Pleno do Tribunal Federal de Recursos elaborou as listas tríplices. Participaram da votação os Ministros Armando Rollemberg, José Dantas, Washington Bolívar, Torreão Braz, Carlos Velloso, William Patterson, Bueno de Souza, Miguel Ferrante, José Cândido, Pedro Acioli, Américo Luz, Pádua Ribeiro, Flaquer Scartezini, Costa Lima, Geraldo Sobral, Carlos Thibau, Costa Leite, Nilson Naves, Eduardo Ribeiro, Ilmar Galvão, Dias Trindade, José de Jesus, Assis Toledo, Edson Vidigal e Garcia Vieira.

Deliberou o Tribunal que as listas tríplices a serem encaminhadas ao Poder Executivo fossem organizadas com os nomes correspondentes aos números das vagas mais dois, fazendo-se referência aos votos obtidos e à ordem do escrutínio (art. 26, § 15, do RI) em que se deu a escolha, sendo que a segunda lista seria constituída pelos dois nomes remanescentes da primeira e pelo nome subsequente mais votado e assim sucessivamente.

Na mesma sessão, no dia 3 de março, o Tribunal Federal de Recursos aprovou, em regime de urgência, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação que fora celebrado, em 21 de dezembro de 1988, entre a Construtora Rio Preto Ltda. e a União Federal, por intermédio da extinta Secretaria de Administração Pública da Presidência da República – Sedap, tendo como interveniente o então Ministério da Habitação e do Bem-





Estar Social – MBES.

Pelo referido Termo Aditivo, firmado em 28 de fevereiro de 1989, a União Federal, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República – Seplan/PR, transferiu ao Tribunal Federal de Recursos, para possibilitar a instalação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a locação do prédio denominado edifício Áurea, com 18.000 m<sup>2</sup>, localizado no Setor Bancário Sul.

## O TRF 1ª Região é instalado

No dia 30 de março de 1989, às 16 horas, foi realizada a Solenidade de Inauguração do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e de Posse de seus membros, no salão do Plenário, no edifício Áurea. Ao evento estiveram presentes várias autoridades dos três Poderes da República. O Ministro José Cândido de Carvalho Filho, por delegação do Presidente do Tribunal Federal de Recursos (Ato 1.314, de 28 de março de 1989), presidiu a sessão. Compuseram a Mesa Diretora dos trabalhos o Ministro da Justiça Oscar Dias Corrêa, representando o Presidente da República, o Ministro Aldir Guimarães Passarinho, do Supremo Tribunal Federal – STF, e o Procurador da República Haroldo Ferraz da Nóbrega, representante do Ministério Público Federal.

O Presidente da sessão, Ministro José Cândido, designou os Ministros Carlos Mário Velloso e Torreão Braz para conduzirem ao Plenário os juízes do novo Tribunal.

O Juiz Vieira da Silva foi convidado a fazer a leitura do Termo de Compromisso, após o que foi lido o Termo de Posse do Juiz Hermenito Dourado pelo Secretário da sessão, Eduardo Manoel Lemos, que também anunciou os nomes dos juízes compromissados, os quais foram convidados a assinar os respectivos termos.

Naquela oportunidade, o Ministro José Cândido proferiu discurso, do qual se destaca:

[...] a rigor não é um novo Tribunal que surge na ordem jurídica nacional, mas um Colégio de Julgadores que emerge para assumir, ao lado de outros quatro do mesmo nível, as tarefas de julgamento do Tribunal Federal de Recursos, que perde as suas funções atuais, para dar lugar ao Superior Tribunal de Justiça, como órgão de instância revisora, com os poderes que lhe foram fixados pela nova Carta Magna.



Referindo-se aos empossados, o magistrado exortou:

Ides iniciar o vosso trabalho numa época de incerteza e preocupações. A sociedade está em constante efervescência. Da vossa sabedoria e tolerância muito têm a reclamar os que se aventuram nas lutas judiciais.

Após proclamar empossados os juízes, o Ministro José Cândido convidou para compor a Mesa, na qualidade de Presidente provisório da Corte, o Juiz Vieira da Silva, que pronunciou algumas palavras:

[...] a Justiça, como consabido, encerra o travo da falibilidade humana, é imperfeita, mas não pode ser responsabilizada por todas as mazelas que se imaginam nem é capaz de transformar a sociedade num reino ideal de paz imperturbável. Não podemos exigir que ela termine com o crime, que acabe com a violência, porque a solução desses problemas, que são conseqüências de outros, escapa à sua missão. Na atual conjuntura, a superação da crise de valores que empolga a nossa sociedade e que desemboca na Justiça em forma de conflitos é problema complexo, cuja solução deve ser buscada no microcosmo de cada individualidade. Este Tribunal tem a consciência perfeita da contribuição que a nossa sociedade dele pode esperar no sentido de aplainar as divergências que perturbam o conviver pacífico da nossa sociedade.

Em nome do Ministério Público Federal, o Procurador da República Haroldo da Nóbrega disse saber que os novos juízes

[...] têm sensibilidade suficiente para entender que se aproxima outro milênio e que a sociedade tem pressa em que se instale outro estado de coisas, onde, absorvendo-se os princípios da igualdade e da liberdade, parta-se para uma civilização solidária.

Francisco Lacerda Neto, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, afirmou:

Uma Nação que se intitula democrática não pode abster-se da valorização do seu Poder Judiciário, cujas decisões, ao invés da força bruta, convertem-se em ordens judiciais a que todos devem obedecer, o soldado ou o civil, o pobre ou o rico, o forte ou o fraco, o presidente da República ou o operário. Mas devemos reconhecer que a Justiça, da qual somos os lídimos escudeiros, não chega ainda, infelizmente, àqueles que dela realmente necessitam e, adotando e exorcizando nossa culpa, reagir e começar, neste momento sublime da instalação de uma nova Corte, a caminhada definitiva para uma verdadeira e duradoura redistribuição de riquezas e distribuição de justiça em nosso País, pois será através do Poder Judiciário que poderemos fazer valer todos os direitos outorgados ao cidadão por nossa Magna Carta.

Declarada encerrada a solenidade, foi descerrada placa comemorativa de instalação do Tribunal.

Terminada a euforia, quando todos se retiravam, o Presidente colocava as mãos na cabeça e dizia: "Meu Deus, como farei para colocar este Tribunal funcionando? Não temos nada, não temos máquinas, não temos móveis, e os processos chegam aos caminhões". Nessa noite, o Juiz Vieira da Silva não conseguiu dormir.







020

Advogados, dos Juizes Juizados da Repu-  
blica, dos Deputados Federais, do Exce-  
lentes da Republica, do Ex. Juizes Federais,  
dos Ex. Advogados e todos quanto aqui con-  
suram a seu convite. Adiu a todos que se  
mandaremos em seus lugares até que a los-  
ta se uticare da solenidade. Avise, ain-  
da, que os Ex. Juizes empesados exlesi-  
com os cumprimento no termo de Edifi-  
cio Cívica. Ao final declarou marcada  
a Ex. Ex. e, em hora designada,  
laresi a seguinte ata, que é assinada  
pelos Ex. Juizes membros qui bñdi-  
do de Carvalho Filho, Corregedor, Geral  
e Ex. Juiz Federal Sr. Alberto José Tava-  
res Vieira da Silva, Presidente do Tribunal  
Regional Federal

José Cândido de Carvalho Filho  
Alberto José Tavares Vieira

001

Ata da solenidade de instalação do Tribunal  
Regional Federal da primeira Região

As 16:00 horas de dia 30 (trinta) de  
março de 1982 (mil oitocentos e oitenta  
e dois), foi dada início a solenidade de con-  
stituição do Tribunal Regional Federal da 1ª Re-  
gião, no Salão de Honra, sala no 2º andar do  
Edifício Cívica, sito Rua Senador Cel. Costa Cabral  
O Ex. Sr. MINISTRO JOSÉ CARLOS  
LIMA, Presidente da solenidade, convidou para a  
composição da mesa: Diretor dos Trabalhos, o  
Sr. Ministro Oscar Biaz Júnior, na qualidade  
de representante de sua Exatidão o Ex. Sr.  
Presidente da República; o Sr. Ministro Alceu Gus-  
tavo Carrazzini, representante do Supremo Tribu-  
nal Federal e Sr. Haroldo Lacerda de Melo,  
na qualidade de representante do Ministério Pú-  
blico Federal; o Sr. Juiz Federal de Direito, Sr.  
Sílvan e Sr. Tereza Cruz, para conduzirem ao  
Plenário os Ex. Juizes Federais do Tribunal Re-  
gional Federal da Primeira Região, que tom-  
aram posse nessa solenidade. Na qualidade  
de Presidente do Tribunal Federal de Recur-  
sas, por delegação do seu titular, declarou  
aberto a sessão de Instalação do Tribunal  
Regional Federal da Primeira Região e con-  
vidou o Ex. Juiz Alberto José Tavares Vieira da  
Silva para fazer a leitura do "Termo de In-  
stalação", o qual profere o seguinte: "nos-  
ta, sancionada pelos demais Juizes a seguir



Ata da solenidade de instalação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, assinada pelo Ministro do STJ e Corregedor-Geral da Justiça Federal, José Cândido de Carvalho Filho, e pelo Presidente do TRF 1ª Região, Juiz Federal Alberto José Tavares Vieira da Silva.



# Justiça tem hoje novos tribunais

Com a nomeação, pelo Presidente da República, dos juizes que vão compor os novos tribunais, o presidente do Tribunal Federal de Recursos e Conselho da Justiça Federal, ministro Evandro Gueiros Lelte, confirmou para hoje as solenidades de instalação dos cinco Tribunais Regionais Federais criados pela Constituição. Os novos tribunais serão instalados em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília. O atual TFR, conforme determinação da Constituição, será transformado em Superior Tribunal de Justiça logo após a formalização dos tribunais regionais. A exceção do TRF de Recife, que será instalado às 10h pelo ministro Evandro Gueiros Lelte, todos os outros serão formalizados às 16h. Em São Paulo, a solenidade será presidida pelo vice-presidente do TFR, ministro Washington Bolivar de Brito, enquanto que os ministros Armando Rollemberg, José Cândido e José Dantas instalarão os TRFs de Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Página 21



Matéria veiculada no Correio Braziliense de 30 de março de 1989.



# Novo TRF julgará os recursos

Todos os recursos contra sentenças proferidas pela Justiça Federal serão julgados, a partir de hoje, pelo recém-instalado Tribunal Regional Federal do DF, que passa a funcionar no edifício Aurea, Setor Bancário Sul. O Tribunal Federal de Recursos (TFR) só julgará casos especiais até ser transformado em Superior Tribunal de Justiça. **Página 13**



## CORREIO BRAZILIENSE

UNião dos Estados Brasileiros - Jornal, publicado aos domingos, 1988, Brasília, DF

### Sarney repele idéia da ONU para Amazônia

O presidente José Sarney repeliu a idéia da Organização das Nações Unidas (ONU) de estabelecer uma comissão de especialistas para estudar a possibilidade de instalação de uma infraestrutura ambiental, o que agrava a preocupação da ONU de estabelecer uma comissão para estudar a possibilidade de instalação de uma infraestrutura ambiental. **Página 11 e 12**



### Aidéticos já são 265 em Brasília

Doenças e doenças e falta de assistência médica em Brasília, com o número de pacientes já chegando a 265. **Página 10**

### Planalto desconfia de sabotagem no IPC



Áreas de habitação construídas em Brasília, no Distrito Federal, em 1970. A foto foi tirada por Francisco...

O Plano de Política Econômica do Brasil, elaborado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), prevê a inflação de 1988 em 10% e o crescimento do PIB em 5%. O plano também prevê a redução da inflação de 1987 para 1988, o que é considerado um sinal de confiança do governo na economia. **Página 1**

### Aposentadoria exigirá mais contribuição

A Comissão Especial de Reforma da Previdência Social, criada pelo Congresso Nacional, está trabalhando em um projeto de lei que prevê a redução da idade para a aposentadoria de 65 para 60 anos. O projeto também prevê a redução da idade para a aposentadoria de 60 para 55 anos. **Página 13**

### Invasores incham Vila Paranoá

A população de Vila Paranoá, cidade das margens do Lago Paranoá, chegou a 20 mil pessoas em 1987. A população da vila também cresceu em 1988, chegando a 25 mil pessoas. **Página 13**



### Use o cinto e evite a multa

Os policiais de trânsito estão trabalhando para reduzir o número de acidentes de trânsito em Brasília. Os policiais estão trabalhando para reduzir o número de acidentes de trânsito em Brasília. **Página 13**

### Novo TRF julgará os recursos

Todos os recursos contra sentenças proferidas pela Justiça Federal serão julgados, a partir de hoje, pelo recém-instalado Tribunal Regional Federal do DF. **Página 13**

### Açougueiro leva chuva de anilina

Um açougueiro levou uma chuva de anilina em Brasília, quando um caminhão derramou o líquido no chão. O açougueiro levou uma chuva de anilina em Brasília, quando um caminhão derramou o líquido no chão. **Página 13**

Matéria veiculada no Correio Braziliense de 31 de março de 1989.



# Novo tribunal vai agilizar processos

A partir de hoje, começa a funcionar o novo Tribunal Regional Federal do DF, instalado às 16h00 de ontem, no Edifício Aures, Quadra 2, Lote 12, Setor Bancário Sul, de facilitar e agilizar os processos que anteriormente ficavam a cargo do Tribunal Federal de Recursos, muitas vezes acumulados e com demora de resolução.

Desta forma, as ações que eram apresentadas anteriormente na Justiça Federal dos Estados e que por força dos recursos contra as sentenças ali proferidas eram remetidas imediatamente ao Tribunal Federal de Recursos, poderão terminar dentro do Tribunal Regional Federal. As ações somente subirão ao Superior Tribunal de Justiça — que deverá ser instalado em Brasília no início de abril — no caso de não constarem ainda da jurisprudência, ou seja, se ainda não existir nenhuma decisão firmada por lei sobre a ação, do atual Tribunal Federal de Recursos e futuro Superior Tribunal de Justiça.

### Competência

O Tribunal Regional Federal julgará também os juizes federais da área de sua jurisdição, incluindo os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral. Os recursos criminais, os mandatos de segurança, os habeas-data, os habeas-corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal e os conflitos de jurisdição entre juizes federais são, também, de competência do Tribunal Regional Federal.

O TRF do Distrito Federal é composto por 18 juizes, que tomaram posse ontem, no ato da instalação do Tribunal. Quanto ao quadro de funcionários, serão aproveitados no último concurso realizado pela Justiça Federal, além de alguns que já trabalham ou serão transferidos do atual Tribunal Federal de Recursos.

### Os Estudos

O Tribunal Regional de Brasília, incluindo o Distrito Federal, é o responsável pelos julgamentos dos processos ajuizados também nos estados de Goiás, Tocantins, Roraima, Rondônia, Piauí, Para, Minas Gerais, Mato Grosso, Bahia, Acre e Amapá. Simultaneamente ao Distrito Federal, foram instalados nos outros quatro novos Tribunais Regionais Federais — criados pelo artigo 106 da Constituição — sedes nos Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre. No entanto, o TRF de São Paulo é o que receberá a maior carga de processos (que estavam em Brasília ainda pendentes de julgamento, ou seja, cerca de 13 mil ações).

De acordo com o ministro Evandro Gueiros Leite, presidente do TRF, "para que os novos Tribunais possam de fato corresponder à expectativa de uma justiça mais fácil e ágil é necessário que a sua base, a Justiça Federal de Primeira Instância, reúna condições de suportar a grande massa de processos ajuizados em todas as seções do País, com um número de juizes e servidores capaz de absorver as milhares de ações que ela recebe anualmente".

# Firmas usam máquina para burlar fisco

Empresas brasileiras usam uma máquina para burlar o fisco, segundo o Ministério da Fazenda. O aparelho, conhecido como "máquina de calcular", permite que as empresas paguem menos impostos do que deveriam, enganando o fisco.

Segundo o Ministério da Fazenda, a máquina em questão é utilizada para calcular o imposto de renda das empresas, permitindo que elas paguem menos do que deveriam.

O fisco afirma que a máquina é utilizada para burlar o sistema de arrecadação de impostos, causando prejuízos de bilhões de reais.



## Falta do CGC revela sonegação

A falta do Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) revela sonegação de impostos, segundo o Ministério da Fazenda. O órgão afirma que empresas sem o CGC não podem emitir notas fiscais válidas.



## Governo perde 40% de ICM

O governo perdeu 40% de arrecadação de ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) em comparação com o ano anterior, segundo o Ministério da Fazenda.

Os dados mostram uma queda significativa na arrecadação do imposto, o que pode ser devido a mudanças na legislação ou a sonegação.

## Roleta muda para impedir calote

O Colômbio de loteria muda o sistema de roleta para impedir calotes, segundo o Ministério da Fazenda. O novo sistema prevê multas para quem não paga as apostas.



## Novo tribunal vai agilizar processos

O novo Tribunal Regional Federal vai agilizar os processos, segundo o Ministério da Justiça. O órgão afirma que a instalação do tribunal permitirá um julgamento mais rápido.

Espera-se que a agilização dos processos reduza a carga de trabalho do Superior Tribunal de Justiça e melhore a eficiência do sistema judiciário.

## Sematec teme corrida aos loteamentos irregulares

O Sematec teme uma corrida aos loteamentos irregulares, segundo o Ministério da Fazenda. O órgão afirma que a falta de fiscalização pode levar a problemas de ordem pública.

Os loteamentos irregulares são aqueles que não seguem as normas técnicas e legais, podendo causar danos ambientais e sociais.

## Shopping da construção ganha área

O shopping da construção ganhou área, segundo o Ministério da Fazenda. O órgão afirma que a nova legislação permite a construção de novos empreendimentos.

A nova legislação prevê a criação de áreas específicas para o comércio de materiais de construção, facilitando o acesso dos consumidores.

## Técnicos estudam situação

Técnicos estudam a situação, segundo o Ministério da Fazenda. O órgão afirma que a análise dos dados é essencial para a tomada de decisões.

Os técnicos estão avaliando o impacto das novas medidas e buscando soluções para os problemas identificados.

## GDF investe para ter erosões sob controle

O GDF investe para ter erosões sob controle, segundo o Ministério da Fazenda. O órgão afirma que a prevenção é fundamental para evitar danos ambientais.

Os investimentos são destinados a obras de contenção e recuperação de áreas degradadas, visando a sustentabilidade ambiental.





## O Tribunal começa a funcionar

Em 31 de março, às 10 horas, um dia após a Sessão Solene de Instalação e Posse, o Tribunal reunia-se com todos os seus juízes. Era a primeira sessão da Corte, na qual a principal questão debatida foi a regulamentação da antiguidade de seus juízes, para efeito de ordem nas sessões do Plenário e das Turmas, bem como da distribuição dos serviços e revisão de processos, substituições e outros quaisquer efeitos legais ou regimentais. Após calorosa discussão, decidiu o Tribunal, por maioria, que a ordem a ser obedecida seria a da idade, “ressalvada a situação dos juízes federais que integraram a primeira composição da Justiça Federal de primeira instância, passando, desse modo, a ser considerados como juízes mais antigos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região os Juízes Alberto José Tavares Vieira da Silva, José Anselmo de Figueiredo Santiago e Euclides Reis Aguiar”. Esses três juízes abstiveram-se de votar.

Na mesma sessão, foi realizada a eleição para Presidente e Vice-Presidente. Realizada a votação e a apuração, foi eleito Presidente o Juiz Vieira da Silva, com 17 votos; Juiz Adhemar Maciel, 1 voto. Para Vice-Presidente, foi eleito o Juiz Anselmo Santiago, com 16 votos. Os Juízes Euclides Aguiar e Tourinho Neto obtiveram um voto cada um.

Foi escolhida também uma comissão, integrada pelos Juízes Anselmo Santiago, Adhemar Maciel e Vicente Leal, para elaborar o anteprojeto do Regimento Interno do Tribunal, no prazo de 15 dias. Outra comissão, composta pelos Juízes Murat Valadares, Eliana Calmon e Orlanda Ferreira, foi designada para propor o modelo de vestimenta (toga e capa) de seus membros.

Na sessão, foram eleitos os Juízes Euclides Aguiar e Hermenito Dourado para compor o Tribunal Regional Eleitoral, como membros efetivo e suplente, respectivamente.

O Tribunal decidiu, ainda, eleger os juízes federais para exercerem os cargos de Diretor e Vice-Diretor do Foro das Seções Judiciárias do Distrito Federal, Eustáquio Silveira e Luciano Tolentino Amaral, e dos estados da Bahia, Hilton Queiroz e Olindo Menezes, do Maranhão, Leomar Amorim e Cândido Ribeiro, de Minas Gerais, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira e Assusete Magalhães e do Pará, Aristides Porto de Medeiros e Daniel Paes Ribeiro.

## Presidentes, Vice-Presidentes e Corregedores do TRF 1ª Região

Biênio 1989-1991	Presidente	Vieira da Silva
	Vice-Presidente e Corregedor	Anselmo Santiago

Biênio 1991-1993	Presidente	Anselmo Santiago
	Vice-Presidente e Corregedor	Euclides Aguiar
	Presidente	Hermenito Dourado
	Vice-Presidente e Corregedor	Alves de Lima

Período 1993-1994	Presidente	Hermenito Dourado
	Vice-Presidente e Corregedor	Alves de Lima

Período 1994-1995	Presidente	Alves de Lima
	Vice-Presidente e Corregedor	Leite Soares

Biênio 1995-1997	Presidente	Leite Soares
	Vice-Presidente e Corregedor	Nelson Gomes da Silva

Período 1997-1998	Presidente	Nelson Gomes da Silva
	Vice-Presidente e Corregedor	Plauto Ribeiro

Biênio 1998-2000	Presidente	Plauto Ribeiro
	Vice-Presidente e Corregedor	Tourinho Neto

Biênio 2000-2002 *2001-2002	Presidente	Tourinho Neto
	Vice-Presidente	Catão Alves
	Corregedor-Geral	Eustáquio Silveira

Biênio 2002-2004	Presidente	Catão Alves
	Vice-Presidente	Carlos Fernando Mathias
	Corregedor-Geral	Aloísio Palmeira Lima

Biênio 2004-2006	Presidente	Aloísio Palmeira Lima
	Vice-Presidente	Mário César Ribeiro
	Corregedora-Geral	Assusete Magalhães

Biênio 2006-2008	Presidente	Assusete Magalhães
	Vice-Presidente	Carlos Olavo
	Corregedor-Geral	Jirair Aram Meguerian

\* Em decorrência do desdobramento da Vice-Presidência e Corregedoria em duas unidades administrativas distintas — Vice-Presidência; Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região — e da ampliação da composição do Tribunal Regional Federal da Primeira Região de 18 para 27 juízes, conforme Resolução 13 de 22 de agosto de 2000, publicada no *Boletim de Serviço* 166 de 31 de agosto de 2000.

Também elegeu os juízes federais para comporem, como membros efetivo e suplente, o Tribunal Regional Eleitoral nos estados de Goiás, João Vieira Fagundes e João Batista Gomes Moreira, do Maranhão, Leomar Amorim e Cândido Ribeiro, de Minas Gerais, Luiz Gonzaga Barbosa Moreira e Assusete Magalhães, e do Pará, Iran Velasco Nascimento e Daniel Paes Ribeiro.

O Pleno ainda acolheu a proposta do Juiz Murat Valadares, a qual impedia o Tribunal de apreciar pedido de permuta ou remoção de juízes sem antes promover a titularização dos magistrados com privilégio constitucional.

O Regimento Interno do Tribunal Federal de Recursos, os Provimentos do Conselho da Justiça Federal e Corregedoria-Geral bem como seus atos e regulamentos foram adotados, provisoriamente, pelo TRF 1ª Região.

Por fim, decidiu o Pleno adotar os mesmos níveis dos cargos em comissão, de direção e assessoramento superiores do Tribunal Federal de Recursos.

Ainda em 31 de março de 1989, o Presidente do Tribunal, Juiz Vieira da Silva, baixou o Ato 1, nomeando, em virtude de habilitação em concurso público, realizado pelo Tribunal Federal de Recursos, um oficial de justiça-avaliador, 103 auxiliares judiciários e 57 atendentes judiciários.

As primeiras reuniões dos membros da Corte, para discutir sua organização, chegavam a durar o dia todo. A comida, comprada em lanchonetes próximas, com certeza, não deixou saudades; todavia, traz recordações, como a de um bife que, ao ser cortado, saltou do prato de um juiz e caiu no colo de outro. Como esquecer a reação deste juiz, quando o primeiro tentou recuperar o seu filé, de garfo em punho?

A segunda sessão plenária ocorreu no dia 26 de abril de 1989, às 9 horas. Nessa sessão, foram declarados titulares, em obediência ao disposto no art. 28 do ADCT, os seguintes Juízes Federais: João Baptista Coelho Aguiar, Sebastião Fagundes de Deus e Novély Vilanova da Silva Reis nas 1ª, 3ª e 7ª Varas da Seção Judiciária do Distrito Federal, respectivamente; José Amilcar de Queiroz Machado, Sônia Diniz Viana, Antônio Francisco Pereira e Maria José de Macedo Ribeiro, respectivamente, nas 5ª, 6ª, 8ª e 10ª Varas da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais; Carlos Humberto de Souza na 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás e Cândido Moraes Pinto Filho na 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

Decidiu-se, também, que a Comissão de Regimento elaboraria o anteprojeto do Regimento Interno da Corregedoria, no prazo de 30 dias.

A questão da ajuda de custo dos juízes que se deslocaram de suas Seções Judiciárias para Brasília foi tratada na terceira sessão plenária, ocorrida em 27 de abril. Além disso, foram aprovadas a tabela de vencimentos, de acordo com o

Membros do Tribunal Regional Eleitoral		
1989-1991	efetivo	Euclides Aguiar
	suplente	Hermenito Dourado
1991-1993	efetivo	Hermenito Dourado
	suplente	Adhemar Maciel
1993-1995	efetivo	Leite Soares
	suplente	Nelson Gomes da Silva
Complementação 1994-1995	efetivo	Nelson Gomes da Silva
	suplente	Fernando Gonçalves
1995-1997	efetivo	Fernando Gonçalves
	suplente	Plauto Ribeiro
Complementação 1996-1997	efetivo	Plauto Ribeiro
	suplente	Tourinho Neto
1997-1999	efetivo	Tourinho Neto
	suplente	Catão Alves
1998-2000	efetivo	Catão Alves
	suplente	Eliana Calmon
Complementação 1999-2000	efetivo	Catão Alves
	suplente	Eustáquio Silveira
2000-2001	efetivo	Eustáquio Silveira
	suplente	Aloísio Palmeira Lima
2001-2003	efetivo	Aloísio Palmeira Lima
	suplente	Assusete Magalhães
Complementação 2002-2003	efetivo	Assusete Magalhães
	suplente	-
2002-2004	efetivo	Assusete Magalhães
	suplente	Jirair Aram Meguerian
Complementação 2002-2004	efetivo	Jirair Aram Meguerian
	suplente	-
2004-2006	efetivo	Jirair Aram Meguerian
	suplente	Carlos Fernando Mathias
2006-2008	efetivo	Carlos Fernando Mathias
	suplente	Cândido Ribeiro



art. 93, V, da Constituição Federal, a partir de março de 1989, e a Resolução 1/89, que dispunha sobre a estrutura organizacional do Tribunal, publicada no *Diário da Justiça* de 3 de maio de 1989, Seção II.

Nesse mesmo *Diário*, foi publicado o Ato 6, de 28 de abril de 1989, nomeando 60 atendentes judiciários para preencherem as vagas criadas pela Lei 7.727, de 1989.

Realizada em 28 de abril de 1989, a quarta sessão do Pleno elegeu o Juiz Adhemar Maciel para Diretor da Revista. Na mesma ocasião, foram adotadas, para os membros do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, as vestes talares do extinto Tribunal Federal de Recursos, excluindo-se os adornos em renda.

Em abril de 1989, ressentindo-se da falta de servidores em algumas áreas, o Tribunal abriu concurso público para os cargos de Taquígrafo Judiciário e Auxiliar Judiciário na área de taquigrafia, conforme edital publicado no *Diário da Justiça* de 28 de abril de 1989, Seção II.

A instalação do TRF 1ª Região exigia um braço firme para auxiliar o Presidente no comando da Corte, que prometia ter um crescimento acelerado. Com essa finalidade, foi nomeado para a Diretoria-Geral Felipe dos Santos Jacinto, em 20 de abril de 1990. O primeiro a ocupar o cargo de Diretor-Geral, porém, foi Jair Ferreira da Cunha, no período de maio de 1989 a janeiro de 1990.

A força de trabalho, indispensável para a prestação jurisdicional, estava chegando. A primeira solenidade de posse

de servidores ocorreu em 23 de maio, presidida pelo Juiz Hermenito Dourado. Os empossados foram saudados pelo Juiz Vicente Leal. Após a solenidade, outras posses aconteceram com festividade nesse ano, porém os primeiros técnicos judiciários só foram empossados em 15 de janeiro de 1990, saudados pelo Presidente Vieira da Silva.

Ressaltam-se, aqui, as palavras do presidente, enaltecendo os servidores da Casa. Palavras proferidas em outra oportunidade, mas que devem ser registradas e jamais esquecidas, haja vista serem motivo de orgulho e encorajamento para tantos que no Tribunal lutaram e por ele continuam lutando:

Este Tribunal foi construído e é o que já é em razão, exatamente, daquele algo mais que extrapola o cumprimento do simples dever funcional. Este Tribunal é uma instituição acatada e respeitada na comunidade judiciária brasileira, graças exclusivamente à honradez e à boa vontade dos funcionários que viram surgir os seus primeiros dias e os outros, que no decorrer do tempo, vieram comungar dos nossos ideais.

Em 9 de junho de 1989, era publicado, no *Diário da Justiça*, Seção II, o Regimento Interno do TRF 1ª Região, fruto de intensos debates. Durante a votação, vários juízes apresentaram sugestões para alteração do anteprojeto, destacando-se, entre eles, Murat Valadares, Vicente Leal, Tourinho Neto, Catão Alves e Aldir Passarinho Junior.

Seguindo a esteira do Supremo Tribunal Federal, esta Corte dispôs que seus magistrados não poderiam indicar cônjuges, parentes consangüíneos ou afins, até o terceiro grau, inclusive, de qualquer membro do Tribunal em atividade, para cargos de confiança e, ainda que do Quadro Permanente da Justiça Federal, para servir nos Gabinetes (art. 362 do Regimento Interno). Essa disposição foi alterada pela Emenda 15, de 1992, que limitou a proibição até o segundo grau.

O Regimento Interno do Tribunal, ao longo dos anos, sofreu várias alterações para se ajustar à realidade da Corte e às mudanças nos Códigos de Processos Civil e Penal.

No dia 17 de maio de 1989, o Presidente, Juiz Vieira da Silva, procedeu à primeira distribuição dos processos, em total de 80.

#### Diretores da Revista

abr./1989 a nov./1991	Adhemar Maciel
nov./1992 a out./1993	Catão Alves
nov./1993 a jun./1994	Leite Soares
jun./1994 a abr./1997	Tourinho Neto
maio/1997 a maio/1999	Osmar Tognolo
maio/1999 a jul./2001	Aloísio Palmeira Lima
jul./2001 a maio/2003	Jirair Aram Meguerian
maio/2003 a maio/2005	Olindo Menezes
jul./2005 a maio/2006	Carlos Fernando Mathias
jun./2006 a set./2007	Luciano Tolentino Amaral
set./2007	Hilton Queiroz



## Comissões de Regimento Interno do TRF 1ª Região



### 1989 – Portaria 32 de 16/10/1989

Juizes

- [ José Anselmo de F. Santiago – Presidente
- [ Adhemar Maciel – efetivo
- [ Vicente Leal – efetivo
- [ Catão Alves – suplente

### 1991 – Portaria 291 de 14/08/1991

Juizes

- [ Adhemar Maciel – Presidente
- [ Vicente Leal – efetivo
- [ Catão Alves – efetivo
- [ Fernando Gonçalves – suplente

### 1992 – Portaria 581 de 24/11/1992

Juiz

- [ Fernando Gonçalves – Presidente

### 1993 – Portaria 881 de 25/10/1993

Juizes

- [ Fernando Gonçalves – Presidente
- [ Vicente Leal – efetivo
- [ Tourinho Neto – efetivo
- [ Eustáquio Silveira – suplente

### 1993 – Portaria 893 de 04/11/1993

Juizes

- [ Fernando Gonçalves – Presidente
- [ Hércules Quasímodo – efetivo
- [ Vicente Leal – efetivo
- [ Eustáquio Silveira – suplente

### 1994 – Ato 1175 de 01/12/1994

Juizes

- [ Fernando Gonçalves – Presidente
- [ Hércules Quasímodo – efetivo
- [ Eustáquio Silveira – efetivo
- [ Aloísio Palmeira Lima – suplente

### 1995 – Portaria 244 de 05/06/1995

Juizes

- [ Fernando Gonçalves – Presidente
- [ Eustáquio Silveira – efetivo
- [ Aloísio Palmeira Lima – efetivo
- [ João Vieira Fagundes – suplente

### 1996 – Portaria 206 de 08/07/1996

Juizes

- [ Eustáquio Silveira – Presidente
- [ Aloísio Palmeira Lima – efetivo
- [ João Vieira Fagundes – efetivo
- [ Luciano Tolentino Amaral – suplente

### 1997 – Portaria 317 de 12/08/1997

Juizes

- [ Eustáquio Silveira – Presidente
- [ João Vieira Fagundes – efetivo
- [ Cândido Ribeiro – efetivo
- [ Carlos Fernando Mathias – suplente

### 1998 – Portaria 129 de 23/03/1998

Juizes

- [ Eustáquio Silveira – Presidente
- [ Cândido Ribeiro – efetivo
- [ Hilton Queiroz – efetivo
- [ Carlos Fernando Mathias – suplente

### 2000 – Portaria 142 de 24/04/2000

Juizes

- [ Olindo Menezes – Presidente
- [ Cândido Ribeiro – efetivo
- [ I'talo Fioravanti Sabo Mendes – efetivo
- [ Carlos Olavo – suplente

### 2002 – Portaria 261 de 17/05/2002

Juizes

- [ Jirair Aram Meguerian – Presidente
- [ Carlos Moreira Alves – efetivo
- [ Carlos Olavo – efetivo
- [ Daniel Paes Ribeiro – suplente

### 2004 – Portaria 1104-507 de 22/09/2004\*

Desembargadores Federais

- [ Carlos Moreira Alves – Presidente
- [ Carlos Olavo – efetivo
- [ Daniel Paes Ribeiro – efetivo
- [ Luiz Gonzaga Barbosa Moreira – suplente

\* Com a Emenda Regimental 3, de 21 de agosto de 2003, os membros do Tribunal passaram a denominar-se desembargadores federais.



## Iniciam-se as sessões de julgamento

O Tribunal preparava-se para realizar sua primeira sessão de julgamentos. Pelo Ato 114 de 19 de junho de 1989, publicado no *Diário da Justiça* do dia 20 do mesmo mês, o Presidente Vieira da Silva tornava pública a composição das Seções e das Turmas. Os juízes fizeram a escolha de comum acordo, buscando afinidade de idéias e temperamentos.

Primeira composição da 1ª Seção	
1ª Turma	Juiz Euclides Aguiar (Presidente da 1ª Seção e da 1ª Turma)
	Juiz Plauto Ribeiro
	Juiz Catão Alves
	Juiz Aldir Passarinho Junior
2ª Turma	Juiz Hermenito Dourado (Presidente da 2ª Turma)
	Juiz Alves de Lima
	Juiz Hércules Quasímmodo
	Juíza Orlanda Ferreira

Primeira composição da 2ª Seção	
3ª Turma	Juiz Adhemar Maciel (Presidente da 2ª Seção e da 3ª Turma)
	Juiz Fernando Gonçalves
	Juiz Vicente Leal
	Juiz Tourinho Neto
4ª Turma	Juiz Leite Soares (Presidente da 4ª Turma)
	Juiz Murat Valadares
	Juiz Nelson Gomes da Silva
	Juíza Eliana Calmon

Dos 18 juízes que fizeram parte da primeira composição, permanecem nesta Corte os magistrados Tourinho Neto e Catão Alves.

Na mesma data, o presidente baixou o Ato 115, que estabelecia os dias de sessões do Plenário, Seções e Turmas:

Primeira definição dos dias de sessão (Ato 115)	
segunda-feira	1ª Seção 3ª e 4ª Turmas
terça-feira	2ª Seção 1ª e 2ª Turmas
quarta-feira	1ª, 2ª, 3ª e 4ª Turmas (rodízio entre as Turmas que compõem as 1ª e 2ª Seções)
quinta-feira	Pleno

## Composição atual do Tribunal Regional Federal da Primeira Região

Ato/Presi 1104-787 de 20/09/2007

### Plenário

**Presidente:**

Desembargadora Federal *Assusete Magalhães*

**Vice-Presidente:**

Desembargador Federal *Carlos Olavo*

**Corregedor-Geral:**

Desembargador Federal *Jirair Aram Meguerian*

Desembargador Federal *Tourinho Neto*  
Desembargador Federal *Catão Alves*  
Desembargador Federal *Carlos Fernando Mathias*  
Desembargador Federal *Olindo Menezes*  
Desembargador Federal *Mário César Ribeiro*  
Desembargador Federal *Luciano Tolentino Amaral*  
Desembargador Federal *Cândido Ribeiro*  
Desembargador Federal *Hilton Queiroz*  
Desembargador Federal *Carlos Moreira Alves*  
Desembargador Federal *Ítalo Fioravanti Sabo Mendes*  
Desembargador Federal *José Amilcar Machado*  
Desembargador Federal *Antônio Ezequiel da Silva*  
Desembargador Federal *Daniel Paes Ribeiro*  
Desembargador Federal *Luiz Gonzaga Barbosa Moreira*  
Desembargador Federal *João Batista Moreira*  
Desembargador Federal *Souza Prudente*  
Desembargadora Federal *Selene de Almeida*  
Desembargador Federal *Fagundes de Deus*  
Desembargador Federal *Antônio Sávio de Oliveira Chaves*  
Desembargadora Federal *Maria Isabel Gallotti Rodrigues*  
Desembargadora Federal *Maria do Carmo Cardoso*  
Desembargador Federal *Leomar Amorim*  
Desembargadora Federal *Neuza Alves*  
Desembargador Federal *Francisco de Assis Betti*

### Corte Especial

**Presidente:**

Desembargadora Federal *Assusete Magalhães*

**Vice-Presidente:**

Desembargador Federal *Carlos Olavo*

**Corregedor-Geral:**

Desembargador Federal *Jirair Aram Meguerian*

Desembargador Federal *Tourinho Neto*  
Desembargador Federal *Catão Alves*  
Desembargador Federal *Carlos Fernando Mathias*  
Desembargador Federal *Olindo Menezes*  
Desembargador Federal *Mário César Ribeiro*  
Desembargador Federal *Luciano Tolentino Amaral*  
Desembargador Federal *Cândido Ribeiro*  
Desembargador Federal *Hilton Queiroz*  
Desembargador Federal *Carlos Moreira Alves*  
Desembargador Federal *Ítalo Fioravanti Sabo Mendes*  
Desembargador Federal *José Amilcar Machado*  
Desembargador Federal *Antônio Ezequiel da Silva*  
Desembargador Federal *Daniel Paes Ribeiro*  
Desembargador Federal *Luiz Gonzaga Barbosa Moreira*  
Desembargador Federal *João Batista Moreira*

**1ª Seção**

Desembargador Federal *Carlos Olavo* – Presidente  
Desembargador Federal *Carlos Moreira Alves*  
Desembargador Federal *José Amilcar Machado*  
Desembargador Federal *Luiz Gonzaga Barbosa Moreira*  
Desembargador Federal *Antônio Sávio de Oliveira Chaves*  
Desembargadora Federal *Neuza Alves*  
Desembargador Federal *Francisco de Assis Betti*

**2ª Seção**

Desembargador Federal *Carlos Olavo* – Presidente  
Desembargador Federal *Tourinho Neto*  
Desembargador Federal *Olindo Menezes*  
Desembargador Federal *Mário César Ribeiro*  
Desembargador Federal *Cândido Ribeiro*  
Desembargador Federal *Hilton Queiroz*  
Desembargador Federal *Ítalo Fioravanti Sabo Mendes*





### 3ª Seção

Desembargador Federal Carlos Olavo – Presidente  
Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro  
Desembargador Federal João Batista Moreira  
Desembargador Federal Souza Prudente  
Desembargadora Federal Selene de Almeida  
Desembargador Federal Fagundes de Deus  
Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

### 4ª Seção

Desembargador Federal Carlos Olavo – Presidente  
Desembargador Federal Catão Alves  
Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias  
Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral  
Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva  
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso  
Desembargador Federal Leomar Amorim

### 1ª Turma

Desembargador Federal José Almicar Machado – Presidente  
Desembargador Federal Luiz Gonzaga Barbosa Moreira  
Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves

### 2ª Turma

Desembargador Federal Carlos Moreira Alves – Presidente  
Desembargadora Federal Neuza Alves  
Desembargador Federal Francisco de Assis Betti

### 3ª Turma

Desembargador Federal Cândido Ribeiro – Presidente  
Desembargador Federal Tourinho Neto  
Desembargador Federal Olindo Menezes

### 4ª Turma

Desembargador Federal Hilton Queiroz – Presidente  
Desembargador Federal Mário César Ribeiro  
Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes

### 5ª Turma

Desembargador Federal Fagundes de Deus – Presidente  
Desembargador Federal João Batista Moreira  
Desembargadora Federal Selene de Almeida

### 6ª Turma

Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro – Presidente  
Desembargador Federal Souza Prudente  
Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues

### 7ª Turma

Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva – Presidente  
Desembargador Federal Catão Alves  
Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral

### 8ª Turma

Desembargador Federal Leomar Amorim – Presidente  
Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias  
Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

### Conselho de Administração

Desembargadora Federal Assusete Magalhães – Presidente  
Desembargador Federal Carlos Olavo – Vice-Presidente  
Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian – Corregedor-Geral  
Desembargador Federal Cândido Ribeiro  
Desembargador Federal Hilton Queiroz  
Desembargador Federal Carlos Moreira Alves  
Desembargador Federal I'talo Fioravanti Sabo Mendes  
Desembargador Federal José Amilcar Machado  
Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva



## Adoção de criança órfã na corte inferior da grande Bailiwick

*French School, século XVI, litografia.*

Obra inspirada na litografia "abrigo de pupilos e órfãos". A imagem representa um magistrado chamado *Bailiff* mediando um caso de adoção em uma das cortes inferiores da França do século XVI.





Dias de sessões atuais, de acordo com a Portaria 600-32 de 19/12/2005	
segunda-feira	1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 7ª Turmas, quinzenalmente 6ª Turma, semanalmente
terça-feira	1ª e 3ª Seções, quinzenalmente 3ª, 4ª, 7ª e 8ª Turmas, semanalmente
quarta-feira	1ª, 2ª e 5ª Turmas, semanalmente 2ª e 4ª Seções, quinzenalmente
quinta-feira	Plenário, segundas quintas-feiras dos meses pares Corte Especial, primeiras e terceiras quintas-feiras de cada mês e quintas, quando houver
sexta-feira	6ª e 8ª Turmas, quinzenalmente

A sessão solene do primeiro Pleno de julgamentos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região foi realizada em 22 de junho de 1989, com a presença de todos os membros da Corte, tendo sido dividida em duas partes: a solenidade propriamente dita e, logo em seguida, a parte dos trabalhos.

Integraram a Mesa dos trabalhos, durante a solenidade, os Ministros Néri da Silveira, Presidente do Supremo Tribunal Federal, e Evandro Gueiros Leite, Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Fizeram-se presentes os Ministros do STF Aldir Guimarães Passarinho e Carlos Alberto Madeira, os Senadores Leite Chaves e Edson Lobão, os Ministros do STJ Sebastião Reis, José Cândido, Edson Vidigal, Paulo Távora e Lauro Leitão, o Presidente do Conselho Federal da OAB, Ophir Cavalcante, além de deputados federais e importantes autoridades do estado do Maranhão, como o Procurador-Geral de Justiça Pedro de Oliveira, representando o Governador do Estado, o Presidente do Tribunal de Justiça, Emésio Dário Araújo, o Presidente da OAB/MA, José Antônio e Silva, os Desembargadores Nilo Cruz, Almeida e Silva e Esmaragdo Sousa e Silva e a Procuradora de Justiça Elimar Almeida e Silva.

Iniciada a solenidade, o Juiz Vicente Leal falou em nome do TRF 1ª Região:

[...] seu corpo de magistrados é constituído de pessoas vocacionadas, verdadeiros sacerdotes da Justiça, que renunciaram à expectativa de uma vida faustosa para se dedicarem a uma missão que os afasta, quase sempre, do lazer e de maior convivência social e familiar, considerando a necessidade de utilização mínima de dez horas diárias de trabalho. Por isso, é de se reconhecer que o Tribunal já nasce sustentaculado por sólidas colunas, capazes de resistir às intempéries da intolerância, das pressões e dos interesses escusos.

Pelo Ministério Público Federal, o então Procurador da República Ítalo Fioravanti Sabo Mendes disse que o Tribunal tem maior responsabilidade em sua função inerente de prestar a jurisdição, de dizer do Direito, pois foi constituído sobre a maior parcela territorial do país e, também, sobre quase a metade de sua população.

Ao tomar a palavra, o Presidente da OAB/DF, Francisco Lacerda Neto, falou que os administradores da Justiça brasi-



leira precisavam ajudar o país, tendo em vista a crise nacional que atravessava no momento e a inflação galopante que sufocava o povo e massacrava as classes menos favorecidas. Segundo ele, embora a Justiça sofresse, naquela época, um emperramento em sua administração, era preciso reconhecer que tal fato não decorria da vontade de seus dirigentes, mas era motivada sim pela crise.

O Presidente Vieira da Silva, em empolgante discurso, afirmou:

[...] os valores morais são apanágio do juiz, e a moral buscada pelo Judiciário deve estar muito longe da chamada moral cremática, aquela moral que tinha por objetivo “coisificar” o homem, como se ele fosse mero objeto. Com esteio nessa terrífica moral, Hitler buscou emprestar as vestes da legitimidade para o extermínio dos judeus, e foi baseado nessa mesma moral cremática, no decurso da Segunda Guerra Mundial, que os americanos encontraram razões que só eles conheciam para demonstrar e dizer que o poder é poder, imolando, por via de duas bombas atômicas, as populações indefesas de Hiroshima

e Nagasaki. Não é essa moral que o Poder Judiciário vai buscar, porque o juiz, antes de tudo, é um ente de substância coletiva e, se tem deveres para consigo, muito mais os tem para com a coletividade, de que é o maior guardião, porque é o responsável pelo cumprimento de todas as leis.

Finalizando, agradeceu aos funcionários da Casa na pessoa de Ronaldo Lemos Brandão, “jovem de vinte e quatro anos, que nos deu exemplo de boa vontade, desde o início dos trabalhos de instalação deste Tribunal, e que morreu na última sexta-feira, quando dirigia, às 11 horas da noite, de regresso deste Tribunal, sua segunda casa, após uma jornada voluntária de trabalho iniciada às 7 horas do mesmo dia”.

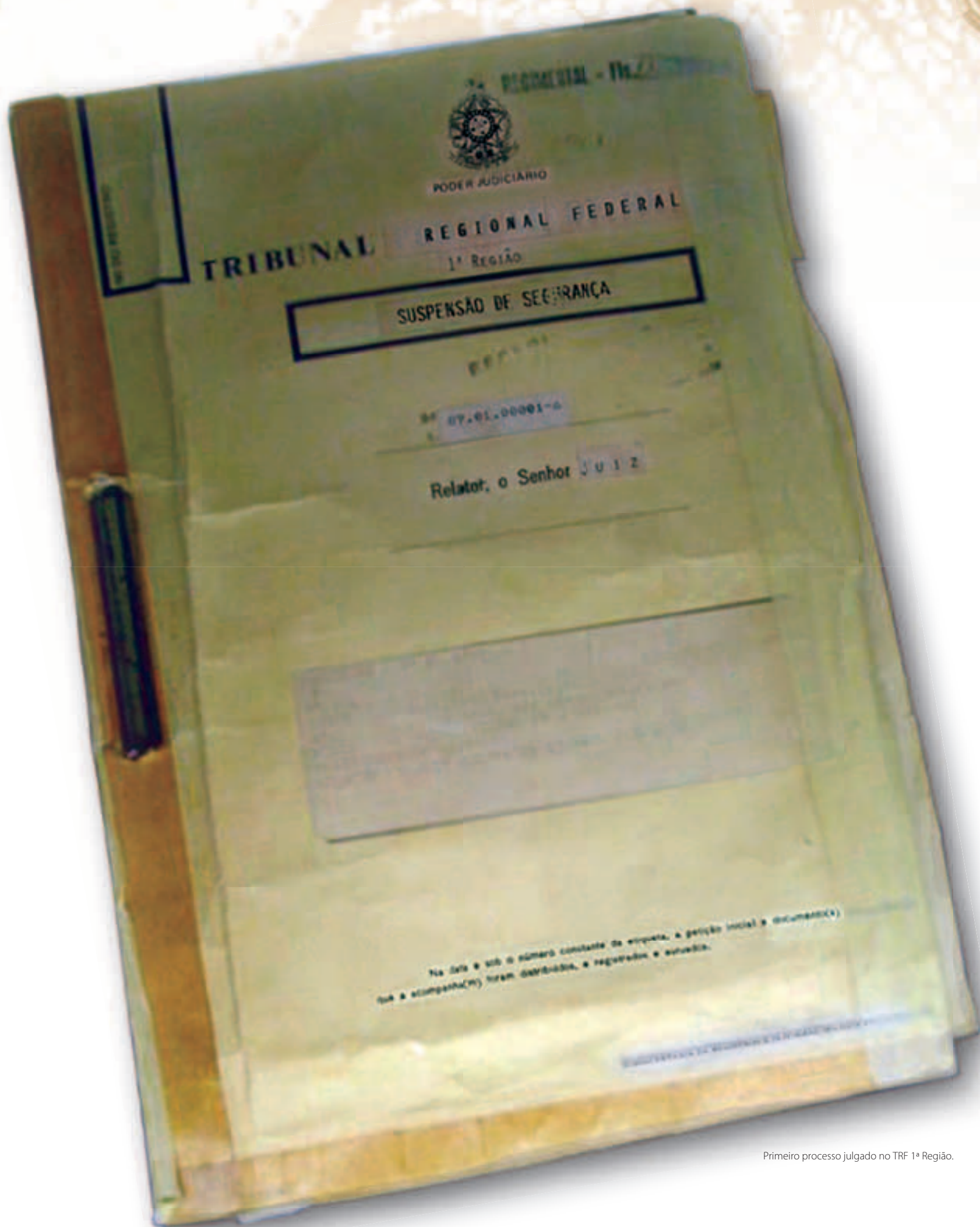
O Presidente deu por encerrada a primeira parte dos trabalhos, retornando, às 17 horas, para dar início à primeira sessão plenária de julgamento.

Para começar, Vieira da Silva submeteu à homologação do Tribunal os Atos 114 e 115, de 19 de junho de 1989, que dispunham sobre a composição das Seções e Turmas e os dias de reunião. O Pleno homologou-os por unanimidade.

O primeiro processo julgado foi o Agravo Regimental na Suspensão de Segurança 89.01.00001-6/DF, interposto pelo Centro do Comércio do Café de Vitória, sendo advogado Roberto Rosas e relator o Juiz Vieira da Silva. O processo dizia respeito à aquisição de quotas de café por empresas exportadoras. Entendeu o Tribunal, por maioria, vencido o Juiz Aldir Passarinho Junior, que a exportação de café em desacordo com as normas fixadas pelo IBC afetava, irreparavelmente, o ritmo da política cafeeira e, conseqüentemente, causava lesão grave à economia pública.

No dia 26 de junho, reuniram-se a 1ª Seção, com 12 processos em pauta, a 3ª Turma, com uma pauta de 79 processos, e a 4ª Turma, com 96 feitos em pauta.

No dia seguinte, foi a vez da 2ª Seção, com 11 processos em pauta, e das 1ª e 2ª Turmas, que tinham em pauta 15 e 7 processos, respectivamente.



REGISTRAR - 114/2000  
PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL**  
1ª REGIÃO

**SUSPENSÃO DE SEGURANÇA**

07.01.00001-0

Relator, o Senhor JUIZ

Na data e sob o número constante da etiqueta, a petição inicial e documentação  
que a acompanha(m) foram distribuídas, e registradas e arquivadas.

Primeiro processo julgado no TRF 1ª Região.



Crescimento da demanda exigiu criatividade







## Esforços para se ampliar a composição do Tribunal

Passados cinco anos da instalação do Tribunal, os dados estatísticos revelavam um número assustador de processos distribuídos. Diante desse quadro, o Tribunal encaminhou anteprojeto ao Superior Tribunal de Justiça – STJ propondo a elevação do número de seus juízes de 18 para 27. Acolhendo em parte a proposta, com a redução de quatro cargos, aquela Corte enviou o Projeto de Lei 4.798, de 1994, ao Congresso Nacional. O Relator, Deputado Agnelo Queiroz, considerando a demanda judicial elevada, fez retornar ao STJ o projeto, sugerindo que o número de magistrados fosse elevado para 27, o que foi deferido pelo Tribunal.

Após dois anos de intensas negociações com o Congresso Nacional, aquela Casa Legislativa aprovou a ampliação da composição dos TRFs, consolidada na Lei 9.967, de 10 de maio de 2000.

Imediatamente após a publicação da Lei, o Tribunal deu início às inúmeras providências necessárias à sua concretização, pormenorizadas na Resolução 13 de 22 de agosto de 2000, aprovada na sessão plenária administrativa de 17 de agosto de 2000.

A ampliação da composição do Tribunal possibilitou importantes mudanças na Corte. Foram criados três órgãos de julgamento: a Terceira Seção, a Quinta e a Sexta Turmas, com as respectivas unidades processantes. O Tribunal passou a contar com três áreas de especialização, estabelecidas em razão da matéria, conferindo-se melhor proporcionalidade ao número de feitos sob competência das Turmas e relatores.

Foi também criada a Corte Especial, colegiado com competências jurídicas e administrativas, composta pelo presidente, pelo vice-presidente, pelo corregedor-geral e pelos 15 juízes mais antigos do Tribunal.

Com o desmembramento da Vice-Presidência e Corregedoria em duas unidades administrativas distintas, foram atribuídas à Vice-Presidência as competências definidas no art. 23 do Regimento Interno, entre as quais as constantes dos incisos II e III: presidir a distribuição dos feitos de competência das Seções e Turmas por delegação do presidente; decidir, por delegação de competência, sobre a admissibilidade de

recursos especial e extraordinário. Essas delegações ocorrem mediante ato do presidente, de comum acordo com o vice-presidente.

Até o final do ano de 2000, as competências foram redefinidas e redistribuídas entre os órgãos julgadores então existentes e os que foram criados. O Regimento Interno foi completamente revisto.

Fez-se a escolha e a remessa ao Ministro da Justiça da lista sêxtupla de juízes federais destinada ao provimento de quatro cargos de Juiz da Casa, pelo critério de merecimento, e a indicação dos três juízes federais que seriam nomeados pelo critério de antiguidade. Até que os novos membros fossem empossados, o Tribunal convocou nove juízes federais da Seção Judiciária do Distrito Federal para integrarem a Corte, a partir de 7 de fevereiro de 2001, como se segue:

I – Terceira Turma:

- Juiz Federal Reynaldo Soares Fonseca;
- Juíza Federal Selene de Almeida.

II – Quinta Turma:

- Juiz Federal Iran Velasco Nascimento;
- Juíza Federal Mônica Jaqueline Sifuentes P. de Medeiros;
- Juiz Federal Alexandre Machado Vasconcelos.

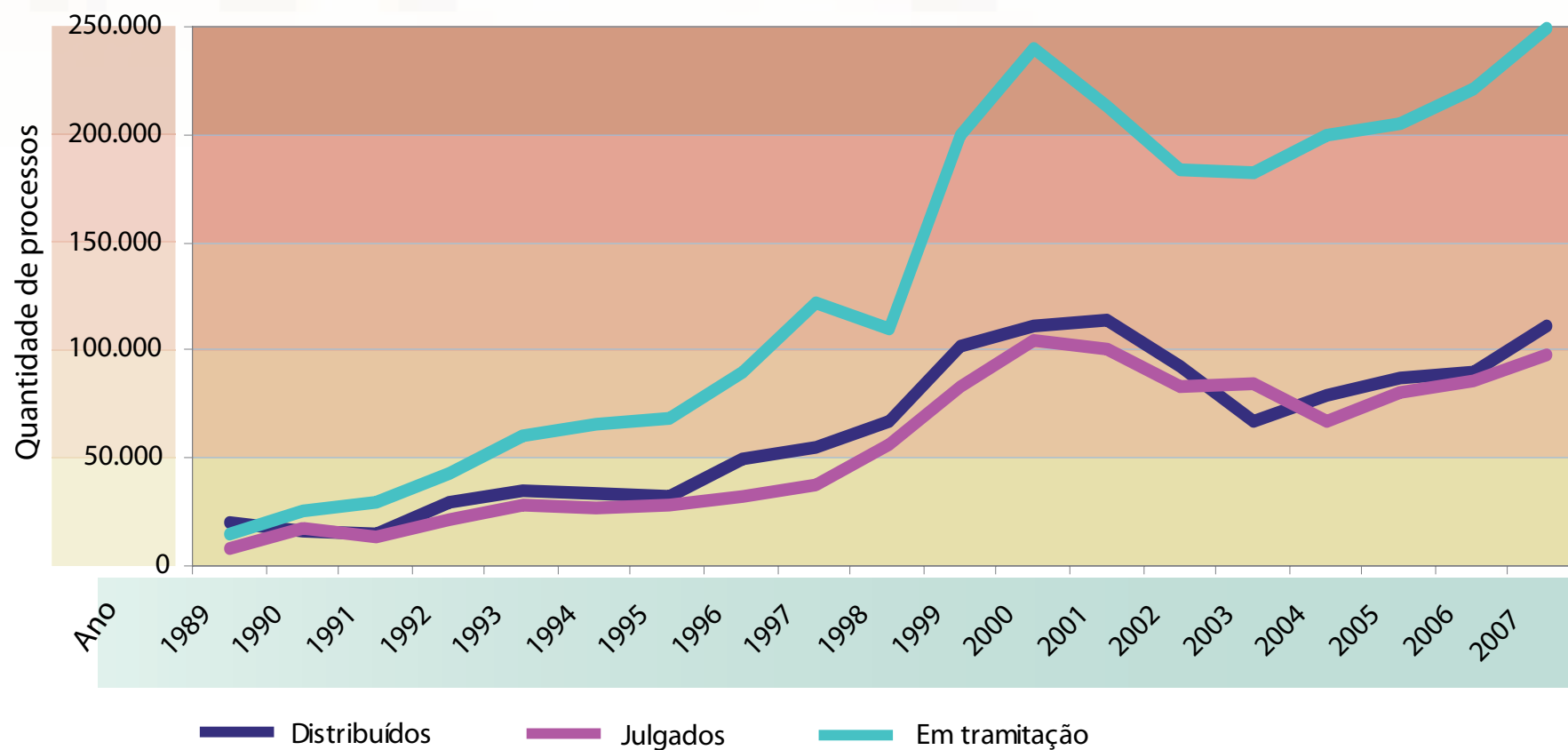
III – Sexta Turma:

- Juiz Federal Souza Prudente;
- Juiz Federal Marcos Vinicius Reis Bastos;
- Juiz Federal Marcos Augusto de Sousa;
- Juíza Federal Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz.

Como a demanda do Tribunal, naquela ocasião, subia em proporções alarmantes, os recursos previstos na lei recém-aprovada já não eram suficientes para as necessidades do Tribunal, o que trouxe à Administração dificuldades para adequar os cargos criados às necessidades dos gabinetes e das unidades administrativas.

Com a ampliação da composição do Tribunal e a criação dos novos órgãos julgadores, o número médio de processos por gabinete, de 10.919 em 1999, passou para 7.769 no final de 2001, quantidade ainda bastante elevada para cada relator, o que demonstrava que as dificuldades, embora suavizadas, persistiam.

### Evolução Processual do TRF 1ª Região



Uma vez que a Lei 9.967/2000 não sanou as inúmeras dificuldades judicantes do Tribunal, a Corte continuou instando com o Conselho da Justiça Federal – CJF a fim de conseguir nova ampliação em sua composição, consideradas não apenas as dificuldades daquele momento mas também a perspectiva de demandas futuras. Ciente dos problemas vivenciados pelos Tribunais, o CJF tem-se empenhado na busca de nova ampliação da composição dos TRFs, realizando estudos em parceria com os Tribunais e negociações com o STJ e com o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Os anos de 2005 e 2007 trouxeram perspectivas especiais de aumento do número de membros dos Tribunais, com a priorização do projeto pelo CJF. Inicialmente, dimensionava-se a composição da Primeira Região com 24 novos membros,

com o que se alcançaria um total de 51 desembargadores federais.

Esse quantitativo chegou a ser aprovado pelo CJF na sessão realizada em Aracaju/SE, em 30 de junho de 2005. No entanto, devido às limitações de gastos impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal e às conseqüentes dificuldades para obtenção dos recursos necessários à ampliação do quadro de pessoal nos TRFs, da forma como estava proposto no texto do anteprojeto, passou-se a trabalhar com um número menor.

Dessa forma, prevê-se para a Primeira Região, em curto prazo, o aumento de oito membros, com possibilidade de acréscimos anuais gradativos.



## Esforços para aceleração dos julgamentos

Por outros meios, ao longo de sua existência, a Justiça Federal da Primeira Região continuou a buscar novas formas para transpor as dificuldades geradas pelas inúmeras causas que lhe são progressivamente apresentadas — decorrentes, entre outros fatores, do aumento das demandas sociais e da própria democratização do acesso ao Judiciário — e pelo conseqüente acúmulo de processos na segunda instância, a fim de adaptar-se às exigências da sociedade.

Diante do grande número de recursos especiais e extraordinários, em 1995, a Presidência, com base nos arts. 21, XXXIX, e 22, § 6º, do Regimento Interno, convocou os Juízes Federais Substitutos Antônio Corrêa, Ivani Silva da Luz, João Carlos Mayer Soares, Leão Aparecido Alves, Reynaldo Soares da Fonseca, Ricardo Gonçalves da Rocha Castro, Maria do Carmo Guerrieri Saboya Reis e Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz para colaborar nos despachos de admissibilidade.

Resolvido o problema da Presidência, o Tribunal, com o objetivo de acelerar os julgamentos das Turmas, devido ao reduzido número de juízes em relação à elevada quantidade de processos, alterou o inciso XXXIV do art. 21 do Regimento Interno a fim de possibilitar a convocação de juízes de primeiro grau para atuar em função de auxílio no TRF.

Assim sendo, em 31 de janeiro de 1997, o Juiz-Presidente, Leite Soares, baixou a Resolução 1, instituindo grupos de trabalho, com o objetivo de agilizar, em regime de esforço concentrado, os julgamentos dos processos distribuídos aos juízes do Tribunal e pendentes de apreciação pelas respectivas Turmas. Foram convocados os Juízes Rubem Martinez Cunha, Reynaldo Soares da Fonseca, Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz e Lincoln Rodrigues de Faria.

Para que esses magistrados não fossem considerados assessores de juiz do Tribunal, a Corte resolveu baixar a Resolução 5, de 16 de junho de 1998, convocando-os para participar da Turma julgadora.

Nesse sistema, o Tribunal convocou inicialmente os seguintes Juízes Federais: Alexandre V. de Oliveira, Antônio Ezequiel da Silva, Antônio Sávio de O. Chaves, Francisco de Assis Betti, Jamil Rosa de Jesus, José Amílcar de Q. Machado, Lindoval M. de Brito, Luiz Airtton de Carvalho, Selene Maria de Almeida, Solange S. da Silva, Sônia Diniz Viana, Vera Carla N. de Oliveira Cruz e Lourival Gonçalves de Oliveira.

## Turmas Suplementares — inovação para fazer frente ao acervo em tramitação

Em 2001, por meio da Resolução 5 de 21 de março, uma solução inovadora e ousada foi adotada no Tribunal: a criação de três Turmas Suplementares de julgamento.

A medida foi subsidiada por um modelo bem-sucedido implantado no Tribunal Regional Federal da Quarta Região, adaptado e aprimorado para a Primeira Região, de forma a se evitarem dificuldades no funcionamento e maximizar as possibilidades de êxito.

As Turmas Suplementares da Primeira Região foram instituídas com o objetivo precípuo de reduzir, por meio de esforço concentrado, o acúmulo de processos em tramitação no Tribunal, autuados no período de 1989 a 1999, que se encontravam prontos para apreciação. Tais processos deviam estar em fase de julgamento, sem pendências processuais (despachos, diligências etc.).

Inicialmente, o total de processos atribuídos às três Turmas Suplementares foi de 12.915.

Cada Turma Suplementar foi formada por três juízes federais, presididas por um juiz do Tribunal que voluntariamente optasse pelo desempenho dessa função. A participação de juízes do Tribunal, com direito a voto em todos os processos, visou a assegurar a convergência dos julgamentos com a jurisprudência da Corte.

Nove juízes federais foram convocados para trabalhar em regime de mutirão, após aprovação das indicações da Presidência pela Corte Especial, em sessão realizada em 29 de março de 2001.



## Juizes federais convocados para a primeira composição das Turmas Suplementares

Turma Suplementar	Juiz	Seção Judiciária
1ª	Juiz Federal Ricardo Machado Rabelo	Minas Gerais
	Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebêlo	Minas Gerais
	Juíza Federal Magnólia Silva da Gama e Souza (substituída posteriormente pelo Juiz Federal Derivaldo de Figueiredo Filho, do Piauí)	Distrito Federal
2ª	Juiz Federal Lindoval Marques de Brito	Goiás
	Juíza Federal Ivani Silva da Luz	Distrito Federal
	Juíza Federal Kátia Balbino de Carvalho Ferreira (substituída posteriormente pelo Juíza Federal Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz)	Bahia
3ª	Juiz Federal Leão Aparecido Alves	Goiás
	Juiz Federal Evandro Reimão dos Reis	Bahia
	Juiz Federal Julier Sebastião da Silva	Mato Grosso

Nos seis primeiros meses, as Turmas foram presididas pelos seguintes Juizes:

## Primeiros presidentes das Turmas Recursais

Turma Suplementar	Presidência da Turma
1ª	Juíza Selene de Almeida
2ª	Juiz Tourinho Neto
3ª	Juiz Souza Prudente
	Juiz Daniel Paes Ribeiro
	Juiz Amílcar Machado

Além dos magistrados mencionados, quando da impossibilidade temporária de comparecimento dos titulares, outros juizes contribuíram para o funcionamento das sessões de julgamento, presidindo os trabalhos nos primeiros seis primeiros meses: Juiz João Batista Moreira, Juiz Hilton Queiroz e Juiz Cândido Ribeiro.

Os resultados alcançados com a implantação das Turmas Suplementares foram excelentes. Em curto espaço de tempo, o Tribunal solucionou as demandas de mais de 5.000 jurisdicionados. Apenas nos primeiros seis meses, foram julgados 5.777 processos, uma média de 642 por juiz.

Prevista a Resolução que implantou as Turmas Suplementares a reavaliação, a cada seis meses, da necessidade de

continuação dos trabalhos. Após quatro anos de atividades, as Turmas Suplementares foram encerradas por decisão da Corte Especial, mediante a Resolução 600-22 de 5 de agosto de 2005.

Durante todo o período de funcionamento, as três Turmas Suplementares contaram com o trabalho e a dedicação de 37 juizes federais, além de servidores, prestadores de serviço e estagiários, cujo esforço resultou no julgamento de 39.920 processos.

## Turma Especial de Férias

Diante do volume de feitos autuados durante os recessos forenses, nos meses de julho e janeiro de cada ano, o Tribunal decidiu, em 2001, instituir semestralmente as Turmas Especiais de Férias, a elas cabendo decidir os pedidos de liminar em mandado de segurança, agravo de instrumento e *habeas corpus*; determinar liberdade provisória ou situação de ordem de prisão e as demais medidas em feitos que reclamavam urgência.

As Turmas Especiais de Férias prestaram valioso serviço aos jurisdicionados, salvaguardando, tempestivamente, direitos ameaçados. O funcionamento desses órgãos julgadores especiais ocorreu até janeiro de 2005, extinguindo-se em de-



corrência da promulgação da Emenda Constitucional 45, de 30 de dezembro de 2004, que determinou o funcionamento ininterrupto da atividade jurisdicional, vedando férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau.

## Criação das Sétima e Oitava Turmas e da Quarta Seção

No ano de 2003, durante o reexame obrigatório das competências das Seções e Turmas do Tribunal, conforme previsto no art. 407 do Regimento Interno, a Corte decidiu priorizar os feitos criminais. Em 30 de maio de 2003, foi julgado pelo Plenário o Processo Administrativo 712/2003 – TRF, aprovando-se a criação de três órgãos julgadores para o Tribunal: a Quarta Seção e as Sétima e Oitava Turmas, com ampla reformulação e redistribuição de competências.

Para a criação dos novos órgãos julgadores, não houve ampliação da composição de magistrados do Tribunal, mas realocação. Cada Turma de julgamento, até então integrada por quatro membros, passou a contar com três desembargadores federais.

Após as alterações no Regimento, a Secretaria Judiciária promoveu, em apenas 40 dias, mutirão que preparou e redistribuiu mais de 60 mil processos em conformidade com as novas competências dos órgãos julgadores. Essa foi a maior redistribuição de processos no Tribunal, desde sua criação.

Tais iniciativas foram decisivas para a aceleração do andamento dos feitos criminais. As duas Turmas Criminais, que, no final de 2003, registravam um acervo de 5.322 processos pendentes de julgamento, encerraram o ano de 2007 com 3.515.

## Novo modelo de convocação de juízes

O relevante serviço desempenhado pelas Turmas Suplementares foi de grande valia para a prestação jurisdicional do Tribunal. No entanto, para que fossem otimizados os recursos humanos e financeiros, buscou-se alternativa que continuasse a atender às demandas internas da Corte.

A Resolução 600-22 de 5 de agosto de 2005 aprovou um novo modelo de convocação no Tribunal, permitindo que os desembargadores federais, em caráter excepcional e quando o acúmulo de serviço o exigisse, indicassem ao presidente do Tribunal juízes federais para atuar exclusivamente nos processos de competência das Turmas, em sistema de rodízio, mediante convocação.

Os juízes federais convocados também substituem os desembargadores federais em suas férias, afastamentos e impedimentos eventuais.

Essa forma de convocação foi aprimorada, dando ensejo à Resolução 600-10 de 13 de novembro de 2006. A nova norma atribui à Seção da Turma julgadora à qual pertença o desembargador federal a ser substituído ou auxiliado escolher previamente e indicar ao Presidente do Tribunal, em conformidade com os critérios de impessoalidade e produtividade estabelecidos para cada convocação, três opções de nomes de magistrados, entre aqueles que preenchem os requisitos previstos no mencionado dispositivo e no respectivo edital. As listas tríplices são apreciadas e votadas pela Corte Especial Administrativa.

## Projeto de Conciliação do Sistema Financeiro de Habitação

Outra ação significativa na busca por se agilizar a solução dos processos pelo Tribunal foi a implementação do Projeto de Conciliação, inicialmente para julgamento dos feitos que tratam do Sistema Financeiro de Habitação. A medida teve grande relevância, considerando-se principalmente que a conclusão rápida de processos envolvendo contratos de financiamento da casa própria tem imediata repercussão social.

O projeto foi autorizado pela Corte Especial do Tribunal na sessão de 23 de maio de 2005, no Processo Administrativo 7.819/2004, e sistematizado pela Resolução 100-14 de 25 de maio de 2005.

Sua implementação assenta-se na recomendação contida no art. 331 do Código de Processo Civil — que enfatiza a

conveniência da solução dos processos pela via conciliatória, mediada por magistrado, com economia, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional — e na criação de uma nova cultura, a partir da qual as partes identificarão na conciliação de seus interesses um instrumento hábil para a resolução de conflitos.

O projeto partiu de uma parceria de sucesso entre o Tribunal e a Empresa Gestora de Ativos – Emgea, instituição pública federal de natureza não financeira, que, vinculada ao Ministério da Fazenda, administra os contratos de crédito imobiliário originários da Caixa Econômica Federal – CEF e de mais 56 agentes financeiros cujas carteiras imobiliárias foram cedidas à CEF ou compradas por ela.

O eminente Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca, é o coordenador do Projeto, que, concebido em 2005, teve a implantação iniciada em 22 de maio



O Desembargador Federal Souza Prudente (6ª Turma) entrega carta de quitação de débito à advogada Jane Julie.



A mutuária Ana de Souza Ribeiro Pereira (à direita) recebe carta de quitação de débito das mãos da Presidente do TRF 1ª Região, Desembargadora Federal Assusete Magalhães.



O Coordenador do Projeto de Conciliação, Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca, entrega carta de quitação de débito a mutuária.



A Desembargadora Federal Selene de Almeida (5ª Turma) entrega carta de quitação de débito ao mutuário José Ronaldo Brito de Sousa.





de 2006, na Seção Judiciária de Minas Gerais. Na opinião do magistrado, “a diretriz da transação tem sido um grande instrumento para a composição dos litígios judiciais, e a reforma processual brasileira, que vem sendo feita por etapas e ao longo dos anos, consolidou a idéia da conciliação como importante mecanismo de resolução de tais conflitos”.

Em apenas uma semana de negociações, houve 825 acordos, índice que animou ainda mais o prosseguimento do Projeto nas demais Seccionais da Primeira Região.

A Presidente do Tribunal, Assusete Magalhães, após entregar documento de baixa de hipoteca a um mutuário, afirmou:

Todos ganham. O mutuário, o agente financeiro, a Justiça Federal e a sociedade. O resultado inicial do projeto é extremamente gratificante e mostrou que o futuro dos conflitos na sociedade passa pela conciliação.

Em 30 de novembro de 2006, a Presidência do Tribunal expediu a Portaria 600-468 autorizando a extensão do Projeto aos processos em tramitação nas Seções Judiciárias da Primeira Região.

Desde sua implantação, inúmeras cartas de baixa de hipoteca a mutuários que firmaram acordo com a Caixa Econômica Federal foram entregues pelo Tribunal aos jurisdicionados, em diversas unidades federativas da Primeira Região.

A ação, que trouxe resultados exitosos, contou com a participação de mais de 50 magistrados voluntários.

Os índices de acordo têm sido superiores a 50%, com destaque especial para Minas Gerais, Pará, Amapá, Mato Grosso e Piauí, que ultrapassaram o percentual positivo de 70% de acordos.

A partir do mês de agosto de 2006, o CNJ lançou o projeto Conciliar é Legal, chamando todo o Poder Judiciário para a troca do paradigma do litígio pela cultura da conciliação. Em diversas oportunidades, a Ministra Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal – STF, tem ressaltado o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

O CNJ instituiu o dia 8 de dezembro, Dia da Justiça, como “Dia Nacional da Conciliação”.

No ano de 2006, o Dia Nacional da Conciliação foi marcado pelas portas abertas de todos dos tribunais do país. As

Seções Judiciárias da Primeira Região realizaram 7.646 audiências, as quais envolveram cerca de 15 mil pessoas, entre magistrados, servidores e voluntários. Nesse dia, em toda a Justiça Federal, foram realizados, aproximadamente 13.900 audiências e 9.198 acordos.

A Seção Judiciária do Estado do Pará foi a sede do Dia Nacional da Conciliação na Primeira Região em 2006. Nas palavras da Presidente do Tribunal:

Em números, o Pará é o primeiro lugar, entre todas as Seções Judiciárias da Primeira Região, nos dois Projetos de Conciliação implementados pelo Tribunal (de contratos imobiliários, iniciado em maio de 2006, e de juizados especiais federais, de causas de pequeno valor, até 60 salários mínimos, iniciado em outubro de 2006).

Em Belém do Pará, a mutuária Ângela de Azevedo, de 54 anos, que há 15 lutava pela aquisição de um imóvel da falida Encol, recebeu a carta de quitação de débito das mãos da Presidente, Assusete Magalhães.

Em dezembro de 2007, o dia da conciliação tornou-se semana, reflexo do grande impacto social da ação. A abertura da Semana, que iniciou no dia 3, na sede da Seção Judiciária de Minas Gerais, contou com a presença da Ministra Ellen Gracie, que, juntamente com a Desembargadora Assusete Magalhães, entregou os certificados de baixa de hipoteca de imóveis a mutuários do SFH que haviam optado pela conciliação.

Até o final de 2007, o referido projeto realizou 1.357 acordos, em um percentual de aproveitamento de 50,14 % em relação à quantidade de audiências realizadas, que totalizaram 2.706.

Na linha do projeto Conciliar é Legal, a Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região passou a desenvolver, a partir de outubro de 2006, um outro projeto de conciliação nos JEFs, com índices igualmente excelentes. As conciliações relacionam-se a matérias do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, concessão de reajustes de benefícios previdenciários e servidores públicos.

Os resultados alcançados demonstram que a Justiça Federal da Primeira Região está no caminho certo. A cultura do diálogo e da conciliação é uma grande ferramenta para a pacificação social e para a agilização da entrega da prestação jurisdicional, com redução, inclusive, dos custos do Estado-Juiz.

## Projeto de Conciliação nas ações previdenciárias

Os resultados expressivos alcançados pelo Projeto de Conciliação nos processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação e em trâmite no TRF 1ª Região e na Justiça Federal de primeira instância, aliados à busca por alternativas que amenizem a situação crítica em que se encontra a Primeira Seção deste Tribunal, responsável também pelas demandas previdenciárias, com mais de 45 mil processos dessa matéria pendentes de julgamento, nas duas Turmas que a compõem, a Presidente Assusete Magalhães, por meio da Portaria Presi 600-04 de 6 de março de 2008, autorizou a implantação de Projeto de Conciliação nos processos referentes às questões previdenciárias e que tramitam em grau de recurso no Tribunal Regional Federal da Primeira Região. A ação havia sido aprovada, por unanimidade, pela Corte Especial Administrativa, em sessão realizada também no dia 6.

A solenidade de assinatura da Resolução aconteceu no dia 7 de março, na sala de reuniões da Presidência, e contou com a presença da Desembargadora Federal Presidente, da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves, do Juiz Federal em auxílio à Presidência, Reynaldo Soares da Fonseca, Coordenador do Projeto de Conciliação da Primeira Região, do Juiz Federal em auxílio à Corregedoria, Lincoln Faria, da Coordenadora do JEF/DF, Juíza Federal Gilda Sigmaringa, da Juíza Federal em auxílio à Coordenação dos Juizados Especiais Federais, Kátia Balbino, do Subprocurador-Geral do INSS, Gilberto Waller, do Coordenador do Juizado Especial Federal da Procuradoria Especializada do INSS, Joaquim Pedro da Silva, do Chefe da Seção de Orientação Recursal da Procuradoria Regional do INSS, José Carvalho, do Procurador-Chefe do Serviço de Tribunais da Procuradoria Especializada do INSS, Germano Cardoso, do Diretor-Geral Felipe Jacinto e de diretores de secretaria do Tribunal.

O projeto está amparado pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado, em 9 de outubro de 2007, pelo CNJ, pelo Conselho da Justiça Federal, pela Advocacia-Geral da União e pelo Ministério da Previdência Social, com a interveniência do Instituto Nacional do Seguro Social.

Motivada pelo elevado e alarmante volume de processos relativos a questões previdenciárias na Seção e sensível à urgência da entrega da prestação jurisdicional ao cidadão que necessita do amparo previdenciário, muitos indo a óbito sem ver resolvida sua demanda, a Presidência deste Tribunal formulou proposta de implantação de Projeto de Conciliação nesses processos à Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, que prontamente demonstrou intenção de colaborar para a redução dessas demandas judiciais, acreditando ser a conciliação o caminho mais eficaz para a consecução desse objetivo.

O projeto, de forte repercussão social nas camadas mais pobres da população, especialmente as do meio rural, teve sua implantação efetivada no dia 12 de março, durante solenidade ocorrida no Salão Nobre da Corte e prestigiada pela Presidente do CNJ e do STF, Ellen Gracie Northfleet, pelo Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, pelo Presidente do STJ e do Conselho Justiça Federal, Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, e pelo Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, Marco Antônio de Oliveira, entre outras autoridades.



Solenidade de instalação do Projeto de Conciliação em ações previdenciárias.





Durante a solenidade, a Desembargadora Federal Neuza Maria Alves assinou a homologação de acordos feitos com três beneficiários. “Moro na roça, não tenho leitura. Quando procurei o INSS me pediram um monte de papel. Depois ficaram me enrolando um tempão, até que a doutora (advogada) Gilda Irene resolveu ajudar”, disse, risonha e com simplicidade, Maria Dinalva Alves do Nascimento, 64 anos, moradora da cidade goiana de Niquelândia, cujo benefício de aposentadoria rural, e a que tem direito, já está implantado.



Entrega de carta de concessão de benefício à Senhora Maria Dinalva Alves do Nascimento pelo Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, Presidente do STJ e do CJF.

Os trabalhos da equipe do Instituto Nacional do Seguro Social começaram no dia 12 de março, data da implantação do Projeto, e se estenderão por tempo indeterminado, com previsão de avaliação dos resultados no prazo de seis meses.

Inicialmente, serão analisados processos relativos à aposentadoria rural, pensão rural, auxílio-maternidade rural e ao benefício assistencial, concedido a pessoas idosas e portadoras de deficiências.

O TRF 1ª Região está disponibilizando, em suas dependências, uma sala onde doze funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social irão trabalhar, analisando os processos em grau de recurso e a possibilidade de acordo. Caso este seja possível, serão contatados os advogados, que terão prazo de dez dias para a manifestação quanto à conciliação. Acontecendo o acordo, se o caso for, por exemplo, de implantação de benefícios, isto se dará imediatamente, e o jurisdicionado passará a percebê-lo mensalmente. Quanto às parcelas em atraso, estas serão calculadas e definidas, em valor líquido e certo, também por ocasião do acordo, dependendo o seu efetivo pagamento apenas do processamento e elaboração dos precatórios e RPVs no juízo de origem.



O projeto, pioneiro na Justiça Federal brasileira, trará a conveniência da solução dos processos pela via conciliatória, com economia, celeridade e efetividade na prestação jurisdicional, além de beneficiar a parcela mais carente da população”. Presidente Assusete Magalhães durante solenidade de implantação do Projeto de Conciliação nas ações previdenciárias.



A todas essas iniciativas somam-se outras de caráter tecnológico, de racionalização e simplificação. O alto custo social, financeiro e operacional da morosidade do sistema processual é assunto recorrente nas discussões para a melhoria do Judiciário. Objetivando minimizar esses problemas e com a perspectiva de, em um futuro próximo, saná-los de forma definitiva, o Tribunal tem investido crescentemente na modernização e agilização dos serviços. São exemplos:

### Terminais de auto-atendimento

Com instalação em 1995, os terminais de auto-atendimento oportunizaram a consulta a informações processuais sem a necessidade da intervenção de servidor, o que reduziu a demanda por atendimento no balcão e agilizou a consulta. Em 2006, o Tribunal adquiriu novos terminais, com *hardware* e *software* mais modernos.



### Gedoc – Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (protocolo descentralizado)

O protocolo descentralizado, disciplinado pela Resolução 9 de 17 de junho de 1999, foi criado pelo TRF 1ª Região para proporcionar maior presteza e rapidez à tutela jurisdicional, por intermédio da descentralização do recebimento de petições destinadas ao Tribunal. O programa foi implantado em etapas:

1 – Protocolo descentralizado de petições de processos originários do TRF 1ª Região, em funcionamento desde 15 de julho de 1999, o qual permitiu que as partes e advogados apresentassem petições em processos originários do Tribunal em qualquer Seção ou Subseção Judiciária da Primeira Região, excetuando-se a Seção Judiciária do Distrito Federal.

2 – Recebimento, no protocolo descentralizado, de quaisquer petições ou recursos referentes a processos judiciais em tramitação no TRF 1ª Região. Teve início na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em 15 de março de 2000 e está, atualmente, em pleno funcionamento nas demais Seções Judiciárias. Esta etapa foi disciplinada também pela Portaria 66 de 21 de fevereiro de 2000.

3 – Numeração única para autuação dos feitos contenciosos da Primeira Região, proporcionando-se um controle seqüencial das petições protocolizadas, utilização simultânea pelo Tribunal e Seccionais bem como impressão de etiquetas com número da petição e respectivo código de barras.



4 – Descentralização do recebimento de petições destinadas às Seções e Subseções Judiciárias. Em fase de implantação.





### **Envio eletrônico de matérias para publicação na Imprensa Nacional**

Regulamentado pela Resolução 8 de 5 de junho de 2000, o programa de envio eletrônico de matérias, realizado em parceria com a Imprensa Nacional, contribuiu significativamente para a redução de custos e do volume de trabalho.

O primeiro documento publicado no *Diário Oficial da União* em decorrência do envio eletrônico realizado em 1º de março de 2000 foi um extrato de inexigibilidade.

No *Diário da Justiça*, as primeiras publicações ocorreram em 30 de outubro de 2000, provenientes da Subsecretaria da Primeira Turma, com decisões e despachos prolatados pelo Desembargador Federal José Amilcar Machado.

### **Sistema de Execução Fiscal Virtual**

No ano de 2001, os processos de execução fiscal da Primeira Região, referentes à cobrança judicial dos valores devidos à União, aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e respectivas autarquias inscritos na dívida ativa (Lei de Execuções Fiscais 6.830, de 22 de setembro de 1980), passaram a tramitar em ambiente virtual. O sistema teve início em projeto piloto realizado em parceria com a Seção Judiciária do Distrito Federal.

O principal objetivo da virtualização é o atingimento da celeridade na prestação jurisdicional. A tramitação digital proporciona ainda economia para o Estado e benefícios para o cidadão, uma vez que representa aumento da arrecadação tributária, que se deve reverter em melhoria da saúde, educação, transporte entre outros serviços públicos. Além disso, a eliminação gradativa do uso de papel contribuirá para a preservação do meio ambiente.

O Sistema de Execução Fiscal Virtual foi premiado como “Iniciativa do Ano em 2003” no Congresso Internacional de Gerenciamento Eletrônico de Documentos – Infoimagem, ocorrido em São Paulo.

### **e-Proc – Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais no Âmbito da Primeira Região**

Ainda em 2001, foi instituído pela Portaria/Diges/Presi 820 de 12 de novembro de 2001 o Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais da Justiça Federal da Primeira Re-

gião, que tem o objetivo de permitir aos advogados e demais usuários o encaminhamento de petições à Justiça Federal da Primeira Região pela internet. Além disso, disponibiliza manual e legislação pertinentes ao envio de documentos eletrônicos.

### **Consulta processual pelo celular**

No mesmo ano, o Tribunal passou a disponibilizar um sistema para acompanhamento processual através do telefone celular com a utilização do recurso *WAP*, conhecido como Protocolo de Aplicação sem Fio.

O serviço permite que o jurisdicionado veja, de qualquer localidade do território brasileiro, o andamento dos processos em tramitação na Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região. O interessado pode realizar a consulta e conhecer os três últimos andamentos do processo.

### **TRF-Push**

O TRF-Push, implantado em setembro de 2001, é um serviço disponível no *site* do TRF 1ª Região e de suas Seccionais, pelo qual o usuário cadastrado recebe informações via *e-mail*, enviadas automaticamente toda vez que ocorre uma movimentação de processo de seu interesse.

Todo interessado — advogado ou parte de um processo —, desde que disponha de um endereço de correio eletrônico (*e-mail*), pode cadastrar-se. O recebimento do *Boletim Informativo de Jurisprudência* é opcional.

### **JEF-virtual – Sistema de Juizado Especial Federal Virtual**

Em 16 de junho de 2003, aconteceu a solenidade de instalação do primeiro Juizado Especial Virtual do TRF 1ª Região. O evento aconteceu na Seção Judiciária do Distrito Federal, responsável pela experiência piloto do projeto. Hoje, o sistema atinge as 14 Seccionais da Primeira Região.

A virtualização do Juizado Especial Federal na Primeira Região foi uma proposta da então Coordenadora dos JEFs, Desembargadora Federal Selene de Almeida, que seguiu experiência pioneira do TRF 3ª Região.

O primeiro processo sentenciado totalmente em sistema virtual (2003.34.00.900000-2) teve por objeto um pedido de indenização contra a Caixa Econômica Federal, que foi jul-

gado procedente em parte pelo então Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa.

Em 21 de setembro de 2007, os processos números 2004.34.00.915222-6, 2004.34.00.907171-7, 2004.34.00.907453-4, 2004.34.00.907942-7, 2004.34.00.908470-0, 2004.34.00.908641-9, 2004.34.00.908642-2, 2004.34.00.908643-6 e 2004.34.00.907093-8 foram encaminhados virtualmente ao STF com recursos extraordinários interpostos pelas partes.

O primeiro processo com tramitação totalmente virtual (2004.34.00.907093-8/DF) tratava de revisão de benefício previdenciário. Autuado no Juizado Especial Federal do Distrito Federal, teve o pedido julgado procedente em 3 de março de 2005 pela Juíza Federal Daniela Zarzar Pereira de Melo Queiroz. Encaminhado, posteriormente, à Turma Recursal em 5 de maio de 2006, o recurso interposto foi julgado parcialmente procedente em 17 de agosto de 2006. Em 24 de outubro de 2007, o processo foi remetido ao STF, recebendo naquela Corte decisão monocrática assinada eletronicamente pelo Ministro Carlos Brito em 5 de outubro do mesmo ano.

### Protocolo externo do Tribunal

Em 2005, foi construído posto de atendimento, ao lado do edifício Sede II, para propiciar a entrega de petições de dentro do veículo.

### Sistema de citação e intimação via internet – e-Cint

A Resolução Presi 600-13, assinada pela Presidente, Assusete Magalhães, em 19 de dezembro de 2006, instituiu Sistema de Citação e Intimação Eletrônica via internet – e-Cint, nos processos virtuais de Juizados Especiais Federais – JEFs da Primeira Região.

De acordo com a Resolução, poderão ter acesso ao sistema partes, advogados e procuradores de entes públicos previamente cadastrados. O interessado deve cadastrar-se previamente, mediante preenchimento e envio de termo de adesão, disponível em todas as Seções Judiciárias, no setor indicado pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais. Efetivado o cadastro, o interessado estará apto ao recebimento do e-Cint, a partir do primeiro dia útil seguinte.

Todas as informações inerentes às citações e intimações podem ser consultadas em *link* específico no *site* do TRF 1ª Região.

O e-Cint entrou em funcionamento em caráter experimental no Distrito Federal e Minas Gerais em 2006, ampliado posteriormente para outros estados da Primeira Região.

### e-Assinador

O projeto e-Assinador teve início em 22 de fevereiro de 2006 com o objetivo de garantir a validade jurídica dos documentos e processos na Justiça Federal da Primeira Região, assim como disseminar e popularizar a tecnologia de certificação digital.

Permite que sejam assinados documentos isolados ou processos, sem a necessidade de se conhecerem em detalhe os procedimentos envolvidos na assinatura digital.



O desenvolvimento desse projeto teve como base os padrões definidos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação e Auditoria – ITI, em seu *Manual de Condutas Técnicas*.





## Novo sistema eletrônico para expedição de requisições de pagamento

Com o novo sistema, implantado por intermédio da Portaria Corej/Presi 237 de 7 de abril de 2006, teve início a expedição por meio eletrônico das requisições de precatórios e de pequeno valor, devidamente assinadas digitalmente com certificados ICP-Brasil, tipo A3 com biometria.

O ano de 2007 testemunhou outra importante evolução tecnológica: a certificação digital, com base na biometria, na Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Primeira Região, para emissão de ofícios de *saque* relativos a requisições de pagamento. De modo similar, está em fase final de desenvolvimento a emissão de ofícios de *depósito*.

### e-RE

Em 4 de junho de 2007, a Presidente do TRF 1ª Região, Assusete Magalhães, enviou o primeiro lote de Recurso Extraordinário, por meio eletrônico, para análise e recebimento pelo STF, o que foi considerado um marco histórico na Justiça brasileira.

O primeiro processo enviado à base de dados do STF e que gerou recibo comprobatório foi o 2005.38.00.022539-8, tendo por objeto o reconhecimento da isenção concedida pela Lei Complementar 70/1991 em relação à Cofins. Nesse mesmo dia, foram enviados outros quatro processos, dando início à utilização, no TRF 1ª Região, do denominado e-RE (Recurso Extraordinário Eletrônico), que irá substituir, após o desenvolvimento de todas as fases, adaptação e implantação do programa, o encaminhamento físico dos recursos extraordinários.

No dia 5 de junho, outros 18 recursos extraordinários foram enviados eletronicamente ao STF. O de número 2005.34.00.030148-5, que tinha como objeto pedido de reingresso no Programa de Recuperação Fiscal – Refis, foi distribuído eletronicamente na Suprema Corte, sob o número RE 551476, no dia 21 de junho, na solenidade de lançamento do sistema e-STF, e foi o primeiro a ser julgado eletronicamente, o que ocorreu na tarde do dia 22, pelo Ministro Sepúlveda Pertence.

Este é um momento histórico. “No âmbito dos Tribunais Regionais Federais, no país, o TRF 1ª Região é o primeiro a encaminhar eletronicamente um recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal”, disse a Presidente, Assusete Magalhães.

Recursos extraordinários eletrônicos encaminhados pela Presidência do TRF 1ª Região em 4 de junho de 2007	
Hora da transmissão	Número do processo
18h58	2003.38.00.059204-2
18h58	2005.38.00.022539-8*
18h59	2003.39.00.013598-0
18h59	2005.38.00.013673-0
19h00	2000.38.00.031326-0

\* primeiro recurso extraordinário enviado pelo TRF 1ª Região, recebido na base de dados do STF e que gerou recibo comprobatório.

Recursos extraordinários eletrônicos encaminhados pela Presidência do TRF 1ª Região em 5 de junho de 2007	
Hora da transmissão	Número do processo
11h31	2005.34.00.030148-5*
11h32	1997.01.00.034120-5
11h32	2002.01.00.028501-3
11h32	2004.38.00.042581-7
11h33	2003.35.00.009319-3
11h33	2004.36.00.009212-5
11h33	2005.35.00.004359-7
11h34	2004.36.00.000503-3
11h34	2004.38.00.018804-0
11h35	2003.34.00.039797-7
11h35	2004.34.00.018080-0
11h36	2003.38.00.047977-4
11h36	2004.38.00.029312-6
11h37	2004.38.00.016333-3
11h37	2004.38.00.048229-0
11h38	2005.41.00.000776-8
19h35	2004.35.00.004400-9
19h35	2004.38.00.018807-0

\* primeiro recurso extraordinário julgado eletronicamente pelo STF, em 22 de junho de 2007.

### Correição virtual de processos

O TRF 1ª Região deu mais um passo para acelerar o processo de modernização da Justiça Federal ao possibilitar que os magistrados responsáveis pelas correições nas varas sob jurisdição da Primeira Região possam inspecionar, a distância, os processos dos JEFs Virtuais. A ferramenta virtual de correição, denominada Módulo de Correição Virtual dos Processos, foi criada pela Secretaria de Informática de acordo com orientação da Corregedoria-Geral do Tribunal.

O módulo foi utilizado pela primeira vez na correição geral ordinária do estado do Maranhão, no JEF de São Luís, encerrada em 17 de agosto de 2006. O trabalho foi supervisionado pela Juíza Federal em auxílio eventual à Corregedoria-Geral, Sônia Diniz Viana.

### Diário Eletrônico da Justiça Federal da Primeira Região

A Resolução 600-011 de 4 de outubro de 2007 do TRF 1ª Região instituiu o *Diário Eletrônico da Justiça Federal da Primeira Região – e-DJF1*, em formato eletrônico, como meio oficial de publicação dos atos judiciais e administrativos da Justiça Federal da Primeira Região de primeiro e segundo grau, conforme dispõe o parágrafo 5º do art. 4º da Lei 11.419, de 9 de dezembro de 2006.

O caderno da Seção Judiciária de Rondônia foi o primeiro a ser veiculado na internet, em 8 de outubro de 2007. A Portaria Presi 600-352 de 4 de outubro de 2007, que instituiu o caderno, previu período de teste, de 8 de outubro a 16 de novembro de 2007, no qual a divulgação ainda não tinha valor de publicação oficial.

O caderno do Tribunal foi o segundo a ser disponibilizado na internet, instituído pela Portaria Presi 600-243 de 22 de outubro de 2007 e sem valor de publicação oficial no período de 26 de outubro de 2007 a 06 de fevereiro de 2008.





## Início do funcionamento do Protocolo Postal da Justiça Federal da Primeira Região

A Resolução 600-012 de 8 de outubro de 2007 implantou o protocolo postal de petições e recursos na Primeira Região.



Com essa medida, o TRF 1ª Região propiciou que petições e recursos para a Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região sejam encaminhados por Sedex.

Essa parceria entre o Tribunal e os Correios vai possibilitar a integração da Primeira Região e contribuir para a qualidade de acesso ao Judiciário.

### e-Jus

Em continuação ao processo de desenvolvimento de sistemas, foi iniciado em 2007 o e-Jus, que consiste na unificação dos vários sistemas processuais existentes na Primeira Região, integrando-se os sistemas JEF Virtual, Processual, Execução Fiscal Virtual, Juris, e-Proc, e-Cint, bem como as funcionalidades do sistema e-Doc, que gerencia os modelos de documentos e peças processuais. O prazo final para o término do desenvolvimento do e-Jus é 2010.

# Protocolo Postal

## Integração da Primeira Região

Uma parceria do TRF 1ª Região com os Correios



Agora você já pode encaminhar, por SEDEX, petições e recursos para a Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região.

#### O que é o Protocolo Postal

É o envio, por meio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, de petições e recursos que tenham como destinatários os órgãos da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região.

Sua utilização é facultativa e de exclusiva responsabilidade das partes processuais, inclusive em situações que envolvam urgência.

Para conhecer o Protocolo Postal da Primeira Região, acesse a página eletrônica [www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br), menu: Serviços → Protocolo Descentralizado → Protocolo Postal.

#### Como funciona

As petições e recursos devem ser encaminhados em envelopes ou calhas SEDEX.

No momento da postagem, o usuário deve solicitar que o atendente dos Correios lance, na primeira página da peça processual a ser remetida, a identificação do atendimento, que deverá conter:

- carimbo datador da agência dos Correios;
- horário em que ocorreu a postagem;
- nome, matrícula e assinatura do atendente.

Os envelopes ou calhas SEDEX devem ser assim endereçados:

- 1 – no campo "Destinatário":
  - nome da unidade da Justiça Federal da Primeira Região (Seção, Subseção Judiciária ou Tribunal);
  - expressão "PROTÓCOLO POSTAL";
  - endereço completo da unidade da Justiça Federal, com o CEP;
- 2 – no campo "Remetente": nome e endereço completos do usuário, com o CEP.



Selo comemorativo da implantação do Protocolo Postal da Primeira Região





# Gestão da informação





Um adequado sistema de gestão da informação é condição *sine qua non* para o bom funcionamento das instituições, em especial para o serviço público, que deve pautar sua ação pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Para ser efetivo, é necessário que sejam disponibilizadas informações precisas, com a maior brevidade possível.

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região desenvolveu, ao longo de sua história, uma sólida gestão da informação.

### Sistema normativo

O Tribunal conta, desde 1990, com sistema normativo hierarquizado e modular — composto por: (1) Regimento Interno, (2) resoluções e provimentos, (3) instruções normativas e orientações normativas, (4) regulamento de serviço, (5) portarias e (6) manuais de procedimentos e ordens de serviço — que pode ser acessado pela página do Tribunal na internet, com busca direcionada por número ou palavras.

### Organização e disponibilização da doutrina

Uma relevante ação do Tribunal para atender as necessidades de pesquisa e informação de seus membros, servidores e usuários foi a instalação de uma biblioteca própria.

Com esse objetivo, em maio de 1989, dirigentes das áreas de documentação e divulgação e de editoração visitaram órgãos do Distrito Federal, em busca de doações para montar o acervo inicial. As manifestações vieram do Senado

Federal — primeiro a contribuir, com 35 volumes, entre os quais a *Bibliografia Brasileira de Direito* —, da Câmara dos Deputados, do Superior Tribunal de Justiça, da Consultoria-Geral da República, do Ministério da Justiça e do Tribunal de Contas da União.

Um ato decisivo para a constituição do acervo inicial foi a aquisição, por intermédio da Livraria Cultura Brasileira, de 4.251 volumes, integrantes da biblioteca do advogado Paulo Celso Bastos, da cidade de Atibaia/SP.

Entre os livros, destacavam-se obras de renomados autores nacionais e estrangeiros, os mais conceituados repertórios de jurisprudência e a *Coleção das Leis da República Federativa do Brasil – 1934*.

O convênio entre o TRF 1ª Região e o Prodasen<sup>1</sup>, firmado em 2 de janeiro de 1990, possibilitou o alcance de um novo patamar de qualidade no atendimento ao usuário, ampliando a capacidade da Biblioteca de responder a pesquisas atípicas no Tribunal.

A informatização tornava-se cada vez mais presente. A implementação, no mês de agosto do mesmo ano, do Subsistema Automatizado de Biblioteca – Siabi permitiu o processamento eletrônico de toda a doutrina e dos atos legais e administrativos do Tribunal. A nova base de dados trouxe ao corpo de julgadores e aos funcionários maior rapidez, eficiência e precisão na obtenção das informações disponíveis na Biblioteca.

<sup>1</sup> Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal.



Biblioteca do Tribunal Regional Federal da Primeira Região



Em 16 de novembro de 1995, foi criada, por meio da Resolução 23<sup>2</sup>, a Comissão de Acervo Jurídico, formada por três juízes e pela diretora da Biblioteca, como secretária, para disciplinar a compra de livros para os gabinetes e unidades administrativas e velar pela composição do acervo.

No ano de 2000, a implementação da rede de computadores do TRF 1ª Região permitiu a impressão do resultado das pesquisas solicitadas pelos juízes em seus gabinetes, evitando-se, assim, a necessidade de deslocamento de um servidor à Biblioteca.

A Biblioteca crescia, a ponto de prestar assessoria a outros órgãos. O acervo aumentava consideravelmente. Essa realidade gerou um acréscimo no número de usuários externos — que utilizavam o recinto da unidade para estudar — e no quantitativo de empréstimos de livros e renovações aos servidores. A circulação atingiu uma média de 850 livros ao mês. Com o objetivo de preservar o acervo da Biblioteca, a Administração do Tribunal adquiriu, em 2004, um sistema de segurança eletromagnético, que propiciou a queda no índice de extravio de obras, como ficou demonstrado pelos inventários anuais realizados no setor.

Com o crescimento, a falta de espaço nas estantes tornava-se um problema, contornado com a aquisição, em 2005, de estantes deslizantes para acomodar o acervo de periódicos.

Nesse mesmo ano, foram desenvolvidas atividades de incentivo à preservação do acervo, que culminaram no menor índice de extravio de obras já registrado no Tribunal (0,1%). Entre as ações, destaca-se a Primeira Campanha de Conscientização da Preservação do Livro, realizada de 27 a 31/03/2006, com a higienização e restauração de 250 obras clássicas do Direito provenientes da compra da biblioteca do advogado Paulo Celso Bastos.

Em 2007, a Biblioteca deu mais um passo a fim de acompanhar a evolução da tecnologia da informação, com a aquisição de um novo sistema gerenciador de bibliotecas.



Sistema gerenciador de biblioteca

**CAMPANHA DE PRESERVAÇÃO DO LIVRO**

1ª Mostra de Livros Restaurados e Higienizados do Acervo da Biblioteca

**27 a 31 de março de 2006**

BIBLIOTECA  
Ministro  
Adhemar  
Maciel

A Biblioteca conta com a colaboração de todos na preservação de suas obras.

<sup>2</sup> Essa norma foi mais tarde alterada pela Resolução 7 de 22/06/1998.





O sistema segue padrões internacionais para entrada de dados e recuperação da informação. Pretende-se, a partir daí, formar uma rede de bibliotecas promovendo o intercâmbio de dados entre o TRF 1ª Região e as Seccionais.

Atualmente o acervo da Biblioteca é de 44.602 obras, sendo 17.217 livros e 27.385 periódicos. Ao ano, incorporam-se em torno de 2.000 livros e 1.200 volumes de periódicos.

## Sistematização da jurisprudência

Em outubro de 1989, foi constituída a primeira Comissão de Jurisprudência, com o objetivo de sistematizar a jurisprudência do Tribunal, atualizar e publicar as súmulas da jurisprudência dominante da Casa e sugerir medidas que facilitassem a pesquisa de julgados ou processos. Dela participaram os Juízes Mauro Leite Soares (Presidente), Murat Valadares e Plauto Ribeiro, como membros efetivos, e o Juiz Hércules Quasímmodo, como suplente.

A primeira inclusão de um acórdão na base de dados de jurisprudência deu-se em maio de 1990. A seleção dos julgados a serem inseridos na base era feita mediante análise das fotocópias das ementas de todos os julgados proferidos pelas Turmas, Seções e Corte Especial, enviadas pelos órgãos processantes. As ementas consideradas inéditas eram digitadas; as demais, descartadas. Com a implantação do sistema de envio eletrônico de ementas, a partir de novembro de 2000, a seleção passou a ser realizada em meio digital e eliminou-se o trabalho de re-digitação, dispensando-se, por conseqüência, a necessidade de conferência com o original.

Em 2002 foi iniciada a atualização da base de decisões monocráticas e em 2003 implementada a base de jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, tendo sido o TRF 1ª Região o primeiro, entre os tribunais regionais, a disponibilizar para o público interno e externo a jurisprudência dos juizados.

### Comissões de Jurisprudência de 1989 até 2007

<b>1989</b>	Portaria 32 de 16/10/1989
Juiz Mauro Leite Soares – Presidente	
Juiz Murat Valadares – efetivo	
Juiz Plauto Ribeiro – efetivo	
Juiz Hércules Quasímmodo – suplente	

<b>1991</b>	Portaria 291 de 14/08/1991
Juiz Mauro Leite Soares – Presidente	
Juiz Plauto Ribeiro – efetivo	
Juiz Hércules Quasímmodo – efetivo	
Juíza Eliana Calmon – suplente	

<b>1994</b>	Portaria 231 de 24/06/1994
Juiz Plauto Ribeiro – Presidente	
Juíza Eliana Calmon – efetivo	
Juiz Aldir Passarinho Junior – efetivo	
Juiz Osmar Tognolo – suplente	

<b>1995</b>	Portaria 185 de 05/05/1995
Juíza Eliana Calmon – Presidente	
Juiz Aldir Passarinho Junior – efetivo	
Juiz Osmar Tognolo – efetivo	
Juiz Jirair Aram Meguerian – suplente	

<b>1997</b>	Portaria 316 de 12/08/1997
Juiz Aldir Passarinho Junior – Presidente	
Juiz Osmar Tognolo – efetivo	
Juiz Luciano Tolentino Amaral – efetivo	
Juíza Assusete Magalhães – suplente	

<b>1998</b>	Portaria 273 de 05/08/1998
Juiz Jirair Aram Meguerian – Presidente	
Juiz Mário César Ribeiro – efetivo	
Juiz Luciano Tolentino Amaral – efetivo	
Juiz Hilton Queiroz – suplente	

<b>2000</b>	Portaria 141 de 24/04/2000
Juiz Mário César Ribeiro – Presidente	
Juiz Ítalo Fioravanti Sabo Mendes – efetivo	
Juiz José Amilcar Machado – efetivo	
Juiz Antônio Ezequiel da Silva – suplente	

<b>2002</b>	Portaria 262 de 17/05/2002
Juiz Mário César Ribeiro – Presidente	
Juiz Ítalo Fioravanti Sabo Mendes – efetivo	
Juiz José Amilcar Machado – efetivo	
Juiz Antônio Ezequiel da Silva – suplente	

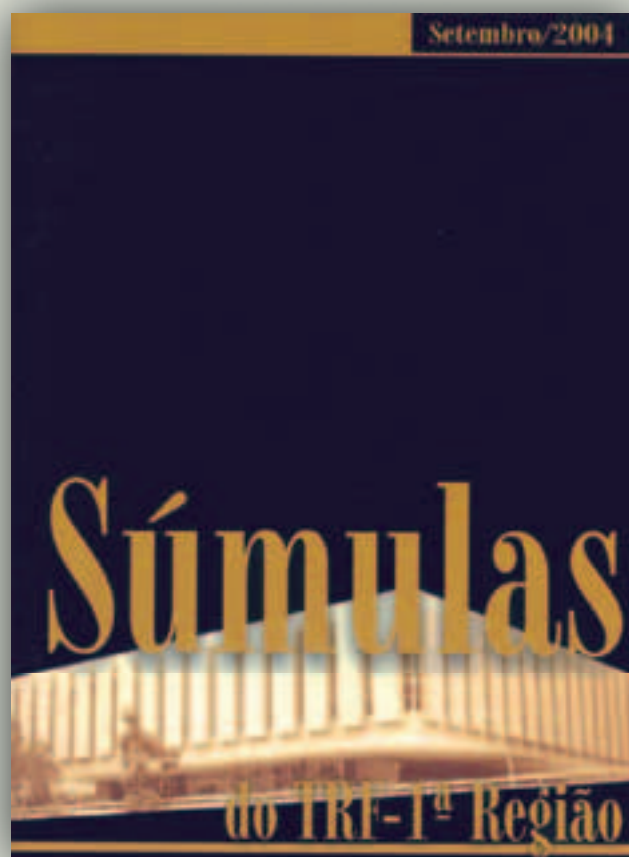
2004 Portaria/Presi 1104-506 de 22/09/2004 \*

Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral – Presidente  
 Desembargador Federal José Amilcar Machado – efetivo  
 Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva – efetivo  
 Desembargador Federal João Batista Moreira – suplente

2006 Portaria/Presi 1104-433 de 20/10/2006 \*

Desembargador Federal José Amilcar Machado – Presidente  
 Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva – efetivo  
 Desembargador Federal João Batista Moreira – efetivo  
 Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues – suplente

\* Com a Emenda Regimental 3, de 21 de agosto de 2003, os membros do Tribunal passaram a denominar-se desembargadores federais.



A Comissão de Jurisprudência, sob a presidência da Juíza Eliana Calmon, lançou, no dia 14 de março de 1997, o primeiro volume da obra *Súmulas do TRF 1ª Região e seus precedentes*, abrangendo as súmulas 1 a 8, editorado pela área de programação visual desta Corte e publicado pela Livraria e Editora Brasília Jurídica. Ainda em 1997, foi publicado o segundo volume, contendo as súmulas 9 a 17, e, em novembro de 2005, houve a publicação das *Súmulas do TRF 1ª Região* em edição revista e ampliada, contemplando 49 súmulas.

Em 1997 e 1998, a Coordenadoria de Jurisprudência desenvolveu programas de pesquisa de julgados e consultas de súmulas via internet. Também criou e implantou o trabalho de análise comparativa da jurisprudência do TRF 1ª Região com a do Supremo Tribunal Federal – STF e Superior Tribunal de Justiça – STJ.





## Organização e disponibilização de julgados

A sistematização da gestão de processos e demais documentos data de 1998, conforme Instrução Normativa 14-18 – Gestão de Documentos Jurídicos e Administrativos.

No primeiro momento, como o acervo das unidades centrais de arquivo era basicamente em suporte papel, foram implementadas rotinas e sistemas informatizados para controle de arquivamento e desarquivamento, com ênfase na agilidade desses procedimentos e na facilidade de localização física do processo no ambiente de guarda intermediária ou permanente.

Esforços também foram realizados para garantir a salvaguarda dos processos arquivados, adquirindo-se caixas arquivo para acondicionamento correto dos documentos e estantes adequadas para o armazenamento.

A partir da entrada do Tribunal na rede mundial de computadores, em 1997, iniciaram-se os procedimentos para disponibilização, via *web*, dos inteiros teores dos acórdãos do Tribunal. A partir de 19 de setembro de 2000, partes e advogados já podiam consultar, pela internet, os inteiros teores dos julgados com publicação até 5 de maio de 2000.

Os procedimentos de digitalização foram concluídos no ano seguinte e, com o advento da utilização do editor de texto, em 2001, os inteiros teores começaram a ser disponibilizados na *web* no mesmo dia da publicação no *Diário da Justiça*.

Outro serviço oferecido na mesma época foi o envio dos acórdãos por *e-mail*. Para tanto, bastava entrar na página do Tribunal na internet, escolher as opções “inteiro teor” e “solicitação por *e-mail*”, digitar o número do processo, o ende-

reço eletrônico para recebimento do documento e clicar em “enviar *e-mail*”.

A partir dessa época, o gerenciamento de documentos e processos passou a abranger os que estavam em meio digital, não digital e híbrido, tornando mais complexas as atividades de gestão documental.

A Portaria/Presi 650-306 de 14 de junho de 2005, em consonância com o Programa de Gestão Documental da Justiça Federal<sup>3</sup>, instituiu a Comissão de Avaliação de Documentos do TRF, a qual teve como primeiro Presidente o Desembargador Federal Leomar Amorim (Portaria Presi 600-060 de 22 de fevereiro de 2005).

Sob sua presidência, a Comissão realizou procedimentos de análise, separação, organização e descarte de precatórios, documentos e processos administrativos do Tribunal, iniciou os procedimentos de gestão de autos judiciais findos e orientou a execução da tarefa nas Seções Judiciárias integrantes da Primeira Região.

Em 2 de junho de 2005, foi instituído pela Resolução/Presi 275 o Dia de Descarte Central. Depois dessa data, as ações de descarte de documentos e processos administrativos passaram a acontecer em dia único para toda a Justiça Federal da Primeira Região.

Atualmente, a presidência da Comissão está a cargo da Desembargadora Federal Neuza Alves, designada pela Portaria/Presi 1104-238 de 15 de outubro de 2007.

Em 2007, o gerenciamento dos inteiros teores disponíveis na internet passou a ocorrer por intermédio do indicador de intercorrência, que, mediante uma fórmula matemática, possibilita maior controle dos dados disponíveis na internet.

<sup>3</sup> Consubstanciado nas Resoluções do CJF 217, de 1999, 359 e 393, de 2004.





1989  
2008



## Unidade Museológica do TRF 1ª Região

A Unidade Museológica do TRF 1ª Região inclui o Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares e o Acervo Histórico, fundamental para a preservação da memória dos processos de caráter histórico, considerados pelo Programa de Gestão Documental da Justiça Federal como de guarda permanente.

A área de Arquivo Central recebeu, em 2006, por intermédio da Resolução/Presi 600-09 de 13 de novembro de 2006, a atribuição de realizar programa de resgate e preservação da memória.

## O Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares

O Memorial do Tribunal Regional Federal da Primeira Região foi inaugurado em 12 de dezembro de 1995, na gestão do Presidente Leite Soares, com o objetivo de preservar as publicações, medalhas, fotografias e outros documentos e objetos importantes para o acervo histórico do Tribunal.

Marcaram presença na inauguração os Ministros do STJ Anselmo Santiago, Adhemar Maciel e Vicente Leal, que integraram a primeira composição do TRF 1ª Região.

Durante a solenidade, o Presidente disse que, embora, em apenas seis anos, não possuíssemos ainda um passado, era “tempo de guardarmos os nossos objetos, as nossas idéias materializadas, que nos despertam ternura e lembranças comovedoras, que revelam uma Casa construída com sacrifício e dedicação, com critérios e princípios”.

Segundo o magistrado, o TRF 1ª Região é fruto do amor e dedicação à justiça, ao direito e à liberdade de todos quantos nele trabalham e é preciso que aqueles que chegam, as gerações futuras, saibam disso para prosseguir com o mesmo ardor e ideal que uniu a todos, juízes e funcionários.

Não queremos com este Memorial evocar saudade, apesar de a saudade ser a memória do coração, nem que seja ele apenas um mero museu. Queremos, sim, que ele represente uma recordação viva de como nasceu esta Casa, de como ela se desenvolveu através desses anos, para servir de aprendizagem [...]

*Juiz Leite Soares*

Em dezembro de 2002, na administração do Presidente Catão Alves, o Memorial do TRF 1ª Região passou a chamar-se Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares, em homenagem ao idealizador e fundador do espaço, falecido em junho do mesmo ano. A iniciativa partiu da Corte Especial, que, em sessão realizada em setembro de 2002, decidiu render homenagem a um de seus mais distintos membros.

Inicialmente sob a responsabilidade da Assessoria de Comunicação Social, a administração do acervo do Memorial passou, em abril de 2007, à unidade de Arquivo e Memória Institucional. O Memorial está aberto de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas.



Máquina numeradora de folhas de processos, utilizada no início das atividades do Tribunal.



Chapa para a confecção das Medalhas Ministro Nelson Hungria.



Material para sorteio do ponto da prova oral dos primeiros concursos para Juiz Federal Substituto, atualmente feito por sorteio eletrônico.

O Memorial abriga um pouco da história do Tribunal por intermédio de acervo permanente e temporário. A exposição permanente do espaço é composta de documentos, imagens, objetos e depoimentos.

O Memorial conta ainda com outras peças como:

- estatueta representando Thémis, a Deusa da Justiça;
- toga do Desembargador Federal Alberto Vieira da Silva;
- prova do primeiro concurso para Juiz Federal Substituto;
- máquina numeradora de folhas utilizada nos processos no início das atividades do Tribunal;
- Colar e Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria;
- Diploma e Medalha de Visitante Ilustre.

## O acervo de processos históricos

O acervo processual do Tribunal compõe-se de autos que obedecem a diversos critérios de guarda, inicialmente separados e dispostos em dois grandes grupos: os autos passíveis de descarte — arquivo temporário — e os autos históricos — arquivo permanente.

Os autos baixados e remetidos para a unidade de Arquivo e Memória Institucional passam por uma triagem antes de ser fisicamente arquivados. Primeiro, os autos são classificados, de acordo com a Tabela Única de Assuntos. Somente após essa classificação é que se saberá se os autos irão para o arquivo permanente ou temporário.

O primeiro critério para identificar o valor histórico é o corte cronológico. No âmbito do Tribunal, a Comissão de Avaliação de Documentos considerou históricos, e conseqüentemente de guarda permanente, todos os processos autuados até 1994.

Para a Justiça Federal de Primeiro grau, o caráter histórico decorrente do corte cronológico contemplou as ações pertencentes ao período de 1890 a 1973.

O segundo critério refere-se a determinadas características da ação. As Resoluções 359 e 393, de 2004, do Con-

selho da Justiça Federal, estabeleceram que são de guarda permanente o inteiro teor de sentenças, acórdãos e decisões recursais monocráticas, todas as ações que constituam precedentes de súmula, as ações condenatórias sem execução e aquelas que versarem sobre:

- a) direito coletivo;
- b) direito ambiental;
- c) privatizações;
- d) desapropriações;
- e) direitos indígenas;
- f) direitos humanos;
- g) tratados internacionais e
- h) ações criminais.

O terceiro e último critério é o da análise casuística estabelecida pela gestão documental. Com base nesse critério, são escolhidos para guarda histórica processos que tiveram alguma peculiaridade, grande repercussão social ou ainda aqueles indicados por desembargadores relatores ou juízes federais.

Nesse escopo, já foram selecionados como processos históricos:

Matéria	Aquisição de quotas de café por empresas exportadoras
Processo	SS 89.01.00001-6/DF
Relator	Desembargador Federal Vieira da Silva
Data de julgamento	22 de junho de 1989
Decisão	Agravo improvido, por maioria
Órgão julgador	Tribunal Pleno
Critério de historicidade	Corte cronológico – primeiro processo julgado no TRF

Matéria	A obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nas rodovias federais brasileiras
Processo	SS 89.01.17776-5/DF
Relator	Desembargador Federal Vieira da Silva
Data de julgamento	14 de dezembro de 1989
Decisão	Deferida a suspensão, impugnando os efeitos da sentença
Órgão julgador	Decisão monocrática do Presidente
Critério de historicidade	Corte cronológico





Matéria	<b>O uso do composto metanol, etanol e gasolina empregado como combustível</b>
Processo	SS 90.01.00192-0/DF
Relator	Desembargador Federal Vieira da Silva
Data de julgamento	8 de fevereiro de 1990
Decisão	Agravo improvido, por maioria
Órgão julgador	Tribunal Pleno
Critério de historicidade	Corte cronológico

Matéria	<b>Tratamento médico justifica desbloqueio de cruzados novos em sede de liminar</b>
Processo	AC 92.01.18366-6/MG
Relator	Desembargador Federal Plauto Ribeiro
Data de julgamento	26 de agosto de 1992
Decisão	Apelação e remessa oficial improvidas, por maioria
Órgão julgador	Primeira Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Corte cronológico

Matéria	<b>A preservação da saúde pública, incluindo-se o saneamento básico, não pode ser suprimida da apreciação judicial</b>
Processo	AC 1999.01.00.068900-9/AC
Relator	Desembargadora Federal Assusete Magalhães
Data de julgamento	11 de março de 2000
Decisão	Apelação parcialmente conhecida, preliminares rejeitadas e improvimento da apelação na parte conhecida; remessa oficial parcialmente provida, por unanimidade
Órgão julgador	Segunda Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>A responsabilidade objetiva do Estado e a indenização por danos morais e lucros cessantes</b>
Processo	AC 1999.01.00.013123-0/RO
Relator	Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva
Data de julgamento	25 de outubro de 2000
Decisão	Provimento parcial à apelação e à remessa, por maioria
Órgão julgador	Quinta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>Inexistência de ofensa ao princípio do promotor natural</b>
Processo	ACr 1997.01.00.018615-3/MT
Relator	Desembargador Federal Cândido Ribeiro
Data de julgamento	14 de novembro de 2000
Decisão	Apelação improvida, por unanimidade
Órgão julgador	Terceira Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>Licença em decorrência de adoção de criança por servidor público solteiro</b>
Processo	AMS 1997.01.00.038062-7/MG
Relator	Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias
Data de julgamento	17 de dezembro de 2001
Decisão	Apelação e remessa oficial parcialmente providas, por unanimidade
Órgão julgador	Segunda Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>Trabalho dos soldados da borracha recrutados no esforço de guerra dispensa o início da prova material do exercício para recebimento de benefício previdenciário</b>
Processo	AC 2000.01.00.044255-3/AM
Relator	Desembargador Federal Eustáquio Silveira
Data de julgamento	3 de setembro de 2002
Decisão	Apelação do INSS e remessa oficial não providas, por maioria
Órgão julgador	Primeira Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>Não ocorrência de prescrição na responsabilidade do Estado por ofensa a direitos fundamentais</b>
Processo	AC 2001.33.00.021695-0/BA
Relatora	Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso
Data de julgamento	14 de fevereiro de 2003
Decisão	Improvidas a apelação da União e a remessa oficial, por unanimidade
Órgão julgador	Sexta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental



Matéria	O direito de homossexual à pensão previdenciária
Processo	AG 2003.01.00.000697-0/MG
Relator	Desembargador Federal Tourinho Neto
Data de julgamento	29 de abril de 2003
Decisão	Improvido o agravo, por maioria
Órgão julgador	Segunda Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	O impacto ambiental da soja transgênica
Processo	AC 1998.34.00.027682-0/DF
Relatora	Desembargadora Federal Selene de Almeida
Data de julgamento	28 de junho de 2004
Decisão	Apelações providas, por maioria, remessa oficial prejudicada
Órgão julgador	Quinta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	Decreto judicial de prisão preventiva não se confunde com erro judiciário, mesmo que o réu, ao final da ação penal, seja absolvido
Processo	AC 2001.33.00.021695-0/BA
Relatora	Desembargadora Federal Maria Isabel Gallotti Rodrigues
Data de julgamento	8 de novembro de 2004
Decisão	Providas a apelação da União e a remessa oficial, por unanimidade
Órgão julgador	Sexta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	A Guerrilha do Araguaia e o direito de familiares sepultarem seus mortos, consagrado o respeito aos mortos
Processo	AC 2003.01.00.041033-5/DF
Relator	Desembargador Federal Souza Prudente
Data de julgamento	6 de dezembro de 2004
Decisão	Improvida a apelação da União, por maioria
Órgão julgador	Sexta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental



Matéria	<b>Extinção de benefício fiscal e inconstitucionalidade da regulação de crédito-prêmio de IPI por ministro da Fazenda</b>
Processo	AR 96.01.29567-4/DF
Relator	Desembargador Federal Leomar Amorim
Data de julgamento	22 de junho de 2005
Decisão	Admitida, por unanimidade, a ação rescisória e julgado procedente o pedido para, rejugando a causa, negar provimento à apelação
Órgão julgador	Quarta Seção do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>Publicar fotografias eróticas de crianças ou adolescentes constitui crime, independentemente de dano individual efetivo</b>
Processo	ACR 2002.33.00.016034-7/BA
Relator	Desembargador Federal Tourinho Neto
Data de julgamento	7 de novembro de 2005
Decisão	Apelação improvida, por unanimidade
Órgão julgador	Terceira Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>Disputa por terra e o direito de habitação dos povos indígenas</b>
Processo	AC 1997.42.00.000148-7/RR
Relator	Desembargador Federal Fagundes de Deus
Data de julgamento	2 de agosto de 2006
Decisão	Apelação improvida por unanimidade
Órgão julgador	Quinta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental

Matéria	<b>Processual Civil e Administrativo. Instituto Brasileiro do Café – IBC. Operação “Patrícia” ou “London Terminal”. Alegação de Nulidade. Obrigação de cumprir o contrato. Princípio da Aparência.</b>
Processo	AC 1998.01.00.021884-7/DF
Relator	Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva
Data de julgamento	24 de setembro de 2001
Decisão	A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo retido da apelada e deu parcial provimento ao apelo da União e à remessa oficial.
Órgão julgador	Quinta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental – indicação do Desembargador relator.



Matéria	<b>Quadrilha ou bando (art. 288). Crimes contra a paz pública. Penal</b>
Processo	ACR 2003.36.00.008505-4/MT
Relator	Desembargador Federal Tourinho Neto
Data de julgamento	25 de julho de 2006
Decisão	Provimento parcial, por unanimidade, aos recursos dos acusados, para absolvê-los do crime previsto no parágrafo único do art. 22 da Lei 7.492, de 1986, e para reduzir as penas dos demais crimes a que foram condenados.
Órgão julgador	Terceira Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental – indicação do Desembargador relator

Matéria	<b>Declaração de nulidade de ato lesivo ao patrimônio. Lei 4.717/1965</b>
Processo	AMS 2002.34.00.033475-0 / DF
Relator	Desembargadora Federal Selene de Almeida
Relator para acórdão	Desembargador Federal Fagundes de Deus
Data de julgamento	30 de agosto 2007
Decisão	Provimento à apelação, por maioria, do Cade e à remessa oficial, tida por interposta.
Órgão julgador	Quinta Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental – indicação do Desembargador relator para acórdão

Matéria	<b>Administrativo. Concurso público. Candidato com visão monocular. Distinção entre deficiência e invalidez.</b>
Processo	AMS 1999.01.00.081789-1 / DF
Relator	Desembargador Federal João Batista Moreira
Data de julgamento	2 de junho de 2000
Decisão	Provimento, por unanimidade à apelação.
Órgão julgador	Primeira Turma do TRF 1ª Região
Critério de historicidade	Gestão documental – indicação do Desembargador relator

A gestão dos autos findos, que envolve tarefas como recebimento, classificação, guarda, coleta de dados, prestação de informações e amostras ao público, tem passado por aprimoramento no Tribunal ao longo dos anos.

A classificação dos processos como de guarda histórica é um trabalho permanente e, para tanto, a adequação do arquivo processual aos novos tempos se fará concomitantemente com sua constante modernização, tanto na área de recursos humanos como na de material e maquinário necessários à guarda dos dois acervos: temporário e permanente.

## As publicações do Tribunal

### Decisões administrativas são veiculadas em publicação própria

As decisões administrativas do Tribunal, tais como atos, portarias, resoluções, atas, despachos, ordens de serviço, licenças, editais e provimentos, reclamavam uma publicação própria, que permitisse o arquivamento e fosse acessível a todos. Para tanto, foi instituído o *Boletim de Serviço* pelo Ato 5 de 17 de janeiro de 1990, publicado no *Diário da Justiça* de 19 de setembro.

No princípio, a publicação era veiculada mensalmente, tendo o primeiro número circulado em 22 de janeiro. Como não havia recursos eletrônicos disponíveis, as matérias eram fotocopiadas e coladas em matrizes, para fins de reprodução. Com a incorporação da técnica de editoração eletrônica, o *Boletim de Serviço* passou, no dia 1º de junho de 1990, a circular quinzenalmente. As facilidades obtidas com o avanço da tecnologia permitiram que, a partir de 2 de agosto de 1993, a publicação passasse a ser veiculada diariamente.

Sob a responsabilidade da área de editoração, o *Boletim de Serviço* sofreu profundas alterações em seus aspectos gráficos, possibilitadas pela aquisição de novos softwares e equipamentos e pelo aprimoramento técnico dos profissionais do setor.


Atualmente, o *Boletim de Serviço* é veiculado apenas eletronicamente, no site do TRF 1ª Região ([www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)).

### Publicações passam a ser impressas pelo próprio Tribunal

Desde 1990, a administração do Tribunal já pensava em criar uma gráfica própria, uma vez que não havia, na estrutura organizacional da Corte, uma unidade específica para a confecção de trabalhos impressos.

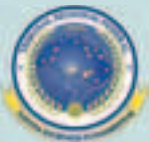
O alto custo da realização dos serviços gráficos em empresas particulares e a má qualidade das reproduções feitas pelo Tribunal utilizando-se o processo de fotocópia foram determinantes para a decisão de criação da gráfica.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**BOLETIM DE SERVIÇO**  
Criado pelo Ato N. 5 de 17 de Janeiro de 1991



**ANO XVIII N. 220**  
Brasília, 4 de dezembro de 2007.  
(Terça-feira)

PRESIDENTE  
ASSULETE MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE  
CARLOS OLAVO

CORREGEDOR-GERAL  
JIRAIR ARAM MEGUERIAN

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO	DANIEL PAES RIBEIRO
CATÃO ALVES	LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA
CARLOS FERNANDO MATHIAS	JOÃO BATISTA MOREIRA
OLINDO MENEZES	SOUZA PRUDENTE
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO	SÉLENE DE ALMEIDA
LUCIANO TOLENTINO AMARAL	FAGUNDES DE DEUS
CANDIDO RIBEIRO	ANTÔNIO SÁDIO DE OLIVEIRA CHAVES
HILTON QUEIROZ	MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES
CARLOS MOREIRA ALVES	MARIA DO CARMO CARDOSO
ITALO FIORAVANTI SABO MENDES	LEOMAR AMORIM
JOSÉ AMILCAR MACHADO	NEUZA ALVES
ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA	FRANCISCO DE ASSIS BETTI

DIRETOR-GERAL: FELIPE DOS SANTOS JACINTO

**CORTE ESPECIAL OU CORTE ESPECIAL ADMINISTRATIVA**

**ATAS**

**ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CORTE ESPECIAL ADMINISTRATIVA REALIZADA EM 22/11/2007**

Presidente: EXMO. SR. DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS OLAVO  
Secretária: Francisca Etarcinha de Oliveira Emery

As quatorze horas e vinte e oito minutos do dia vinte e dois do mês de novembro do ano de dois mil e sete, presentes os Exmos. Srs. Desembargadores Federais CATÃO ALVES, OLINDO MENEZES, MÁRIO CÉSAR RIBEIRO, CARLOS MOREIRA ALVES, ITALO FIORAVANTI SABO MENDES, JOSÉ AMILCAR MACHADO, ANTÔNIO EZEQUIEL DA SILVA, DANIEL PAES RIBEIRO, LUIZ GONZAGA BARBOSA MOREIRA, ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE (convocado em substituição ao Exmo. Sr. Desembargador Federal LUCIANO FRANCO TOLENTINO AMARAL, por motivo de licença-prêmio) e MARIA DO CARMO CARDOSO (convocada em substituição ao Exmo. Sr. Desembargador Federal CARLOS FERNANDO MATHIAS, ausente, por estar convocado para o Superior Tribunal de Justiça), foi aberta a Sessão.

Ausentes, por motivo justificado, os Exmos. Srs. Desembargadores Federais ASSULETE MAGALHÃES (Presidente), TOURINHO NETO: por motivo de férias, os Exmos. Srs. Desembargadores Federais HILTON QUEIROZ e JOÃO BATISTA GOMES MOREIRA.

Foi lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

**JULGAMENTOS**

**Assunto:** Referenda do ATO/PRESI 1104-895 de 31/10/2007, que:

I – Revogou o ato/PRESI/1104-949, de 27/03/2006, publicado no DJ. de 30/03/2006, que designou a Juíza Federal Substituta Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira, da 25ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para, com prejuízo das suas funções, prestar auxílio na 32ª Vara daquela Seccional.

II – Designou o Juiz Federal Substituto Daniel Castelo Branco Ramos, da 11ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, para, com prejuízo das suas funções, prestar auxílio na 32ª Vara daquela Seccional.

**Relatora:** Exma. Sra. Desembargadora Federal ASSULETE MAGALHÃES.

**Decisão:** A Corte Especial Administrativa, por unanimidade, referendou o Ato. Ausentes, nesta assentada, os Exmos. Srs. Desembargadores Federais MÁRIO CÉSAR RIBEIRO e JOSÉ AMILCAR MACHADO.

**PROCESSO 9.419/2007 – TRF1**

**Assunto:** Edital ofertando a 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, mediante remoção, em razão da movimentação do Juiz Federal José Henrique Guaracy Rebêlo para 9ª Vara daquela Seccional.

**Relator:** Exma. Sra. Desembargadora Federal ASSULETE MAGALHÃES.

**Decisão:** A Corte Especial Administrativa, por maioria, aprovou a remoção do Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa, titular da 6ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Maranhão para a 1ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, vencidos os Exmos. Srs. Desembargadores Federais DANIEL PAES RIBEIRO e ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE, que votaram pela remoção do Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves, titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG. Ausente, nesta assentada, o Exmo. Sr. Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO.

Elaborado por DIRECÇÃO GERAL DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO PÚBLICO  
E-mail: [atadef1@trf1.gov.br](mailto:atadef1@trf1.gov.br) - telefones: 3314-5529/5207

PCTT: 66.002.01





No segundo semestre de 1990, o TRF adquiriu um conjunto de máquinas e equipamentos, colocando em funcionamento, em espaço cedido pelo Conselho da Justiça Federal, a nova unidade. Diante da falta de mão-de-obra especializada, oito cargos de Artífice de Eletricidade e Comunicações foram transformados em Artífice de Artes Gráficas, por meio da Resolução 20 de 24 de outubro de 1990.

Foram nomeados para esses cargos candidatos aprovados em concurso público promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, que entraram em exercício em janeiro de 1991.

Em 1º de março de 1991, o Presidente do TRF 1ª Região, Juiz Vieira da Silva, inaugurava a pequena oficina, batizada com o nome de Gráfica Ministro Pedro Aciole.

Formalmente, a Gráfica recebeu a denominação de Seção de Serviços Gráficos, vinculada à Divisão de Editoração e Divulgação, com a publicação, no *Diário da Justiça* de 27 de janeiro de 1993, da Resolução 18 de 21 de dezembro de 1992. Sua instituição aconteceu, portanto, na presidência do Juiz José Anselmo de Figueiredo Santiago.

A atual Divisão de Serviços Gráficos tem correspondido às necessidades do Tribunal, imprimindo as mais variadas publicações e todos os impressos padronizados de que faz uso, entre capas de processos, livros, manuais, folhetos, cartões, convites, envelopes, formulários, pôsteres, jornais, e dando-lhes acabamento, além de participar, de modo relevante, nas ações patrocinadas pelo Tribunal, como as feiras de saúde, implantação dos Juizados Especiais Federais e varas federais e demais eventos que impulsionaram a ascensão da Corte.

### Magistrados expõem pensamentos jurídicos

Consciente da inquietude do pensamento jurídico em todas as sociedades e da importância do embate e da divulgação das idéias para o aprimoramento do Judiciário e soluções das lides a ele submetidas, esta Corte criou, em 1991, a *Cartilha Jurídica*, destinada a divulgar os mais variados artigos de autoria de magistrados da primeira e segunda instâncias da Justiça Federal da Primeira Região sobre questões pontuais do universo jurídico, a fim de difundir idéias e posicionamentos enriquecedores da construção jurídica nacional.

A *Cartilha Jurídica* foi instituída pela Portaria 493 de 13 de dezembro de 1991, publicada no *Boletim de Serviço* do dia 15 do mesmo mês. Com tiragem de 500 exemplares, chega a todos os juizes da Primeira Região, às presidências e bibliotecas dos demais TRFs, às presidências do STF e do STJ, às bibliotecas da Câmara Federal, do Ministério Público e do Conselho Federal da OAB.

A primeira Cartilha, de autoria do então Juiz Adhemar Ferreira Maciel, foi distribuída em 8 de outubro de 1991, com o título *O mandado de segurança na Constituição de 1988*.

Em 2005, a série *Cartilha Jurídica* recebeu novo leiaute, com o lançamento do Volume 86, de autoria de Douglas Alencar Rodrigues e João Carlos Costa Mayer Soares, tratando das inovações introduzidas pela Emenda Constitucional 45/2004 na competência da Justiça do Trabalho.

Em 2002, o Tribunal lançou a coleção *Ex Cathedra*, destinada a veicular estudos jurídicos de caráter acadêmico (monografias, teses, dissertações etc.) de magistrados da Primeira Região. O primeiro número publicou o título *Retificação de Área*, dissertação de mestrado do Desembargador Federal Olindo Menezes, defendida na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia – UFBA.



### Tribunal divulga sua jurisprudência

O Regimento Interno do TRF 1ª Região dispõe, em seu art. 378, que sua jurisprudência será divulgada pelas seguintes publicações:

I – *Diário da Justiça*;

II – *Boletim Informativo de Jurisprudência do TRF 1ª Região* e *Ementário da Jurisprudência do TRF 1ª Região*, ;

III – *Revista do TRF 1ª Região*;



IV – repositórios autorizados.

Independentemente da publicação dos julgados do Tribunal no *Diário da Justiça*, atividade realizada pelos respectivos órgãos julgadores, a área de jurisprudência é responsável pela elaboração e edição do *Ementário de Jurisprudência* — que, lançado em 1995, traz a síntese das ementas mais interessantes publicadas na semana — e do *Boletim de Jurisprudência* — que, produzido inicialmente em 2001, apresenta uma sinopse elaborada com periodicidade decendial a partir de notas tomadas nas sessões de julgamento, com a finalidade de antecipar decisões proferidas pela Corte. Ambas as publicações são hoje veiculadas exclusivamente em meio eletrônico, na página do Tribunal na internet ([www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)).

Outro instrumento para divulgação da jurisprudência do Tribunal é a *Análise Comparativa de Julgados*, que consiste na análise sistemática dos julgados das Turmas, Seções e Corte Especial do Tribunal e sua posição, se convergente ou divergente, em relação ao entendimento do STF e do STJ. Está disponível apenas em meio eletrônico, na página do Tribunal na internet.

A área de jurisprudência é também responsável pelo acompanhamento da publicação de novas súmulas do TRF 1ª

Região, do STF, STJ, outros TRFs e Juizados Especiais Federais e sua divulgação aos gabinetes dos desembargadores e às Seções Judiciárias integrantes da Primeira Região.

A pesquisa de jurisprudência é feita nas bases de dados do TRF 1ª Região, do STJ, do STF e dos demais Tribunais Regionais Federais, podendo ser solicitada pessoalmente, por telefone, fax e *e-mail*. É possível também aos usuários internos e externos a consulta à base de jurisprudência do TRF 1ª Região e no *site* do Conselho da Justiça Federal, no qual estão reunidas as bases do STF, do STJ, dos cinco Tribunais Regionais Federais e da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência.

Por decisão da Comissão de Jurisprudência, foi desenvolvida pela área de informática do TRF 1ª Região, em parceria com a área de jurisprudência, uma base de dados de processos administrativos. Em fase de implantação, essa base tem a finalidade de auxiliar os desembargadores federais no julgamento dos processos de competência do Conselho de Administração e da Corte Especial administrativa.

O Gabinete da Revista, composto pelo Desembargador Federal Diretor da Revista e pelo Setor de Apoio ao Gabinete, é responsável pela edição da *Revista do TRF 1ª Região*, uma publicação mensal especializada, cujo primeiro número foi lançado em 1991. Inicialmente, a impressão era realizada mediante contrato de parceria com a Livraria do Advogado, sediada em Porto Alegre/RS. Em 1993, passou a ser editada em parceria com a Imprensa Nacional e, no período de julho de 1996 a março de 2000, com a Editora Brasília Jurídica, possuindo, até então, periodicidade trimestral e formato 16x23cm. A partir de novembro de 2000, a *Revista do Tribunal* teve seu leiaute alterado, passando a ser confeccionada em formato 20x27cm. Também nesta data começou a ser impressa na Gráfica do TRF, com periodicidade mensal. Em 2002, passou a ter capa única e teve ampliado o número de matérias.

A divulgação da *Revista* atualmente é feita por meio da afixação, nos órgãos relacionados à comunidade jurídica, de 240 cartazes, que antecipam os assuntos tratados. Com tiragem de 1.300 exemplares por mês, é distribuída para todos os TRFs, Seções Judiciárias, Subseções, STF, STJ, procuradorias, conselhos federais, bibliotecas, Defensoria Pública da União entre outros órgãos.





Seu conteúdo envolve temas e questões jurídicas e interdisciplinares, apresentadas em acórdãos de órgãos julgadores do Tribunal e dos Juizados Especiais Federais, decisões monocráticas de membros da Corte, artigos doutrinários e tópicos jurídicos, com a produção intelectual de autores do meio jurídico, entre outras matérias. O Gabinete da Revista é também responsável pela manutenção dos repositórios autorizados de jurisprudência, entre outras publicações específicas.

O Gabinete confecciona, ainda, em meio eletrônico, o *Índice das edições anuais da Revista do TRF 1ª Região* e a *Coletânea da Revista do TRF 1ª Região*, distribuindo mil CDs para os TRFs, Seções Judiciárias, bibliotecas e particulares cadastrados.

Atualmente, além das publicações citadas, há 16 entidades registradas no Tribunal como repositórios oficiais de jurisprudência, para os quais são enviados, mensalmente, inteiro teor de acórdãos proferidos pela Corte para divulgação.

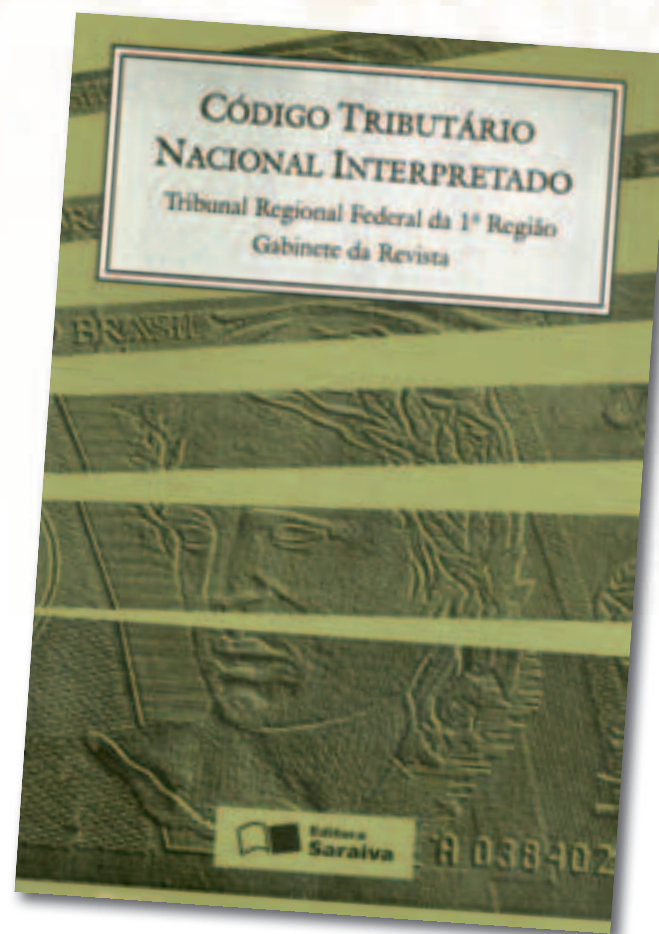
## Outras publicações produzidas pelo Gabinete da Revista

### k Código Tributário Nacional interpretado

Lançado em dezembro de 1995, o *Código Tributário Nacional Interpretado* traz uma análise interpretativa dos dispositivos do CTN, mediante julgados dos Tribunais Superiores e dos TRFs, complementados com notas doutrinárias elaboradas pelo próprio Gabinete. A comercialização e impressão couberam à editora Saraiva, que saiu vencedora no processo de licitação. Essa obra contribuiu para projetar o nome do TRF 1ª Região no cenário nacional, tendo em vista a procura constante por parte dos profissionais e estudantes do Direito. O sucesso alcançado com essa publicação ficou demonstrado devido ao interesse da editora Saraiva em concorrer à licitação feita pelo Tribunal para editar *A Constituição na visão dos Tribunais – interpretação e julgados artigo por artigo*, lançada no dia 31 de março de 1997, sob a direção do Juiz Tourinho Neto.

### k A Constituição na visão dos Tribunais

Lançada em março de 1997, a obra traz o Texto Magno interpretado sob a égide das decisões judiciais. Editada pelo Gabinete da Revista, a obra foi impressa e comercializada pela editora Saraiva.





#### k Código Tributário Nacional à luz da jurisprudência

Lançado em 2004, a obra contempla ementas selecionadas do STF, do STJ e dos TRFs, organizadas por artigo. A publicação está disponível, na íntegra, no *site* do TRF 1ª Região. Em meados de 2008, será lançado o CTN à luz da jurisprudência atualizado.



#### k Desapropriação – doutrina e jurisprudência

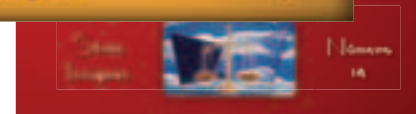
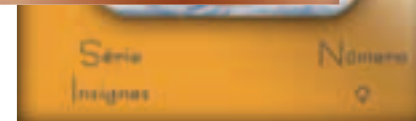
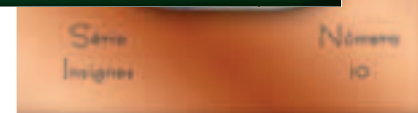
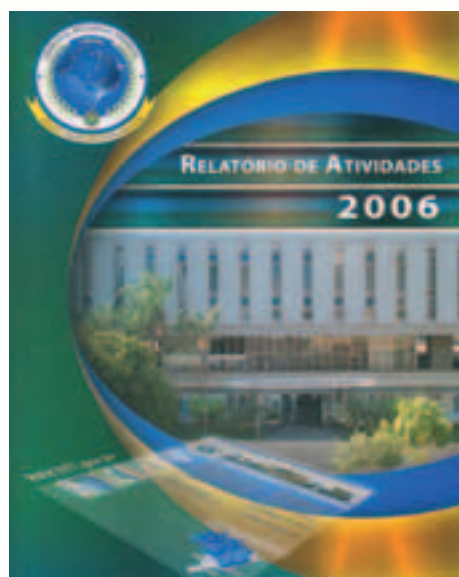
Lançada em 2005, agora disponível na íntegra no *site* do Tribunal, a publicação reúne:

- doutrina – textos produzidos por membros do Tribunal versando sobre temas diretamente vinculados à desapropriação;
- lei – jurisprudência da desapropriação à luz do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, da Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e da Lei Complementar 76, de 6 de julho de 1993;
- jurisprudência do STF, do STJ e dos TRFs.





## Outras publicações do TRF 1ª Região



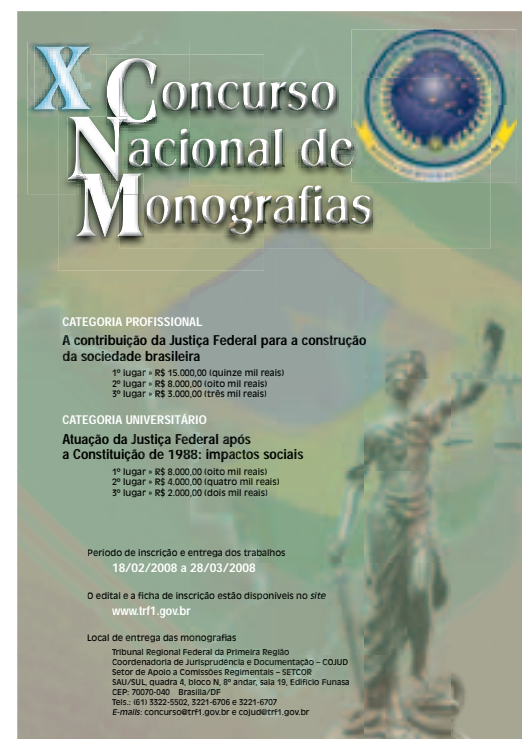
## Concursos de Monografia

A criação do Concurso Nacional de Monografias significou uma relevante contribuição do Tribunal para o estímulo ao debate em torno das novas questões que se apresentam ao universo jurídico.

A primeira edição do concurso ocorreu em 1996, sob a organização do Gabinete da Revista. De 1997 a 2001, o Concurso foi promovido pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal, assumindo os trabalhos, a partir de então, a Comissão de Concursos.

Subdividido em duas categorias — profissional e universitário —, o certame reuniu, ao longo de suas nove edições, centenas de monografias de magistrados, advogados e estudantes de Direito de diversos estados. Entre os membros da banca examinadora, além de desembargadores federais do TRF 1ª Região, estiveram ministros do STF, procuradores da República, jornalistas, assessores jurídicos entre outros reconhecidos operadores do Direito.

A página ao lado apresenta um quadro contendo o tema e os vencedores dos concursos realizados até 2007.







Ano	Categoria	Tema	Vencedores
1996	Universitário	A Justiça, a lei e os novos movimentos sociais	Alessandro Nepomoceno Pinto
	Profissional	O sistema punitivo brasileiro e os anseios populares	Luís Wanderley Gazoto,
1997	Universitário	A reforma do ensino jurídico	Fábio Silva Costa
	Profissional	A Reforma do Poder Judiciário	Cláudio Rebelo Correia Alencar
1998	Universitário	A importância do Direito Ambiental	Marcelo de Oliveira Milagres
	Profissional	Independência e a harmonia dos Poderes, no Brasil de hoje	Paulo Fernando Silveira
2000	Universitário	Corrupção, a pior das misérias	Dário Sandro de Castro e Souza
	Profissional	Crime organizado e sua conexão com o poder público	Abel Fernandes Gomes
2001 <sup>3</sup>	Universitário	A razão da prisão provisória	1º lugar: Anderson Luiz Almeida Andrade 2º lugar: Cleonice Farias de Jesus Neves 3º lugar: Taís Peixoto
	Profissional	Improbidade administrativa e atuação do Ministério Público	1º lugar: João Batista Machado Barbosa 2º lugar: Alessandra de la Veja Miranda 3º lugar: Miguel Ragone de Mattos
2003	Universitário	Exercício da cidadania e os Juizados Especiais Federais	1º lugar: Jorge Ferraz de Oliveira Júnior 2º lugar: Maydano Fernandes de Miranda 3º lugar: Leandro Waldir de Paula
	Profissional	Terrorismo, repressão e repercussão nas garantias dos direitos humanos	1º lugar: Ana Flávia Penna Velloso 2º lugar: Antônio Carlos Ozório Nunes 3º lugar: Carlos Henrique Borlido Haddad
2004	Universitário	Controle externo do Poder Judiciário: quem controlará o controlador?	1º lugar: Solon Lopes Pereira 2º lugar: Carlos Eduardo de Oliveira Lula 3º lugar: Juliana Koehler
	Profissional	A legitimidade de sistema previdenciário próprio para o magistrado como integrante de uma carreira de Estado específica e sem parâmetros no serviço público	1º lugar: Cleonice Farias de Jesus Neves 2º lugar: Leonardo Siqueira 3º lugar: Rogério Medeiros Garcia de Lima
2005	Universitário	Ações afirmativas no Brasil: sistema de cotas, amplitude e constitucionalidade	1º lugar: Davi Alvarenga Balduino Ala 2º lugar: Juliana Silva 3º lugar: Angela Barros Leal Farias
	Profissional	Violência urbana, causas endógenas e exógenas e os instrumentos de repressão	1º lugar: Luis Felipe Zilli do Nascimento 2º lugar: Paulo José Leite Farias 3º lugar: Evilásio de Jesus Araújo
2006	Universitário	A repressão à lavagem de dinheiro e as garantias constitucionais: tendências atuais	1º lugar: Felipe Bernardes Rodrigues 2º lugar: Luiz Alberto Ferreira de V. Júnior
	Profissional	Lavagem de dinheiro e remessa ilegal de divisas: o papel do Poder Judiciário na repatriação de ativos	1º lugar: Mário Pimentel Albuquerque 2º lugar: Andrea Beatriz Rodrigues de Barcelos 3º lugar: André de Albuquerque Sgarbi

<sup>3</sup> O V Concurso, realizado em 2001, passou por significativas mudanças, ampliando-se a premiação para os três melhores trabalhos de cada categoria.

# Desenvolvimento dos serviços administrativos





Os serviços administrativos do Tribunal, ao longo dos anos, passaram por inúmeras alterações, tornando-se mais complexos e com considerável aumento do volume de trabalho.

A estrutura organizacional do Tribunal, para espelhar a necessidade da mudança, foi alterada por diversas resoluções. A estrutura atual foi aprovada em seção plenária do dia 10 de novembro de 2006, conforme Resolução/Presi/600-09 de 13 de novembro de 2006.

## Planejamento orçamentário e financeiro

A Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro é a unidade organizacional responsável pelo planejamento e gestão orçamentária e financeira do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e das 14 Seções Judiciárias a ele vinculadas.

A história institucional da Secretaria inicia-se com a publicação da Resolução 1 de 28 de abril de 1989 e a efetiva organização da área administrativa do Tribunal. Essa nova realidade demandava uma estrutura que administrasse a alocação de recursos de toda a Primeira Região. Era necessário estruturar um setor que, em um primeiro momento, organizasse as necessidades orçamentárias de cada uma das Seccionais e do próprio Tribunal e, posteriormente, continuasse a aprimorar as dotações consignadas no Orçamento da União e os respectivos recursos financeiros.

A Secretaria iniciou suas atividades naquele mesmo ano, tendo como missão coordenar as atividades de elaboração de planejamento e orçamento do Tribunal e da Justiça Federal de primeira instância para o exercício seguinte e promover a descentralização de créditos e ajustes na execução do orçamento vigente.

Para compor seu quadro diretivo e dar impulso às novas atividades, foram nomeados dirigentes de outros órgãos com experiência na área. Hoje o quadro é composto praticamente por servidores do Tribunal.

Uma das primeiras providências foi solicitar à Secretaria do Tesouro Nacional um terminal de acesso ao Sistema Integrado de Dados Financeiros do Governo Federal. Uma das tarefas iniciais foi liberar os créditos orçamentários e recursos

financeiros para pagamento de pessoal das 11 unidades gestoras da Primeira Região.

Naquela época, as discussões centravam-se em desenvolver as primeiras rotinas e, paralelamente, elaborava-se o orçamento do Tribunal para 1990, com a grande expectativa de comprar os primeiros móveis e equipamentos da Corte.

Uma das preocupações iniciais eram as despesas de pessoal. Passava-se o mês inteiro acompanhando e projetando, manualmente, essas despesas. Diárias e passagens eram prioridades, pois havia a necessidade de deslocamento dos dirigentes para conhecer a estrutura e os problemas da Primeira Região, assim como implantar o Pro-Social. Os primeiros quadros implantados foram destinados ao acompanhamento das dotações, valores empenhados, a empenhar, liquidados e a liquidar. Os modelos foram trazidos de outros órgãos e adaptados à realidade do Tribunal.

As atividades da Secretaria envolviam uma constante criação de mecanismos de controle e acompanhamento. Tais atividades, hoje, podem ser rapidamente executadas com o uso de modernos programas de computador, entretanto, até 1992, levavam-se dias para confecção de planilhas simples.

A preparação dos orçamentos desde o começo consistia em solicitar as propostas das Seções Judiciárias e do Tribunal, encorajando-os e estimulando-os a prever todas as necessidades, sempre apoiando o planejamento. Depois as propostas eram adequadas aos limites informados pelo Conselho da Justiça Federal – CJF, que também recebia restrições do Governo Federal. Nessa linha de raciocínio, a Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro granjeava número para a manutenção da Primeira Região e para diversas obras nos estados, o que a princípio pareceria impossível e ainda para pagamento dos precatórios judiciais.

À medida que o volume de trabalho aumentava, principalmente depois da criação das Seções Judiciárias dos Estados de Roraima, Acre e Amapá, expandia-se o quadro de pessoal.

Por volta do ano de 1993, a instalação de computadores possibilitou dinamizar a rotina da Secretaria. A parte de acompanhamento das informações foi incrementada com a



criação de relatórios gerenciais e formulários eletrônicos alimentados pelas próprias Seccionais.

O sistema orçamentário federal tem sido, desde a Constituição de 1988, alvo de constantes transformações. Transparência e responsabilidade foram conceitos intensificados com a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000. A Secretaria, neste contexto de mudanças, buscou a excelência para garantir informações precisas a fim de auxiliar a tomada de decisão da Casa.

A tarefa de lidar com orçamentos e recursos financeiros acarreta normalmente momentos difíceis. Para a Secretaria, não foi diferente durante esses anos. Não foram raras as tensões de finais de exercícios financeiros para conciliar os interesses orçamentários do Tribunal e das Seccionais. A célere expansão da Primeira Região durante o exercício de 2005 e 2006, com o objetivo de interiorizar a Justiça Federal, representou um desafio frente à instalação de 36 varas em 34 novos municípios. Entretanto, esse desafio foi vencido com a dedicação e colaboração das Seccionais.

A intensificação das obras de construção de prédios para abrigar a Justiça Federal de primeira instância levou a

Secretaria a desenvolver mecanismos de gerenciamento e acompanhamento das execuções dos organogramas físicos e financeiros das obras, objetivando garantir os recursos aos empreendimentos e, sobretudo, o aproveitamento eficaz do numerário público.

Passada a fase de estruturação, um dos grandes desafios nos últimos anos tem sido aprimorar o planejamento com vistas à maximização dos recursos para atender o crescimento da Justiça Federal de primeiro grau. Em resposta, a Secretaria inovou o processo orçamentário, partindo do menor nível de detalhamento, a fim de que fosse possível analisar cada despesa e, assim, identificar e eliminar eventuais inadequações. A coleta de informações para compor a proposta orçamentária passou a ser detalhada por setor no Tribunal e nas Seções e Subseções Judiciárias, com o que as unidades participam efetivamente da formação do orçamento.

Outras tecnologias foram incorporadas para elevar o nível de informação e resposta da Secretaria. A parte de controle e distribuição financeira avançou significativamente com a criação da conta de sub-repasse a programar e suas vinculações de pagamento. Esse mecanismo concorreu, prin-





principalmente, para evitar os desvios de planejamento. O Siafi Gerencial deu celeridade às atividades de consulta e pesquisa orçamentária e financeira. Para atender as exigências da nova gestão pública voltada para resultados, as tarefas da Secretaria foram ampliadas com o acompanhamento mensal físico e financeiro dos recursos da lei orçamentária por meio do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan.

Pode-se atribuir o marco da história recente da Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro à implantação da rotina virtual de tramitação de documentos. À exceção dos processos administrativos, a comunicação, antes formalizada em papel, migrou para um fluxo virtual de documentação. A incorporação desse novo padrão requereu a disposição para aceitar desafios.

Houve uma época em que se aguardava a aprovação do orçamento. Hoje, entretanto, a evolução da gestão pública leva a Secretaria a interagir diariamente com outros órgãos, como forma de defender legitimamente os orçamentos da Primeira Região.

O esforço atual da Secretaria consiste em incrementar a informatização de seus procedimentos, sobretudo do sistema de acompanhamento de contratos da Primeira Região, visando obter informações precisas e em tempo real para assessorar a tomada de decisão.

## Controle interno

A Secretaria de Controle Interno do Tribunal tem por incumbência orientar, coordenar e controlar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa da Justiça Federal da Primeira Região, com vistas à aplicação regular dos recursos e bens públicos. Como órgão integrante do Sistema de Controle Interno da Justiça Federal, juntamente com os núcleos e seções de controle interno das Seções Judiciárias da Primeira Região, executa as funções e atividades básicas definidas na IN CJF 06-02, de setembro de 1994, atuando em conjunto com a área de controle interno do CJF com vistas ao cumprimento das competências conferidas pelos arts. 70 e 74 da Carta de 1988.

### Tomadas de contas elaboradas pela Secretaria de Controle Interno

Exercício	Tipo de TC	Situação
1989	Individualizada – 12 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1990	Individualizada – 12 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1991	Individualizada – 12 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1992	Individualizada – 12 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1993	Individualizada – 15 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1994	Consolidada – 1 processo	Julgado, com quitação aos responsáveis.
1995	Individualizada – 15 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1996	Individualizada – 15 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1997	Individualizada – 15 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1998	Individualizada – 15 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
1999	Individualizada – 15 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
2000	Individualizada – 15 processos	14 julgados, com quitação aos responsáveis, e 1 pendente de julgamento pelo TCU.
2001	Individualizada – 15 processos	14 julgados, com quitação aos responsáveis, e 1 pendente de julgamento pelo TCU (Acre).
2002	Individualizada – 15 processos	14 julgados, com quitação aos responsáveis, e 1 pendente de julgamento pelo TCU (Acre).
2003	Individualizada – 15 processos	Julgados, com quitação aos responsáveis.
2004	Consolidada – 1 processo	Em tramitação no TCU.
2005	Consolidada – 1 processo	Em tramitação no TCU.
2006	Consolidada – 1 processo	Em tramitação no TCU.



**Normas e obras publicadas pela Secretaria de Controle Interno**

- Manual de orientação – prestação de contas, de 1990
- IN – 16-01 – formalização dos processos de tomada de contas, de 1991
- Manual operacional – MOP- 16-02-1, de 1995
- Lei 8.666/1993 – atualizada e anotada – março/1999
- Manual de orientação – resumo da folha de pagamento, de 2003
- Norma de encerramento do exercício – comentada, de 2002, 2003, 2004 e 2005
- Manual de treinamento no Siafi Educacional, de 2004
- Manual de cadastramento de usuários nos sistemas do Governo Federal, de 2004
- Manual de treinamento – análise de folhas de pagamento, de 2006.

**A administração de um Tribunal**

A evolução de uma instituição não ocorre sem a conseqüente exigência de adaptação de estrutura e serviços administrativos. O crescimento do TRF 1ª Região, com jurisdição em catorze unidades da federação, demandou, ao longo de sua história, constantes alterações em diversas áreas: aquisição e contratação de materiais e serviços, controle patrimonial, segurança e vigilância, execução financeira e comunicação administrativa.

A partir de 1993, a Secretaria de Administração passou a prestar fundamental apoio técnico às Seções e Subseções Judiciárias na contratação e fiscalização da execução de obras de construção e reformas prediais. Naquela época, foram acompanhadas as obras das novas sedes da Justiça Federal em Belém e Uberlândia, além das amplas reformas ocorridas nos edifícios sedes das Seccionais do Tocantins e do Distrito Federal.

Em julho de 1995, concluída a construção da nova sede do Superior Tribunal de Justiça, os prédios até então utilizados como sede e anexo daquela Corte, na Praça dos Tribunais Superiores, foram cedidos ao TRF 1ª Região. Com a mudança, foram acrescidos à Secretaria de Administração os desafios de acomodação de todos os gabinetes e demais unidades administrativas, em edifícios que precisaram ser completamente reformados. As reformas dos edifícios Sede e Anexo I perduraram até 1998 e 2004, respectivamente.

Ao final do ano de 1996, após diversos esforços empreendidos perante o liquidante da Siderbrás, as instalações do clube situado no lote 21 do Setor de Clubes Sul foram entregues ao Tribunal, o que possibilitou concretizar-se o sonho de implantação do Centro de Treinamento da Justiça Federal, no período 2003/2005.

Na mesma época, foi construída a Base Operacional do Tribunal, no Setor de Garagens Oficiais Norte.

Paralelamente e em ritmo crescente, continuaram os trabalhos de apoio técnico às Seções e Subseções Judiciárias no acompanhamento e fiscalização de obras de construção e reformas prediais, como a construção das novas sedes da Justiça Federal nos Estados do Acre (2000/2003), Mato Grosso (2002/2005), Rondônia (1995/1996), Piauí (2003/2005), dos anexos das Seccionais do Amazonas (1999), Bahia (2000/2001 e 2004/2005), Maranhão (1999) e Tocantins (2003), bem como das sedes das Subseções de Tabatinga (2002/2004), Marabá (1996 e 2002/2003), Juiz de Fora (2006/2007), Uberaba (2006/2007), Imperatriz (2005/2007) e Caxias (2005/2007).

Os desafios para a Secretaria de Administração cresceram exponencialmente com a implantação das novas varas criadas pela Lei 10.772, de 21 de novembro de 2003. Foram instaladas em 2005 e 2006, em edifícios locados, que tiveram de ser adaptados em curto prazo. Houve um crescimento de 150% no número de edificações administradas na Primeira Região, passando a primeira instância a contar com 56 sedes espalhadas em 80,3 % do território nacional.





As novas Subseções foram instaladas nos municípios de Barreiras, Campo Formoso e Feira de Santana, no estado da Bahia; Anápolis e Luziânia, no estado de Goiás; Lavras, Montes Claros, Passos, Pouso Alegre, São Sebastião do Paraíso, Varginha e Patos de Minas, no estado de Minas Gerais; Cáceres, no estado do Mato Grosso; Altamira, no estado do Pará, e Picos, no Piauí.

Em 2006, as reformas e instalações de novas varas ocorreram nos municípios de Eunápolis, Itabuna, Guanambi, Vitória da Conquista, Jequié e Paulo Afonso, no estado da Bahia; Governador Valadares, Ipatinga, Sete Lagoas, Divinópolis e São João del-Rei, no estado de Minas Gerais; Rio Verde e Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás; Sinop e Rondonópolis, em Mato Grosso; Castanhal, no Pará, e Ji-Paraná, em Rondônia.

Entre 2006 e 2007, os esforços do Tribunal concentraram-se na busca de solução para duas de suas mais antigas e importantes demandas. Como solução temporária para a falta de espaço e a inadequação das instalações das atuais sedes do Tribunal, a Secretaria ocupou-se da ampliação, ou quase duplicação, dos gabinetes dos desembargadores federais, o que ensejou a reforma completa do edifício Adriana (uma das unidades de funcionamento do Tribunal) e a redistribuição de grande parte das demais unidades administrativas da Corte. A solução definitiva, no entanto, será obtida com a construção

da nova sede do TRF 1ª Região, com previsão de área de 168 mil metros quadrados. A Secretaria empenhou-se na contratação e acompanhamento de profissionais para confecção dos projetos de construção.

## Necessidade de pessoal e capacitação

### A formação do corpo de magistrados

O TRF crescia e com ele crescia, também, o Brasil. As demandas envolvendo a União aumentavam a cada ano, e o volume de processos na Justiça tornava-se cada vez mais insuportável.

Os tribunais estavam abarrotados de processos. Necessitavam de novos magistrados que fizessem frente à nova realidade.

A Justiça Federal da Primeira Região contava com apenas 49 juízes federais e um juiz federal substituto para 66 varas.

Apesar de haver apenas quatro vagas, decidiu o Pleno do Tribunal abrir o I Concurso Público para Juiz Federal Substituto, conforme Resolução 17, publicada no *Diário da Justiça* de 19 de setembro de 1990. O Edital foi divulgado no *Diário da Justiça*, Seção de 15, de maio de 1991.

Constava do Regulamento a realização de três provas escritas e uma oral, abrangendo as seguintes matérias: Constitucional, Civil, Comercial, Penal, Administrativo, Tributário, Eleitoral, Trabalhista, Previdenciário, Agrário, Internacional Público e Privado, Processual Civil e Processual Penal.

Para habilitação, exigia-se, na escala de zero a dez, média aritmética ponderada igual ou superior a seis, atribuindo-se à primeira prova escrita e de títulos peso um, à segunda, dois e à terceira prova escrita e à oral, três. O candidato, porém, não poderia ter nota inferior a cinco em cada uma delas.

A inscrição do candidato exigia a comprovação de dois anos de advocacia ou de cargo para o qual era obrigatório o

## A primeira licitação

Em 8 de agosto de 1989, às 9h30, o TRF 1ª Região realizava a sua primeira tomada de preços, a fim de adquirir material de expediente em geral, artigos para copa e cozinha e material de limpeza.

A Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria 3 de 11 de julho de 1989, foi composta pelos servidores Reynaldo Soares da Fonseca (Presidente), Ricardo Norio Daitoku e Clarice Lavocat Galvão de Almeida.

Essa Tomada de Preços regeu-se pelas disposições contidas no Decreto-Lei 2.300, de 21 de novembro de 1986, republicado com alterações no dia 27 de julho de 1987, bem como pelas condições e exigências constantes do Edital.

Participaram da concorrência 55 empresas. No dia 10 de agosto, foram indeferidas as impugnações apresentadas por algumas delas e abertas as propostas. Saíram vencedoras 33 empresas, a depender do elemento de despesa. O resultado da licitação foi publicado no *Diário Oficial*, Seção I, de 23 de agosto de 1989. No dia 30 do mesmo mês, foi homologada a referida tomada de preços.

diploma de bacharel em Direito, não sendo suficiente a mera inscrição na OAB.

O regulamento do segundo concurso, ao contrário do primeiro, permitiu o arredondamento da nota final, para fins de aprovação, até cinco décimos, e ampliou o prazo de realização entre a segunda e a terceira provas escritas.

Não foram objeto desse concurso nem dos subseqüentes o Direito Eleitoral, o do Trabalho e o Agrário.

Mesmo se tendo realizado três concursos, o número de juízes ainda não era suficiente para combater o crescente volume de processos. Assim, foi aprovada pelo Pleno a abertura de mais um concurso, no qual se voltou a proibir o arredondamento de nota.

Em 1996, foi aberto o V Concurso. Houve mudança quanto aos pesos conferidos às provas. À primeira prova atribuiu-se peso um; à segunda e à terceira, dois e meio; à oral, três; à prova de títulos, um.

Também se alterou o critério de eliminação com referência à primeira prova escrita. Além de ter de alcançar nota

mínima cinco, o candidato deveria estar entre os 150 primeiros colocados.

Modificação, igualmente, houve quanto às segunda e terceira provas. A partir da segunda prova desse concurso, passou a haver, além de duas questões, a lavratura de uma sentença cível, em lugar de uma dissertação. A terceira prova consistiu na lavratura de uma sentença criminal e de duas questões. Antes, era exigida a elaboração de uma sentença, que poderia ser cível ou criminal, e duas questões.

Uma outra mudança foi quanto ao prazo de realização das segunda e terceira provas. Pelo regulamento, a terceira prova acontece no dia seguinte à realização da segunda, e não mais após a correção desta.

Os demais concursos foram realizados nos seguintes anos: o VI em 1997; o VII em 1998; o VIII em 2001; o IX 2002; o X em 2004; o XI em 2005; o XII em 2006.

A relação completa dos aprovados consta do tópico "Relação dos aprovados nos concursos públicos de juízes federais substitutos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região".

Membros das comissões examinadoras dos concursos para juízes federais substitutos	
Concurso	Membros titulares
I – 1991	Juiz Adhemar Maciel (Presidente) Juíza Eliana Calmon Advogado José Guilherme Vilela Professor Bento José Bugarin
II – 1992	Juiz Adhemar Maciel (Presidente) Juiz Tourinho Neto Juiz Catão Alves Advogado José Guilherme Vilela Professor Osires Lopes Filho
III – 1992	Juiz Fernando Gonçalves (Presidente) Juiz Vicente Leal Juiz Catão Alves Advogado Amauri Serralvo Professor Carlos Fernando Mathias de Souza



IV – 1993	Juiz Fernando Gonçalves (Presidente) Juiz Catão Alves Juiz Eustáquio Silveira Advogado Torquato Lorena Jardim Professor Carlos Fernando Mathias de Souza
V – 1996	Juiz Osmar Tognolo (Presidente) Juiz Aloísio Palmeira Lima Juíza Assusete Magalhães Advogado Roberto Rosas Professor Bento José Bugarin.
VI – 1997	Juiz Aloísio Palmeira (Presidente) Juíza Assusete Magalhães Juiz Jirair Aram Meguerian Advogado Marcelo Lavèner Machado Professor Bento José Bugarin
VII – 1998	Juíza Assusete Magalhães (Presidente) Juiz Jirair Aram Meguerian Juiz Carlos Fernando Mathias Advogado Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira Professor Osires Azevedo Lopes Filho
VIII – 2001	Juiz Olindo Menezes (Presidente) Juiz Cândido Ribeiro Juiz Carlos Moreira Alves, Advogado Jorge Amaury Maia Nunes Professor Carlos Frederico de Oliveira Pereira
IX – 2002	Desembargador Federal Olindo Menezes (Presidente) Desembargador Federal Cândido Ribeiro Desembargador Federal Hilton Queiroz Advogado Jorge Amaury Maia Nunes Carlos Eduardo de Oliveira Vasconcelos
X – 2004	Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian (Presidente) Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias Desembargador Federal Olindo Menezes Advogado Roberto Ferreira Rosas Professor Ronaldo Rebello de Brito Poletti
XI – 2005	Desembargador Federal Catão Alves (Presidente) Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias Desembargador Federal João Batista Moreira Advogado Jorge Amaury Maia Nunes Professor Frederico Henrique Viegas de Lima
XII – 2006	Desembargador Federal Tourinho Neto (Presidente) Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral Desembargador Federal João Batista Moreira Advogado Paulo Roberto Moglia Thompson Flores Professor Márcio Nunes Iorio Aranha Oliveira



## Secretaria de Recursos Humanos

Um dos primeiros desafios da área de recursos humanos envolvia a atividade de registro e controle de assentamentos funcionais. Com o aumento do número de servidores ao longo dos anos, a tarefa — de início feita nas chamadas *fichas de assentamentos funcionais*, por meio de máquinas datilográficas — ficou praticamente inviável, em razão do volume de informações.

Com a aquisição dos primeiros equipamentos eletrônicos, teve início a busca de novas soluções para o controle dos assentamentos funcionais. Aconteceram, então, as primeiras reuniões para definição de um esboço de sistema de controle de pessoal.

Durante alguns meses, foram discutidas soluções para implementação do projeto do sistema de recursos humanos – SRH, baseado no modelo já utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça, com a devida modernização e adequação à realidade do TRF 1ª Região. Os programas principais do SRH foram desenvolvidos pela Secretaria de Informática com assessoria técnica das unidades da Secretaria de Recursos Humanos. O maior desafio era a adaptação do sistema para as Seções Judiciárias, cujos quadros possuíam servidores com mais de 20 anos de serviço.

A estratégia de implantação foi utilizar uma Seccional relativamente antiga, com poucos servidores, onde fosse possível inserir todos os dados e observar o funcionamento dos programas desenvolvidos. Em 6 de abril de 1992, uma equipe formada por servidor do Cadastro e técnicos da Informática desembarcou em Cuiabá/MT para instalação dos programas do SRH, treinamento dos servidores da Seção de Cadastro de Pessoal e auxílio na digitação de todos os dados existentes na pasta de assentamentos funcionais. Em 11 de abril de 1992, foram concluídos os trabalhos, com o retorno da equipe a Brasília para a realização de ajustes nos programas. Ao longo dos 18 meses seguintes, as demais Seções Judiciárias tiveram o SRH implantado.

Com o passar dos anos, em razão do desenvolvimento de novas tecnologias da informação, houve a possibilidade de modernização do SRH. Dessa forma, deu-se início ao desenvolvimento do Sistema de Administração de Recursos Humanos do TRF 1ª Região – SARH, baseado no conceito do

armazenamento de informação através de banco de dados. O SARH, desenvolvido e aperfeiçoado a partir do antigo sistema SRH, veio proporcionar maior confiabilidade e segurança às informações.

Diferentemente da estratégia usada na implantação do SRH, optou-se inicialmente pela conversão dos dados existentes na Seção Judiciária do Distrito Federal, já que seria possível acompanhar o processo *in loco* e corrigir eventuais distorções nos programas de transferência e checagem dos dados. Em setembro de 2007, foi concluída a instalação do SARH na Justiça Federal da Primeira Região.

O SARH adequou-se tão bem à realidade do Poder Judiciário que acabou sendo definido pelo CJF como o sistema padrão de administração de recursos humanos nas cinco Regiões da Justiça Federal, estando em fase de instalação no próprio CJF e em pleno funcionamento no TRF 5ª Região e na Justiça Federal da Quinta Região. O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por meio de acordo de cooperação, também usa o SARH.

Entre as atividades desenvolvidas pela área de legislação de pessoal, destacam-se o auxílio na elaboração de regulamentos, projetos de lei e informações em ações judiciais envolvendo servidores do Tribunal e Seccionais vinculadas.

A área de pagamento de pessoal do Tribunal iniciou seu funcionamento com o gerenciamento da folha de pagamento de aproximadamente 300 servidores, decorrentes da posse, em 4 de maio de 1989 e das nomeações para cargos em comissão, nos primeiros dias de maio.

Os juízes continuaram a perceber suas remunerações pelas Seções Judiciárias de origem, migrando seus contracheques para o Tribunal ao longo dos primeiros meses. Dos magistrados, apenas os dois oriundos de indicação da OAB e os dois do Ministério Público Federal entraram na folha de pagamento em maio de 1989.

Como não havia nenhum equipamento de informática no Tribunal, ficou acertado que a folha de pagamento seria rodada na Seção Judiciária do Distrito Federal. Durante três meses, de maio a agosto, o pagamento do Tribunal foi feito na Seccional do Distrito Federal, no único computador da Justiça Federal, na época um já antigo Cobra. Naqueles três meses,



era comum se ver os servidores da divisão fazendo a pé o percurso que separa os dois prédios.

Por se tratar de um órgão novíssimo, as primeiras folhas de pagamento do TRF 1ª Região não tinham servidores inativos, somente ativos.

Em setembro de 1989, a confecção da folha de pagamento foi transferida para o Tribunal, em um programa informatizado novo, na linguagem *mumps*.

Durante o ano de 1990, houve a implantação da folha de pagamento nas Seccionais da Região. Em várias das

Seções Judiciárias, a folha de pagamento, até então, era toda feita manualmente.

Em 2001, o sistema de pagamento migrou da linguagem *mumps* para *oracle*. Com as evoluções tecnológicas, todos os magistrados e servidores do Tribunal, inclusive os inativos, passaram a acessar, de qualquer computador, através dos sistemas gerais e da intranet, seus contracheques.

As ações de desenvolvimento de recursos humanos iniciaram-se em 1989, com implantação de atividades de treinamento, do procedimento de lotação de servidor, além de elaboração do Projeto de Estágio.

### Algumas atividades de destaque desenvolvidas pela área de desenvolvimento e avaliação de recursos humanos

Ano	Atividade
1989	Implantação dos primeiros treinamentos e dos programas de lotação e de estágio.
1992	Coordenação do I concurso público para provimento de cargos do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas.
1994	Proposta para pesquisa sobre rotatividade de recursos humanos no Tribunal.
1995	Instrutoria no treinamento em serviço referente à área de Recursos Humanos.
1996	Coordenação do II concurso público para provimento de cargos do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas.
1997	Implantação do Sistema Unificado de Acompanhamento e Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório na Justiça Federal.
1998	Elaboração da Instrução Normativa do Programa de Capacitação do Tribunal e Seções Judiciárias.
2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Elaboração e implantação do Programa de Estágio da Primeira Região, o qual recebeu o prêmio Destaque Institucional pela excelência do programa. Atualmente com mais de mil estudantes em toda a Primeira Região.</li> <li>•Coordenação do III concurso público para provimento de cargos do Tribunal e Seccionais vinculadas.</li> </ul>
2003	Implantação do Processo de Gestão de Desempenho – Proged.
2006	Treinamento Os Sete Hábitos dos Gestores Eficazes, destinado aos dirigentes do Tribunal e das Seccionais.
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Coordenação do IV concurso público destinado ao provimento de cargos do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas.</li> <li>•Implantação da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região – Unicorp, instituída pela Resolução/PRESI 600-014 de 8 de novembro de 2007 e implantada em 26 de novembro. Foi firmado contrato entre o Senac e a Universidade para a implementação do primeiro curso a distância — Tutoria On-Line, — destinado aos servidores do Tribunal e das Seccionais da Primeira Região. Como primeira ação da Unicorp, foi desenvolvido o processo seletivo visando à concessão de bolsas de estudos para cursos de pós-graduação aos servidores da Corte.</li> </ul>

O projeto de estágio objetivou oferecer aos estudantes de graduação experiência e prática em sua área de formação, além de proporcionar aperfeiçoamento técnico-cultural, mediante convênio com instituições de ensino. No ano seguinte, houve a implantação do projeto nas Seções Judiciárias da Primeira Região.

Em 1990, foi realizado um levantamento de necessidade de pessoal nas unidades do TRF 1ª Região, efetuando-se entrevistas, com a análise do perfil dos entrevistados e o enca-

minhamento de servidores recém-nomeados às respectivas unidades de trabalho. Também foi elaborado o Programa de Atendimento ao Funcionário Alcoólatra.

No mesmo ano, foi elaborado o cadastro de instrutores e implementados os cursos Treinamento Introdutório, Auxiliar de Biblioteca, Métodos Administrativos, Introdução às Técnicas e Arquivo, Atendimento ao Público, Noções de Microfilmagem e Licitação e Contratos Administrativos. Também foram distribuídos centenas de certificados individuais.

Em 1992, foi realizado o primeiro concurso público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e Seções Judiciárias vinculadas.

No intuito de dar suporte às Seções Judiciárias da Primeira Região, em 1993, foi elaborado um manual de procedimentos relativo à lotação de pessoal e ao treinamento integrado, destinado a capacitar os servidores dos núcleos de recursos humanos. Ainda nesse ano, realizou-se o I Encontro de Dirigentes do TRF e Seccionais integrantes da Primeira Região.

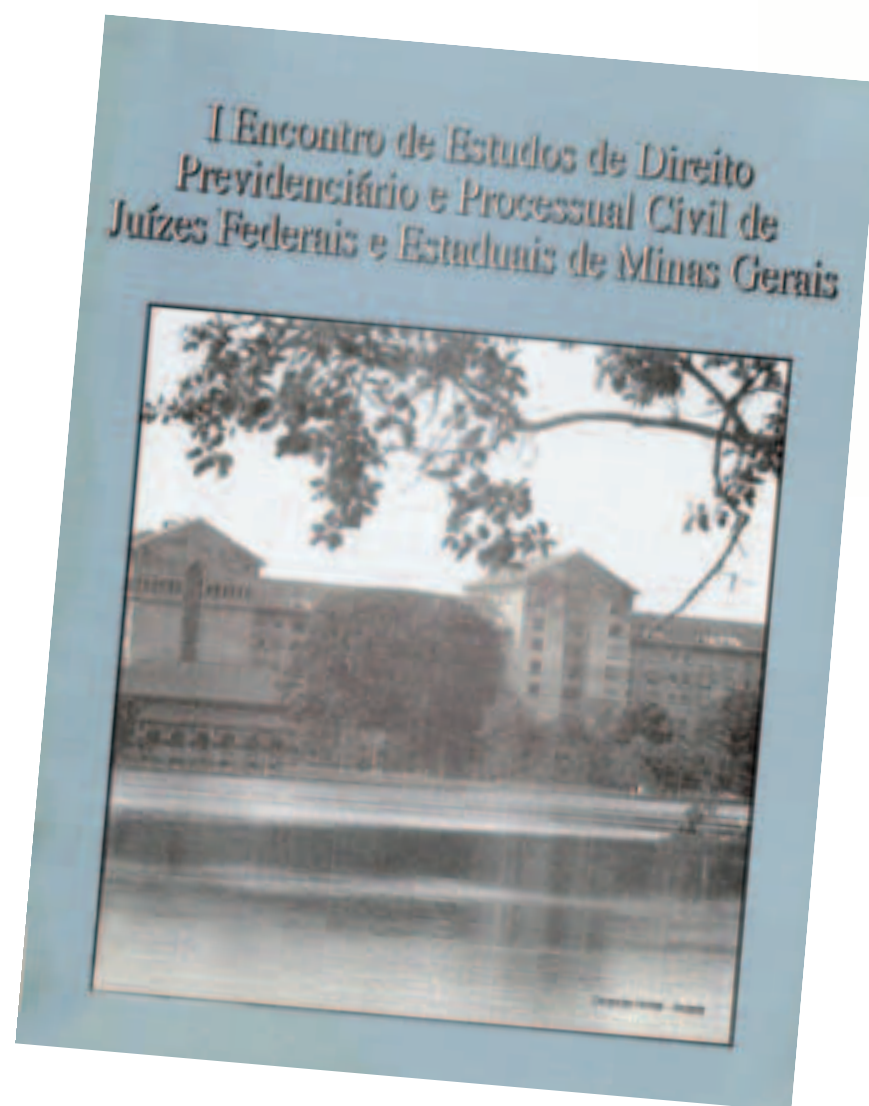
### Escola de Magistratura Federal da Primeira Região

Diante da necessidade de desenvolvimento pelo Tribunal de atividades de treinamento, aperfeiçoamento e apoio aos magistrados federais, especialmente em virtude da extensão territorial da Primeira Região, que faz com que o jovem e inexperiente juiz possa ser lotado em Seção Judiciária longínqua, foi aprovada pelo Pleno, em 19 de agosto de 1993, a criação do Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais, na estrutura organizacional do Tribunal.

A Resolução 9 de 31 de agosto de 1993, assinada pelo Presidente, Hermenito Dourado, estabeleceu as competências da nova unidade, que começou a funcionar em 6 de dezembro do mesmo ano, em sintonia com o Centro de Estudos Judiciários do CJF, após a implantação do Setor de Apoio aos Magistrados.

O Núcleo vem, desde sua criação, elaborando programas de estudos jurídicos e cursos, com vistas à atualização, aprimoramento e aperfeiçoamento dos juízes no momento em que ingressam na carreira bem como dos servidores da área fim integrantes dos quadros da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região.

A mesma Resolução definiu que o Núcleo teria por coordenador um membro da Corte escolhido pelo Plenário e designado pelo Presidente. Inicialmente, o Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais foi coordenado pela Juíza Eliana Calmon, que desenvolveu um constante intercâmbio com os juízes federais da Primeira Região e as escolas de magistratura do Brasil, de forma a incrementar, ainda mais, suas atividades.







Em abril de 1997, assumiu a coordenação do Núcleo o Juiz Tourinho Neto, seguido pelo Juiz Eustáquio Silveira, que tomou posse em 1998.

Entre os eventos promovidos pelo Núcleo estão cursos e palestras sobre temas relevantes, que dão margem a debates, objetivando o aperfeiçoamento dos atos de elaboração, interpretação e aplicação das leis, a simplificação de rotinas procedimentais e a otimização de custos nos atos de aplicação da justiça.

Assumindo a coordenação, o Juiz Tourinho Neto realizou outros quatro encontros, procurando reunir não apenas juízes federais mas também a Justiça Estadual, a Procuradoria da República e a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado de Minas Gerais, num amplo debate para discutir questões comuns.

Araxá sediou o primeiro deles, no qual se discutiram assuntos relacionados ao Direito Previdenciário e Processual Civil. Em 1997, foi a vez de Rio Branco receber juízes da Justiça Federal e Estadual do Acre e dos estados de Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, além de membros do Ministério Público e da OAB. Os juízes federais do Distrito Federal e de Goiás reuniram-se em Brasília, ainda em 1997. O último encontro realizado nessa gestão aconteceu em Macapá, reunindo juízes federais e estaduais do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas.

Os temas dos encontros ocorridos durante o período em que o Juiz Tourinho Neto esteve na coordenação do Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais foram resultado de um questionário de captação de idéias para elaboração de um plano de trabalho, enviado a todos os magistrados federais da Primeira Região.

O Estado do Amazonas foi sede, mais uma vez, de um outro encontro de juízes federais durante a gestão do Juiz Eustáquio Silveira.

A maioria dos encontros organizados pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais está registrada em livros, nos quais se pode ter uma visão ampla de como foram preparados (com palestras, painéis etc.) e sua repercussão na imprensa pela divulgação promovida pela Assessoria de Comunicação Social do TRF 1ª Região.

Em 22 de junho de 1998, o Tribunal, alterando a Resolução 9/1993, baixou a Resolução 8, , que, entre outras modificações, fixou o mandato do coordenador do Núcleo em dois anos.

Sob a coordenação do Juiz Eustáquio Silveira, o Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais promoveu, de março a junho de 2000, o VI Curso de Preparação de Magistrados Federais, realizado em Brasília, a palestra A Preparação de Magistrados em Portugal no dia 5 de maio,











no Auditório da Seção Judiciária do Distrito Federal, a elaboração do Estatuto da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.

A Resolução 12 de 3 de julho de 2000 transformou o Núcleo na Escola de Magistratura Federal da Primeira Região e aprovou seu novo estatuto.

Em junho de 2000, tomou posse como Diretora da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região a Juíza Assusete Magalhães. Sob sua direção, a Escola promoveu nesse ano, entre outras atividades, o Encontro Minas-Brasília de Juízes Federais, além da criação da página da Escola na internet e da coletânea de artigos e encartes de jornal, antigos e atuais, relativos a assuntos jurídicos e variados.

No primeiro semestre de 2002, foram realizados o IV Encontro da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Juizados Especiais Federais e o VII Curso de Preparação dos Magistrados Federais – 2ª Fase, ambos em Brasília.

Para o biênio 2002-2004, tomaram posse, em 5 de agosto de 2002, como Diretor da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian e, em 20 de setembro de 2002, como Vice-Diretor o Desembargador Federal Olindo Menezes. Sob a nova direção, a Escola promoveu, no segundo semestre de 2002, o Encontro de Estudos de Juízes Federais do Norte, em parceria com a Associação dos Juízes Federais do Brasil, na cidade de Salinópolis/PA; a I Jornada de Estudos Jurídicos da Seção Judiciária do Estado do Pará, em Belém/PA; o V Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.

Em 2003, foram realizados o VIII Curso de Preparação dos Magistrados Federais da Primeira Região, em Brasília; o VI Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Juizados Especiais Federais, em Uberlândia/MG; o VII Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Crime Organizado, de 5 a 7 de novembro de 2003, em Manaus/AM.

O ano de 2004 foi marcado pela inauguração da sede da Escola e Centro de Treinamento da Justiça Federal, ocorrida no dia 13 de abril.

Nesse mesmo ano, foram realizados quatro eventos: Reunião Técnica sobre os Crimes de Lavagem de Dinheiro em

face da Resolução 600/21 do TRF 1ª Região, na sede da Escola; o seminário As Agências Reguladoras, em Salvador/BA; o Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseção, também na sede da Escola, e o Encontro dos Juízes da Justiça Federal que atuam no Eleitoral – Preparatório para as Eleições de 2004.

A escola recebeu nova direção em 1º de setembro de 2004, com a posse do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias e do Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral, como Diretor e Vice-Diretor, respectivamente, para o biênio 2004-2006.

Ainda em 2004, na sede da Escola, em parceria com a Escola, foram realizados a apresentação e *workshop* do Curso de Especialização promovido pelo CJF; a XIII Conferência Construindo o Sistema de Avaliação Institucional da Educação no Distrito Federal, promovido pelo Conselho de Educação do Distrito Federal; o *Workshop* para Magistrados sobre Concorrência, promovido pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; o I Encontro de Juízes de Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Primeira Região, promovido pela Associação da Justiça Federal da Primeira Região; o Projeto Soldado-Cidadão, desenvolvido pelo CJF juntamente com a Associação dos Juízes Federais do Brasil e o Exército Brasileiro. A Escola sediou ainda, no mesmo ano, a Reunião de Ministros da Justiça e do Interior do Mercosul, organizado pelo Ministério da Justiça.

No ano de 2006, a Escola promoveu o Curso de Formação para Juízes Federais Substitutos da Primeira Região Aprovados no XI Concurso, em Brasília/DF; o VIII Encontro de Juízes Federais – Propriedade Intelectual – Marcas, Patentes e Direitos Autorais, em Salvador/BA; a palestra Controle de Constitucionalidade no Direito Americano, proferida pelo Juiz Charles Simpson, em Brasília/DF; a palestra A Proteção do Meio Ambiente no Marco Internacional, proferida por José Juste Ruiz, em Brasília; a Audiência de Conciliação em Processos do Sistema Financeiro de Habitação, em Brasília.

Em 1º de setembro de 2006, tomaram posse os Desembargadores Federais Olindo Menezes e Cândido Ribeiro como Diretor e Vice-Diretor da Escola de Magistratura respectivamente, para o biênio 2006-2008.



### Outros eventos promovidos pela Escola

2005
Curso de Latim – Módulo I
II Encontro Nacional de Diretores de Escolas de Magistratura Federal
Curso para Juízes Federais Substitutos da Primeira Região aprovados no X Concurso
Curso de Latim – Módulo II
III, IV e V Encontros Nacionais de Diretores de Escolas de Magistratura Federal

2006
Cursos de Latim Básico e Avançado
Cursos de Inglês Básico, Intermediário e Avançado
Curso de Alemão Instrumental
Cursos de Francês Básico, Intermediário e Avançado
Cursos de Italiano Básico e Intermediário

### Preocupação com a saúde

Em 1989, surgiu a necessidade de se estruturar um programa de assistência e benefícios sociais para os juízes e servidores do Tribunal e Seções Judiciárias vinculadas. Em 19 de junho, o então Diretor da Secretaria de Administração, Felipe dos Santos Jacinto, na época também respondendo pela Secretaria de Recursos Humanos, submeteu ao Presidente do TRF a minuta de Resolução que instituiria o programa, mediante a Exposição de Motivos 1/SRH.

Em 3 de agosto, o Programa de Assistência aos Servidores do TRF 1ª Região, sob a sigla Pro-Social, teve seu regulamento geral aprovado, por unanimidade, pelo Plenário da Corte, por meio da Resolução 2 de 8 de agosto de 1989.

O regulamento sofreu alterações com as Resoluções 5 de 17 de novembro de 1989; 19 de 21 de dezembro de 1992; 9 de 26 de abril de 1996; 20 de 11 de dezembro de 2000 e 670-006 de 4 de junho de 2003.

Desde o início, a aceitação do programa foi ampla, com a adesão de praticamente todos os magistrados e servidores da Casa.

Em razão da indisponibilidade de unidades administrativas estruturadas, até o final de 1990, coube à comissão diretora do Pro-Social, vinculada à Diretoria-Geral, a administração do programa e a gestão dos respectivos recursos, provenientes da União e da contribuição e participação dos beneficiários, de acordo com os percentuais e valores estabelecidos no regulamento geral.

A partir da publicação da Portaria 314 de 14 de dezembro de 1990, a comissão diretora passou a subordinar-se à Secretaria de Administração. Essa mesma Portaria estabeleceu que as dotações consignadas no orçamento da União para atender despesas com o programa passariam a ser movimentadas por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira.

Com a aprovação da Resolução 18 de 21 de dezembro de 1992, foi extinta a comissão e criada a Secretaria de Programas e Benefícios Sociais, composta naquele momento pela Divisão de Programas e Benefícios e pela Divisão Administrativa e Financeira.

A princípio, após minucioso estudo de viabilidade técnica, orçamentária e financeira, o Pro-Social iniciou suas atividades por este Tribunal, estendendo, posteriormente, seus benefícios a todas as 14 Seções Judiciárias da Primeira Região.

A grandeza do programa pode ser evidenciada nos serviços que presta aos magistrados, aos servidores desta Corte e a seus dependentes ou pensionistas, por meio da assistência médico-hospitalar, ambulatorial, psicológica e odontológica, oferecidas, nas modalidades de *assistência direta* — realizada nas dependências do Tribunal e Seccionais, independentemente de inscrição no programa — e de *assistência indireta* — por meio de ampla rede credenciada de hospitais, clínicas e profissionais ou pelo sistema de livre escolha, aos beneficiários do Pro-Social.

Em 1995, foi implantado o Tratamento Fora do Domicílio – TFD, autorizado nos casos de inexistência de recurso médico ou hospitalar no local de residência do paciente. Além da assistência médica, o TFD inclui a cobertura de despesas decorrentes do deslocamento e hospedagem do beneficiário ao centro de tratamento indicado, mesmo em estados fora da Primeira Região, como São Paulo, onde o Pro-Social mantém credenciados os principais centros de referência do país, entre os quais o Instituto do Coração (Fundação Zerbini); Hospital das Clínicas (Fundação Faculdade de Medicina), Hospital do Câncer (Fun-



dação Antônio Prudente), Hospital do Coração (Associação do Sanatório Sírio); Hospital São Joaquim (Real e Benemerita Associação Portuguesa de Beneficência). Os beneficiários do Pro-Social podem usufruir dos serviços prestados por essas instituições mesmo quando o tratamento é oferecido na localidade de domicílio do paciente, desde que assumam, por meios próprios, as despesas com deslocamento e estada.

A partir de 1997, a Secretaria passou a ser composta também pela Divisão de Assistência à Saúde e pela Divisão de Perícias, áreas até então vinculadas à Secretaria de Recursos Humanos.

Inicialmente, o Pro-Social esteve focado na execução de ações de caráter curativo. Posteriormente, na de caráter preventivo, redirecionando-se à promoção de saúde e qualidade de vida. Com o passar dos anos, teve ainda serviços ampliados e, hoje, totalmente consolidado, trabalha para aprimorar rotinas e implementar procedimentos e técnicas eficazes e modernos.

Está prevista também no regulamento geral a assistência social, que compreende um conjunto de serviços e benefícios administrados pelo Pro-Social e implantados por meio de ações e programas que visam à melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e também dos assistidos.





Os benefícios sociais compreendem o auxílio-pré-escolar, alimentação, transporte, material escolar; seguro de vida em grupo; berçário e o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho. O auxílio-bolsa de estudos foi implementado no ano de 1990. O benefício, que tinha como objetivo complementar as despesas dos servidores titulares do programa com os cursos de segundo e terceiro graus e pós-graduação *lato sensu*, foi extinto pela Resolução 20, de 11 de dezembro de 2000.

O auxílio-pré-escolar, implantado em 1990, estava condicionado à inscrição no Pro-Social, somente fazendo jus a ele os filhos e menores sob guarda de magistrados e servidores inscritos e cujos dependentes estivessem matriculados em instituições de ensino, sendo parte do benefício custeada com recursos próprios do programa. No ano de 1994, estendeu-se a todos os filhos e menores sob guarda dos magistrados e servidores ativos, desde o nascimento até sete anos, independentemente de serem inscritos no Pro-Social e de estarem matriculados em instituições de ensino, quando o benefício passou a ser custeado totalmente com recursos da União. A idade limite do auxílio foi alterada pela Emenda Constitucional 53, de 19 de dezembro de 2006, passando a ser de seis anos.

O auxílio-alimentação, implementado em 1990, foi gerenciado pelo Pro-Social desde o início. Já o auxílio-transporte, implementado em 1992, foi inicialmente gerenciado pela Secretaria de Administração, mas, como os auxílios-pré-escolar e alimentação eram operacionalizados pelo Pro-Social, transferiram-se suas atribuições para o Setor de Benefícios.

O Processo Administrativo 10.484/2006 – TRF tratou da transferência da gestão dos auxílios-transporte, alimentação e pré-escolar para a Divisão de Cadastro de Pessoal da Secretaria de Recursos Humanos, conforme orientações constantes da Informação 38/2006 da Secretaria de Controle Interno. A transferência deu-se a partir do mês de maio de 2006.

O auxílio-material escolar começou a ser concedido em 1990, sob a forma de pacotes escolares, com recursos próprios, a titulares do programa com dependentes matriculados em instituições de ensino público ou particular de primeira a oitava séries do primeiro grau. No ano de 2001, passou a







ser concedido em pecúnia, com valor determinado pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social. Em dezembro de 2003, o Conselho Deliberativo do Pro-Social optou pela proposta de extinção do auxílio, ficando suspenso de 2004 a 2007, quando servidores do Tribunal encaminharam abaixo-assinado à Presidência para retorno do auxílio, sendo restabelecido no mesmo ano de 2007.

O Seguro de Vida em Grupo é um benefício facultativo, concedido desde 1999 a magistrados e servidores titulares do Pro-Social.

O berçário, inaugurado em outubro de 2002, é destinado a filhos de magistradas e servidoras com idade entre 3 a 12 meses e tem como objetivo incentivar e possibilitar o aleitamento materno durante o primeiro ano de vida, bem como promover a integração da mãe com o bebê e o seu pleno desenvolvimento.

Em 7 de setembro de 2000, foi instituído pela Resolução Pro-Social 2 o Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho – PGQVT, contando com os esforços de diversas áreas para o desenvolvimento da política de qualidade de vida e trabalho na Primeira Região.

Tendo como parâmetro os resultados levantados na pesquisa de diagnóstico organizacional realizada em 2001, foi elaborado o primeiro plano de ação para o biênio 2002-2003. As ações até então realizadas pelo Pro-Social, que foram ratificadas pelo instrumento de diagnóstico organizacional, tiveram continuidade. Nos anos seguintes, foram avaliados e aprovados os planos de ações para os biênios 2005-2006 e 2007-2008.

O PGQVT foi agraciado com dois importantes prêmios pelos trabalhos realizados, sendo eles: Prêmio Saúde Anchieta em 2002, categoria Destaque Empresa, promovido pelo Hospital Anchieta de Brasília, e o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida 2003, categoria Ação Global, promovido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida em São Paulo.

A trajetória da política de saúde e bem-estar desenvolvida pela Secretaria de Programas e Benefícios Sociais pode ser evidenciada no quadro a seguir.

## Ações realizadas pela Secretaria de Programas e Benefícios Sociais

Ação	Projeto	Informações básicas
Projeto de Cântico Coral	Coral Habeas Cantus	Criado em outubro de 1990. A partir de 2000 passou a integrar o PGQVT. Além de representar a instituição em eventos internos e externos, propicia a seus integrantes lazer, confraternização e conhecimento musical. Tem parceria com o Sindjus, responsável pelas despesas referentes aos salários do maestro e da pianista do coral.
Promoção de eventos culturais de integração social e confraternização dos servidores	Eventos temáticos	Desde 1990, datas especiais (Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Servidor, Confraternização Natalina) são comemoradas, por meio de atividades socioculturais e de entretenimento, visando proporcionar maior integração, valorização e melhor relacionamento entre os magistrados, servidores, familiares, convidados, dentro e fora da instituição.
Campanhas odontológicas	Prodentinho e campanhas preventivas: Primeira Infância, Adolescente e Adulto	Primeira campanha: 1994 As campanhas Primeira Infância (crianças até 2 anos) e Prodentinho (crianças de 3 a 12 anos) são realizadas semestralmente. As campanhas Adolescente (de 13 a 18 anos) e Adulto, em meses de menor demanda no serviço odontológico.
Desenvolvimento materno-infantil	Programa de acompanhamento à gestante	Criado em 1994. Realização de encontros bimestrais em que são tratados temas de interesse de gestantes, magistrados, servidores e dependentes com palestras, vivências e atendimentos individuais prestados por profissionais da área de saúde (psicólogos, médicos, odontólogos, enfermeiros entre outros).
	Funcionamento do berçário	Inaugurado em 2002. O berçário funciona de segunda a sexta-feira, das 12 às 19h, prestando atendimento a crianças de 0 a 1 ano, filhos de servidoras.
	Programa de educação alimentar infantil e juvenil	Criado em 2005. Com o objetivo de promover a reeducação alimentar de crianças e adolescentes, o programa monta oficinas semestrais interativas de preparação de pratos nutritivos e saborosos, incentivando uma alimentação mais rica e saudável. Também realiza consultas individuais, palestras educativas sobre conceitos alimentares, cuidados básicos de higiene, uso de anabolizantes e prática da atividade física com orientação médica.
Feira de Saúde e Expo Qualidade de Vida	Feira de Saúde	Criado em 1996. Disponibiliza informações sobre saúde integral (abordagem holística) e promove ações educativas e preventivas para magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários, focalizando a qualidade de vida como fator preponderante no trabalho. Os resultados alcançados têm contribuído para a promoção de saúde, a prevenção de doenças e, conseqüentemente, a redução de gastos com tratamentos na rede credenciada.
Projeto Viva Melhor	Programa destinado a servidores aposentados	Criado em 1999. Reuniões mensais, passeios e participações em eventos de capacitação do Tribunal que incentivam a valorização do servidor aposentado.
Restaurante/lanchonete	Acompanhamento e avaliação das atividades do restaurante do Tribunal	Desde a inauguração do restaurante, em 2002, a equipe de Nutrição do Tribunal tem acompanhado a qualidade dos serviços oferecidos pelo restaurante do Tribunal, sendo realizadas visitas constantes, análises das sugestões/críticas dos usuários, além de pesquisas de satisfação.
Utilização dos meios de comunicação para compartilhamento de experiências e divulgação das atividades do PGQVT	Implementação do boletim eletrônico semanal sobre assuntos relacionados à qualidade de vida e produção de vídeos institucionais	Ação desenvolvida desde a implantação do primeiro Plano de Ação biênio 2002-2003. Implementação e manutenção do boletim eletrônico Bem-Me-Quero, além da divulgação das ações do PGQVT nos meios de comunicação internos do Tribunal.
Capacitação dos comitês do PGQVT nos eventos de capacitação externos	Orientação e acompanhamento dos comitês do TRF 1ª Região e Seccionais	Ação desenvolvida desde a implantação do primeiro Plano de Ação biênio 2002-2003. Atualização de conhecimentos sobre temas relacionados à qualidade de vida, por meio da participação em eventos internos e externos.
Prevenção ao estresse e às doenças ocupacionais	Prevenção e controle dos riscos ambientais	Criado em 2005. Realização de vistoria na Gráfica e na Oficina Mecânica do Tribunal, áreas que apresentam maior índice de risco ambiental.



Ação	Projeto	Informações básicas
Desenvolvimento das equipes de saúde	Reunião científica	Criado em 2005. Realização de reuniões de estudo de temas de interesse das equipes de saúde e participação em eventos internos e externos, como palestrante ou participante.
Qualidade de vida e trabalho, promoção de saúde e prevenção de doenças	Campanha de imunização	Criado em 1999. Realização da Campanha de Vacinação Antigripal, com atendimento aos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários do Tribunal e das Seccionais do Distrito Federal e Tocantins.
	Prevenção e controle dos riscos cardiovasculares	Criado em 2000. Promoção anual da Semana do Coração, com aferição da pressão arterial e distribuição de material informativo em todas as unidades do Tribunal, além da realização de palestras e orientações individualizadas durante os demais meses do ano.
	Ser Saudável	Criado em 2005. Programa de educação alimentar e controle de peso. Encontros trimestrais e consultas individuais orientadas pela nutricionista e psicóloga do Tribunal.
	Parar de Fumar é Possível	Criado em 2005. Programa de apoio aos usuários de tabaco (magistrados, servidores e familiares). Encontros com profissionais de saúde (psicólogos, médicos, odontólogos e nutricionistas). Atendimento em grupo e individualizado e distribuição de material informativo.
Projeto De Bem com a Vida	loga	Implantação em 2000. Atividade oferecida aos servidores em três aulas semanais para a diminuição do estresse.
	Massagens	Oferece as seguintes massagens: expressa, desde 2003; shiatsu e reflexologia, desde 2004; tuiná estética e drenagem linfática, desde 2006.
	Arte e Vida	Implantação em 2005. Realização de oficinas interativas. O programa incentiva a participação, principalmente, de servidores que estão com depressão, síndrome do pânico, estresse e aposentados, buscando envolver familiares (pais e filhos).
Projeto Um Olhar para o Futuro	Programa destinado a servidores em fase de aposentadoria	Criado em 2006. Reuniões mensais com a participação de profissionais convidados para discussão de temas pertinentes.

Em 2007, foi iniciada outra relevante ação no campo da promoção da saúde, com a institucionalização do Programa Periódico de Saúde – PPS, autorizado pela Resolução 600-6 de 11 de julho de 2007.

Foi realizada também a I Mostra Justiça e Bem Viver em comemoração ao Bicentenário do Poder Judiciário Independente e Dia do Servidor Público, fruto da congregação de esforços do TRF 1ª Região, TSE, STM, TRT 10ª Região e Seção Judiciária do Distrito Federal, com o apoio do Sindjus. O evento, que teve como tema central Justiça, Saúde e Responsabilidade Socioambiental: Direito de Todos e Compromisso de Cada Um, foi o maior já realizado pelo TRF 1ª Região, recebendo cerca de cinco mil visitantes, em quatro dias. O público teve a oportunidade de conhecer as estações Justiça, Saúde, Meio Ambiente, Cultura e Lazer e Bem-Estar.

Nesse mesmo exercício, a Secretaria de Programas e Benefícios Sociais ficou responsável pela meta Qualidade de

Vida dos Magistrados e Servidores, que consta do Programa de Metas para o biênio 2006-2008 da administração do Tribunal. A Secretaria, cada vez mais, busca priorizar as ações de promoção de saúde e prevenção de doenças, para que, de forma permanente e com integração multiprofissional, possa maximizar a eficácia das atividades de saúde e qualidade de vida desenvolvidas por suas unidades.

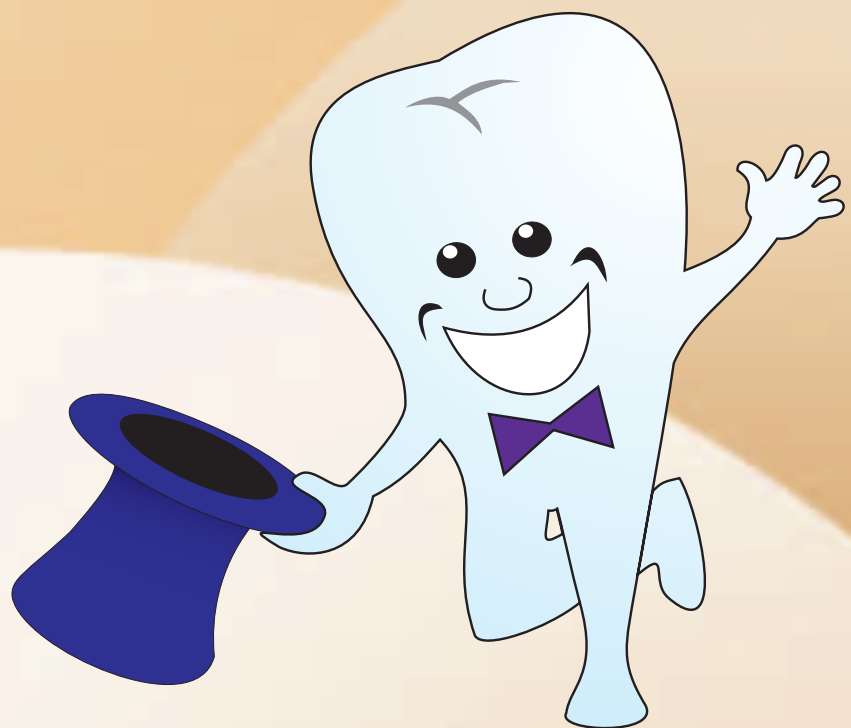
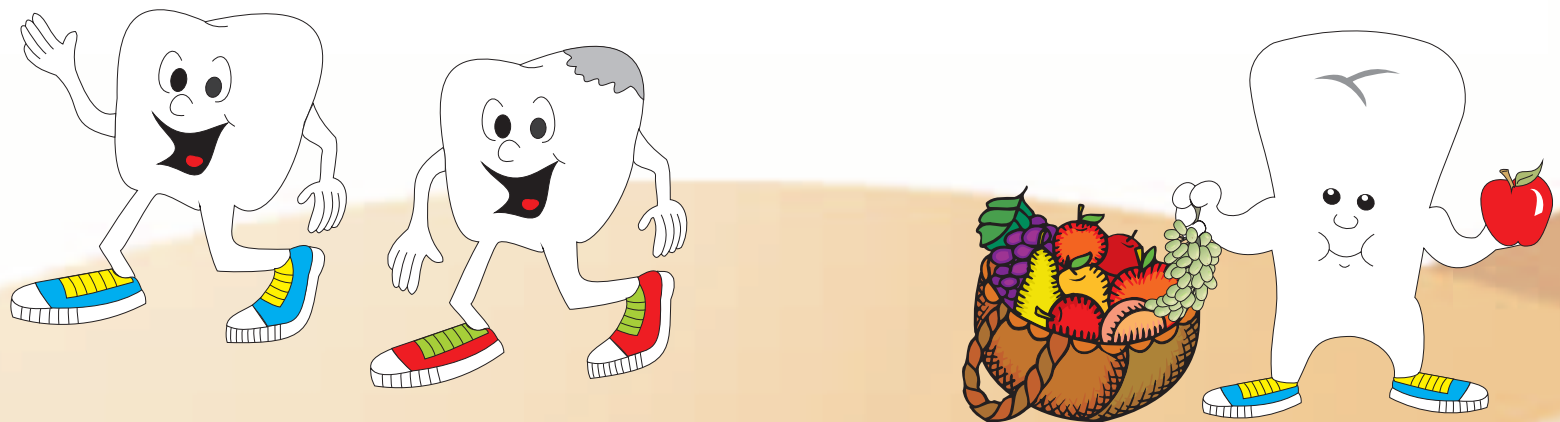
Ainda em 2007, o PGQVT teve sua experiência publicada no livro *Qualidade de vida: experiências de sucesso*, editado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida – IBQV, projetando mais uma vez as atividades do programa além dos limites do Tribunal.

Com essas estratégias, o Pro-Social aprimora continuamente seus processos de gestão, proporcionando aos servidores da Casa as condições necessárias para o cuidado integral da saúde, elemento imprescindível ao desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Justiça Federal da Primeira Região.



## Prodentinho

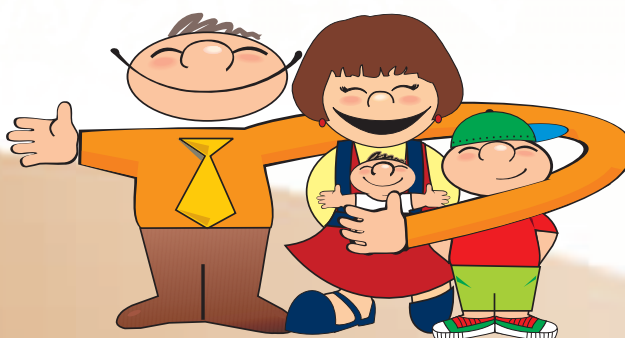
O Prodentinho, que representa a Campanha de Prevenção Odontológica para crianças de até 12 anos, iniciou suas atividades no Tribunal em 1994. Desde então, tem ajudado a prevenir problemas dentários e a diminuir as despesas do Pro-Social com intervenções curativas.





## Bem-Me-Quero

O Bem-Me-Quero, símbolo do PGQVT, ultrapassou os muros do TRF 1ª Região e, hoje, é conhecido nacionalmente. No Tribunal, já foi utilizado como mascote em diversos eventos, sobretudo relacionados ao programas de qualidade.



## Informatização

Um Tribunal moderno, criado com a finalidade de agilizar a prestação jurisdicional, não poderia fugir ao avanço tecnológico. O desafio inicial da Secretaria de Informática foi a imediata instalação de computadores para atender as atividades jurídicas e administrativas da Corte.

De início, o TRF 1ª Região recebeu do Ministério de Desenvolvimento Urbano, como doação, cinco microcomputadores Microtec PC XT 2002, com os quais foi desenvolvido o primeiro sistema administrativo: folha de pagamento. Mais tarde, nesses mesmos equipamentos, também foram desenvolvidos os sistemas de Controle de Arrecadação de Custas Processuais e Boletins Estatísticos para atender as necessidades da Corregedoria.

O primeiro computador instalado no Tribunal, um Digirede 8000/1, com sistema operacional Mumps e capacidade para ligação de 12 terminais, foi adquirido pelo extinto Tribunal Federal de Recursos. Em 17 de maio de 1989, processou-se,

por intermédio dele, a primeira distribuição automática de processos.

Ainda em 1989, foram instalados computadores nas Seções Judiciárias do Maranhão, Distrito Federal, Piauí, Mato Grosso, Rondônia e Acre, com a implantação do Sistema de Distribuição e Acompanhamento de Processos e Treinamento de Pessoal.

Todas as unidades do Tribunal receberam terminais, em especial as áreas administrativas.

Em 1992, foi inaugurada na Primeira Região, juntamente com o Conselho da Justiça Federal, a rede de teleprocessamento Renpac (Rede Nacional de Pacotes), que disponibilizou aos usuários internos e externos o acompanhamento de processos em todas as Regiões e consultas à Biblioteca.

O ano de 1993 foi de mudanças. O esgotamento da capacidade operacional do computador utilizado pelo Tribunal, aliado à grande defasagem tecnológica que sofreu, levou a Secretaria a mudar totalmente sua plataforma de *hardware* e *software*. Dessa forma, novos e atualizados equipamentos e programas foram adquiridos.

Em 1996, os usuários ligados à rede local passaram a acessar diversos serviços nela implementados, tais como rede mundial de computadores, bancos, legislação, sistema processual, informações processuais das Seções Judiciárias, sistemas administrativos, dicionário Aurélio, imagens do inteiro teor dos julgados do Tribunal (até 1992) e imagem e som das sessões de julgamento realizadas no plenário e nas salas de reunião das Seções e Turmas.

No ano seguinte, as atividades da tecnologia da informação foram marcadas pela entrada do Tribunal na internet ([www.trf1.gov.br](http://www.trf1.gov.br)), com o que foi possível a disponibilização de serviços aos jurisdicionados com maior transparência e celeridade. Em 1998, o correio eletrônico (*e-mail*) estava disponibilizado em todas as unidades administrativas do Tribunal e das Seccionais.



Computador PC XT





Ao longo dos anos, a Secretaria de Informática desenvolveu sistemas que propiciaram avanço em qualidade, funcionalidade e segurança nas atividades de diversas áreas, entre as quais se destacam:

- recursos humanos (servidores e magistrados);
- Biblioteca;
- Pro-Social;
- controle de patrimônio;
- controle de processos administrativos;
- jurisprudência, que mais tarde passou a utilizar o serviço de análise comparativa de julgados do Tribunal com os do STF e do STJ;
- Juris;
- cálculos de liquidação de sentença.

### Evolução histórica dos equipamentos de informática no TRF 1ª Região

1989	1991	1993	1994	1996	1997	1998
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Microcomputador Microtec PC XT 2002 (5 computadores doados pelo Ministério de Desenvolvimento Urbano MDU);</li> <li>• Computador Digirede 8000/1</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Microcomputador XT, com processador 8088</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Computador central BULL DPX-20;</li> <li>• microcomputador XPTO-389, com impressoras HP-Deskjet 500;</li> <li>• microcomputador 386, tipo <i>notebook</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início dos primeiros sistemas em Oracle</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Microcomputador DX 486/100, com impressora a <i>laser</i> e kits multimídia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrada do Tribunal na internet (<a href="http://www.trf1.gov.br">www.trf1.gov.br</a>)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema Operacional Windows NT4.0</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema Operacional Mumps</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema Operacional DOS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Software</i> Windows</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização do banco de dados BRS-Search</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processador de texto Microsoft Word</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira distribuição automática, em 17 de maio de 1989</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Editor de texto Fácil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Editor de texto Word Perfect 5.0</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ligação dos micros em rede – acesso à internet</li> </ul>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade de processamento do Digirede ampliada em outubro para 8000/3</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da capacidade do Digirede para 8000/XQ4</li> <li>• Micros ligados ao computador central</li> </ul>					

1999	2001	2003	2004	2005	2006	2007
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da utilização de impressoras departamentais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Microcomputador com processador Pentium III</li> <li>• Sistema Operacional Windows 2000</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Microcomputador com processador Pentium IV</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema Operacional Windows XP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de Thin Clients nas novas Subseções Judiciárias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Migração do domínio do TRF1 para Windows 2003</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Início da utilização da certificação digital</li> <li>• Próxima etapa – centralização da base de dados de toda a Primeira Região</li> </ul>

# Cerimonial e imprensa





## O Cerimonial

O Tribunal crescia, tornava-se cada vez mais conhecido no cenário nacional. Autoridades brasileiras e estrangeiras a ele chegavam a fim de conhecer suas instalações e funcionamento. Seu quadro de magistrados mudava. O número de funcionários aumentava. As solenidades eram imprescindíveis, e tornava-se inevitável a criação de regras.

Nas palavras de Miguel Reale:

[...] à primeira vista, parece que nossa época é avessa, cada vez mais, a normas de precedência, aos critérios que governam a distribuição de lugares nas cerimônias oficiais; à forma que devem ter os convites dirigidos a estas ou àquelas personalidades; ao uso de trajes e condecorações, bem como de bandeiras e outros símbolos, chegando-se a apresentar tais exigências como prova de condenável apego a um passado definitivamente morto.

Tal maneira de ver, todavia, nasce de um equívoco e é apenas sinal de ignorância do valor das normas costumeiras, que obrigam a todos, exatamente para que não sejam feridos melindres e as funções públicas possam se desenvolver ao amparo de “gafes” imperdoáveis [...]

Ninguém se diminui por cumprir as regras que a sabedoria do tempo veio fixando, como quadros condicionados de nosso comportamento social.

Além de englobar o conjunto de formalidades que devem ser observadas em certos atos da vida oficial, com a finalidade de dar-lhes ordem, o cerimonial pode ser entendido como uma atividade de comunicação e imagem, que visa construir e projetar uma imagem favorável da instituição, de seus administradores e serviços.

A cargo da Assessoria de Relações Públicas, que passou depois a chamar-se Assessoria de Representação e Programação Social, foi criado o cerimonial do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, regulamentado pela Resolução 9 de 28 de junho de 1991.

As sessões solenes de posse de dirigentes e membros do Tribunal ou sessões comemorativas de acontecimentos, as

visitas protocolares e outorgas do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria foram previstas nessa Resolução.

A ampliação natural da participação do Tribunal no cenário de modernização da Justiça Federal obrigou a Assessoria a estender suas atribuições a outros eventos, de forma que se adequasse às novas solenidades que passaram a ser realizadas no Tribunal e nas Seções Judiciárias a ele vinculadas. Para tanto, o Cerimonial passou a ser regulamentado pela Portaria 110-728 de 19 de novembro de 2003.

Atualmente a Assessoria de Representação e Programação Social planeja e executa todas as solenidades e sessões solenes, eventos de integração e atividades de comunicação interna, com destaque para o Espaço Cultural e o Programa de Visitas, além da gestão de convênios e da participação ativa nas ações do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho. Supervisiona e assessora todas as Seções Judiciárias da Primeira Região em assuntos referentes ao cerimonial, presta auxílio em solenidades de outras instituições públicas e privadas, bem como se responsabiliza pela representação oficial da Presidência em eventos externos a fim de zelar pelo fiel cumprimento das normas de precedência.

A necessidade do Tribunal de oferecer um ambiente de trabalho agradável aos servidores fez com que fossem promovidos eventos comemorativos e de conagração, dos quais se destacam a programação Festividade Natalinas, que já consta do calendário de eventos do Tribunal e inclui a Missa de Natal, a Árvore da Solidariedade, o Concerto de Natal, além da grande Festa de Encerramento do Ano, que reúne os magistrados, servidores e prestadores de serviço.







Sessão de julgamento simulado com crianças.

A Assessoria de Representação e Programação Social, visando à divulgação da imagem institucional do Tribunal na comunidade, apresentou proposta de criação do Programa de Visitas e do Espaço Cultural, de maneira a abrir as instalações do Tribunal também ao público externo.

O Programa de Visitas ao TRF 1ª Região foi criado em 1997. A Assessoria de Representação e Programação Social lançou uma cartilha com informações sobre o Tribunal destinada a visitantes que chegavam para conhecê-lo. A publicação contém dados sobre as competências territorial e material da Corte, sua composição, organização entre outros aspectos. As visitas, que incluem entre as atividades a presença em sessões de julgamento, aumentavam a cada dia, sendo necessário modernizar o programa e direcioná-lo também para visitas de estudantes de todos os níveis e de todas as partes do país.

O Programa foi ampliado, passando a apresentar uma nova abordagem a partir da sua regulamentação pela Portaria/Presi 110-502 de 22 de setembro de 2004, com o objetivo de mudar a imagem de inacessibilidade do Poder Judiciário, contribuir para a construção do conceito de cidadania, para o despertar da vocação jurídica no público infanto-juvenil e para estreitar o contato dos estudantes de Direito com as atividades da Corte.







A partir de 2005, a iniciativa expandiu-se para incluir as sessões de julgamento simulado nas próprias salas de sessões, com a participação de magistrados e membros do Ministério Público em interação com estudantes de ensino fundamental. As crianças utilizam becas e seguem um roteiro especialmente elaborado para a ocasião, tendo oportunidade de emitir voto e justificar sua decisão.

As visitas passaram a totalizar, anualmente, cerca de 500 alunos dos cursos de Direito do Distrito Federal e de outros estados e de escolas de ensino fundamental, acompanhados por seus professores e monitores.

O Espaço Cultural, criado pela Resolução 19 de 20 de novembro de 1997, abriu oportunidade para a realização de exposições de pinturas, esculturas, mostras fotográficas, lançamentos de livros e outros eventos similares, tornando-se veículo de integração e melhora da qualidade de vida. As unidades também estão sendo humanizadas, tornando-se ambientes agradáveis com o recebimento de obras doadas ao Tribunal por ocasião das exposições.

As atividades começaram em 1998, com a exposição de um talento da casa, o servidor Manoel Duarte. Inicialmente com exposições espaçadas e sem uma agenda, o espaço consagrou-se nacionalmente, com o aumento da divulgação, no *site* do Tribunal, recebendo requisições de artistas de todo o território brasileiro, inclusive premiados internacionalmente.

Já foram realizadas mais de 100 exposições, recebendo o Espaço Cultural, a cada ano, a visita de aproximadamente 6.000 pessoas.

Em 1992, como parte dos eventos comemorativos do Dia do Servidor Público, a Assessoria promoveu concurso para a escolha da Bandeira do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que teve como vencedor o trabalho apresentado pelo servidor Luiz Otávio Montezuma. A regulamentação veio em 2001, com a Resolução 12 de 3 de julho de 2001.



Espaço Cultural do TRF 1ª Região

Outra ação relevante sob a responsabilidade da Assessoria foi a criação do *Indicador de Autoridades*, um catálogo inicialmente impresso, em que eram relacionados os nomes e endereços das mais altas autoridades do país. Em 2001, foi fornecido às unidades do Tribunal no sistema *Oracle*. A partir de 2003, passou a ser acessado pela página do Tribunal e das Seções Judiciárias na internet.

Em 2001, a Assessoria recebeu os trabalhos destinados ao concurso público extensivo a todos os cidadãos brasileiros para a escolha do Hino da Justiça Federal da Primeira Região, num total de 55 inscrições, preparando o material recebido para encaminhamento à comissão qualificadora.

Em 2002, por meio da Resolução 5 de 13 de fevereiro de 2002, foi instituído o Hino, composto da música de Sérgio Augusto Molina e do poema de Lílian Jacoto, vencedores do certame.

### Colar e Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria

Como forma de reconhecimento do mérito de quantos tenham prestado relevantes serviços à cultura jurídica, foram criados, em 17 de dezembro de 1990, mediante a Resolução 23, o Colar, a Medalha e o Grande-Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria. O nome dado à condecoração é uma homenagem feita à memória do ilustre magistrado e jurista, que dedicou a vida ao aperfeiçoamento do Direito e à realização da justiça.

A finalidade primordial da condecoração é premiar e estimular a prática de ações meritórias. Seus símbolos trazem o “emblema da vitória e da paz obtida pela vitória”, representando, por meio da coroa de palmas, a realização da justiça pela vitória do Direito aplicado pelo Poder Judiciário, propiciando a obtenção da paz entre os litigantes. Lembra, também, a eloqüência própria dos pretórios, exortando, principalmente, à incorruptibilidade, que deve ser apanágio dos magistrados.

Para outorgar as condecorações, foi criada a Comissão do Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, composta pelo presidente e pelo vice-presidente do Tribunal e por três desembargadores escolhidos pelo Tribunal Pleno.

O Grande-Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria foi criado como insígnia do cargo de presidente do Tribunal e de chanceler do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, a ser transferido e outorgado pelo presidente que deixa o cargo a seu sucessor.



Grande-Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria.



Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria.



Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria.





Relação dos Desembargadores Federais integrantes da  
Comissão do Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria\*

**PORTARIA 187 DE 23/08/2000**

Presidente do TRF 1ª Região – Desembargador Federal Fernando da Costa Tourinho Neto  
Vice-Presidente do TRF 1ª Região – Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves  
Desembargador Federal Plauto Afonso da Silva Ribeiro  
Desembargador Federal Antônio Ezequiel da Silva  
Desembargador Federal Carlos Olavo Pacheco de Medeiros

**PORTARIA/PRESI 733 DE 14/08/2002**

Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima  
Desembargador Federal Eustáquio Nunes Silveira  
Desembargadora Federal Assusete Magalhães

**PORTARIA/PRESI 1104-567 DE 04/11/2004**

Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias  
Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

**PORTARIA/PRESI 1104-199 DE 27/08/2007**

Desembargador Federal Olindo Menezes  
Desembargador Federal Luciano Tolentino Amaral

\*A Resolução 17 de 6 de setembro de 2002 alterou o art. 10 da Resolução 23 de 12 de dezembro de 1990, criando, em caráter permanente, o Conselho do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, composto pelo presidente do Tribunal, pelo vice-presidente, pelo corregedor-geral e por dois desembargadores federais escolhidos pela Corte Especial.

Além dos desembargadores que presidiram o Tribunal, recebeu a condecoração, *post mortem*, o eminente Patrono do *Grande-Colar*, na pessoa de seu filho, em solenidade ocorrida em 18 de dezembro de 1991.

O Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria tem por objetivo agraciar personalidades, autoridades, pessoas jurídicas e instituições nacionais ou estrangeiras que se destacaram por seus méritos ou por relevantes serviços prestados à cultura jurídica. Tal honraria é concedida, *de jure*, aos magistrados, no momento da posse no cargo de Desembargador Federal do TRF 1ª Região, podendo ser conferida, ainda, a governantes, parlamentares, magistrados, outras personali-

dades e servidores públicos por serviços prestados à causa da Justiça Federal.

A primeira outorga de colares aconteceu em 1º de março de 1991 e destinava-se a agraciar os membros do Tribunal.

A Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria objetiva homenagear personalidades de reconhecida capacidade científica, cultural ou profissional bem como servidores da Justiça Federal. Assim como ocorre com o Colar, anualmente podem ser concedidas até três medalhas. O primeiro detentor da honraria foi o atual Diretor-Geral do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, agraciado pelo Presidente Anselmo Santiago, em 18 de dezembro de 1991.



Solenidade de entrega do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria aos Ministros Washington Bolívar de Brito e Evandro Gueiros Leite e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Diretor-Geral do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, agraciados pelo Presidente, Anselmo Santiago, em 18 de dezembro de 1991.





## Recepiendários

Até a presente data, receberam a condecoração as seguintes autoridades:

### Grande-Colar

(em caráter definitivo)

Nelson Hungria ( <i>post mortem</i> )	18/12/1991
Alberto José Tavares Vieira da Silva	01/03/1991
José Anselmo de Figueiredo Santiago	06/03/1997
Hermenito Dourado	20/03/1997
José Alves de Lima	14/04/2000
Mauro Leite Soares	14/04/2000
Nelson Gomes da Silva	14/04/2000
Plauto Afonso da Silva Ribeiro	05/10/2007
Aloísio Palmeira Lima	09/11/2007





## COLAR

Por investidura no cargo de Desembargador Federal do Tribunal

### Entregues pelo Desembargador Federal Alberto Vieira da Silva

01/03/1991	Alberto José Tavares Vieira da Silva
01/03/1991	José Anselmo de Figueiredo Santiago
01/03/1991	Euclides Reis Aguiar
01/03/1991	Hermenito Dourado
01/03/1991	Adhemar Ferreira Maciel
01/03/1991	José Alves de Lima
01/03/1991	Mauro Leite Soares
01/03/1991	Murat Valadares
01/03/1991	Nelson Gomes da Silva
01/03/1991	Fernando Gonçalves
01/03/1991	Plauto Afonso da Silva Ribeiro
01/03/1991	Hércules Quasímodo da Mota Dias
01/03/1991	Vicente Leal de Araújo
01/03/1991	Fernando da Costa Tourinho Neto
01/03/1991	Antônio Augusto Catão Alves
01/03/1991	Eliana Calmon Alves
01/03/1991	Aldir Guimarães Passarinho Junior
01/03/1991	Mário Figueiredo Ferreira Mendes

### Entregues pelo Desembargador Federal Anselmo Santiago

30/08/1991	Eustáquio Nunes Silveira
02/06/1992	Aristides Porto de Medeiros

### Entregues pelo Desembargador Federal Hermenito Dourado

28/06/1993	Osmar Tognolo
04/08/1993	Aloísio Palmeira Lima
19/10/1993	Assusete Dumont Reis Magalhães
26/05/1994	Orlanda Luiza de Lima Ferreira
27/05/1994	Jirair Aram Meguerian

### Entregues pelo Desembargador Federal Alves de Lima

14/09/1994	João Vieira Fagundes
17/02/1995	Carlos Fernando Mathias de Souza
17/02/1995	Olindo Herculano de Menezes

### Entregues pelo Desembargador Federal Leite Soares

07/03/1996	Mário César Ribeiro
28/06/1996	Luciano Franco Tolentino Amaral

### Entregues pelo Desembargador Federal Nelson Gomes da Silva

22/11/1996	Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho
------------	--------------------------------------



### Entregues pelo Desembargador Federal Plauto Ribeiro

- 19/12/1997 Hilton José Gomes de Queiroz
- 07/08/1998 Carlos Eduardo Maul Moreira Alves
- 07/08/1998 Ítalo Fioravanti Sabo Mendes
- 26/02/1999 Carlos Olavo Pacheco de Medeiros
- 17/12/1999 José Amilcar de Queiroz Machado
- 30/03/2000 Antônio Ezequiel da Silva

### Entregues pelo Desembargador Federal Tourinho Neto

- 15/02/2001 Daniel Paes Ribeiro
- 15/02/2001 Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
- 15/02/2001 João Batista Gomes Moreira
- 15/02/2001 Antônio Souza Prudente
- 15/02/2001 Selene Maria de Almeida
- 15/02/2001 Sebastião Fagundes de Deus
- 15/02/2001 Antônio Sávio de Oliveira Chaves
- 19/12/2001 Maria Izabel Diniz Gallotti Rodrigues
- 21/12/2001 Maria do Carmo Cardoso

### Entregue pelo Desembargador Federal Catão Alves

- 17/03/2004 Leomar Barros Amorim de Sousa

### Entregue pelo Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima

- 17/12/2004 Neuza Maria Alves da Silva

### Entregue pela Desembargadora Federal Assusete Magalhães

- 17/09/2007 Francisco de Assis Betti

## COLAR

Por relevantes serviços prestados

### Entregues pelo Desembargador Federal Anselmo Santiago

- 18/12/1991 Washington Bolívar de Brito
- 18/12/1991 Evandro Gueiros Leite

### Entregues pelo Desembargador Federal Tourinho Neto

- 20/08/2001 Carlos Mário da Silva Velloso
- 17/04/2002 Lauro Franco Leitão

### Entregue pelo Desembargador Federal Catão Alves

- 16/04/2004 José Sarney

### Entregue pela Desembargadora Federal Assusete Magalhães

- 13/04/2007 José Arnaldo da Fonseca

## MEDALHA

### Entregues pelo Desembargador Federal Anselmo Santiago

- 18/12/1991 Felipe dos Santos Jacinto

### Entregues pelo Desembargador Federal Tourinho Neto

- 15/12/2000 Luís Nassif
- 15/12/2000 Maria do Carmo Vieira Gomar
- 15/12/2000 Wander Rocha Tanure
- 12/04/2002 Everardo de Almeida Maciel

## Diploma e Medalha de Visitante Ilustre

O Diploma e a Medalha de Visitante Ilustre constituem uma honraria outorgada pelo presidente do Tribunal como forma de expressar a consideração e o apreço aos visitantes ilustres que assinalem sua passagem pela Corte ou pelas Seções Judiciárias. Criada pela Resolução 12 do TRF 1ª Região, em 21 de agosto de 1992, assinada pelo Presidente Anselmo Santiago, o Diploma e a Medalha de Visitante Ilustre já foram entregues a diversas autoridades nacionais e estrangeiras em suas visitas à Corte, conforme se verifica do quadro abaixo.



25/08/1992	Jorge Rojas Sanches	Magistrado da Corte Suprema da Costa Rica
25/08/1992	José Luis Ramires Camacho	Presidente de Audiência do Tribunal Superior da Costa Rica
24/08/1998	Cesare Mirabelli	Juiz da Corte Constitucional Italiana
29/09/1999	Dom Alfio Rapisarda	Núncio Apostólico no Brasil
29/09/1999	Dom Clério Falcão	Cardeal Arcebispo de Brasília
16/08/2000	Bernardo Cabral	Senador
16/08/2000	Amir Lando	Senador
24/08/2000	Gen. Exerc. Gleuber Vieira	Comandante-Geral do Exército
24/08/2000	Francisco Roberto de Albuquerque	General do Exército
24/08/2000	Severino Ramos de Oliveira	General do Exército
24/08/2000	Jorge Alves de Carvalho	General do Exército
24/08/2000	Carlos Tabajara da Costa Torino	General do Exército





24/08/2000	Gilson Lopes Cavalcanti	General do Exército
24/08/2000	Geraldo Silvino Soares da Silva	General do Exército
28/08/2002	Massimo Vari	Vice-Presidente Emérito da Corte Constitucional Italiana
13/04/2004	Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila	Arcebispo Militar do Brasil
29/11/2004	Ministro Juan Colombo Campbell	Presidente do Tribunal Constitucional do Chile
29/11/2004	Ministro Marcos Libedinsky	Presidente da Corte Suprema do Chile
10/12/2004	Dom Lorenzo Baldisseri	Núncio Apostólico no Brasil
19/09/2005	Professor Doutor António Avelãs Nunes	Vice-Reitor da Universidade de Coimbra
29/06/2006	Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho	Presidente do Conselho de Justiça Federal – CJF
29/06/2006	Ministro Francisco Peçanha Martins	Vice-Presidente do CJF
29/06/2006	Ministro Fernando Gonçalves	Coordenador-Geral do CJF
29/06/2006	Ministro Felix Fischer	Membro efetivo do CJF
29/06/2006	Ministro Aldir Passarinho Junior	Membro efetivo do CJF
29/06/2006	Desembargador Federal Frederico José Gueiros	Presidente do TRF 2ª Região
29/06/2006	Desembargadora Federal Diva Prestes M. Malerbi	Presidente do TRF 3ª Região
29/06/2006	Desembargadora Federal Maria Lúcia Luz Leiria	Presidente do TRF 4ª Região
29/06/2006	Desembargador Federal Francisco Cavalcanti	Presidente do TRF 5ª Região
29/06/2006	Juiz Federal Walter Nunes	Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil
29/06/2006	Doutor Pierpaolo Cruz Bottini	Secretário da Reforma do Judiciário
25/07/2007	Michele Valensise	Embaixador da República Italiana no Brasil
12/03/2008	Ministra Ellen Gracie	Presidente do Supremo Tribunal Federal – STF e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ
12/03/2008	Ministro Luiz Marinho	Ministro da Previdência Social
12/03/2008	Marco Antônio de Oliveira	Presidente do INSS



Vice-Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor António Avelãs Nunes, recebendo a Medalha de Visitante Ilustre do então Presidente, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.



Solenidade de entrega do Diploma e da Medalha de Visitante Ilustre à Ministra Ellen Gracie, Presidente do STF e do CNJ.

### Prêmios de incentivos funcionais

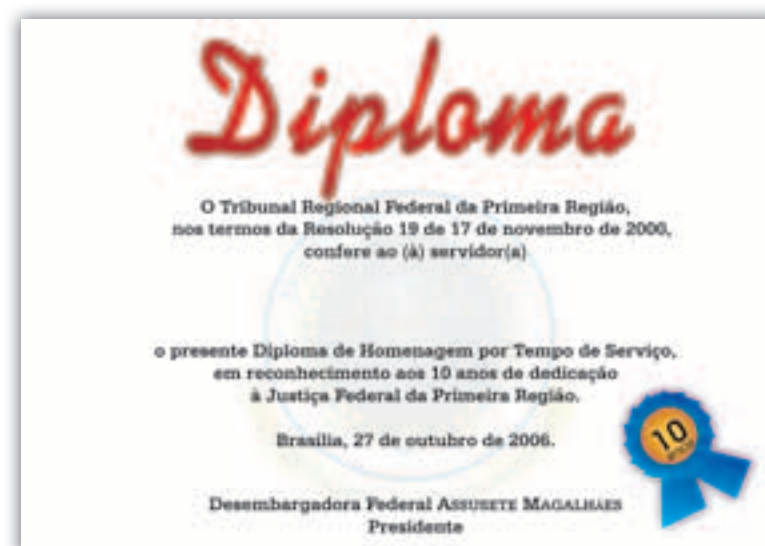
Como meio de valorização dos servidores que constroem o dia-a-dia da Primeira Região, o Tribunal instituiu premiações de incentivo funcional no ano de 2000, no âmbito do próprio Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias.

As homenagens representam motivação e impulso em termos humanos, sociais e profissionais.

Foram criadas três categorias para os incentivos funcionais: Destaque Institucional, para iniciativas das unidades

administrativas ou equipes de trabalho que trouxeram contribuições relevantes para os serviços e jurisdicionados; Diploma de Honra ao Mérito, para os servidores que se notabilizarem pelo desempenho destacado e Homenagem por Tempo de Serviço, para os servidores que completarem 10, 20 e 30 anos de efetivo serviço na Justiça Federal.

A instituição de incentivos funcionais ocorreu por meio da Portaria/Presi 185 de 31 de julho de 2000, posteriormente transformada na Resolução 19 de 17 de novembro de 2000.







## A relação com a imprensa

Implantados, sob grande expectativa popular, como alternativa para o problema da morosidade do Judiciário Federal, os Tribunais Regionais Federais ganharam as manchetes dos principais jornais do país. O Tribunal Regional Federal da Primeira Região também mereceu destaque na grande imprensa por sua abrangência continental. Os profissionais de imprensa procuravam a nova Corte, por meio da Assessoria de Comunicação Social, em busca de informações sobre o funcionamento do órgão. Nos jornais, o início das atividades, os primeiros processos originários e o dia-a-dia do maior TRF do país eram acompanhados de perto pelos jornalistas.

Nos principais jornais da capital, a criação dos TRFs foi destaque por colocar o Poder Judiciário como o único dos três a cumprir rigorosamente os prazos estipulados pela nova Carta Constitucional, que completara, na época da instalação dos Regionais, seis meses de vigência.

O Presidente Alberto Tavares Vieira da Silva, em entrevista ao principal jornal da capital, afirmou que “o Judiciário dá o exemplo com a rapidez com que executou o novo dispositivo constitucional”.

## O Clipping

O *clipping* — uma das atividades mais típicas de uma assessoria de imprensa — começou a ser executado a partir da necessidade de informar, diariamente, aos 18 magistrados as notícias publicadas pela imprensa sobre a nova Corte. As decisões tomadas em todas as instâncias da Justiça Federal e os principais acontecimentos do Poder Legislativo e do Executivo eram reunidos em recortes para distribuição. Ademais, a expectativa criada em torno dos novos órgãos — dar maior agilidade à prestação jurisdicional — e a repercussão dos atos praticados pelos novos Tribunais na grande imprensa confirmaram a necessidade do serviço. E, a partir dessa nova demanda, a Assessoria de Comunicação passou a elaborar e distribuir internamente o *Clipping* — uma coletânea de matérias publicadas nos principais jornais do país —, cujo primeiro exemplar foi distribuído, internamente, em 25 de maio de 1989.

Com o passar do tempo, a publicação firmou-se como importante fonte de informação e consulta por parte de magistrados e servidores do Tribunal, além de se ter unidade

no registro histórico do TRF 1ª Região. Para a elaboração do *Clipping*, os funcionários da Assessoria de Comunicação faziam a leitura diária de 17 jornais, além de duas revistas semanais, e reuniam o material em formato de apostila para distribuição aos gabinetes e algumas secretarias.

Com a informatização dos serviços do Tribunal, o *Clipping* passou a ser feito eletronicamente, a partir de 21 de janeiro de 2001, e disponibilizado na internet, o que permitiu o acesso à leitura por qualquer pessoa interessada.

A partir de outubro de 2004, com o objetivo de aprimorar os serviços de comunicação e de imprensa da Justiça Federal de primeiro e segundo grau da Primeira Região, bem como de manter um banco de dados de notícias sobre a Justiça Federal em âmbito nacional, o *Clipping* passou a ser feito por empresa especializada na elaboração de *clipping* eletrônico. O novo serviço, além de ampliar a área de cobertura, permitiu ao usuário o acesso diário, sistemático e de forma mais ágil às notícias veiculadas na imprensa nacional. Permitiu, ainda, à Assessoria de Comunicação do Tribunal e às Seções de Comunicação das Seccionais o acompanhamento dos resul-





tados de suas ações de divulgação nos órgãos de imprensa, de modo a subsidiar o resguardo da imagem institucional.

Atualmente, com base no *Clipping* eletrônico, disponível na internet, a Assessoria de Comunicação realiza triagem de matérias para montagem de *clipping* impresso, encaminhado diariamente aos gabinetes da Presidência e dos desembargadores federais. Essa triagem consiste na seleção de notícias relativas aos principais acontecimentos políticos do Brasil, além de matérias diretamente ligadas à Primeira Região.

### O Informe

Passado um ano da instalação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, surgiu a necessidade de se criar um canal de comunicação entre a administração do novo órgão, magistrados e servidores, bem como de se divulgarem os trabalhos de organização administrativa e ainda de se realizar o registro histórico dos acontecimentos do novo Tribunal. Assim, em maio de 1990, a Assessoria de Comunicação criou e distribuiu o *Informe TRF 1ª Região*, idealizado e confeccionado pelos próprios servidores da Assessoria de Comunicação.

O primeiro número do informativo, cuja periodicidade era mensal, foi apresentado em formato de apostila e trazia, em suas 13 páginas, matérias sobre funcionamento das unidades do Tribunal, composição da Corte, perfil dos magistrados, balanço do primeiro ano de trabalho do Tribunal, investimentos em recursos humanos, orientações sobre os direitos dos servidores e como utilizar o Pro-Social, espaço para o leitor e as unidades divulgarem assuntos de interesse.

A distribuição era feita nas unidades administrativas do TRF e nas diretorias de foros das Seções Judiciárias da Primeira Região. O primeiro editorial foi escrito pelo então Presidente Vieira da Silva, que falou dos propósitos do jornal que nascia:

Visamos à divulgação correta dos mais significativos acontecimentos no âmbito da Justiça Federal e os que com ela se relacionarem. Dá-se oportunidade a todos, não apenas de tomar a simples ciência das notícias, mas conhecê-las através de fonte autêntica, possibilitando a orientação segura de passos que devam ser dados em determinada direção.

O informativo do TRF 1ª Região ganhou a simpatia dos leitores, e novos investimentos foram feitos. O resultado foi a adoção do formato tablóide, a partir da quarta edição do jornal, em agosto de 1990, com a utilização de textos mais elaborados, fotografias e ilustrações distribuídos em quatro páginas. Como consequência dessas mudanças, a distribui-







ção também foi ampliada, alcançando as Seções Judiciárias e todos os servidores do Tribunal.

Em dezembro desse mesmo ano, a Assessoria de Comunicação investiu em grandes produções jornalísticas, dando início à realização de reportagens especiais. A primeira experiência do gênero foi a divulgação dos trabalhos das Seções Judiciárias vinculadas à Primeira Região. Com a nova investida, tornou-se necessário ampliar o número de páginas da publicação, que passou de quatro para oito, em dezembro de 1990.

Mas as mudanças não pararam por aí. Em abril de 1995, o *Informe TRF 1ª Região* foi totalmente remodelado, adotando novo leiaute, em papel branco, medindo 35x23cm. Além dos trabalhos de elaboração e seleção de matérias, de digitação e revisão de textos, que já eram feitos na própria Assessoria, a paginação e a diagramação passaram a ser feitas também pelos servidores da Assessoria de Comunicação. A impressão passou a ser feita pela Gráfica do Tribunal, o que reduziu, consideravelmente, o custo da publicação.

O *Informe* apresentava, ainda, outra novidade para os leitores: o suplemento *Vida Moderna*, criado a partir de sugestão da então Juíza Eliana Calmon, entusiasta e principal colaboradora, trazendo dicas de português, direito, saúde, lazer e eventos.

Em agosto de 1996, outro suplemento passou a integrar o jornal: o *Enfoque Jurídico*, coordenado pelo Juiz Tourinho Neto. Abordando questões jurídicas polêmicas e de repercussão nacional, a publicação apresentava artigos de renomados juristas e propunha ao leitor uma reflexão sobre o Direito. O suplemento tornou-se ferramenta de grande utilidade para profissionais da área.

Ao completar, em maio de 2000, 10 anos de existência, o *Informe TRF 1ª Região* firmou-se como veículo oficial de comunicação do Tribunal, atingindo a marca de 88 edições.

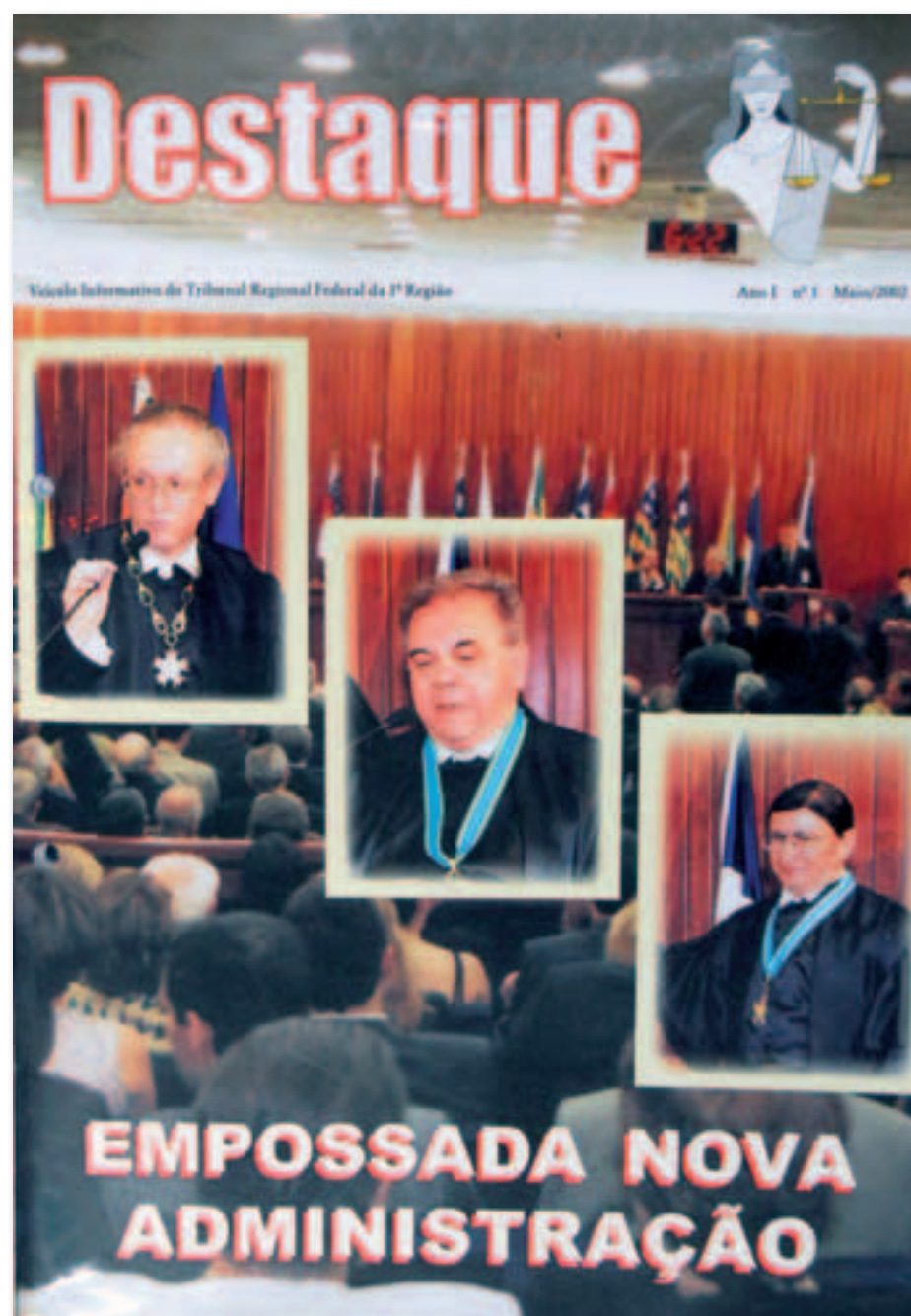
A edição número 100 do informativo foi veiculada em maio de 2001, com nova proposta gráfica, de modo a proporcionar ao leitor uma leitura mais prazerosa.

Em 2002, o informativo passou por profundas mudanças em sua linha editorial e identidade visual, passando a chamar-se *Destaque*. No mês de abril circulou a última edição do *Informe TRF 1ª Região*, a de número 111.

A primeira edição do novo veículo de comunicação do Tribunal Regional Federal da Primeira Região circulou no mês de maio de 2002. Em setembro de 2003, foi disponibilizada na rede a primeira edição da *Destaque*.

No ano de 2007, a revista *Destaque* passou por mudanças significativas de conteúdo e apresentação gráfica.

Com o intuito de ampliar o público da revista, bem como buscar fontes de outros setores da sociedade para as matérias jornalísticas pautadas a partir de decisões judiciais de magistrados da Primeira Região, a equipe da Assessoria de Comunicação decidiu trabalhar com pautas que desper-



tassem maior interesse do público-alvo. São reportagens especiais, que têm potencial para pautar outros veículos de comunicação, inclusive aqueles que compõem a chamada “grande imprensa” — jornais, revistas, internet, TVs e rádios comerciais.

O incremento na linha editorial da revista *Destaque* fortaleceu a natureza institucional do veículo, ao acrescentar conteúdo universal, de interesse coletivo, à publicação.

Atualmente, a *Destaque* mantém a periodicidade mensal e circula com cerca de 40 páginas, com as seguintes seções: Ao Leitor, Entrevista, Nova Sede, Capa, Condecorações e Homenagens, Decisões em Destaque, Artigo, JEFs da 1ª Região, Comportamento, Seções e Subseções Judiciárias, PGQVT, Gespública, Ponto de Vista e Especial.

Os textos jornalísticos são publicados nas páginas identificadas como Revista Destaque, Especial e Capa. A publicação traz ainda o encarte Estatísticas TRF 1ª Região.

As seções Especial e Ponto de Vista são fruto da mudança na linha editorial da revista *Destaque*, ocorrida em 2007.

A seção Especial é composta por reportagem aprofundada, de cunho mais abrangente, que extrapola a esfera institucional.

Em Ponto de Vista, o leitor pode conferir as idéias de servidores, prestadores de serviço e estagiários que trabalham na Primeira Região.

As capas das edições também passaram por adequações. Optou-se pela utilização de conceitos semióticos, como, por exemplo, os ícones, para dar um caráter mais moderno à revista. Por meio dos ícones, as capas remetem o leitor às idéias centrais das matérias.

Com uma tiragem de 2.500 exemplares, em policromia, a revista constitui hoje um importante instrumento de registro histórico da Corte, estando disponível ainda na página eletrônica do Tribunal. Até fevereiro de 2008, circularam 56 edições da revista.

## O Informe Hoje

Para atender o novo ritmo dos trabalhos da Corte, a Assessoria de Comunicação lançou, em 1º de junho de 1993, o *Informe Hoje*, uma publicação diária que privilegiava a informação imediata, por meio de notas curtas, e que garantia a atualidade das informações de interesse de magistrados e servidores.

Com apenas uma página e visual simples, o *Informe Hoje* era editado na própria Assessoria de Comunicação, em papel A-4, impresso em cópia preto e branco, e afixado em murais de acrílico distribuídos em pontos estratégicos dos prédios do Tribunal. Os gabinetes dos desembargadores, a Diretoria-Geral e a Secretaria-Geral também recebiam uma cópia do boletim em papel.

Para dar vazão às informações de maior urgência e relevância, a Assessoria de Comunicação criou a edição extra do *Informe Hoje*.





O primeiro número do *Informe Hoje* noticiou a liberação do uso de calças compridas para servidoras, a posse de novos juízes federais substitutos e o encerramento das inscrições do III Concurso Público para Juiz Federal Substituto da Primeira Região.

Até 22 de março de 1999, já haviam sido editados 1.110 números.

No ano de 2002, seguindo a mesma proposta do informativo mensal, a publicação ganhou novo nome e formato. Em 22 de abril de 2002, foi lançado o primeiro número do *Destaque do Dia*, em substituição ao antigo *Informe Hoje*, com a última edição, de número 1.895. A partir de então, o boletim diário passou a ser colorido, fazendo uso de fotos e ilustrações, permanecendo a sua impressão em papel tamanho A-4.

Além de ser distribuído em quadros de acrílico espalhados pelos prédios do Tribunal e entregue nos gabinetes dos desembargadores, na Diretoria-Geral e na Secretaria-Geral da Presidência, a partir de maio de 2004, o *Destaque do Dia* passou a ser disponibilizado em versão eletrônica para todos os interessados, via internet.

Em 2006, os informativos *Destaque Mensagem* e *Destaques Aniversariantes* deram lugar a uma única publicação intitulada *Destaque Variedades*. Nele, além dos aniversariantes do mês, os leitores têm acesso à seção de classificados, local em que os servidores podem anunciar a venda de bens.

Também em 2006 foram modificados os leiautes dos informativos *Destaque do Dia*, *Destaque Variedades* e *Revista Destaques*. A nova arte conferiu mais leveza artística às publicações.

### Comunicação em artigos jurídicos

Em maio de 1998, a Assessoria de Comunicação lançou o livro *Comunicação em Artigos Jurídicos*, voltado para a divulgação do pensamento de magistrados e juristas de todo o país.

### Registro audiovisual dos acontecimentos

A divulgação impressa dos acontecimentos do Tribunal Regional Federal da Primeira Região estava sedimentada. Com o surgimento de novas demandas para a Assessoria de Comunicação e com os avanços tecnológicos, surgiu a necessidade de se fazer o registro em vídeo dos eventos que a

Tribunal Regional Federal da 1ª Região  
Quinta-feira, 06/03/2008 – Edição 1632

# DESTAQUE DO DIA

66.002.02-C

## Evento homenageia mulheres do Tribunal

No dia 5 de março, o Tribunal promoveu evento comemorativo do Dia Internacional da Mulher, que aconteceu às 18h, no Salão Nobre.

O evento, realizado pela Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), pela Assessoria de Comunicação Social (Ascom), pelo Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (PGQVT/Secbe) e pela Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh/Secre), teve o objetivo de proporcionar às magistradas, servidoras, prestadoras de serviço e estagiárias da Casa uma semana repleta de atividades. Desde o dia 3, as funcionárias do Tribunal desfrutaram de massagens e apreciaram a exposição artística, no Espaço Cultural, de quadros das servidoras da Casa Cristina Berquó, Esmeralda Guedes e Rosângela Cruz Silva.

O tema escolhido neste ano para a comemoração foi “Desafios à Mulher Moderna: Enfrentar um leão por dia e ainda manter a feminilidade e o bom humor”.

A abertura do evento foi realizada pela Presidente do TRF, Desembargadora Federal Assusete Magalhães, que, em breve discurso, parabenizou as mulheres da Justiça Federal da 1ª Região, que “souberam ocupar o seu espaço de direito, que ultrapassaram os limites impostos e derrubaram preconceitos, sem perder a ternura e o valor da maior de todas as conquistas decorrentes dessa luta, que é ser mulher com dignidade”, enfatizou.

Após o discurso, a Desembargadora Assusete convidou a Ministra do STJ Eliana Calmon a presentear as mulheres do TRF da 1ª Região com a palestra “Os desafios da mulher moderna”.

Também em homenagem às mulheres, o servidor da Casa César de Alencar cantou diversas canções de Roberto Carlos. Outro servidor, Luiz Montezuma, recitou poesias ressaltando a delicadeza da figura feminina.

Na mesma ocasião, foi realizado sorteio de brindes e exibido o vídeo institucional produzido pela Ascom, “Um leão por dia”, com imagens das funcionárias da Casa.

Estiveram presentes ao evento os Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, Neuz Maria Alves, Isabel Gallotti, I'talo Mendes, Antônio Ezequiel da Silva, o Presidente da Ajufer, Charles Frazão, a Representante da OAB/DF Eudicéia Tavares, o Diretor-Geral Felipe Jacinto e o Secretário-Geral Deyr Gomes.

Para finalizar a homenagem, foi servido coquetel aos presentes.



Ministra Eliana Calmon fala sobre os desafios da mulher moderna

Luiz C. B. Xavier

### Universidade Federal de Viçosa terá Posto Avançado de Atendimento do JEF/MG

No dia 10 de março, será realizada solenidade de implantação do Posto Avançado de Atendimento do Juizado Especial Federal de Minas Gerais na Universidade Federal de Viçosa (MG). O evento acontecerá às 11h, no Espaço Acadêmico Cultural Fernando Sabino, localizado no campus da Universidade.

A solenidade contará com a presença do Presidente do TRF da Primeira Região, Assusete Magalhães, e do Coordenador dos JEFs da 1ª Região, Desembargador Federal Cândido Ribeiro.

### Direh atualiza Banco de Talentos

A Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh) informa que está atualizando o banco de talentos. O servidor que tiver interesse em participar de seleção para função comissionada deverá entrar em contato com a Divisão, pelo telefone 3221-6689, ou enviar e-mail para [sesep@trf1.gov.br](mailto:sesep@trf1.gov.br).

Assessoria de Comunicação Social  
[destaqueodia@trf1.gov.br](mailto:destaqueodia@trf1.gov.br)

Corte realizava. Com o apoio do Presidente Plauto Ribeiro, em 1998, a Assessoria de Comunicação, que já contava com equipamentos de filmagem, adquiriu uma ilha de edição. Desde então, as solenidades de posse, encontros de juízes, ciclos de estudos e outros eventos passaram a ser filmados e editados no próprio Tribunal.

Desde então, a Assessoria de Comunicação conta com uma videoteca jurídica, resultado das gravações e edições das palestras proferidas em eventos promovidos pelo Tribunal e suas Seções Judiciárias. O material editado tem significativa procura por parte de magistrados, servidores, além de candidatos do concurso de Juiz Federal Substituto e estudantes de Direito.

Além do trabalho para a videoteca, a Assessoria de Comunicação passou a produzir também vídeos institucionais, o que inclui a elaboração de roteiros, a coleta de imagens e a edição, trabalho que, ao longo dos anos, foi aperfeiçoado com a aquisição de novos equipamentos e contratação de pessoal especializado.

Com a criação do Centro de Produção de Programas para TV, pelo Conselho da Justiça Federal, e da TV Justiça, em agosto de 2002, pelo Supremo Tribunal Federal, o TRF 1ª Região — um dos poucos órgãos do Judiciário que à época contava com estrutura técnica e de pessoal adequada para produções em vídeo — passou a ser parceiro e colaborador nos dois novos projetos.


Vislumbrando as vantagens dessas experiências bem-sucedidas, o TRF 1ª Região ingressou na era da comunicação digital e investiu em recursos humanos e materiais, criando o

Sistema Integrado de Divulgação Institucional e Jornalística – Sidjor, um amplo projeto para intensificar a comunicação interna e externa no âmbito da Primeira Região. Inaugurado em 1º de setembro de 2003, o sistema, com tecnologia de ponta, possibilita aos interessados o acesso, via computador, a transmissões ao vivo de canais de rádio, televisão e sessões de julgamento dos órgãos que integram o Tribunal.



A implantação do Sidjor foi realizada, gradativamente, em três módulos: Transmissão de Julgamentos ao Vivo, Rádio Destaque e TV Destaque.





O primeiro módulo — Transmissão de Julgamentos ao Vivo — foi disponibilizado no dia 23 de junho de 2003 aos servidores do Tribunal. Por meio da rede interna da Corte, foi possível assistir a sessões de julgamentos em tempo real.

O segundo módulo — Rádio Destaque — foi disponibilizado no dia 11 de julho de 2003, em caráter experimental, com boa música e informações institucionais.

O terceiro e último módulo — a TV Destaque — também foi disponibilizado em caráter experimental, no final de agosto de 2003. Uma programação variada, com palestras, entrevistas, matérias e vídeos institucionais, foi colocada à disposição dos interessados.

Para viabilização do projeto Sidjor, o TRF 1ª Região investiu na construção de um estúdio de televisão e um de rádio. Foram montadas ainda salas exclusivas para controle das

transmissões da TV e da Rádio e para as ilhas de edição. Novos equipamentos de audiovisual (câmeras profissionais, tripés, equipamentos de iluminação, microfones, gravadores digitais, *teleprompter*, entre outros) foram adquiridos.

Os estúdios de rádio e TV foram inaugurados na mesma data do lançamento oficial do Sidjor.

As equipes responsáveis pela implantação do projeto pioneiro eram integradas por servidores da Assessoria de Comunicação e da Divisão de Planejamento e Teleprocessamento.

A partir desses investimentos em recursos humanos e materiais, a parceria do TRF 1ª Região com a TV Justiça e com o Centro de Produção de Programas para TV foi consolidada. Desde então, o Tribunal participa ativamente da programação da TV do Judiciário, como correspondente e parceira, com o



envio diário de matérias para os principais jornais da emissora e interprogramas, entre os quais Momento Jurídico e Lições de Direito. O primeiro, com duração de cinco minutos, traz magistrados da Primeira Região expondo idéias e opiniões sobre temas relevantes do Direito. O segundo, com duração média de dois minutos, apresenta, de forma didática, magistrados da Primeira Região explicando termos jurídicos para leigos. O TRF 1ª Região participa ainda de programas de entrevista e dos boletins da emissora.

Compõe, com os outros TRFs, a estrutura do Centro de Produção da Justiça Federal, do Conselho da Justiça Federal, constituído com o objetivo de integrar as ações de Comunicação Social no âmbito da Justiça Federal. O Centro de Produção elabora documentários e programas seriados, sendo seu principal produto o programa Via Legal, que traduz as decisões da Justiça Federal das cinco Regiões para uma linguagem mais próxima do cidadão, alcançando um público potencial de 98 milhões de telespectadores na TV Justiça e em canal aberto.

O Centro de Produção de Programas para TV produz ainda a Rádio Cidadania Judiciária, em parceria com a Radiobrás, veiculada nas emissoras da Rádio Nacional e distribuída a outras dezenas de emissoras de rádio em todo o país, produção da qual o TRF 1ª Região participa com o envio de pautas e decisões.

Com a inauguração da Rádio Justiça, do Supremo Tribunal Federal – STF, em setembro de 2004, nova parceria se firmou com a equipe da Rádio Destaque. O TRF 1ª Região, que já participava da programação da Voz do Brasil, coordenada pelo STF, passou a ser também correspondente e parceiro da Rádio Justiça, com entradas diárias ao longo da programação e apresentação do programa *Painel de Notícias* — uma revista eletrônica produzida pela Assessoria de Comunicação, que vai ao ar aos sábados, às 12h30. O programa dá um panorama dos acontecimentos mais importantes do Tribunal durante a semana e informa a população sobre a atuação e as decisões da Corte. Apresenta ainda informações das Seções e Subseções Judiciárias. O programa veicula também o quadro Direito de Saber, em que magistrados explicam o significado de termos jurídicos.



Logomarca do Programa VIA LEGAL

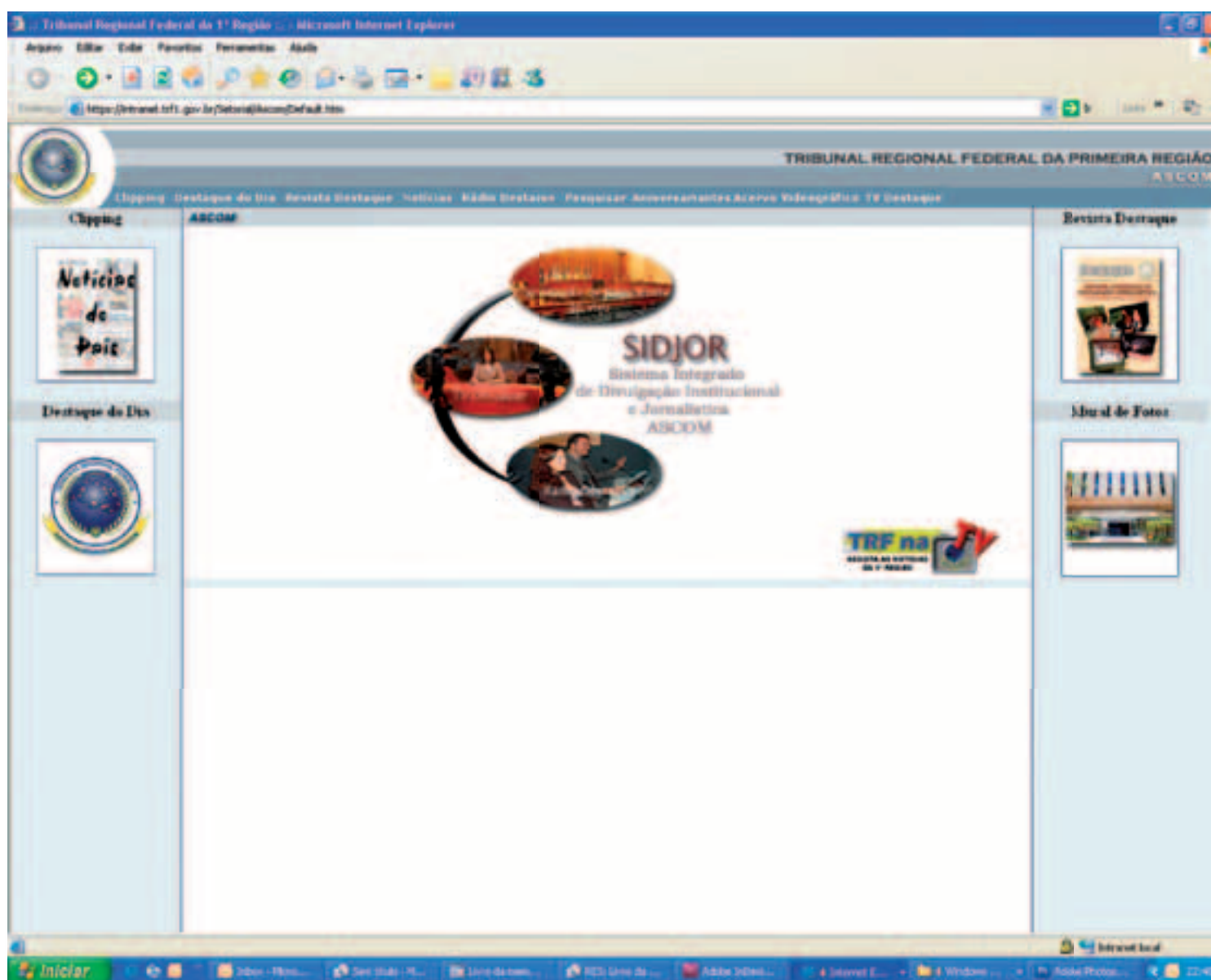


## Uma Assessoria moderna

Hoje, a Assessoria de Comunicação Social realiza todas as atividades típicas de uma assessoria moderna, fazendo uso de todos os recursos tecnológicos necessários a uma comunicação de qualidade e sem ruídos: atendimento à imprensa; elaboração de *releases* e disponibilização de matérias no *site* do Tribunal; contato com os veículos de comunicação para divulgação de eventos e ações; cobertura jornalística, fotográfica, televisiva e radiofônica dos principais acontecimentos do TRF e da Justiça Federal da Primeira Região e disponibilização

em vídeo, na página da Assessoria de Comunicação no *site* do Tribunal; *clipping* e *mailing list* (lista de contatos de profissionais de imprensa); videoteca; produção de programas e vídeos institucionais e serviço de mensageiro para divulgação instantânea de informações urgentes.

As matérias, produto das coberturas televisivas dos eventos e fatos que foram notícia na primeira instância, além das principais decisões da Corte veiculadas na TV Justiça, estão disponibilizadas, desde 7 de novembro de 2007, na página do TRF 1ª Região na internet.



# Edifícios do Tribunal







“Nós moldamos nossos edifícios, mas estes também moldam os nossos espíritos.”

Winston Churchill

## A primeira sede: edifício Áurea

O primeiro imóvel que abrigou o TRF 1ª Região, presenciando os primeiros anos de seu funcionamento, foi o edifício Áurea, com 18.000 m<sup>2</sup> e 20 andares, localizado no Setor Bancário Sul. Antes do TRF, esse edifício abrigava o Ministério do Desenvolvimento Urbano – MDU, hoje extinto. O contrato de locação foi assinado em 28 de fevereiro de 1989, 30 dias antes do início das atividades na sede do Tribunal. Por mais de seis anos, o edifício Áurea testemunhou os ideais e anseios de todos os que ali serviram. Hoje, não abriga mais o TRF.

O extinto MDU, antes denominado Ministério do Bem-Estar Social, ao transferir a locação do imóvel para o Tribunal, deixou-nos uma linha telefônica, número 226-9337. Essa linha serve, até hoje, à Presidência da Corte, com acréscimo do prefixo 3. Por três meses, o Tribunal trabalhou com esse único telefone. No final desse período, foram adquiridas duas outras, uma para a Diretoria-Geral, outra para a Vice-Presidência e Corregedoria. A mesa de PABX, entretanto, com vinte linhas, só veio a ser comprada em agosto.

## Edifício Adriana

O edifício Áurea tornou-se, em pouco tempo, pequeno para comportar todos os setores do Tribunal. Por isso, em 18 de junho de 1991, o Diretor-Geral, Felipe dos Santos Jacinto, firmou contrato de empréstimo, por tempo indeterminado, do edifício Adriana, com sete andares (sendo cinco no subsolo), distribuídos em uma área de 4.572 m<sup>2</sup>, também localizado no Setor Bancário Sul.

A entrega do edifício Adriana foi feita pelo Delegado Pedro Clóvis Santaro Arake, do Departamento do Patrimônio da União — DPU, em 16 de outubro de 1991, ao Tribunal, conforme o Termo de Entrega, constante do Livro 6 de Registro de Atos relativos a entrega de imóveis do patrimônio da União, lavrado às fls. 86/7 do DPU da Delegacia no Distrito Federal.





## Edifício Sede I e edifício Sede II

Em julho de 1995, a ida do Superior Tribunal de Justiça para sua nova sede possibilitou a instalação definitiva do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em dois prédios fisicamente mais próximos: o edifício Sede, localizado na praça dos Tribunais Superiores, com seis andares, e o edifício Anexo I, hoje denominado edifício Sede II, com 12 andares, no Setor de Autarquias Sul.

Apesar de esses prédios estarem em condições precárias de instalações na época da implantação do Tribunal, a rapidez da mudança se fazia necessária, pois, além do elevado custo da locação do edifício Áurea, outros órgãos tinham interesse em ocupá-los. Assim, a administração do Tribunal optou por fazer adequações que permitissem a instalação imediata das unidades, procurando priorizar as solicitações de cada uma. A ampla reforma nos prédios só viria a acontecer no ano seguinte.

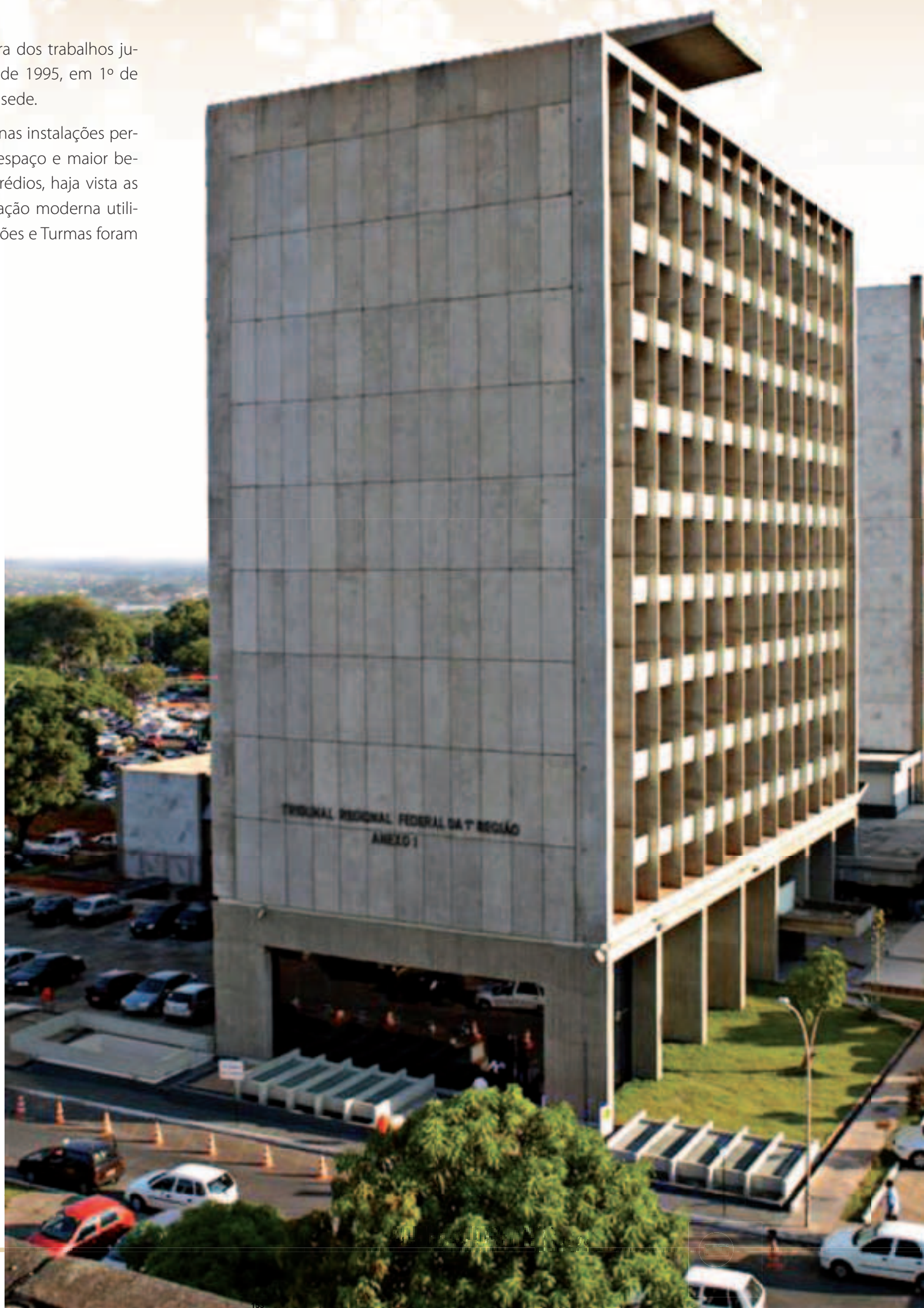






A solenidade de abertura dos trabalhos jurídicos do segundo semestre de 1995, em 1º de agosto, foi realizada já na nova sede.

A mudança processada nas instalações permitiu melhor distribuição do espaço e maior beleza nas partes internas dos prédios, haja vista as divisórias mais claras e iluminação moderna utilizadas. As salas do Plenário, Seções e Turmas foram amplamente reformadas.

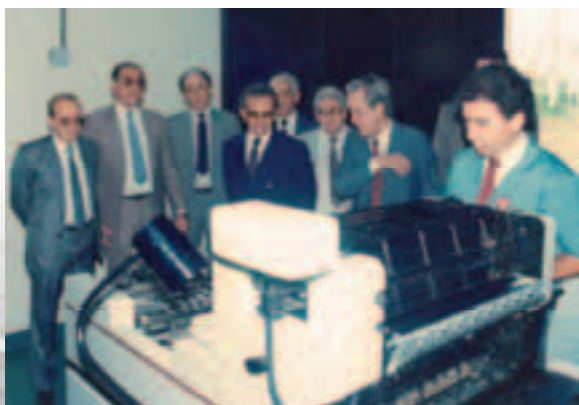


TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO  
ANEXO 1





Primeiro Presidente do Tribunal, Alberto Tavares Vieira da Silva, acompanhado de magistrados e dirigentes do Tribunal, em visita à gráfica.



## Gráfica do Tribunal

Para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, sempre foram importantes a divulgação de sua jurisprudência e o compartilhamento da experiência e do conhecimento adquiridos ao longo de sua história por meio de publicações diversas, periódicas ou não. Por isso, em 1991, foi inaugurada a Gráfica do Tribunal, localizada no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte.





## Centro de Treinamento da Justiça Federal

Em 9 de dezembro de 1996, foi assinado pelo Presidente Leite Soares e pelo Presidente da Siderbrás o contrato de cessão de um imóvel localizado no Setor de Clubes Sul de Brasília. Contando com uma área de 55.000 m<sup>2</sup>, à beira do Lago Sul, possui campo de futebol, duas quadras de tênis, duas quadras polivalentes, parque aquático com piscina semi-olímpica, duas piscinas infantis, área de repouso, sauna seca e úmida, salão de festas e de jogos, sala para atendimento médico, churrasqueiras e secretaria.

O principal objetivo da utilização do clube foi criar o Centro de Treinamento da Justiça Federal, para realização de

curso para juízes e servidores de Brasília e de outros estados em serviço nesta cidade, com a possibilidade de utilização de alojamento.

O Centro de Treinamento da Justiça Federal, como passou a se chamar o antigo Clube da Siderbrás, foi inaugurado pelo Presidente Leite Soares no dia 1º de março de 1997, com a presença maciça de servidores e juízes da Casa.

Dando início às atividades do Centro de Treinamento da Justiça Federal, no dia 3 de março, os juízes federais substitutos aprovados no V Concurso realizado pelo TRF 1ª Região participaram de um curso com duração de duas semanas.





### Edifício Dona Marta

Ao lado do edifício Sede II, foi inaugurada, em outubro de 2001, mais um espaço para o Tribunal, o edifício Dona Marta. A posse desse novo espaço foi possível graças a um convênio com a Caixa Econômica Federal, que cedeu o direito de ocupação do prédio recém-construído na quadra 2 do Setor de Autarquias Sul.



### Edifício Funasa

Em virtude de uma reforma realizada no edifício Sede II, foi necessário transferir provisoriamente algumas unidades do Tribunal, em fevereiro de 2003, para dois andares do edifício Funasa, localizado na quadra 4 do Setor de Autarquias Sul. Após o período da reforma, as unidades retornaram ao edifício Sede II, passando esses dois andares a ser ocupados pelo Juizado Especial Federal do Distrito Federal. Posteriormente, em 2007, o Tribunal voltou a utilizar esses andares, após o Juizado ter sido transferido para o edifício Cidade de Cabo Frio.



### Edifício Base Operacional de Serviços Administrativos do Tribunal

Em 2004 foi concluída a construção do edifício Base Operacional de Serviços Administrativos do Tribunal, para onde foram deslocadas as oficinas, garagens e carretas dos Juizados Especiais Federais itinerantes.





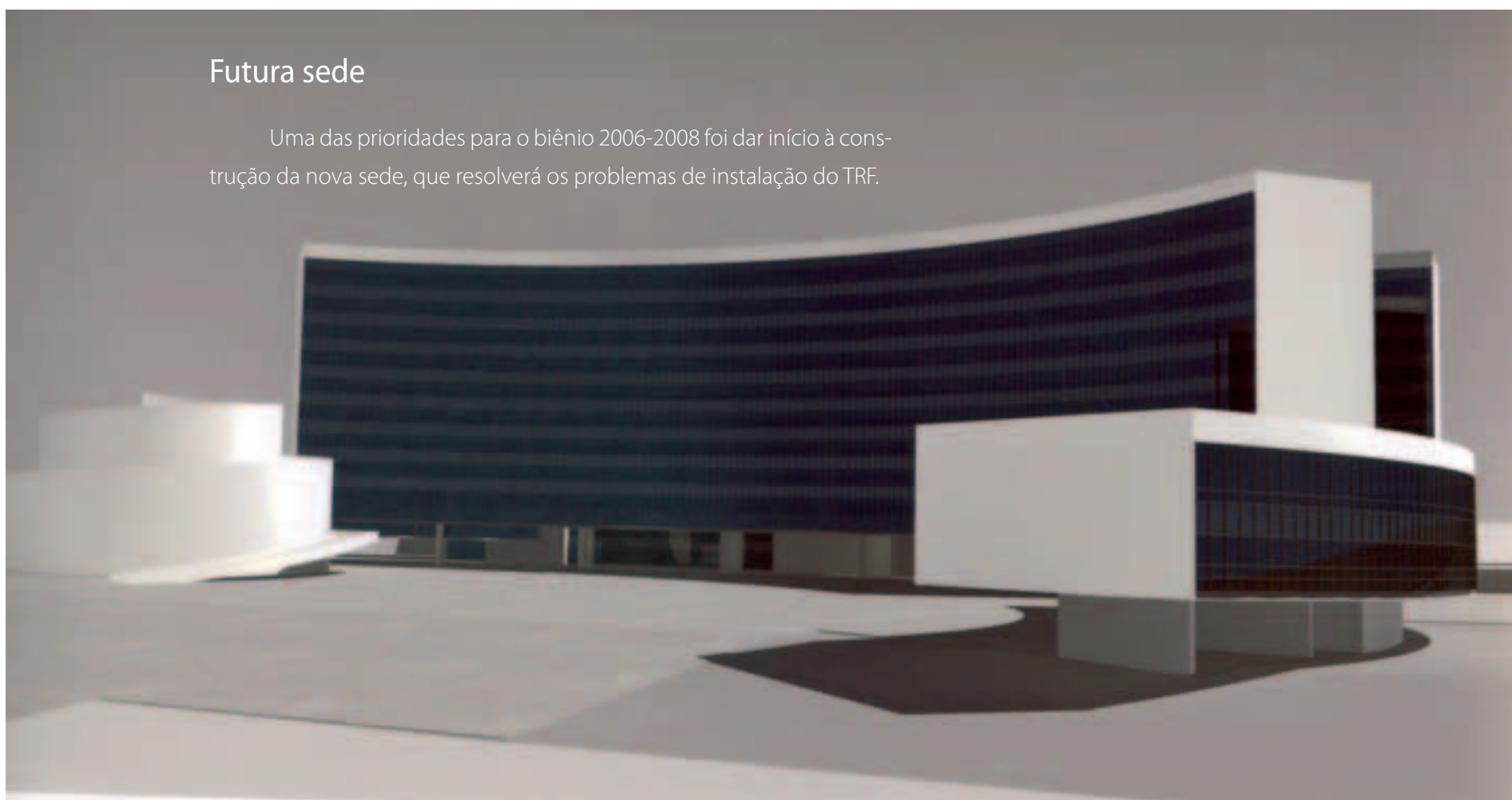
## Edifício Cidade de Cabo Frio

Mesmo atuando em vários prédios, o espaço do Tribunal ainda era insuficiente. Por isso, em janeiro de 2006, unidades do TRF 1ª Região foram transferidas para o prédio que abrigava o Conselho da Justiça Federal, edifício Cidade de Cabo Frio, situado na SEPN quadra 510, mas a inauguração do edifício como dependência do TRF só ocorreu em março do mesmo ano.



## Futura sede

Uma das prioridades para o biênio 2006-2008 foi dar início à construção da nova sede, que resolverá os problemas de instalação do TRF.



# Justiça Federal de primeiro grau







## Estruturação da primeira instância

A Justiça Federal brasileira de primeiro grau foi criada no período republicano pelo Decreto 848, de 11 de outubro de 1890, e extinta, em 1937, pela quarta Constituição do país, na Era Vargas. Durante o regime militar, foi restaurada pelo Ato Institucional 2, de 27 de outubro de 1965, e pela Emenda Constitucional 16 e disciplinada pela Lei 5.010, de 30 de maio de 1966.

A constituição de 1988 extinguiu o Tribunal Federal de Recursos e criou o Superior Tribunal de Justiça – STJ e os Tribunais Regionais Federais – TRFs, distribuídos em cinco Regiões.

À Primeira Região competiu a jurisdição de 14 unidades da federação: Distrito Federal, Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Em 8 de abril de 1987, com o advento da Lei 7.595, que criou o quadro de Juízes Federais Substitutos da primeira instância, teve início um intenso processo de estruturação da Justiça Federal de primeiro grau. Em decorrência dessa norma legal, o Conselho da Justiça Federal, em 26 de julho de 1989, expediu a Resolução 3, por meio da qual distribuiu 30 cargos de Juiz Federal Substituto entre as cinco Regiões da Justiça Federal, sendo 8 para a Primeira Região, 5 para a Segunda, 6 para a Terceira, 7 para a Quarta e 4 para a Quinta.

De acordo com a Resolução, publicada no *Diário da Justiça* do dia 31 do mesmo mês, caberia aos Tribunais Regionais Federais fixar, por ato próprio, a lotação dos cargos distribuídos, observadas as respectivas jurisdições.

Em 1989, ano seguinte à criação dos Tribunais Regionais Federais, o STJ encaminhou anteprojeto de lei de iniciativa dos TRFs ao Congresso Nacional propondo a criação de 186 cargos nos quadros de Juízes Federais Substitutos, dos quais 58 destinados à Primeira Região. O anteprojeto redun-

dou na sanção pelo Presidente da República da Lei. 8.235, de 19 de setembro de 1991, nos termos propostos pelo STJ.

Menos de um mês depois, era aprovada pelo Congresso Nacional a Lei 8.251, que criava as Seções Judiciárias do Tocantins, Amapá e Roraima,<sup>1</sup> reestruturava os serviços da Justiça Federal e ampliava seu quadro de pessoal, instituindo cargos e funções compatíveis com as unidades administrativas.

Diante dessa nova lei, o Pleno do TRF 1ª Região aprovou, em 19 de dezembro de 1991, a Resolução 18, que criou cinco padrões de Seções Judiciárias, levando em conta não só o número de processos como também as estruturas administrativas já existentes e as peculiaridades locais.

O Projeto de Lei 4.797, de 1994, do STJ, criando 35 varas na Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região, com os respectivos cargos de Juiz Federal e de Juiz Federal Substituto, foi transformado na Lei 9.642, de 25 de maio de 1998. Em consequência, o Tribunal aprovou a Resolução 10 de 10 de agosto de 1998, que, entre outras providências, definia seis padrões para as Seções Judiciárias e, dando início ao processo de interiorização da Justiça Federal da Primeira Região, criava as Subseções Judiciárias, para funcionar em municípios localizados fora das capitais. A criação das Subseções demonstrava a preocupação do Tribunal em propiciar mais fácil acesso do cidadão ao Judiciário, que não mais precisaria deslocar-se à capital em busca da tutela jurisdicional.

Em 19 de fevereiro de 1999, foi sancionada a Lei 9.788, que criou 100 varas na Justiça Federal, das quais 18 destinadas à Primeira Região: nove de execuções fiscais, nove cíveis. Pela Resolução 2 de 26 de fevereiro de 1999, o Tribunal disciplinou a instalação dessas varas, distribuindo-as entre as diversas Seções Judiciárias.

<sup>1</sup> Estas Seções Judiciárias haviam sido criadas pela Lei 5.010/1966 e extintas pela Lei 5.677/1971.



Acre



Amapá



Amazonas



Bahia



Distrito Federal



Goiás



Maranhão



Mato Grosso



Minas Gerais



Pará



Piauí



Rondônia



Roraima



Tocantins



Ação relevante para a melhoria dos serviços na Justiça Federal de primeira instância foi a especialização de varas, por intermédio da Resolução 3 de 26 de fevereiro de 1999. A destinação de juízos específicos para julgamento de processos envolvendo questões criminais, previdenciárias, entre outras, possibilitou a melhoria na qualidade dos serviços.

Outra importante contribuição para o aprimoramento da Justiça Federal da Primeira Região foi a instituição, por meio da Resolução 18 de 27 de dezembro de 2001, do Programa de Execução Fiscal Virtual, que trouxe, além de economia, maior celeridade à tramitação dos feitos.

Em 12 de julho desse mesmo ano, a edição da Lei 10.259 possibilitou um dos mais significativos avanços na busca pela efetividade dos serviços da Justiça Federal de primeira instância: a instituição dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais.

A primeira instância ganharia ainda maior celeridade com a virtualização dos Juizados Especiais Federais, pela Resolução 19 de 18 de dezembro de 2003.

Em 21 de novembro do mesmo ano, com a edição da Lei 10.772 criaram-se mais 59 varas na Primeira Região, o que permitiu a aceleração do processo de interiorização da Justiça.

Desde então, diversos atos administrativos autorizaram a instalação das varas criadas pela Lei 10.772/2003 e a especialização e implantação dos Juizados Especiais Federais adjuntos.

As instalações decorrentes da lei ocorreram conforme descrito a seguir: No ano de 2004 foi instalada 1ª Vara em Tabatinga/BA. Em 2005 as instalações ocorreram em: Barreiras/BA, Campo Formoso/BA, Feira de Santana/BA, Juazeiro/BA, Anápolis/GO, Luziânia/GO, Caxias/MA, Cáceres/MT, Lavras/MG, Montes Claros/MG, Passos/MG, Patos de Minas/MG, Pouso Alegre/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, Varginha/MG, Altamira/PA e Picos/PI. Em 2006, foram instaladas as Varas Únicas de Eunápolis/BA, Guanambi/BA, Itabuna/BA, Jequié/BA, Paulo Afonso/BA, Vitória da Conquista/BA, Aparecida de Goiânia/GO, Rio Verde/GO, Sinop/GO, Rondonópolis/MT, Ipatinga/MG, São João del-Rei/MG, Sete Lagoas/MG, Castanhal/PA e Ji-Paraná/RO, além da 1ª e 2ª Varas em Divinópolis/MG e Governador Valadares/MG.

### Situação atual da Justiça Federal da Primeira Região.

Dados	Quantitativo
Seções Judiciárias	14
Subseções Judiciárias	42
Varas federais	194 145 nas capitais 49 no interior
Cargos de Juiz Federal	194
Cargos de Juiz Federal Substituto	194
Servidores na primeira instância – cargos efetivos	5136
Desembargadores do TRF	27
Servidores no TRF – cargos efetivos	958



Atualmente, a Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região conta com 49 varas de interior, distribuídas em 42 Subseções Judiciárias, indicadas a seguir:

Altamira/PA	Lavras/MG
Anápolis/GO	Luziânia/GO
Aparecida de Goiânia/GO	Marabá/PA
Barreiras/BA	Montes Claros/MG
Cáceres/MT	Passos/MG
Campo Formoso/BA	Patos de Minas/MG
Castanhal/PA	Paulo Afonso/BA
Caxias/MA	Picos/PI
Divinópolis/MG (2 varas)	Pouso Alegre/MG
Eunápolis/BA	Rio Verde/GO
Feira de Santana/BA	Rondonópolis/MT
Governador Valadares/MG (2 varas)	Santarém/PA
Guanambi/BA	São João del-Rei/MG
Ilhéus/BA	São Sebastião do Paraíso/MG
Imperatriz/MA	Sete Lagoas/MG
Ipatinga/MG	Sinop/MT
Itabuna/BA	Tabatinga/AM
Jequié/BA	Uberaba/MG (2 varas)
Ji-Paraná/RO	Uberlândia/MG (3 varas)
Juazeiro/BA	Varginha/MG
Juiz de Fora/MG (3 varas)	Vitória da Conquista/BA

## Os Juizados Especiais Federais na Primeira Região

Os Juizados Especiais Federais – JEFs foram criados em 12 de julho de 2001 pela Lei 10.259, para julgar causas de menor valor (até 60 salários mínimos) ou de menor potencial ofensivo (até dois anos de condenação ou multa). Eles visam atender a enorme demanda de pessoas que não têm acesso à prestação jurisdicional, em decorrência dos custos processuais altos, distância das Seções e Subseções Judiciárias, e obrigatoriedade de pagamento de honorários advocatícios. Seus princípios são a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade.

A instalação dos JEFs cíveis e criminais na Primeira Região só aconteceu a partir da edição da Resolução 3 de 6 de fevereiro de 2002, que os regulamentou.

Os JEFs são compostos por Juizados cíveis e criminais, pelas Turmas Recursais, pela Coordenação dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, além das coordenações locais.

Em 2002, foram instalados os primeiros JEFs nas sedes das Seções Judiciárias da Primeira Região. Os primeiros a funcionar foram a 2ª, a 15ª e a 17ª Varas Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia, no dia 26 de março. No dia 17 de dezembro de 2002, foi implantado, na Seção Judiciária do Estado de Goiás, Juizado Especial Federal como resultado do

convênio com a Universidade Católica de Goiás. O projeto, inédito em todo país, contou com a colaboração da Universidade, que cedeu espaço, móveis, equipamentos e estagiários do curso de Direito da instituição. Outros convênios vieram em seguida, a exemplo do firmado com o estado de Minas Gerais, em parceria com a Caixa Econômica Federal.

A tabela com todas as varas de juizados especiais federais da Primeira Região, sua localização e demais dados pertinentes, encontram-se no tópico “Dados dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região”.

### As Turmas Recursais

As Turmas Recursais foram criadas em 2002, sendo inicialmente 11: Turma Recursal do Acre e Rondônia; Turma Recursal do Amazonas e Roraima (com sede em Manaus); Turma Recursal da Bahia; Turma Recursal do Distrito Federal e Tocantins; Turma Recursal do Goiás; Turma Recursal do Maranhão; Turma Recursal de Mato Grosso; Primeira e Segunda Turmas Recursais de Minas Gerais; Turma Recursal do Pará e Amapá, com sede Belém; Turma Recursal do Piauí.

Em setembro desse mesmo ano, a Corte Especial Administrativa aprovou a instalação da Turma Recursal de Roraima e da Terceira Turma Recursal de Minas Gerais.

Atualmente existem 13 Turmas Recursais, em virtude da criação da Turma Recursal de Rondônia e da Turma Recursal do Tocantins.

### A Coordenação dos Juizados Especiais Federais

A Coordenação dos Juizados Especiais Federais foi criada em 26 de setembro 2002, com a edição da Resolução 22. Planejar, coordenar, supervisionar e orientar as atividades administrativas relacionadas aos JEFs, incluindo-se as Turmas Recursais e itinerantes, são algumas de suas inúmeras funções. É responsável também por promover todas as atividades relacionadas à Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência.

Em 2004, a Coordenação passou a funcionar também como unidade processante da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência e a assumir atividades cartorárias. A primeira distribuição de pedidos de uniformização de jurisprudência, em 2004, gerou o total de 1.424 processos. Sua

primeira sessão foi realizada em 19 de novembro de 2004. O Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, então Coordenador dos Juizados Especiais Federais, presidiu a sessão, que contava com a presença de seis Juizes Federais da Primeira Região. Nessa ocasião, participavam os juizes federais que compunham as Turmas Recursais que tivessem divergência. A partir de 2005, as sessões passaram a contar com a participação dos 13 presidentes das Turmas Recursais da Primeira Região.

Na área judicante, a Coordenação é responsável pelo recebimento de processos com pedidos de uniformização de jurisprudência, cadastro, autuação, distribuição e redistribuição de feitos e todo o processamento e análise, até a fase de baixa.

### Coordenadores

A primeira coordenadora dos JEFs da Primeira Região foi a Desembargadora Federal Selene de Almeida, da inauguração até 28 de outubro de 2003. O segundo Coordenador foi o Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes, no período de 29 de outubro de 2003 a 3 de novembro de 2005. Em seguida, assumiu o Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves. Atualmente, o Desembargador Federal Cândido Ribeiro, coordena os JEFs desde 5 de novembro de 2007.

A Coordenação de Juizados Especiais Federais conta, ainda, com a presença de um juiz federal ou juiz federal substituto, que auxilia o coordenador. O primeiro que desempenhou esse papel fundamental foi o Juiz Federal Substituto Bruno Augusto Santos Oliveira, seguido pela Juíza Federal Substituta Geneviève Grossi Orsi e posteriormente pela Juíza Federal Kátia Balbino de Carvalho Ferreira.

### Movimento pela Conciliação nos Juizados Especiais Federais

Seguindo a esteira das conciliações em questões habitacionais, das varas cíveis da Justiça Federal da Primeira Região e da participação na campanha Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça, os JEFs da Primeira Região participaram do Dia Nacional da Conciliação, em 8 de dezembro de 2006, tratando de matérias relacionadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, à concessão de reajustes previdenciários e



a servidores públicos. A junção dos esforços produziu 6.574 audiências, com homologação de 4.812 acordos, correspondentes a 73% do total.

### Virtualização

A virtualização elimina a movimentação física dos processos no âmbito dos JEFs, simplifica e acelera os atos, procedimentos e rotinas processuais, reduzindo o serviço burocrático e amenizando a carência de servidores. Elimina papéis, permite autuação automática, assinaturas digitais, marcação automática de audiências e perícias, confecção de documentos e envio de petições de quaisquer tipos. Permite ainda formalizar citações, intimações e ofícios.

A virtualização nos JEFs foi implantada oficialmente em 16 de junho de 2003, na Seção Judiciária do Distrito Federal. Hoje atinge as 14 Seccionais da Primeira Região.

O sistema *e-Cint* foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação, sob a orientação da Coordenação dos Juizados Especiais Federais, com o objetivo de agilizar intimações e citações ao INSS, AGU, CEF e até a particulares bem como possibilitar a visualização de despachos e decisões. O *e-Cint* entrou em funcionamento em caráter experimental no Distrito Federal e Minas Gerais em 2006, estendido posteriormente para outros estados da 1ª Região.

Para se difundir a importância dos JEFs entre os magistrados e servidores em toda a Primeira Região, foram implantados 3 importantes veículos:

- Página dos JEFs no *site* do TRF 1ª Região, onde são encontrados manuais, artigos, jurisprudência, composição das Turmas Recursais, fotos, endereços e telefones.

- *Infojef*, que informa sobre as principais atividades e decisões dos JEFs. A primeira edição do *Infojef* circulou em 28 de março de 2003, com a temática do primeiro ano de funcionamento dos JEFs.
- Lista de discussão e distribuição dos magistrados, que viabiliza discussões e troca de experiências entre os magistrados dos JEFs, através de seus *e-mails*.





### Os JEFs itinerantes

Os JEFs cíveis e criminais passaram a funcionar, a princípio, apenas nas Seções Judiciárias, ou seja, nas capitais dos estados que compõem a Primeira Região. O objetivo de atender aos habitantes de regiões de baixa densidade demográfica (como os sertões, as populações ribeirinhas, o pantanal mato-grossense e interiores dos estados) e baixa renda ainda não havia sido atingido totalmente. Dessa necessidade surgiram os Juizados Especiais Federais itinerantes — a Justiça vencendo distâncias.

Os JEFs itinerantes respeitam as características socioculturais e ambientais de cada localidade, tendo três modalidades: fixos, rodoviários e fluviais.

Até o final de 2006, foram atendidas, somente nos JEFs itinerantes, o total de 145.969 pessoas.

Até julho 2007, foram realizados 268 JEFs itinerantes.

Além do atendimento jurídico, o cidadão carente, através dos JEFs itinerantes, tem acesso a esclarecimentos e informações relevantes sobre seus direitos, obtém documentos e recebe outros serviços que lhe resgatam a cidadania e a dignidade.





# J

## fixos

Os JEFs fixos se utilizam de prédios públicos previamente estipulados pelas autoridades locais. Magistrados, servidores e equipamentos são deslocados para formar a estrutura necessária à realização dos atendimentos e audiências. O primeiro JEF itinerante foi terrestre fixo, realizado na cidade de Ji-Paraná/RO, em 12 de setembro de 2002.



# E

## rodoviários

Os JEFs rodoviários contam com duas carretas projetadas e equipadas para abrigar audiências e atuações. As carretas foram inauguradas em 9 de setembro de 2003. O primeiro JEF itinerante terrestre rodoviário foi realizado em Ipatinga/MG, de 11 a 13 de setembro de 2003.



# F

## fluviais

Os JEFs fluviais operam nas populações ribeirinhas da Amazônia, com um barco preparado para abrigar servidores, magistrados, equipamentos, salas de perícia e audiências etc. O primeiro JEF itinerante fluvial a operar foi o da Ilha de Santana e Elesbão, no estado do Amapá, que utilizou o barco Tribuna, no período de abril a maio de 2003. Em seguida, o JEF fluvial, no barco Pronto Atendimento Itinerante (PAI), percorreu a Amazônia Ocidental, passando por aproximadamente 13 cidades, vilas e comunidades, de outubro a dezembro de 2003.





## Sedes das Seccionais

As Seções Judiciárias da Primeira Região vêm passando por reformas e ampliações em suas sedes, o que proporcionou maior conforto aos juízes e funcionários e condições mais dignas de trabalho. O empenho da administração do Tribunal nessa área, incluindo-se a construção de sedes próprias, reflete sua preocupação em oferecer uma prestação jurisdicional eficiente.

## Amapá



Seção Judiciária do Estado do Amapá



## Acre



Seção Judiciária do Estado do Acre



## Amazonas



Seção Judiciária do Estado do Amazonas





## Amazonas



Subseção Judiciária de Tabatinga/AM

## Bahia



Seção Judiciária do Estado da Bahia



Seção Judiciária do Estado da Bahia – Juizados Especiais Federais





## Bahia



Subseção Judiciária de Barreiras/BA



Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA



Subseção Judiciária de Eunápolis/BA



Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA



## Bahia



Subseção Judiciária de Guanambi/BA



Subseção Judiciária de Itabuna/BA



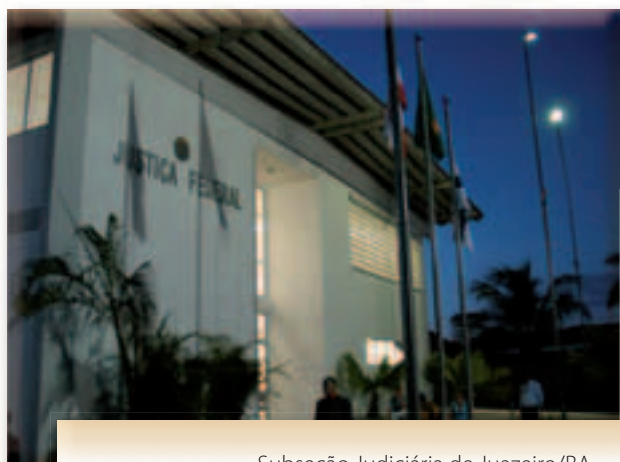
Subseção Judiciária de Ilhéus/BA



Subseção Judiciária de Jequié/BA



## Bahia



Subseção Judiciária de Juazeiro/BA



Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA



Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA



## Distrito Federal



Seção Judiciária do Distrito Federal  
Edifício Sede I



Seção Judiciária do Distrito Federal  
Edifício Sede II



Seção Judiciária do Distrito Federal  
Edifício de Cabo Frio





## Goiás



Seção Judiciária do Estado de Goiás

## Goiás



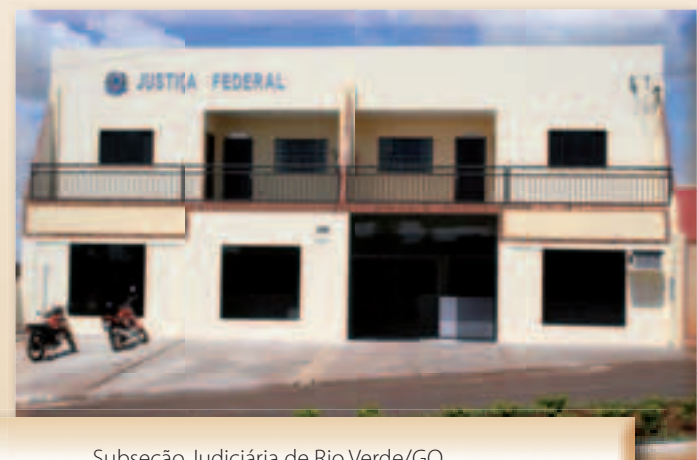
Subseção Judiciária de Anápolis /GO



Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO



Subseção Judiciária de Luziânia/GO



Subseção Judiciária de Rio Verde/GO



## Maranhão



Seção Judiciária do Estado do Maranhão



## Maranhão



Subseção Judiciária de Caxias /MA



Subseção Judiciária de Imperatriz /MA



## Mato Grosso



Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso

## Mato Grosso



Subseção Judiciária de Cáceres/MT



Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT



Subseção Judiciária de Sinop/MT





## Minas Gerais



Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais



Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

## Minas Gerais



Subseção Judiciária de Divinópolis/MG



Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG



Subseção Judiciária de Ipatinga/MG



Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG





## Minas Gerais



Subseção Judiciária de Montes Claros/MG



Subseção Judiciária de Lavras/MG



Subseção Judiciária de Passos/MG



Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG



## Minas Gerais



Subseção Judiciária de Uberaba/MG



Subseção Judiciária de Uberlândia/MG



Subseção Judiciária de Varginha/MG



## Minas Gerais



Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG



Subseção Judiciária de São João del Rei/MG



Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG



Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG

## Pará



Seção Judiciária do Estado do Pará





# Pará



Subseção Judiciária de Altamira/PA



Subseção Judiciária de Castanhal/PA



Subseção Judiciária de Marabá/PA

## Piauí



Seção Judiciária do Estado do Piauí



Seção Judiciária do Estado do Piauí – Juizado Especial Federal



## Piauí



Subseção Judiciária de Picos/PI



## Rondônia



Seção Judiciária do Estado de Rondônia



## Rondônia



Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO

## Roraima



Seção Judiciária do Estado de Roraima





## Tocantins



Seção Judiciária do Estado do Tocantins

# Corpo da magistratura da Justiça Federal da Primeira Região







# Movimentação dos Desembargadores Federais

Primeira composição do TRF 1ª Região – Posse em 30/03/1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Vieira da Silva Aposentou-se em 25/09/1992.				Posse em 28/06 Osmar Tognolo Aposentou-se em 22/02/2000.				
Anselmo Santiago Ascendeu ao STJ em 12/02/1993. Aposentou-se no STJ 27/11/98.				Posse em 19/10 Assuete Magalhães				
Euclides Aguiar Aposentou-se em 20/04/1994.					Posse em 27/05 Jirair Aram Meguerian			
Hermenito Dourado * Aposentou-se em 07/06/1994.						Posse em 17/02 Carlos Fernando Mathias *		
Adhemar Maciel Ascendeu ao STJ em 12/11/92. Aposentou-se no STJ: 12/11/98.				Posse em 04/08 Aloísio Palmeira Lima Aposentou-se em 30/05/2007.				
Alves de Lima Aposentou-se em 01/11/1995.							Posse em 07/03 Mário César Ribeiro	
Leite Soares ** Aposentou-se em 11/03/1998.								
Murat Valadares Aposentou-se em 15/05/1991.			Posse em 30/08 Eustáquio Silveira Aposentou-se em 18/12/2003.					
Nelson Gomes da Silva ** Aposentou-se em 10/03/1998.								
Fernando Gonçalves Ascendeu ao STJ em 27/06/1996.							Posse em 18/11 Cândido Ribeiro	
Plauto Ribeiro Aposentou-se em 29/06/2004.								
Hércules Quasímodo Aposentou-se em 07/05/1996.							Posse em 28/06 Luciano Tolentino Amaral	
Orlanda Ferreira Aposentou-se em 12/03/1990.	Posse em 27/09 Mário Mendes Aposentou-se em 27/02/1992.		Posse em 02/06 Aristides Medeiros Aposentou-se em 25/04/1994.		Posse em 14/09 João Fagundes Aposentou-se em 11/11/1997.			Posse em 19/12 Hilton Queiroz
Vicente Leal Ascendeu ao STJ em 24/11/1994.						Posse em 17/02 Olindo Menezes		
Tourinho Neto								
Catão Alves								
Eliana Calmon Ascendeu ao STJ em 30/06/1999.								
Aldir Passarinho Junior * Ascendeu ao STJ em 28/05/1998.								

\* Vaga da classe dos advogados.

\*\* Vaga da carreira do Ministério Público Federal.  
As demais vagas são destinadas à carreira de Juiz Federal.



1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
		Posse em 30/03 Antônio Ezequiel da Silva							
								Posse em 17/09 Francisco de Assis Betti	
Posse em 07/08 Carlos Moreira Alves **									
						Posse em 17/03 Leomar Amorim			
Posse em 07/08 Ítalo Fioravanti Sabo Mendes **									
						Posse em 17/12 Neuza Alves			
		Posse em 09/12 José Amílcar Machado							
		Posse em 26/02 Carlos Olavo *							

Vagas resultantes da ampliação da composição do Tribunal Lei 9.967, de 10/05/2000.
2001
Posse em 15/02 Daniel Paes Ribeiro
Posse em 15/02 Luiz Gonzaga Barbosa Moreira
Posse em 15/02 João Batista Moreira
Posse em 15/02 Souza Prudente
Posse em 15/02 Selene de Almeida
Posse em 15/02 Fagundes de Deus
Posse em 15/02 Antônio Sávio de Oliveira Chaves
Posse em 19/12 Maria Isabel Gallotti Rodrigues **
Posse em 28/12 Maria do Carmo Cardoso *

# Lista de antiguidade

Juizes Federais das Seções Judiciárias integrantes da Primeira Região  
(apreciada na sessão da Corte Especial Administrativa de 28 de fevereiro 2008 e  
publicada no Diário Eletrônico do Tribunal em 4 de março de 2008)

— contagem até 31 de janeiro de 2008 —

Ordem	Juiz Federal	Ingresso	Seção	Magistratura		
				Posse	Exercício	Tempo
1	Ângela Maria Catão Alves	3º Concurso	MG	05/09/1984	05/09/1984	8550
2	Novély Vilanova da Silva Reis	4º Concurso	DF	23/02/1987	23/02/1987	7649
3	Sônia Diniz Viana	5º Concurso	MG	26/02/1988	26/02/1988	7281
4	João Luiz de Souza	5º Concurso	DF	26/02/1988	26/02/1988	7281
5	Cândido Moraes Pinto Filho	5º Concurso	BA	26/02/1988	26/02/1988	7281
6	Iran Velasco Nascimento	5º Concurso	DF	26/02/1988	26/02/1988	7281
7	Carlos Humberto de Sousa	5º Concurso	GO	26/02/1988	26/02/1988	7281
8	Weliton Militão dos Santos (1)	5º Concurso	MG	26/08/1988	26/08/1988	7099
9	Jamil Rosa de Jesus Oliveira	5º Concurso	DF	26/02/1988	26/02/1988	7281
10	Francisco Neves da Cunha	5º Concurso	DF	16/01/1989	16/01/1989	6956
11	Wilson Alves de Souza	5º Concurso	BA	19/02/1990	19/02/1990	6557
12	Hamilton de Sá Dantas	5º Concurso	DF	22/05/1990	22/05/1990	6465
13	Isa Tânia C. Barão Pessoa da Costa	5º Concurso	DF	03/08/1990	03/08/1990	6392
14	Maria Maura M. Moraes Tayer	I Concurso/TRF	GO	10/08/1992	10/08/1992	5699
15	Pedro Braga Filho	I Concurso/TRF	BA	10/08/1992	10/08/1992	5699
16	Solange Salgado da S.Ramos de Vasconcelos	I Concurso/TRF	DF	10/08/1992	10/08/1992	5699
17	Maria de Fátima de P. Pessoa Costa	I Concurso/TRF	DF	10/08/1992	10/08/1992	5699
18	Maria Divina Vitória	I Concurso/TRF	GO	10/08/1992	10/08/1992	5699
19	Renato Martins Prates	I Concurso/TRF	MG	10/08/1992	10/08/1992	5699
20	Marcus Vinicius Reis Bastos	I Concurso/TRF	DF	10/08/1992	10/08/1992	5699
21	Marcos Augusto de Sousa	I Concurso/TRF	DF	10/08/1992	10/08/1992	5699
22	Vallisney de Souza Oliveira	I Concurso/TRF	DF	09/11/1992	09/11/1992	5563
23	Rui Costa Gonçalves	I Concurso/TRF	DF	09/11/1992	09/11/1992	5563
24	Alexandre Vidigal de Oliveira	Concurso/TRF-4ª	DF	16/08/1991	16/08/1991	5794
25	Antônio Corrêa	I Concurso/TRF	DF	09/11/1992	09/11/1992	5563
26	Mônica Jacqueline Sifuentes P. de Medeiros	I Concurso/TRF	DF	01/06/1993	01/06/1993	5359
27	Ricardo Machado Rabelo	Concurso/TRF-3ª	MG	17/10/1991	17/10/1991	5952
28	Urbano Leal Berquó Neto	I Concurso/TRF	GO	20/09/1993	20/09/1993	5248





TRF 1ª Região		Juiz Federal Substituto	Juiz Federal		Classificação
Exercício	Tempo	Tempo	Promoção	Tempo	
	8550	0		8550	9º
	7649	0		7649	36º
	7281	0		7281	7º
	7281	0		7281	36º
	7281	0		7281	44º
	7281	0		7281	56º
	7281	0		7281	62º
	7099	0		7099	77º
29/08/1991	6001	0		7281	37º
	6956	1376	23/10/1992	5580	
	6557	977	23/10/1992	5580	
	6465	885	23/10/1992	5580	
	6392	812	23/10/1992	5580	
	5699	927	23/02/1995	4727	2º
	5699	927	23/02/1995	4727	6º
	5699	927	23/02/1995	4727	8º
	5699	927	23/02/1995	4727	9º
	5699	927	23/02/1995	4727	10º
	5699	927	23/02/1995	4727	11º
	5699	927	23/02/1995	4727	12º
	5699	927	23/02/1995	4727	14º
	5563	914	12/05/1995	4649	15º
	5563	949	16/06/1995	4614	17º
16/06/1995	4394	420	09/10/1992	5374	0
	5563	995	01/08/1995	4568	18º
	5359	791	01/08/1995	4568	5º
10/03/1993	5442	1849	08/11/1996	4103	
	5248	1145	08/11/1996	4085	13º
	5248	1145	08/11/1996	4085	2º
	5248	1145	08/11/1996	4085	3º
	5248	1145	08/11/1996	4085	4º
	5248	1145	08/11/1996	4085	5º
	5248	1145	08/11/1996	4085	8º

Ordem	Juiz Federal	Ingresso	Seção	Magistratura		
				Posse	Exercício	Tempo
29	Nilza Maria Costa dos Reis	II Concurso/TRF	BA	20/09/1993	20/09/1993	5248
30	Reynaldo Soares da Fonseca	II Concurso/TRF	DF	20/09/1993	20/09/1993	5248
31	Euler de Almeida S. Júnior	II Concurso/TRF	GO	20/09/1993	20/09/1993	5248
32	Maria Lúcia Gomes de Souza	II Concurso/TRF	AM	20/09/1993	20/09/1993	5248
33	Rosana Noya Alves Weibel Kaufmann	II Concurso/TRF	BA	20/09/1993	20/09/1993	5248
34	Alexandre Machado Vasconcelos	II Concurso/TRF	DF	20/09/1993	20/09/1993	5248
35	Lincoln Rodrigues de Faria	II Concurso/TRF	MG	20/09/1993	20/09/1993	5248
36	Alexandre Jorge F. Laranjeira	II Concurso/TRF	MG	20/09/1993	20/09/1993	5248
37	Ricardo Gonçalves da R. Castro	II Concurso/TRF	DF	20/09/1993	20/09/1993	5248
38	Daniele Maranhão Costa	II Concurso/TRF	DF	20/09/1993	20/09/1993	5248
39	Marcelo Dolzany da Costa	II Concurso/TRF	MA	20/09/1993	20/09/1993	5248
40	Rubens Rollo D'Oliveira	II Concurso/TRF	PA	20/09/1993	20/09/1993	5248
41	Carlos Alberto Simões de Tomaz	III Concurso/TRF	MG	30/05/1994	30/05/1994	4776
42	José Henrique Guaracy Rebêlo	III Concurso/TRF	MG	30/05/1994	30/05/1994	4776
43	Pompeu de Sousa Brasil	III Concurso/TRF	BA	30/05/1994	30/05/1994	4776
44	IVani Silva da Luz	III Concurso/TRF	DF	30/05/1994	30/05/1994	4776
45	Leão Aparecido Alves	III Concurso/TRF	GO	30/05/1994	30/05/1994	4776
46	José Carlos do Vale Madeira	III Concurso/TRF	MA	30/05/1994	30/05/1994	4776
47	Evandro Reimão dos Reis	II Concurso/TRF	BA	24/01/1994	24/01/1994	5122
48	Saulo José Casali Bahia	II Concurso/TRF	BA	20/09/1993	20/09/1993	5248
49	Mônica Neves Aguiar da Silva	II Concurso/TRF	BA	20/09/1993	20/09/1993	5248
50	Leonardo Buíssa Freitas	III Concurso/TRF	GO	30/05/1994	30/05/1994	4996
51	Luiz Salomão Amaral Viana	III Concurso/TRF	BA	30/05/1994	30/05/1994	4996
52	Magnólia Silva da Gama e Souza	III Concurso/TRF	DF	30/05/1994	30/05/1994	4996
53	Maria Edna Fagundes Veloso	III Concurso/TRF	MG	30/05/1994	30/05/1994	4996
54	Moacir Ferreira Ramos	III Concurso/TRF	DF	30/05/1994	30/05/1994	4996
55	Derivaldo de Figueiredo B. Filho	III Concurso/TRF	PI	30/05/1994	30/05/1994	4996
56	Carlos D'avila Teixeira	III Concurso/TRF	BA	30/05/1994	30/05/1994	4996
57	Eduardo José Corrêa	III Concurso/TRF	MG	30/05/1994	30/05/1994	4996
58	Carlos Roberto de Carvalho	III Concurso/TRF	MG	30/05/1994	30/05/1994	4996
59	Ney de Barros Bello Filho	IV Concurso/TRF	MA	24/11/1995	24/11/1995	4453
60	João Carlos Costa Mayer Soares	IV Concurso/TRF	MG	24/11/1995	24/11/1995	4453
61	Itagiba Catta Preta Neto	IV Concurso/TRF	DF	24/11/1995	24/11/1995	4453



TRF 1ª Região		Juiz Federal Substituto	Juiz Federal		Classificação
Exercício	Tempo	Tempo	Promoção	Tempo	
	5248	1145	08/11/1996	4085	11º
	5248	1145	08/11/1996	4085	13º
	5248	1145	08/11/1996	4085	15º
	5248	1145	08/11/1996	4085	18º
	5248	1145	08/11/1996	4085	19º
	5248	1145	08/11/1996	4085	22º
	5248	1145	08/11/1996	4085	25º
	4776	893	08/11/1996	4085	3º
	4776	893	08/11/1996	4085	6º
	4776	893	08/11/1996	4085	9º
	4776	893	08/11/1996	4085	11º
	4776	893	08/11/1996	4085	13º
	4776	893	08/11/1996	4085	14º
	5122	1396	20/11/1997	3726	24º
	5248	1575	12/01/1998	3673	6º
	5248	1802	27/08/1998	3446	12º
	4996	1550	27/08/1998	3446	5º
	4996	1550	27/08/1998	3446	7º
	4996	1550	27/08/1998	3446	8º
	4996	1550	27/08/1998	3446	12º
	4996	1550	27/08/1998	3446	15º
	4996	1550	27/08/1998	3446	17º
	4996	1550	27/08/1998	3446	18º
	4996	1550	27/08/1998	3446	19º
	4996	1550	27/08/1998	3446	22º
	4453	1007	27/08/1998	3446	4º
	4453	1007	27/08/1998	3446	5º
	4453	1007	27/08/1998	3446	6º
	4453	1007	27/08/1998	3446	7º
	4453	1007	27/08/1998	3446	9º
	4453	1007	27/08/1998	3446	12º
	4453	1007	27/08/1998	3446	13º
	4453	1203	11/03/1999	3250	11º



Ordem	Juiz Federal	Ingresso	Seção	Magistratura		
				Posse	Exercício	Tempo
62	Cynthia de Araújo Lima Lopes	IV Concurso/TRF	BA	24/11/1995	24/11/1995	4453
63	João Batista Ribeiro	IV Concurso/TRF	MG	24/11/1995	24/11/1995	4453
64	Gilda Maria C. Sigmaringa Seixas	IV Concurso/TRF	DF	24/11/1995	24/11/1995	4453
65	Kátia Balbino de C. Ferreira	IV Concurso/TRF	DF	24/11/1995	24/11/1995	4453
66	Roberto Carvalho Veloso	IV Concurso/TRF	MA	24/11/1995	24/11/1995	4453
67	Julier Sebastião da Silva	IV Concurso/TRF	MT	24/11/1995	24/11/1995	4453
68	Hind Ghassan Kayath	IV Concurso/TRF	PA	13/12/1995	13/12/1995	4434
69	Abel Cardoso Morais	V Concurso/TRF	GO	28/02/1997	28/02/1997	3991
70	Itelmar Raydan Evangelista	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
71	Paulo Roberto Lyrrio Pimenta	V Concurso/TRF	BA	28/02/1997	28/02/1997	3991
72	Antônio Oswaldo Scarpa	V Concurso/TRF	BA	28/02/1997	28/02/1997	3991
73	Guilherme Fabiano Julien Rezende	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
74	Carlos Augusto Pires Brandão	V Concurso/TRF	PI	28/02/1997	28/02/1997	3991
75	Jesus Crisóstomo de Almeida	V Concurso/TRF	GO	28/02/1997	28/02/1997	3991
76	Maria Helena Carreira A. Ribeiro	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
77	César Augusto Bearsi	V Concurso/TRF	MT	28/02/1997	28/02/1997	3991
78	Guilherme Mendonça Doepler	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
79	Manoel José Ferreira Nunes	V Concurso/TRF	GO	28/02/1997	28/02/1997	3991
80	Avio Mozar José Ferraz de Novaes	V Concurso/TRF	BA	28/02/1997	28/02/1997	3991
81	Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
82	Marcelo Velasco Nascimento Albernaz	V Concurso/TRF	TO	28/02/1997	28/02/1997	3991
83	Simone dos Santos Lemos Fernandes	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
84	Anselmo Gonçalves da Silva	V Concurso/TRF	AP	28/02/1997	28/02/1997	3991
85	André Gonçalves de Oliveira	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
86	Luis Cláudio de Souza Fontes	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
87	Vânila Cardoso André de Moraes	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
88	Evaldo de O. Fernandes, Filho	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
89	André Prado de Vasconcelos	V Concurso/TRF	MG	28/02/1997	28/02/1997	3991
90	Jeferson Schneider	V Concurso/TRF	MT	28/02/1997	28/02/1997	3991
91	Jaiza Maria Pinto Fraxe	V Concurso/TRF	AM	28/02/1997	28/02/1997	3991
92	Alderico Rocha Santos	V Concurso/TRF	GO	28/02/1997	28/02/1997	3991
93	Antonio Claudio Macedo da Silva	Concurso/TRF 2ª	MG	20/11/1997	20/11/1997	3726
94	David Wilson de Abreu Pardo	VI Concurso/TRF	AC	30/09/1998	30/09/1998	3412



TRF 1ª Região		Juiz Federal Substituto	Juiz Federal		Classificação
Exercício	Tempo	Tempo	Promoção	Tempo	
	4453	1203	11/03/1999	3250	16º
	4434	1259	25/05/1999	3175	17º
	3991	816	25/05/1999	3175	1º
	3991	816	25/05/1999	3175	3º
	3991	816	25/05/1999	3175	4º
	3991	816	25/05/1999	3175	6º
	3991	816	25/05/1999	3175	8º
	3991	816	25/05/1999	3175	9º
	3991	816	25/05/1999	3175	10º
	3991	816	25/05/1999	3175	11ª
	3991	816	25/05/1999	3175	13º
	3991	816	25/05/1999	3175	14º
	3991	816	25/05/1999	3175	15º
	3991	816	25/05/1999	3175	19º
	3991	816	25/05/1999	3175	20º
	3991	816	25/05/1999	3175	23º
	3991	816	25/05/1999	3175	24ª
	3991	816	25/05/1999	3175	25º
	3991	816	25/05/1999	3175	27º
	3991	816	25/05/1999	3175	28º
	3991	816	25/05/1999	3175	29º
	3991	816	25/05/1999	3175	30º
	3991	816	25/05/1999	3175	31º
	3991	816	25/05/1999	3175	32º
	3991	816	25/05/1999	3175	34ª
	3991	1588	05/07/2001	2403	12º
17/06/1998	3517	1323	05/07/2001	2403	
	3412	1009	05/07/2001	2403	1º
	3412	1009	05/07/2001	2403	3º
	3412	1009	05/07/2001	2403	4º
	3412	1009	05/07/2001	2403	5º
	3412	1009	05/07/2001	2403	6º
	3412	1009	05/07/2001	2403	7º

Ordem	Juiz Federal	Ingresso	Seção	Magistratura		
				Posse	Exercício	Tempo
95	José Carlos Machado Júnior	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
96	Juliano Taveira Bernardes	VI Concurso/TRF	GO	30/09/1998	30/09/1998	3412
97	Carlos Augusto Torres Nobre	VI Concurso/TRF	GO	30/09/1998	30/09/1998	3412
98	Eduardo Morais da Rocha	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
99	Pedro Alberto P. de M. C. Holliday	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
100	Rosimayre Gonçalves de Carvalho Fonseca	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
101	José Pires da Cunha	VI Concurso/TRF	MT	30/09/1998	30/09/1998	3412
102	César Cintra Fonseca	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
103	Cláudia Maria Resende Neves Guimarães	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
104	Sílvia Elena Petry Wieser	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
105	Adriane Luisa Vieira Trindade	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
106	Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
107	Lélis Gonçalves Souza	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
108	Rogéria Maria Castro Debelli	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
109	Clemência Maria Almada Lima de Angelo	VI Concurso/TRF	MA	30/09/1998	30/09/1998	3412
110	Vera Maria Louzada Velloso	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
111	Mark Yshida Brandão	VI Concurso/TRF	GO	30/09/1998	30/09/1998	3412
112	Maizia Seal Carvalho Pamponet	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
113	José Magno Linhares Moraes	VI Concurso/TRF	MA	30/09/1998	30/09/1998	3412
114	Rafael Paulo Soares Pinto	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
115	Nelson Loureiro dos Santos	VI Concurso/TRF	MA	30/09/1998	30/09/1998	3412
116	Pedro Francisco da Silva	VI Concurso/TRF	AC	30/09/1998	30/09/1998	3412
117	Clodomir Sebastião Reis	VI Concurso/TRF	PI	30/09/1998	30/09/1998	3412
118	Denise Dias Dutra Drumond	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
119	Sílvio Coimbra Mourthè	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
120	Murilo Fernandes de Almeida	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
121	Márcio Braga Magalhães	VI Concurso/TRF	PI	30/09/1998	30/09/1998	3412
122	Grigório Carlos dos Santos	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
123	Klaus Kuschel	Concurso TRF/2ª	MG	01/12/1998	01/12/1998	3350
124	César Antônio Ramos	V Concurso/TRF	GO	28/02/1997	28/02/1997	3991
125	Cláudio José Coelho Costa	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
126	Luciana Pinheiro Costa Mayer Soares	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
127	Lana Lígia Galati	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412





TRF 1ª Região		Juiz Federal Substituto	Juiz Federal		Classificação
Exercício	Tempo	Tempo	Promoção	Tempo	
	3412	1009	05/07/2001	2403	8º
	3412	1009	05/07/2001	2403	9º
	3412	1009	05/07/2001	2403	10º
	3412	1009	05/07/2001	2403	11º
	3412	1009	05/07/2001	2403	13º
	3412	1009	05/07/2001	2403	14º
	3412	1009	05/07/2001	2403	15º
	3412	1009	05/07/2001	2403	16º
	3412	1009	05/07/2001	2403	17º
	3412	1009	05/07/2001	2403	19º
	3412	1009	05/07/2001	2403	20º
	3412	1009	05/07/2001	2403	21º
	3412	1009	05/07/2001	2403	23º
	3412	1009	05/07/2001	2403	24º
	3412	1009	05/07/2001	2403	26º
	3412	1009	05/07/2001	2403	27º
	3412	1009	05/07/2001	2403	29º
	3412	1009	05/07/2001	2403	31º
	3412	1009	05/07/2001	2403	34º
	3412	1925	07/01/2004	1487	32º
	3412	1925	07/01/2004	1487	35º
	3412	1925	07/01/2004	1487	37º
	3412	1925	07/01/2004	1487	41º
22/09/2004	1228	1044	10/10/2001	2306	7º
	3991	3232	04/01/2005	1124	33º
	3412	2653	04/01/2005	1124	22º
	3412	2653	04/01/2005	1124	25º
	3412	2653	04/01/2005	1124	30º
	3412	2653	04/01/2005	1124	36º
	3412	2653	04/01/2005	1124	38º
	3412	2653	04/01/2005	1124	39º
	3412	2653	04/01/2005	1124	40º
	3412	2653	04/01/2005	1124	43º

Ordem	Juiz Federal	Ingresso	Seção	Magistratura		
				Posse	Exercício	Tempo
128	Paulo Ernane Moreira Barros	VI Concurso/TRF	GO	30/09/1998	30/09/1998	3412
129	Arali Maciel Duarte	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
130	Carlos Roberto Alves dos Santos	VI Concurso/TRF	GO	30/09/1998	30/09/1998	3412
131	José Humberto Ferreira	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
132	Marcelo Carvalho C. de Oliveira	VI Concurso/TRF	PI	30/09/1998	30/09/1998	3412
133	Edna Márcia Silva Medeiros Ramos	VI Concurso/TRF	GO	30/09/1998	30/09/1998	3412
134	Helder Girão Barreto	VI Concurso/TRF	RR	30/09/1998	30/09/1998	3412
135	Francisco Martins Ferreira	VI Concurso/TRF	RO	30/09/1998	30/09/1998	3412
136	Iran Esmeraldo Leite	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
137	Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa	VI Concurso/TRF	BA	30/09/1998	30/09/1998	3412
138	Regina Maria de Souza Torres	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
139	João Bosco Costa Soares da Silva	VI Concurso/TRF	AP	30/09/1998	30/09/1998	3412
140	Francisco Hélio Camelo Ferreira	VII Concurso/TRF	MA	07/12/1999	07/12/1999	2979
141	Márcio Barbosa Maia	VII Concurso/TRF	MG	07/12/1999	07/12/1999	2979
142	Cristiane Miranda Botelho	VII Concurso/TRF	MG	07/12/1999	07/12/1999	2979
143	Sandro Helano Soares Santiago	VII Concurso/TRF	PI	07/12/1999	07/12/1999	2979
144	Osmar Vaz de Mello da Fonseca Júnior	VII Concurso/TRF	MG	07/12/1999	07/12/1999	2979
145	Sidiny Garcia Filho	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
146	Anamaria Reys Resende	VI Concurso/TRF	MG	30/09/1998	30/09/1998	3412
147	Dirley da Cunha Júnior	Concurso/TRF 5ª	BA	26/02/1999	26/02/1999	3263
148	Carlos Geraldo Teixeira	VII Concurso/Tr	MG	07/12/1999	07/12/1999	2934
149	João Batista de Castro Júnior	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
150	Lília Botelho Neiva Brito	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
151	Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	VII Concurso/TRF	PI	07/12/1999	07/12/1999	2934
152	Sérgio Santos Melo	VII Concurso/TRF	MG	07/12/1999	07/12/1999	2934
153	Hermes Gomes Filho	VII Concurso/TRF	MG	07/12/1999	07/12/1999	2934
154	Adverci Rates Mendes de Abreu	VII Concurso/TRF	MT	07/12/1999	07/12/1999	2934
155	Márcio Flávio Mafra Leal	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
156	José Godinho Filho	VII Concurso/TRF	TO	07/12/1999	07/12/1999	2934
157	Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa	VII Concurso/TRF	MG	07/12/1999	07/12/1999	2934
158	José Alexandre Franco	VII Concurso/TRF	PA	07/12/1999	07/12/1999	2934
159	Rodrigo Navarro de Oliveira	VII Concurso/TRF	MT	07/12/1999	07/12/1999	2934
160	Daniel Santos Rocha Sobral	VII Concurso/TRF	PA	07/12/1999	07/12/1999	2934



TRF 1ª Região		Juiz Federal Substituto	Juiz Federal		Classificação
Exercício	Tempo	Tempo	Promoção	Tempo	
	3412	2653	04/01/2005	1124	45º
	3412	2653	04/01/2005	1124	46º
	3412	2653	04/01/2005	1124	47º
	3412	2653	04/01/2005	1124	49º
	3412	2653	04/01/2005	1124	50º
	3412	2653	04/01/2005	1124	51º
	3412	2653	04/01/2005	1124	52º
	2979	2220	04/01/2005	1124	1º
	2979	2220	04/01/2005	1124	2º
	2979	2220	04/01/2005	1124	3º
	2979	2220	04/01/2005	1124	4º
	2979	2220	04/01/2005	754	13º
	3412	2658	09/01/2006	754	12º
	3412	2658	09/01/2006	754	48º
30/08/1999	3078	2509	09/01/2006	754	
	2934	2225	09/01/2006	754	5º
	2934	2225	09/01/2006	754	7º
	2934	2225	09/01/2006	754	8º
	2934	2225	09/01/2006	754	9º
	2934	2225	09/01/2006	754	10º
	2934	2225	09/01/2006	754	11º
	2934	2225	09/01/2006	754	14º
	2934	2225	09/01/2006	754	16º
	2934	2225	09/01/2006	754	17º
	2934	2225	09/01/2006	754	18º
	2934	2225	09/01/2006	754	19º
	2934	2225	09/01/2006	754	20º
	2934	2225	09/01/2006	754	22º
	2934	2225	09/01/2006	754	23º
	2934	2225	09/01/2006	754	24º
	2934	2225	09/01/2006	754	25º
	2934	2225	09/01/2006	754	26º
	2934	2225	09/01/2006	754	27º



Ordem	Juiz Federal	Ingresso	Seção	Magistratura		
				Posse	Exercício	Tempo
161	Dimis da Costa Braga	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
162	Jair Araújo Facundes	VII Concurso/TRF	AC	07/12/1999	07/12/1999	2934
163	Edison Moreira Grillo Júnior	VII Concurso/TRF	PA	07/12/1999	07/12/1999	2934
164	Paulo César Alves Sodré	VII Concurso/TRF	MT	07/12/1999	07/12/1999	2934
165	Osmane Antônio dos Santos	VII Concurso/TRF	PA	07/12/1999	07/12/1999	2934
166	Geraldo Magela e Silva Meneses	VII Concurso/TRF	RO	07/12/1999	07/12/1999	2934
167	Wellington Cláudio Pinho de Castro	VII Concurso/TRF	PA	07/12/1999	07/12/1999	2934
168	Ronaldo Castro Desterro e Silva	VII Concurso/TRF	PA	07/12/1999	07/12/1999	2934
169	Antônio Francisco do Nascimento	VII Concurso/TRF	AM	07/12/1999	07/12/1999	2934
170	Reginaldo Márcio Pereira	VII Concurso/TRF	AM	07/12/1999	07/12/1999	2934
171	Agliberto Gomes Machado	VII Concurso/TRF	AM	07/12/1999	07/12/1999	2934
172	Carlos Eduardo Castro Martins	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
173	Guilherme Jorge de Resende Brito	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
174	Carmen Elizângela Dias Moreira de Resende	VII Concurso/TRF	RO	07/12/1999	07/12/1999	2934
175	Lucas Rosendo Máximo de Araújo	VII Concurso/TRF	MA	07/12/1999	07/12/1999	2934
176	Marcelo Motta de Oliveira	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
177	Eduardo Luiz Rocha Cubas	VII Concurso/TRF	BA	07/12/1999	07/12/1999	2934
178	Francisco Alexandre Ribeiro	VII Concurso/TRF	MT	07/12/1999	07/12/1999	2934
179	Élcio Arruda	Concurso/TRF 3ª	RO	02/03/1998	02/03/1998	3624
180	Charles Renaud Frazão de Moraes	Concurso/TRF 3ª	MT	24/09/1999	24/09/1999	3053
181	Cleberon José Rocha	VIII Concurso/TRF	AC	12/11/2001	12/11/2001	2273
182	Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo	VIII Concurso/TRF	AP	12/11/2001	12/11/2001	2273
183	Carlos Henrique Borlido Haddad	VIII Concurso/TRF	PA	12/11/2001	12/11/2001	2273
184	Fábio Moreira Ramiro	VIII Concurso/TRF	BA	12/11/2001	12/11/2001	2273
185	Atanair Nasser Ribeiro Lopes	VIII Concurso/TRF	RR	12/11/2001	12/11/2001	2273
186	Francisco de Assis Garcês Castro Júnior	VIII Concurso/TRF	PA	12/11/2001	12/11/2001	2273
187	Márcio Luiz Coelho de Freitas	VIII Concurso/TRF	AM	12/11/2001	12/11/2001	2273
188	Herculano Martins Nacif	VIII Concurso/TRF	RO	12/11/2001	12/11/2001	2273
189	Francisco Renato Codevila P. Filho	Concurso/TRF 2ª	RR	22/03/2001	22/03/2001	2508
190	Marcelo Eduardo Rossito Basseto	IX Concurso/TRF	AC	17/02/2003	17/02/2003	1811



TRF 1ª Região		Juiz Federal Substituto	Juiz Federal		Classificação
Exercício	Tempo	Tempo	Promoção	Tempo	
	2934	2225	09/01/2006	754	28º
	2934	2225	09/01/2006	754	29º
	2934	2225	09/01/2006	754	31º
	2934	2225	09/01/2006	754	32º
	2934	2225	09/01/2006	754	33º
	2934	2225	09/01/2006	754	35º
	2934	2225	09/01/2006	754	36º
	2934	2225	09/01/2006	754	38º
	2934	2225	09/01/2006	754	40º
	2934	2225	09/01/2006	754	41º
	2934	2225	09/01/2006	754	42º
	2934	2225	09/01/2006	754	43º
	2934	2225	09/01/2006	754	44º
17/03/2000	2878	2870	09/01/2006	754	
26/12/2000	2594	2299	09/01/2006	754	19º
	2273	1519	09/01/2006	754	4º
	2273	1519	09/01/2006	754	5º
	2273	1519	09/01/2006	754	6º
	2273	1519	09/01/2006	754	7º
	2273	1519	09/01/2006	754	10º
	2273	1519	09/01/2006	754	12º
	2273	1519	09/01/2006	754	13º
	2273	1519	09/01/2006	754	19º
21/12/2001	2234	1754	09/01/2006	754	8º
	1811	1057	09/01/2006	754	6º

(\*) A antiguidade é computada a partir do efetivo exercício nesta Região, consoante Resolução 20/TRF de 10 de dezembro de 1997.

(1) Antiguidade reconhecida por força da decisão Plenária Administrativa de 10 de novembro de 1994.

# Lista de antiguidade

## Juizes Federais Substitutos

(apreciada na sessão da Corte Especial Administrativa de 28 de fevereiro de 2008 e publicada no Diário Eletrônico do Tribunal em 4 de março de 2008)

— contagem até 31 de janeiro de 2008 —

Ordem	Juiz Federal Substituto	Ingresso	Seção	Magistratura	
				Posse	Exercício
1	Ronaldo Santos de Oliveira	VII Concurso/TRF	MG	07/12/1999	07/12/1999
2	Ivo Anselmo Hohn Júnior	VIII Concurso/TRF	MA	12/11/2001	12/11/2001
3	Jacques de Queiroz Ferreira	VIII Concurso/TRF	MG	12/11/2001	12/11/2001
4	Ubirajara Teixeira	VIII Concurso/TRF	MG	12/11/2001	12/11/2001
5	Cláudia Aparecida Salge	VIII Concurso/TRF	MG	12/11/2001	12/11/2001
6	Elísio Nascimento Batista Júnior	VIII Concurso/TRF	MG	12/11/2001	12/11/2001
7	Luiz Antônio Ribeiro da Cruz	VIII Concurso/TRF	MG	12/11/2001	12/11/2001
8	Durval Carneiro Neto	VIII Concurso/TRF	BA	12/11/2001	12/11/2001
9	Fausto Mendanha Gonzaga	Concurso/TRF 4ª	GO	07/05/2001	07/05/01
10	Iolete Maria Fialho de Oliveira	Concurso/TRF 5ª	DF	26/02/1999	26/02/1999
11	Antônio Carlos Almeida Campelo	VIII Concurso/TRF	PA	24/07/2002	24/07/02
12	Nazareno César Moreira Reis	IX Concurso/TRF	PI	17/02/2003	17/02/2003
13	Cristiano Miranda de Santana	IX Concurso/TRF	BA	17/02/2003	17/02/2003
14	Anna Cristina Rocha Gonçalves	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
15	Fábio Rogério França Souza	IX Concurso/TRF	BA	17/02/2003	17/02/2003
16	José Valterson de Lima	IX Concurso/TRF	MA	17/02/2003	17/02/2003
17	Sandra Lopes Santos de Carvalho	IX Concurso/TRF	BA	17/02/2003	17/02/2003
18	Ivanir Cesar Ireno Júnior	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
19	Lincoln Pinheiro Costa	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
20	Marcelo Rebello Pinheiro	IX Concurso/TRF	DF	17/02/2003	17/02/2003
21	Leandro Saon da Conceição Bianco	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
22	Anibal Magalhães da Cruz Matos	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
23	Gabriela de Alvarenga Silva Murta	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
24	Roberto Carlos de Oliveira	IX Concurso/TRF	GO	17/02/2003	17/02/2003
25	João César Otoni de Matos	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
26	José Airton de Aguiar Portela	IX Concurso/TRF	DF	17/02/2003	17/02/2003
27	Regis de Souza Araújo	IX Concurso/TRF	PI	17/02/2003	17/02/2003
28	Alexandre Buck Medrado Sampaio	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
29	Eduardo Gomes Carqueija	IX Concurso/TRF	BA	17/02/2003	17/02/2003
30	Marco Antonio Barros Guimarães	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003





TRF 1ª Região		Tempo	Classificação
Exercício	1ª Região	Juiz Federal Substituto	
	2979	2979	30º
	2273	2273	1º
	2273	2273	8º
	2273	2273	9º
	2273	2273	11º
	2273	2273	14º
	2273	2273	15º
	2273	2273	17º
21/12/2001	2234	2462	
21/12/2001	2234	3263	
	2019	2019	18º
	1811	1811	1º
	1811	1811	2º
	1811	1811	3º
	1811	1811	4º
	1811	1811	5º
	1811	1811	7º
	1811	1811	9º
	1811	1811	10º
	1811	1811	13º
	1811	1811	14º
	1811	1811	15º
	1811	1811	18º
	1811	1811	19º
	1811	1811	20º
	1811	1811	21º
	1811	1811	22º
	1811	1811	23º
	1811	1811	24º

Ordem	Juiz Federal Substituto	Ingresso	Seção	Magistratura	
				Posse	Exercício
31	Renato Grizotti Júnior	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
32	Neian Milhomen Cruz	IX Concurso/TRF	MA	17/02/2003	17/02/2003
33	Regivano Fiorino	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
34	Gustavo Moreira Mazzilli	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
35	Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
36	Warney Paulo Nery Araújo	IX Concurso/TRF	GO	17/02/2003	17/02/2003
37	Ruy Dias de Souza Filho	IX Concurso/TRF	PA	17/02/2003	17/02/2003
38	Mauro Rezende de Azevedo	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
39	Rodrigo de Godoy Mendes	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
40	Brunno Christiano Carvalho Cardoso	IX Concurso/TRF	PI	17/02/2003	17/02/2003
41	Bruno Augusto Santos Oliveira	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
42	Geneviève Grossi Orsi	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
43	Arthur Pinheiro Chaves	IX Concurso/TRF	PA	17/02/2003	17/02/2003
44	Raquel Soares Chiarelli	IX Concurso/TRF	DF	17/02/2003	17/02/2003
45	Giovanny Morgan	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
46	Fabiano Verli	IX Concurso/TRF	MG	17/02/2003	17/02/2003
47	Dayana de Azevedo Bião de Souza	VIII Concurso/TRF	BA	30/07/2003	30/07/2003
48	Luciana Laurenti Gheller	IX Concurso/TRF	GO	11/11/2004	11/11/2004
49	Carlos Alberto Gomes da Silva	Concurso/TRF 2ª	BA	27/06/2002	27/06/2002
50	Ricardo Augusto de Sales	Concurso/TRF 5ª	AM	15/12/2004	15/12/2004
51	Márcio José de Aguiar Barbosa	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
52	Candice Lavocat Galvão Jobim	X Concurso/TRF	DF	24/06/2005	24/06/2005
53	Marcos Silva Rosa	X Concurso/TRF	DF	24/06/2005	24/06/2005
54	Newton Pereira Ramos Neto	X Concurso/TRF	MA	24/06/2005	24/06/2005
55	Cristiane Pederzolli Rentzsch	X Concurso/TRF	DF	24/06/2005	24/06/2005
56	José Márcio da Silveira e Silva	X Concurso/TRF	DF	24/06/2005	24/06/2005
57	Daniel Carneiro Machado	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
58	João Pedro Ayrimoraes Soares Júnior	X Concurso/TRF	PI	24/06/2005	24/06/2005
59	Waldemar Cláudio de Carvalho	X Concurso/TRF	DF	24/06/2005	24/06/2005
60	Daniel Castelo Branco Ramos	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
61	Pollyanna Kelly Maciel M. M. Alves	X Concurso/TRF	DF	24/06/2005	24/06/2005
62	Marília Gurgel Rocha de Paiva e Sales	X Concurso/TRF	AM	24/06/2005	24/06/2005
63	Emilson da Silva Nery	X Concurso/TRF	GO	24/06/2005	24/06/2005
64	Gilton Batista Brito	X Concurso/TRF	GO	24/06/2005	24/06/2005



TRF 1ª Região		Tempo	Classificação
Exercício	1ª Região	Juiz Federal Substituto	
	1811	1811	25º
	1811	1811	26º
	1811	1811	27º
	1811	1811	29º
	1811	1811	30º
	1811	1811	31º
	1811	1811	33º
	1811	1811	35º
	1811	1811	38º
	1811	1811	39º
	1811	1811	40º
	1811	1811	42º
	1811	1811	44º
	1811	1811	45º
	1811	1811	46º
	1811	1811	48º
	1811	1811	51º
	1648	1648	3º
	1178	1178	52º
23/05/2005	985	2028	26º
23/05/2005	985	1144	
	953	953	2º
	953	953	3º
	953	953	4º
	953	953	5º
	953	953	7º
	953	953	9º
	953	953	10º
	953	953	11º
	953	953	12º
	953	953	13º
	953	953	14º
	953	953	15º
	953	953	16º



Ordem	Juiz Federal Substituto	Ingresso	Seção	Magistratura	
				Posse	Exercício
65	Pedro Pereira Pimenta	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
66	Eduardo Henrique Lauar Filho	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
67	Vanessa Curti Perenha Gasques	X Concurso/TRF	MT	24/06/2005	24/06/2005
68	Jader Alves Ferreira Filho	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
69	Raquel Vasconcelos Alves de Lima	X Concurso/TRF	BA	24/06/2005	24/06/2005
70	Valter Leonel Coelho Seixas	X Concurso/TRF	BA	24/06/2005	24/06/2005
71	Karley Correa da Silva	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
72	Maria da Penha Gomes Fontenele Meneses	X Concurso/TRF	PI	24/06/2005	24/06/2005
73	Rodrigo Pinheiro do Nascimento	X Concurso/TRF	PI	24/06/2005	24/06/2005
74	Rosilene Maria Clemente de S. Ferreira	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
75	José Alexandre Essado	X Concurso/TRF	MG	24/06/2005	24/06/2005
76	Maria Consuelo Santos Marinho	Concurso/TRF 5ª	BA	18/11/2003	18/11/2003
77	Rubem Lima de Paula Filho	Concurso/TRF 5ª	MA	15/12/2004	15/12/2004
78	Rodrigo Rigamonte Fonseca	Concurso/TRF 4ª	MG	17/12/2004	17/12/2004
79	Nair Cristina Corado Pimenta de Castro	Concurso/TRF 4ª	MG	05/08/2002	05/08/2002
80	Olívia Mérilin Silva	X Concurso/TRF	BA	04/11/2005	04/11/2005
81	Mei Lin Lopes Wu Bandeira	X Concurso/TRF	BA	27/12/2005	27/12/2005
82	Lilian Oliveira da Costa Tourinho	Concurso/TRF 3ª	BA	10/06/2005	10/06/2005
83	Ailton Schramm de Rocha	Concurso/TRF 2ª	BA	05/02/2004	05/02/2004
84	Alexandre Ferreira Infante Vieira	X Concurso/TRF	MG	03/04/2006	03/04/2006
85	Adelmar Aires Pimenta da Silva	X Concurso/TRF	TO	03/04/2006	03/04/2006
86	Ana Carolina Dias Lima Fernandes	XI Concurso/TRF	BA	03/04/2006	03/04/2006
87	Alysson Maia Fontenele	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
88	Paulo Ricardo de Souza Cruz	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
89	Lucyana Said Daibes Pereira	XI Concurso/TRF	PA	03/04/2006	03/04/2006
90	Fernando Cleber de Araújo Gomes	XI Concurso/TRF	GO	03/04/2006	03/04/2006
91	Maria Cecília de Marco Rocha	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
92	Marina Rocha Cavalcanti Barros	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
93	Leonardo Tochetto Pauperio	XI Concurso/TRF	BA	03/04/2006	03/04/2006
94	Natalia Floripes Diniz	XI Concurso/TRF	MG	03/04/2006	03/04/2006
95	Marcio Sá Araújo	XI Concurso/TRF	MA	03/04/2006	03/04/2006
96	Tales Krauss Queiroz	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
97	Marcelo Meireles Lobão	XI Concurso/TRF	GO	03/04/2006	03/04/2006
98	Rosmar Antonni Rodrigues C. de Alencar	XI Concurso/TRF	BA	03/04/2006	03/04/2006



TRF 1ª Região		Tempo	Classificação
Exercício	1ª Região	Juiz Federal Substituto	
	953	953	17º
	953	953	18º
	953	953	19º
	953	953	20º
	953	953	23º
	953	953	24º
	953	953	26º
	953	953	27º
	953	953	30º
	953	953	31º
	953	953	32º
	953	953	34º
07/07/2005	940	1537	22º
19/07/2005	928	1144	2º
09/09/2005	876	1142	
15/09/2005	870	2007	27º
	820	820	25º
	767	767	35º
03/03/2006	701	967	23º
15/03/2006	689	1458	17º
	670	670	8º
	670	670	28º
	670	670	1º
	670	670	2º
	670	670	3º
	670	670	5º
	670	670	6º
	670	670	7º
	670	670	8º
	670	670	9º
	670	670	10º
	670	670	11º
	670	670	12º
	670	670	13º

Ordem	Juiz Federal Substituto	Ingresso	Seção	Magistratura	
				Posse	Exercício
99	Roberto Luis Luchi Demo	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
100	Sabrina Ferreira Alvarez de M. AZevedo	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
101	Bruno Souza Savino	XI Concurso/TRF	BA	03/04/2006	03/04/2006
102	Pablo Zuniga Dourado	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
103	Gustavo André Oliveira dos Santos	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
104	Hugo Otávio Tavares Vilela	XI Concurso/TRF	GO	03/04/2006	03/04/2006
105	Dayse Starling Lima Castro	XI Concurso/TRF	MG	03/04/2006	03/04/2006
106	Heleno Bicalho	XI Concurso/TRF	MG	03/04/2006	03/04/2006
107	Flávio da Silva Andrade	XI Concurso/TRF	RO	03/04/2006	03/04/2006
108	Ana Paula Serizawa Silva Podedworny	XI Concurso/TRF	AM	03/04/2006	03/04/2006
109	Gustavo Soratto Uliano	XI Concurso/TRF	MG	03/04/2006	03/04/2006
110	Náiber Pontes de Almeida	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
111	Emília Maria Velano	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
112	George Ribeiro da Silva	XI Concurso/TRF	MA	03/04/2006	03/04/2006
113	Joaquim Lustosa Filho	XI Concurso/TRF	BA	03/04/2006	03/04/2006
114	Karin Almeida Weh	XI Concurso/TRF	BA	03/04/2006	03/04/2006
115	Henrique Gouveia da Cunha	XI Concurso/TRF	MG	03/04/2006	03/04/2006
116	Sergio Wolney de Oliveira Batista Guedes	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
117	Karine Costa Carlos	XI Concurso/TRF	BA	03/04/2006	03/04/2006
118	Ricardo Augusto Soares Leite	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
119	José Gutemberg de Barros Filho	XI Concurso/TRF	DF	03/04/2006	03/04/2006
120	Maurício Rios Júnior	XI Concurso/TRF	TO	03/04/2006	03/04/2006
121	Renata Mesquita Ribeiro Moreno	XI Concurso/TRF	DF	12/05/2006	12/05/2006
122	Fábio Stief Marmund	Concurso/TRF 3ª	BA	06/01/2006	06/01/2006
123	Paulo Alkmin Costa Júnior	Concurso/TRF 4ª	MG	08/05/2006	08/05/2006
124	Murilo Mendes	X Concurso/TRF	MT	23/10/2006	23/10/2006
125	Alaor Piacini	X Concurso/TRF	DF	23/10/2006	23/10/2006
126	Livia Cristina Marques Peres	X Concurso/TRF	AP	23/10/2006	23/10/2006
127	Camile Lima Santos	Concurso/TRF 3ª	MT	06/01/2006	06/01/2006
128	Raphael Cazelli de Almeida Carvalho	Concurso/TRF 4ª	MT	27/06/2002	27/06/2002
129	Rodrigo Esperança Borba	Concurso/TRF 2ª	MG	05/02/2004	05/02/2004
130	Flávio Marcelo Sérvio Borges	XI Concurso/TRF	GO	25/06/2007	25/06/2007
131	Ariane da Silva OlivEira	XI Concurso/TRF	GO	25/06/2007	25/06/2007
132	Eduardo Nunes Marques	XII Concurso/TRF	MG	25/06/2007	25/06/2007





TRF 1ª Região		Tempo	Classificação
Exercício	1ª Região	Juiz Federal Substituto	
	670	670	14º
	670	670	16º
	670	670	17º
	670	670	18º
	670	670	19º
	670	670	20º
	670	670	21º
	670	670	22º
	670	670	23º
	670	670	24º
	670	670	25º
	670	670	26º
	670	670	28º
	670	670	29º
	670	670	31º
	670	670	32º
	670	670	34º
	670	670	37º
	670	670	38º
	670	670	39º
	670	670	40º
	670	670	42º
	670	670	43º
	630	630	27º
26/09/2006	493	976	18º
27/09/2006	492	854	
	466	466	
	466	466	
	466	466	
24/11/2006	434	756	
18/12/2006	415	2046	30º
18/06/2007	227	1852	24º
	221	221	4º
	221	221	33º

Ordem	Juiz Federal Substituto	Ingresso	Seção	Magistratura	
				Posse	Exercício
133	Trícia de Oliveira Lima	XIIConcurso/TRF	MG	25/06/2007	25/06/2007
134	Alexandre Henry Alves	XIIConcurso/TRF	MG	25/06/2007	25/06/2007
135	Renata Cisne Cid Volotão	XIIConcurso/TRF	GO	25/06/2007	25/06/2007
136	Paulo Augusto Moreira Lima	XIIConcurso/TRF	GO	25/06/2007	25/06/2007
137	Gabriel Brum Teixeira	XIIConcurso/TRF	GO	25/06/2007	25/06/2007
138	Kepler Gomes Ribeiro	XIIConcurso/TRF	PA	25/06/2007	25/06/2007
139	Eduardo Pereira da Silva	XIIConcurso/TRF	GO	25/06/2007	25/06/2007
140	Marcos Antonio Garapa de Carvalho	XIIConcurso/TRF	BA	25/06/2007	25/06/2007
141	Sérgio de Norões Milfont Júnior	XIIConcurso/TRF	PA	25/06/2007	25/06/2007
142	Marcelo de Aguiar Machado	XIIConcurso/TRF	MT	25/06/2007	25/06/2007
143	Leonardo Augusto de Almeida Aguiar	XIIConcurso/TRF	PA	25/06/2007	25/06/2007
144	João Paulo Pirôpo de Abreu	XIIConcurso/TRF	BA	25/06/2007	25/06/2007
145	Carla Dumont Oliveira de Carvalho	XIIConcurso/TRF	MG	25/06/2007	25/06/2007
146	Eudóxio Cespedes Paes	XIIConcurso/TRF	BA	25/06/2007	25/06/2007
147	Eduardo Alves Fonte	XIIConcurso/TRF	MG	25/06/2007	25/06/2007
148	Marcel Peres de Oliveira	XIIConcurso/TRF	MT	25/06/2007	25/06/2007
149	Alcioni Escobar da Costa Alvim	XIIConcurso/TRF	AM	25/06/2007	25/06/2007
150	Igor Matos Araújo	XIIConcurso/TRF	BA	25/06/2007	25/06/2007
151	Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro	XIIConcurso/TRF	PA	25/06/2007	25/06/2007
152	Valmir Nunes Concursorado	XIIConcurso/TRF	GO	25/06/2007	25/06/2007
153	Rodrigo Vasconcelos Coêlho de Araújo	XIIConcurso/TRF	TO	25/06/2007	25/06/2007
154	Márcio de França Moreira	XIIConcurso/TRF	MT	25/06/2007	25/06/2007
155	Carina Cátia Bastos de Senna	XIIConcurso/TRF	PA	25/06/2007	25/06/2007
156	Luiz Eduardo Stancini Cardoso	XIIConcurso/TRF	RO	25/06/2007	25/06/2007
157	José Mauro Barbosa	XIIConcurso/TRF	RO	25/06/2007	25/06/2007
158	Isabela Guedes Dantas Carneiro	XIIConcurso/TRF	AP	25/06/2007	25/06/2007
159	José Renato Rodrigues	XIIConcurso/TRF	AP	25/06/2007	25/06/2007
160	Ana Paula Martini Tremarin	XIIConcurso/TRF	RR	25/06/2007	25/06/2007
161	Alex Schramm de Rocha	XIIConcurso/TRF	MA	25/06/2007	25/06/2007
162	Leonardo Augusto Nunes Coutinho	XIIConcurso/TRF	PI	25/06/2007	25/06/2007
163	Ênio Laércio Chappuis	Concurso/TRF 3ª	DF	10/06/2005	10/06/2005
164	Fábio Roque da Silva Araújo	Concurso/TRF 5ª	BA	14/03/2007	14/03/2007
165	Bruno Oliveira de Vasconcelos	Concurso/TRF 5ª	MG	14/03/2007	14/03/2007



TRF 1ª Região		Tempo	Classificação
Exercício	1ª Região	Juiz Federal Substituto	
	221	221	3º
	221	221	4º
	221	221	5º
	221	221	6º
	221	221	7º
	221	221	8º
	221	221	10º
	221	221	11º
	221	221	13º
	221	221	14º
	221	221	15º
	221	221	16º
	221	221	17º
	221	221	18º
	221	221	20º
	221	221	22º
	221	221	23º
	221	221	24º
	221	221	25º
	221	221	26º
	221	221	27º
	221	221	28º
	221	221	29º
	221	221	31º
	221	221	32º
	221	221	33º
	221	221	34º
	221	221	35º
	221	221	36º
	221	221	37º
	221	221	38º
06/08/2007	179	960	13º
17/09/2007	137	430	11º
07/01/2008	25	293	4º

(\*) A antiguidade é computada a partir do efetivo exercício nesta Região, consoante Resolução 020/TRF de 10 de dezembro de 1997.

(1) Antiguidade reconhecida por força da decisão Plenária Administrativa de 10 de novembro de 1994.



# Relação dos aprovados nos concursos públicos de juizes federais substitutos da Primeira Região

1991

## I Concurso

David Diniz Dantas, Maria Maura Martins Moraes Tayer, Edison Messias de Almeida, Paulo Fernando Silveira, Mônica Jacqueline Sifuentes, Pedro Braga Filho, Lonilda Maria Carneiro Pires, Solange Salgado da Silva. Maria de Fátima de Paula Pessoa Costa, Maria Divina Vitória, Renato Martins Prates, Marcus Vinicius Reis Bastos, Urbano Leal Berquó Neto, Marcos Augusto de Souza, Vallisney de Souza Oliveira, Rui Costa Gonçalves, Antônio Corrêa e Rubem Martinez Cunha.

1992

## II Concurso

Josuelito de Souza Brito, Nilza Maria Costa dos Reis, Reynaldo Soares da Fonseca, Euler de Almeida Silva Júnior, Maria Lúcia Gomes de Souza, Saulo José Casali Bahia, Leda Maria Soares Janot, Rosana Noya Alves Monteiro Franco, Vera Carla Nelson de Oliveira Cruz, Iran de Lima, Alexandre Malhado de Vasconcelos, Mônica Alves Aguiar da Silva Castro, Lincoln Rodrigues de Faria, Danilo José de Matos Cruz, Alexandre Jorge Fontes Laranjeira, José Manoel Viana de Castro Júnior, Fabiano de Cristo Cabral Rodrigues, Ricardo Gonçalves da Rocha Castro, Daniele Maranhão Costa Calixto, Augustino Lima Chaves, Marcelo Dolzany da Costa, Ciro Brandani Fonseca, Evandro Reimão dos Reis e Rubens Rollo D'Oliveira.

1992

## III Concurso

Flávio Dino de Castro e Costa, José Wilson Ferreira Sobrinho, Carlos Alberto Simões de Tomaz, José Augusto Torres Potiguar, Leonardo Buissa Freitas, José Henrique Guaracy Rebelo, Luiz Salomão Amaral Viana, Magnólia Silva da Gama e Souza, Pompeu de Sousa Brasil, Maria do Carmo Guerrieri Sabota Reis, Ivani Silva da Luz, Maria Edna Fagundes Veloso, Leão Aparecido Alves, José Carlos do Vale Madeira, Moacir Ferreira Ramos, João Guimarães Filho, Dervaldo de Figueiredo Bezerra Filho, Carlos D'Ávila Teixeira, Eduardo José Corrêa, Sidney Merhy Monteiro Peres, Constantino Alves de Oliveira e Carlos Roberto de Carvalho.

1993

## IV Concurso

Humberto Jacques de Medeiros, Ari Ferreira de Queiroz, Celso de Albuquerque Silva, Ney de Barros Helio Filho, João Carlos Mayer Soares, Itagiba Catta Preta Neto, Cynthia de Araújo Lima Lopes, Robério Nunes dos Anjos Filho, João Batista Ribeiro, Regina Coeli Medeiros de Carvalho Peixoto, Roberto Carvalho Veloso, Gilda Maria Carneiro Sigmarina Seixas, Kátia Balbino de Carvalho Ferreira, João Luiz Nogueira Matias, Andréa Lyrio de Souza Mayer Soares, Julier Sebastião da Silva e Hind Ghassan Kayath.

1996

## V Concurso

Abel Cardoso Morais, Luiz Praxedes Vieira da Silva, Itelmar Raydar Evangelista, Paulo Roberto Lyrio Pimenta, José Jairo Gomes, Antônio Oswaldo Scarpa, Marcos César Romeira Moraes, Guilherme Fabiano Julien de Rezende, Carlos Augusto Pires Brandão, Jesus Crisóstomo de Almeida, Maria Helena Carreira Alvim Ribeiro, Alderico Rocha Santos, César Augusto Bearsi, Guilherme Mendonça Dohler, Manoel José Ferreira Nunes, Auristela Oliveira Reis, Jaime da Costa Castro, Suélvia dos Santos Reis, Avio Mozar José Ferraz de Novaes, Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes, Ramon Tácio de Oliveira, Jorge Luiz Girão Barreto, Marcelo Velasco N. Albernaz, Simone dos Santos Lemos, Anselmo Gonçalves da Silva, Marineli Rodrigues de Paiva, André Gonçalves de Oliveira, Luiz Cláudio de Souza Fontes, Vanila Cardoso André, Edvaldo de Oliveira Fernandes, Olho, André Prado de Vasconcelos, Jefferson Schneider, César Antônio Ramos e Jaiza Maria Pinto Fraxe.

1997

## VI Concurso

David Wilson de Abreu Pardo, Silvio César Arouck Gemaque, José Carlos Machado Júnior, Juliano Taveira Bernardes, Carlos Augusto Torres Nobre, Eduardo Morais da Rocha, Pedro Alberto Pereira de Mello Calmon Holliday, Rosimayre Gonçalves de Carvalho, José Pires da Cunha, César Cintra Fonseca, Claudia Maria Resende Neves Guimarães, Sidiny Garcia Filho, Silvia Elena Petry, Adriano Luisa Vieira Trindade, Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves, Lelis Gonçalves Souza, Rogéria Maria Castro Debell, João Batista Brito Osório, Clemencia Maria Almada Lima de Angelo, Vera Maria Louzada Velloso. Mark Yshida Brandão, Cláudio José Coelho, Maizia Seal Carvalho Pamponet, José Magno Linhares Moraes, Luciana Pinheiro Costa, Rafael Paulo So-

ares Pinto, Nelson Loureiro dos Santos, Boaventura João Andrade, Pedro Francisco da Silva, Lana Ligia Gallate, Clodomir Sebastião Reis, Silvio Coimbra Mourthe, Antônio Daniel de Oliveira, Denise Dias Dutra Drumond, Murilo Fernandes de Almeida, Paulo Ernane Moreira Barros, Márcio Braga Magalhães, Arali Maciel Duarte, Carlos Roberto Alves dos Santos, José Humberto Ferreira, Grigório Carlos dos Santos, Diógenes Tarcísio Marcelino Teixeira, Marcelo Carvalho Cavalcante de Oliveira, Francisco Luis Alves, Ednamar Silva Ramos, Helder Girão Barreto, Francisco Martins Ferreira, Anamaria Reys Resende. Iran Esmeraldo Leite, Cláudia Oliveira da Costa Tourinho, Regina Maria de Souza Torres e João Bosco Costa Soares da Silva.

1998

## VII Concurso

Márcio Barbosa Maia, Cristiane Miranda Botelho, Sandro Helano Soares Santiago, Carlos Geraldo Teixeira, José Parente Pinheiro, João Batista de Castro Júnior, Lília Botelho Neiva Milhomens, Ricardo Felipe Rodrigues Macieira, Sérgio Santos Melo, Hermes Gomes Filho, Adriana Alves dos Santos Cruz, Osmar Vaz de Mello da Fonseca Júnior, Adverci Rates Mendes de Abreu, Cloves Barbosa de Siqueira, Márcio Flávio Mafra Leal, José Godinho Filho, Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, José Alexandre Franco, Rodrigo Navarro de Oliveira, José Cardoso Lopes, Daniel Santos Rocha Sobral, Dimis da Costa Braga, Jair Araújo Facundes, Edison Moreira Grillo Júnior, Paulo César Alves Sodré, Osmane Antônio dos Santos, Geraldo Magela e Silva Meneses, Wellington Cláudio Pinho de Castro, Ronaldo Santos de Oliveira, Ronaldo Castro Destêro e Silva, Antônio Francisco do Nascimento, Reginaldo Márcio Pereira, Selmar Saraiva da Silva, Agliberto Gomes Machado, Carlos Eduardo Castro Martins, Amaury Silveira Martins, Guilherme Jorge de Resende Brito, Edmar Lima Trigueiro, Carmen Elizângela Dias Moreira, Lucas Rosendo Máximo de Araújo, Marcelo Motta de Oliveira, Eduardo Luiz Rocha Cubas, Francisco Alexandre Ribeiro.

2001

## VIII Concurso

Ivo Anselmo Hohn Junior, Joao Carlos Cabrelon de Oliveira, Dyane de Azevedo Biao de Souza, Cleberson Jose Rocha, Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo, Carlos Henrique Borlido Haddad, Fabio Moreira Ramiro, Jacques de Queiroz Ferreira, Ubirajara Teixeira, Atanair Nasser Ribeiro Lopes, Claudia Aparecida Salge, Francisco de Assis Garces Castro Junior, Marcio Luiz Coelho de Freitas, Elisio Nascimento Batista Junior, Luiz Antonio Ribeiro da Cruz, Fabiola Bernardi, Durval Carneiro Neto, Antonio Carlos Almeida Campelo e Herculano Martins Nacif.

2002

## IX Concurso

Nazareno Cesar Moreira Reis, Cristiano Miranda de Santana, Anna Cristina Rocha Goncalves Lopes, Fabio Rogério Franca Souza, Jose Valterson de Lima, Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, Sandra Lopes dos Santos, Daniela Zarzar Pereira de Melo, Ivanir César Ireno Junior, Lincoln Pinheiro Costa, Arthur Napoleão Teixeira Filho, Paula Emilia Moura Aragão, Marcelo Rebello Pinheiro, Leandro Saon da Conceição Bianco, Aníbal Magalhães da Cruz Matos, Karine Borges Goulart, Jose Baptista de Almeida Filho Neto, Gabriela de Alvarenga Silva Murta, Roberto Carlos de Oliveira, João César Otoni de Matos, Jose Airton de Aguiar Portela, Regis de Souza Araújo, Alexandre Buck Medrado Sampaio, Eduardo Gomes Carqueija, Marcoantonio Barros Guimarães, Renato Grizotti Junior, Neian Milhomem Cruz, Sergio Fiuza Tahim de Sousa Brasil, Regivano Fiorindo, Gustavo Moreira Mazzilli, Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza, Marcos Alves Tavares, Warney Paulo Nery Araujo, Clorisvaldo Rodrigues dos Santos, Ruy Dias de Souza Filho, Ronald de Carvalho Filho, Leonardo Jube de Moura, Mauro Rezende de Azevedo, Rodrigo de Godoy Mendes,

Brunno Christiano Carvalho Cardoso, Alexandre Assunção e Silva, Bruno Augusto Santos Oliveira, Daniela Paulovich de Lima, Geneviève Grossi Orsi, Arthur Pinheiro Chaves, Raquel Soares Chiarelli, Paulo José Rocha Junior, Giovanni Morgan, André Dias Fernandes, Rogério Volpatti Polezze, Fabiano Verli e Luciana Laurenti Gheller, Nazareno César Moreira Reis, Cristiano Miranda de Santana, Anna Cristina Rocha Gonçalves Lopes, Fabio Rogério Franca Souza, Jose Valterson de Lima, Marcelo Eduardo Rossitto Bassetto, Sandra Lopes dos Santos, Daniela Zarzar Pereira de Melo, Ivanir César Ireno Junior, Lincoln Pinheiro Costa, Arthur Napoleão Teixeira Filho, Paula Emilia Moura Aragao, Marcelo Rebello Pinheiro, Leandro Saon da Conceição Bianco, Anibal Magalhaes da Cruz Matos, Karine Borges Goulart, Jose Baptista de Almeida Filho Neto, Gabriela de Alvarenga Silva Murta, Roberto Carlos de Oliveira, Joao Cesar Otoni de Matos, Jose Airton de Aguiar Portela, Regis de Souza Araujo, Alexandre Buck Medrado Sampaio, Eduardo Gomes Carqueija, Marcoantonio Barros Guimaraes, Renato Grizotti Junior, Neian Milhomem Cruz, Sergio Fiuza Tahim de Sousa Brasil, Regivano Fiorindo, Gustavo Moreira Mazzilli, Wesley Wadim Passos Ferreira de Souza, Marcos Alves Tavares, Warney Paulo Nery Araujo, Clorisvaldo Rodrigues dos Santos, Ruy Dias de Souza Filho, Ronald de Carvalho Filho, Leonardo Jube de Moura, Mauro Rezende de Azevedo, Rodrigo de Godoy Mendes, Brunno Christiano Carvalho Cardoso, Alexandre Assuncao E Silva, Bruno Augusto Santos Oliveira, Daniela Paulovich de Lima, Genevieve Grossi Orsi, Arthur Pinheiro Chaves, Raquel Soares Chiarelli, Paulo Jose Rocha Junior, Giovanni Morgan, Andre Dias Fernandes, Rogerio Volpatti Polezze, Fabiano Verli e Luciana Laurenti Gheller.

2004

## X Concurso

Carlos Bruno Ferreira da Silva, Marcio Jose de Aguiar Barbosa, Candice Lavocat Galvao Jobim, Marcos Silva Rosa, Newton Pereira Ramos Neto, Leonardo Estevam de Assis



Zanini, Cristiane Pederzolli Rentzsch, Alexandre Ferreira Infante Vieira, Jose Marcio da Silveira e Silva, Daniel Carneiro Machado, João Pedro Ayrimoraes Soares Junior, Waldemar Claudio de Carvalho, Daniel Castelo Branco Ramos, Pollyanna Kelly Maciel Medeiros Martins Al, Marília Gurgel Rocha de Paiva, Emilson da Silva Nery, Gilton Batista Brito, Pedro Pereira Pimenta, Eduardo Henrique Lauar Filho, Vanessa Curti Perenha Gasques, Felini de Oliveira Wanderley, Hallison Rego Bezerra, Jader Alves Ferreira Filho, Raquel Vasconcelos Alves de Lima, Olivia Merlin Silva, Valter Leonel Coelho Seixas, Karley Correa da Silva, Ademar Aires Pimenta da Silva Flavio Bhering Leite Praca, Maria da Penha Gomes F Meneses, Rodrigo Pinheiro do Nascimento, Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira, Rafael Webber, Jose Alexandre Essado e Mei Lin Lopes Wu Bandeira.

2005

## XI Concurso

Ana Carolina Dias Lima Fernandes, Alysso Maia Fontenele, Paulo Ricardo de Souza Cruz, Flavio Marcelo Servio Borges, Lucyana Said Daibes Pereira, Fernando Cleber de Araujo Gomes, Maria Cecilia de Marco Rocha, Marina Rocha Cavalcanti Barros, Leonardo Tochetto Pauperio, Natalia Floripes Diniz, Marcio Sa Araujo, Tales Krauss Queiroz, Marcelo Meireles Lobao, Rosmar Antonni Rodrigues Cavalcanti de Alencar, Carlos Alberto Navarro Perez, Roberto Luis Luchi Demo, Sabrina Ferreira Alvarez de Moura Azevedo, Bruno Souza Savino, Pablo Zuniga Dourado, Gustavo Andre Oliveira dos Santos, Hugo Otavio Tavares Vilela, Dayse Starling Lima Castro, Heleno Bicalho, Flavio da Silva Andrade, Ana Paula Serizawa Silva Podedworny, Gustavo Soratto Uliano, Renata Mesquita Ribeiro Moreno, Naiber Pontes de Almeida, Emilia Maria Velano, Jose Donato de Araujo Neto, George Ribeiro da Silva, Joaquim Lustosa Filho, Ariane da Silva Oliveira, Karin Almeida Weh, Aurea Regina Socio de Queiroz Ramim, Rodrigo Reiff Botelho, Henrique Gouveia da Cunha, Sergio Wolney de Oliveira Batista Guedes, Kari-

ne Costa Carlos, Ricardo Augusto Soares Leite, Dartanhan Vercingetorix de Araujo e Rocha, Jose Gutemberg de Barros Filho e Mauricio Rios Junior.

2006

## XII Concurso

Ricardo Rage Ferro, Marcelo Antonio Cesca, Eduardo Nunes Marques, Tricia de Oliveira Lima, Alexandre Henry Alves, Renata Cisne Cid, Paulo Augusto Moreira Lima, Gabriel Brum Teixeira, Rholden Botelho de Queiroz, Kepler Gomes Ribeiro, Eduardo Pereira da Silva, Gabriel Jose Queiroz Neto, Marcos Antonio Garapa de Carvalho, Sergio de Noroes Milfont Junior, Marcelo Aguiar Machado, Leonardo Augusto de Almeida Aguiar, Joao Paulo Piropo de Abreu, Carla Dumont Oliveira, Fabio Roque da Silva Araujo, Eudoxio Cespedes Paes, Paulo Cesar Lopes, Eduardo Alves Fonte, Marcel Peres de Oliveira, Alcioni Escobar da Costa Alvim, Igor Matos Araujo, Bernardo Lima Vasconcelos Carneiro, Valmir Nunes Conrado, Rodrigo Vasconcelos Coelho de Araujo, Marcio de Franca Moreira, Luciana Cunha Villar, Carina Catia Bastos de Senna, Luiz Eduardo Stancini Cardoso, Jose Mauro Barbosa, Isabela Guedes Dantas Carneiro, Jose Renato Rodrigues, Ana Paula Martini Tremarin, Alex Schramm de Rocha e Leonardo Augusto Nunes Coutinho.

# Linha do tempo

A Justiça Federal no Contexto do Bicentenário  
do Judiciário Independente no Brasil





## PERÍODO COLONIAL



Alvará Régio que regula a Casa de Suplicação do Brasil.

- ♦ Chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 22 de janeiro.
- ♦ Criação da Mesa do Desembargo do Paço pelo Decreto de 21 de abril.
- ♦ O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro foi elevado à Casa de Suplicação do Brasil, primeiro órgão de cúpula da Justiça brasileira, composto por 74 juizes, instituído pelo Príncipe Regente D. João mediante Alvará Régio de 10 de maio.

**1808**



Chegada da Família Real portuguesa à Bahia – Portinari, 1952.

- ♦ Declaração de Independência do Paraguai, em 14 de maio.

**1811**

- ♦ Nomeação de Dom Pedro, filho de D. João VI, Regente do Brasil, em 22 de abril.

**1821**

**1809**

- ♦ Declaração de Independência da Bolívia, em 16 de julho.

**1810**

- ♦ Declaração de Independência da Argentina, em 25 de maio.

**1815**

- ♦ Elevação do Brasil a Reino Unido.



Carta-Lei que eleva o Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves – Arquivo Nacional, 1952.

**1822**

- ♦ Independência do Brasil, em 7 de setembro.



Aclamação de Dom Pedro I – Jean Baptiste Debret, 1848.



Independência do Brasil – François-René Moreaux, 1844.



## PERÍODO IMPERIAL



Dom Pedro I – Simplício Rodrigues de Sá, 1839.

- ♦ Outorgada, em 25 de março, a Constituição Política do Império do Brasil (1ª Constituição do país) pelo Imperador D. Pedro I.

**1824**



Constituição do Império do Brasil de 1824.

- ♦ Declaração de Independência do Uruguai, em 25 de agosto.

**1825**

- ♦ Na França, no período de 27 a 30 de julho, ocorre a Revolução de Julho, pondo fim ao absolutismo.

**1830**

**1827**

- ♦ Criação dos Cursos Jurídicos no Largo de São Francisco, em São Paulo e Olinda, em 11 de agosto, pela Lei 1.827.



Fachada da Faculdade de Direito de Olinda (Convento de São Bento).

**1828**

- ♦ O Supremo Tribunal de Justiça (sucessor da Casa de Suplicação), previsto na Carta Imperial, foi regulamentado pela Lei Imperial de 18 de setembro e instalado em 1º de janeiro de 1829, com 17 juizes. A extinção da Casa de Suplicação só ocorreu efetivamente em 1833.
- ♦ Lei de 22 de setembro extinguiu os Tribunais do Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens.
- ♦ Lei de 1º de outubro destituiu das funções judicantes as câmaras municipais.



Fachada da Faculdade de Direito de São Paulo (Largo de São Francisco).



Coroação de Dom Pedro II – Jean Baptiste Debret.

- ♦ É declarada a maioria de Dom Pedro II, filho de D. Pedro I, em 23 de julho, encerrando-se o período regencial.

**1840**

- ♦ Ascensão de Dom Pedro II ao trono, em 18 de julho.

**1841**



Lei Áurea – 1888.

- ♦ Abolição da escravatura, pela Lei Áurea, em 13 de maio.

**1888**

**1831**

- ♦ Em 7 de abril D. Pedro I abdica ao trono do Brasil e se inicia o período regencial.



Dom Pedro II com 5 anos de idade – Simplício Rodrigues de Sá.

**1864**

- ♦ Início da Guerra do Paraguai em dezembro, que se estendeu até 1870.



Obra Combate Naval do Riachuelo – Victor Meirelles, 1872.



## PERÍODO REPUBLICANO REPÚBLICA VELHA (1889 A 1930)



Proclamação da República, na Praça da Aclamação, hoje Praça da República.

- ♦ Proclamação da República em 15 de novembro, pelo Marechal Teodoro da Fonseca – Decreto 1.

**1889**

- ♦ Promulgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil (2ª constituição do país), que estabeleceu eleições diretas, o regime federativo e regulou o Supremo Tribunal Federal.
- ♦ Inaugurado, em 28 de fevereiro, o Supremo Tribunal Federal, conforme o Decreto 1, de 26 de fevereiro.

**1891**



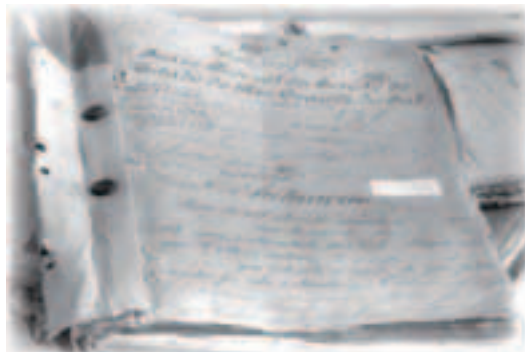
Capa da Primeira Constituição da República Federativa do Brasil.

**1890**

- ♦ Criação da Justiça Federal. O Decreto-Lei 848, de 11 de outubro, organiza a Justiça Federal, cria o Supremo Tribunal Federal e, em cada estado da Federação, uma seção judicial e um juiz de seção e estabelece a dupla jurisdição como uma base da organização judiciária da União.



Rui Barbosa.



Primeiro processo autuado na Justiça Federal em 20 de agosto de 1890.

**1894**

- ♦ Prudente de Moraes, em 15 de novembro, primeiro civil Presidente da República.
- ♦ A lei 221 regulamentou o funcionamento da Justiça Federal, composta pelos juízes de seção e pelo Supremo Tribunal Federal.



Presidente Prudente de Moraes –  
Ilustração Jornal A Semana/RJ, 1899.





<http://www.gutenberg.org/files/16960/16960-h/images/436.jpg>



♦ O Decreto 3.084, de 5 de novembro, aprova a consolidação das leis referentes à Justiça Federal.

**1898**

♦ Quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 24 de outubro.

**1929**

**1914**

♦ Início da Primeira Guerra Mundial, em 28 de julho, que se estendeu até 11 de novembro de 1918.

**1917**

♦ Revolução Soviética, em 7 de novembro.

**1919**

♦ Fundação da Liga das Nações – órgão antecessor da ONU, em 28 de junho.

**1922**

♦ Semana de Arte Moderna

**1926**

♦ A Reforma Constitucional abriu a possibilidade de intervenção federal nos estados nos casos em que a independência dos Poderes esteja ameaçada. Estenderam-se aos juízes estaduais as garantias da magistratura federal. Limitou o alcance da aplicação do *habeas corpus*.



Cartaz da Semana de Arte Moderna.

## ERA VARGAS (1930 A 1945)



Getúlio Vargas na instalação da Assembléia Constituinte de 1934.

- ♦ Eclode a Revolução de 3 de outubro. Getúlio Vargas assume o Governo Provisório. (Decreto 19.398, de 11 de novembro)
- ♦ Houve séria intervenção na Justiça Federal com a proibição da apreciação judicial dos decretos e atos do Governo Provisório. (Decreto 19.408, de 19 de novembro)

**1930**

- ♦ A Constituição de 1934 alterou a denominação constitucional do Supremo Tribunal Federal, passando a designá-lo Corte Suprema. Com o advento da Carta de 1937, restabeleceu-se a anterior denominação.
- ♦ Promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (3ª constituição do país), que inaugurou o mandato de segurança e estabeleceu importantes garantias sociais e institucionais.

**1934**

- ♦ Em 1º de setembro, teve início a Segunda Guerra Mundial, que durou até 2 de setembro 1945.

**1939**

- ♦ Criação da Organização das Nações Unidas – ONU, em 24 de outubro.
- ♦ Abolido o Estado Novo em 29 de outubro, convocaram-se novas eleições para o Congresso Nacional com poderes constituintes. O país foi governado por magistrados, em todas as instâncias, enquanto os novos eleitos não tomassem posse. Começava, assim, a redemocratização do país.

**1945**

**1932**

- ♦ Instituição do Código Eleitoral, que introduz o voto secreto e o voto feminino (Decreto 21.076, de 24 de fevereiro).



O povo e o Estado Novo.

**1937**

- ♦ Após um golpe de estado, Getúlio Vargas implantou o Estado Novo e outorgou a Constituição dos Estados Unidos do Brasil (4ª constituição do país), que suspendeu as constituições estaduais e extinguiu a Justiça Federal.
- ♦ O Decreto-Lei 6, de 16 de novembro, regulamentou a extinção da Justiça Federal. Os processos foram redistribuídos à Justiça Comum, na qual passaram a atuar os juízes federais. Os servidores foram colocados à disposição.



Getúlio Vargas lê a Constituição do Estado Novo por ele outorgada em 1937.

**1942**

- ♦ Ingresso do Brasil na Segunda Guerra Mundial.



Estampa comemorativa da ida das Forças Expedicionárias à Itália para lutar ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial.





## REPÚBLICA NOVA (1946 A 1964)



Sede do Tribunal Federal de Recursos.

- ♦ Promulgação da Constituição dos Estados Unidos do Brasil (5ª constituição do país), que restabelece as garantias institucionais e da democracia.
- ♦ A Constituição, no art. 94, II, cria o Tribunal Federal de Recursos, fazendo com que, ao menos em 2º grau, a Justiça Federal voltasse a se especializar. A primeira instância continuou extinta.

**1946**

- ♦ Revolução cubana, em 1º de janeiro.

**1959**



Manchete sobre a renúncia do então presidente Jânio Quadros do Jornal Folha de São Paulo.

- ♦ Renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto.
- ♦ Instauração do parlamentarismo no Brasil, em 2 de setembro.

**1961**

**1954**

- ♦ Suicídio do Presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto.



Manchete sobre o suicídio do presidente Getúlio Vargas do Jornal Última Hora.

**1960**

- ♦ Inauguração de Brasília, em 21 de abril.



O presidente Juscelino Kubitschek em solenidade na inauguração de Brasília.

**1963**

- ♦ Em 7 de janeiro, o Brasil realiza plebiscito que acarreta o retorno do presidencialismo. Emenda Constitucional 6, de 23 de janeiro de 1963.



## REGIME MILITAR (1964 A 1985)



Tropas militares em Brasília, depois do Golpe de 1964.

- ♦ Movimento militar estabeleceu o AI-1 e fechou o Congresso Nacional.

**1964**



- ♦ Lei 5.010, de 30 de maio, considerada a Lei Orgânica da Magistratura Federal, organizou a Justiça Federal de primeira instância e criou, vinculado ao Tribunal Federal de Recursos, o Conselho da Justiça Federal, ao qual coube a supervisão administrativa da Justiça Federal em todo o país.

**1966**

- ♦ Decretação do AI-5, que autorizou a Presidência da República a decretar recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos e suspender a garantia do *habeas corpus*.
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado do Pará, em 14 de março (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, em 6 de maio (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado do Piauí, em 29 de maio (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado do Acre, em 30 de maio (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado de Goiás, em 26 de junho (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, em 13 de dezembro (criada pela Lei 5.010/1966).

**1968**



Pará



Maranhão



Piauí



Acre



Goiás



Mato Grosso

**1965**

- ♦ O AI-2, de 27 de outubro, e a Emenda Constitucional 16 alteraram dispositivos constitucionais, recriando a Justiça Federal de primeira instância.



Distrito Federal



Amazonas



Bahia



Minas Gerais

**1967**

- ♦ Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (6ª constituição do país) em 24 de janeiro.
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Distrito Federal, em 23 de maio – primeira Seção a ser instalada no território brasileiro (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, em 19 de setembro (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado da Bahia, em 29 de setembro (criada pela Lei 5.010/1966).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, em 26 de outubro (criada pela Lei 5.010/1966).

**1969**

- ♦ A Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro, altera substancialmente a Constituição Federal de 1967.
- ♦ Decretação da nova Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 898, de 29 de novembro), que instituiu a pena de morte no Brasil.



Seção de Documentos Audiovisuais do Senado Federal

Aprovação do divórcio coroou a luta de 26 anos do Senador Nelson Carneiro.

- ♦ Primeiro concurso público para juízes federais após a Lei 5.010/1966.

**1971**

- ♦ Introdução do divórcio na legislação civil. (Lei 6.515, de 26 de dezembro).

**1977**

- ♦ Realização de eleições diretas para governadores, prefeitos, deputados e senadores.

**1982**

- ♦ Fim do período militar, em 15 de março.

**1985**

**1973**

- ♦ Primeira crise do petróleo, em 23 de dezembro.

**1979**

- ♦ Início da segunda crise do petróleo, em maio.
- ♦ Extinto o bipartidarismo no Brasil e promulgada a Lei da Anistia (Lei 6.683, de 28 de agosto).
- ♦ A Lei Orgânica da Magistratura Nacional – Loman é editada em 14 de março (Lei complementar 35, de 24 de março).

**1983**

- ♦ Campanha “Diretas já!” ganha o país inteiro, mas as eleições para a Presidência da República continuam indiretas.
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, em 22 de abril de 1983 (criada pela Lei 5.010/1966, extinta pela Lei 5.677/1971 e recriada pela Lei 7.030/1982).



Rondônia



Manifestação pelas “Diretas Já” na Praça da Candelária – RJ.

## NOVA REPÚBLICA (1985 AOS DIAS ATUAIS)

- ♦ Promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (7ª constituição do país), que ficou conhecida como Constituição Cidadã.
- ♦ Instalação da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, 22 de abril de 1988 (criada pela Lei 7.631, de 17 de novembro de 1987).
- ♦ A constituição de 1988 ampliou as competências da Justiça Federal, extinguiu o Tribunal Federal de Recursos e criou o Superior Tribunal de Justiça e os cinco Tribunais Regionais Federais hoje existentes.
- ♦ A Primeira Região abrangeu os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima, Tocantins e o Distrito Federal.

**1988**

Foto: Câmara dos Deputados



Promulgação da Constituição Federal de 1988, a "Constituição Cidadã".



Capa do primeiro processo do TRF 1ª Região.



Primeira Sessão Solene do TRF 1ª Região.

- ♦ Instalação da Subseção Judiciária de Santarém/PA, em 27 de outubro de 1995 (criada pela Lei 7.583, de 6 de janeiro de 1987).
- ♦ Instalação da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, em 7 de dezembro (criada pela Lei 7.631, de 17 de novembro de 1987).
- ♦ Na Primeira Região, em busca de se prestar tutela jurisdicional mais célere, houve julgamentos, com início em 1994, em sistema de esforço concentrado, ou mutirão, de 82% dos processos distribuídos nas cinco maiores Seccionais.
- ♦ Inauguração do Memorial do TRF 1ª Região, em 12 de dezembro.

**1995**

**1987**

- ♦ Instalação da Subseção Judiciária de Uberaba/MG, em 2 de maio (criada pela Lei 7.583, de 6 de janeiro de 1987).
- ♦ Instalação da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA, em 5 de junho (criada pela Lei 7.583/1987).
- ♦ Instalação da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, em 20 de junho (criada pela Lei 7.583/1987).

**1989**

- ♦ Em 15 de novembro, ocorre a primeira eleição direta para a Presidência da República após o fim do regime militar (Lei 7.773, de 8 de junho).
- ♦ Instalação do Superior Tribunal de Justiça (Lei 7.746, de 30 de março), em 7 de abril.
- ♦ O TRF 1ª Região é instalado em 30 de março, composto por 18 juizes federais. Houve, num primeiro momento, a preocupação em compor seus órgãos julgadores e organizar seus serviços, para rapidamente iniciar o julgamento dos processos recebidos.

**1992**

- ♦ Promulgada a Lei da Improbidade Administrativa (Lei 8.429, de 2 de junho).
- ♦ Impedimento (*impeachment*) do Presidente Fernando Collor de Mello, em 2 de outubro.
- ♦ Instalação definitiva da Seção Judiciária do Estado do Amapá, em 22 de maio de 1992 (criada pela Lei 5.010/1966, instalada em 15 de agosto de 1968, extinta pela Lei 5.677, de 19 de setembro de 1971, recriada pela Lei 8.251, de 24 de outubro de 1991).
- ♦ Instalação definitiva da Seção Judiciária do Estado de Roraima, em 15 de maio de 1992 (criada pela Lei 5.010/1966, instalada em 19 de outubro de 1968, extinta pela Lei 5.677/1971, recriada pela Lei 8.251/1991).
- ♦ Instalação da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, em 8 de maio de 1992 (criada pela Lei 5.010/1966, extinta pela Lei 5.677/1971, recriada pela Lei 8.251/1991).

**1996**

- ♦ Instalação da Subseção Judiciária de Marabá/PA, em 21 de junho de 1996 (criada pela Lei 7.631, de 17 de novembro de 1987).



Amapá

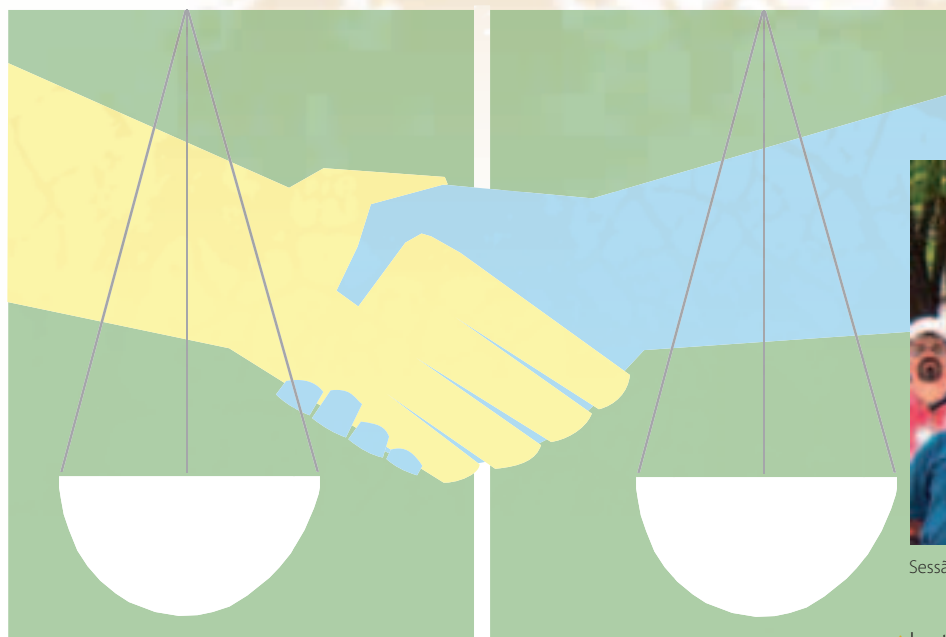


Roraima



Tocantins





Sessão Solene de Inauguração do Juizado Especial itinerante.

- ♦ Após quatro anos de negociações com o Congresso Nacional, na busca do atendimento à demanda, a Lei 9.642, de 22 de maio de 1988, criou mais 35 varas na Primeira Região.

**1998**

- ♦ O segundo grau precisa acompanhar o crescimento da primeira instância. A Lei 9.967, de 10 de maio de 2000, amplia a composição do TRF 1ª Região para 27 juízes, posteriormente denominados desembargadores federais (Portaria 459 de 25 de junho de 2002).

**2000**

- ♦ Instituído o novo Código Civil (Lei 10.406, de 10 de janeiro).
- ♦ Início da implantação do Juizado Especial Federal na Primeira Região. O primeiro funcionamento de Vara de JEF ocorreu em 26 de março, na Seção Judiciária do Estado da Bahia.
- ♦ Em agosto iniciam-se os primeiros Juizados Especiais Federais itinerantes, investindo-se efetivamente na democratização do acesso à Justiça.

**2002**

**1997**

- ♦ Emenda Constitucional 16, de 5 de junho, autoriza reeleição do chefe do Poder Executivo em todos os âmbitos.

**1999**

- ♦ A Emenda Constitucional 22, de 18 de março, introduziu a possibilidade de lei federal dispor sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal.
- ♦ A Lei 9.788, de 19 de fevereiro de 1999, criou mais 18 varas na Primeira Região, sendo nove especializadas em execução fiscal.
- ♦ Implantação do protocolo descentralizado na Justiça Federal da Primeira Região, com recebimento de petições destinadas ao TRF em todas as Seções e Subseções da Primeira Região, com protocolo eletrônico unificado e utilização de código de barras (Resolução 9 de 17 de junho de 1999).

**2001**

- ♦ A Lei 10.259, de 12 de julho, cria o Juizado Especial Federal, destinado ao processamento e julgamento, de forma célere e simplificada, das causas cíveis cujo valor não exceda a 60 salários mínimos e das causas criminais que tratem de delitos com menor potencial ofensivo.
- ♦ Implantação do e-Proc – Sistema de Transmissão Eletrônica de Atos Processuais – no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da Primeira Região (Portaria/Diges/Presi 820 de 12 de novembro de 2001).

**2003**

- ♦ A Lei 10.772, de 21 de novembro, criou 183 novas varas federais (59 para a Primeira Região), destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação de varas de JEF.
- ♦ Dentro do projeto das varas itinerantes, foi realizado, em nível nacional, o mutirão “Uma Justiça para Todos”; no TRF 1ª Região, o mutirão foi realizado em 10 das 14 Seções Judiciárias, com a participação de 20 juízes e 114 servidores.
- ♦ A Resolução 600-19 de 18 de dezembro do Tribunal Regional Federal da Primeira Região autorizou, após realizar projeto piloto na Seção Judiciária do Distrito Federal, a implantação das varas virtuais nas Seções Judiciárias dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Piauí, Roraima, Rondônia e Tocantins.



- ♦ A Emenda Constitucional 45, de 30 de dezembro, criou o Conselho Nacional de Justiça, instalado em 14 de junho de 2005.
- ♦ Início do funcionamento da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.
- ♦ Instalação de 18 varas decorrentes da Lei 10.772/2003 (17 varas de JEF nas capitais e a Vara de Tabatinga/AM, com a respectiva Subseção Judiciária).

## 2004

### 2005

- ♦ São instaladas 22 varas decorrentes da Lei 10.772/2003. Quatro foram instaladas nas capitais e as demais nas Subseções Judiciárias de Barreiras/BA, Campo Formoso/BA, Feira de Santana/BA, Juazeiro/BA, Anápolis/GO, Luziânia/GO, Caxias/MA, Lavras/MG, Montes Claros/MG, Passos/MG, Patos de Minas/MG, Pouso Alegre/MG, São Sebastião do Paraíso/MG, Varginha/MG, Cáceres/MT, Altamira/PA e Picos/PI.

### 2006

- ♦ Lei 11.419, de 19 de dezembro, dispõe sobre a informatização do processo judicial.
- ♦ Instalação de 19 varas decorrentes da Lei 10.772/2003, nas cidades de Eunápolis/BA, Guanambi/BA, Itabuna/BA, Jequié/BA, Paulo Afonso/BA, Vitória da Conquista/BA, Aparecida de Goiânia/GO, Rio Verde/GO, Rondonópolis/MT, Sinop/MT, Divinópolis/MG, Governador Valadares/MG, Ipatinga/MG, São João del-Rei/MG, Sete Lagoas/MG, Castanhal/PA e Ji-Paraná/RO.
- ♦ Assinado o contrato com o escritório de arquitetura e urbanismo de Oscar Niemeyer para a elaboração do projeto da nova sede do TRF 1ª Região.



A Desembargadora Federal Assusete Magalhães assina o contrato com o escritório de arquitetura e urbanismo de Oscar Niemeyer.



Aparelho de Biometria.



Implementação do *Diário Eletrônico da Justiça Federal da Primeira Região*.



A Desembargadora Federal Assuete Magalhães envia ao STF o primeiro Recurso Extraordinário do TRF 1ª Região.



Selo comemorativo ao lançamento do Protocolo Postal da Justiça Federal da Primeira Região.

- ♦ Certificação digital é realidade na Justiça Federal.
- ♦ Início do encaminhamento de recurso extraordinário eletrônico ao STF.
- ♦ Implantação, em 26 de novembro, da Universidade Corporativa do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.
- ♦ Resolução 600-011/2007 do TRF 1ª Região institui o *Diário Eletrônico da Justiça Federal da Primeira Região*.
- ♦ A Resolução 600-012 de 8 de outubro implantou o protocolo postal de petições e recursos na Primeira Região.
- ♦ Assinatura do contrato com o consórcio vencedor da licitação para a construção da nova sede do TRF 1ª Região.

## 2007



Solenidade de assinatura do contrato para a construção da nova sede com o consórcio vencedor da licitação.



## 2008

- ♦ 200 anos do Judiciário independente no Brasil, representados pelos órgãos de cúpula: a Casa de Suplicação do Brasil (Colônia), o Supremo Tribunal de Justiça (Império) e o Supremo Tribunal Federal (República).
- ♦ A Justiça Federal da Primeira Região é composta atualmente por 14 Seções Judiciárias, 42 Subseções, 194 varas (145 nas capitais e 49 no interior), 27 desembargadores federais, 194 cargos de Juiz Federal Substituto, 958 cargos efetivos no Tribunal e 5.136 cargos efetivos na primeira instância.
- ♦ Início da construção da nova sede do TRF 1ª Região.
- ♦ Instalação do Projeto de Conciliação referente à ações previdenciárias em grau de recurso no TRF 1ª Região.



Solenidade realizada por ocasião do início da construção da nova Sede.



Solenidade de instalação do Projeto de Conciliação em ações previdenciárias.

### Fontes de pesquisa

- Cronologia do Judiciário Independente no Brasil*. Disponível em [www.stf.gov.br/bicentenario/historia/cronologia.asp](http://www.stf.gov.br/bicentenario/historia/cronologia.asp).
- Algumas notas informativas (e curiosas) sobre o Supremo Tribunal (Império e República)* – Texto elaborado pelo Ministro Celso de Mello.
- Coletânea de Legislação sobre a Organização da Justiça Federal*. Conselho da Justiça Federal. Março, 1989.
- Retrospectiva da Justiça Federal da Primeira Região*. Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Agosto, 1999.
- Poder Judiciário no Brasil*. Tese de mestrado Globalização e o Poder Judiciário: os valores considerados na reforma do Poder Judiciário no Brasil. Clovis Augusto Alves Cabral Ferreira. Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- Coleção das Leis do Brasil*. Texto disponível em [www2.camara.gov.br/internet/legislacao](http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao).
- Memória da Justiça Brasileira*. Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Vol. III – Independência e Constitucionalismo. Carlos Alberto Carrillo. Disponível em [www.tj.ba.gov.br/publicacoes](http://www.tj.ba.gov.br/publicacoes).



# Cronograma dos eventos realizados - 1989 a 2007





# 1989

## JANEIRO

09

Criação do Quadro Permanente de Pessoal do TRF 1ª Região. (Lei 7.727, 09/01/1989.)

## MARÇO

30

Sessão Solene de Instalação do TRF 1ª Região e Posse dos Juízes componentes da Corte.

## ABRIL

27

Aprovação do Regimento Interno do TRF 1ª Região em Sessão Plenária Administrativa.

## MAIO

04

Realização da primeira solenidade de posse de funcionários.

05

Posse do primeiro Diretor-Geral da Secretaria, Jair Ferreira da Cunha.

17

Primeira distribuição automatizada de processos.

## JUNHO

09

Publicação do Regimento Interno do TRF 1ª Região no *Diário da Justiça*.

22

Primeira Sessão Plenária de Julgamento no TRF 1ª Região.

26

Sessão inaugural da Primeira Seção, 3ª Turma e da 4ª Turma

27

Sessão inaugural da Primeira Turma, da 2ª Seção e da 2ª Turma

30

Sessão de encerramento do primeiro semestre.

## AGOSTO

01

Encerramento do Mutirão promovido pela Secretaria Judiciária.

03

Aprovação do Regulamento Geral e instituição do Programa de Assistência aos Servidores do TRF 1ª Região – Pro-Social, em Sessão Plenária Administrativa.

03

Primeira visita protocolar do Governador do Estado de Tocantins, Wilson Siqueira Campos, ao TRF 1ª Região.

08

Implantação do Pro-Social no TRF 1ª Região. (Resolução 2 de 08/08/1989.)

10

Visita protocolar do Governador do Estado do Amapá, Jorge Nova da Costa, ao TRF 1ª Região.

17

Visita protocolar do Governador do Estado de Roraima, Romero Jucá Filho, ao TRF 1ª Região.

## SETEMBRO

14

Aprovação da primeira Emenda Regimental, que trata da Comissão Examinadora para realização de concursos, em Sessão Plenária.

## OUTUBRO

12

Realização do I Encontro Nacional de Juízes dos Tribunais Regionais Federais, no auditório da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

15

19

Aprovação da Emenda Regimental 2/1989, que altera o art. 250 do Regimento Interno, sobre o Agravo Regimental, em Sessão Plenária.

## DEZEMBRO

15

Edição, pelo Gabinete da Revista, do *Boletim do TRF 1ª Região*.

29

Início da construção do edifício Sede da Vara Única de Uberaba/MG.

1990

## JANEIRO

- 17 Instituição do *Boletim de Serviço* pelo Ato 5, publicado no *Diário da Justiça* de 19/09/1990.
- 29 Primeira reunião dos diretores de Secretarias do TRF 1ª Região com os diretores das Secretarias Administrativas das Seções Judiciárias da Primeira Região.

## FEVEREIRO

- 01 Início das obras do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado de Goiás.
- 15 Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 3, que altera o art. 21, XVII, do Regimento Interno do TRF 1ª Região.
- 15 Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 4, que altera a redação do art. 21, IX; do art. 27, I; dos arts. 72, 73, 74, do art. 163, III, e do art. 274 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.
- 22 Aprovação, em Sessão Plenária Administrativa, da Emenda Regimental 5/1990, que altera a redação do art. 319 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.
- 29 Reunião dos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais, em Recife/PE.

## MARÇO

- 08 Visita protocolar do Ministro da Justiça, Saulo Ramos, ao TRF 1ª Região.
- 12 Aposentadoria voluntária da Juíza Orlanda Luiza de Lima Ferreira.
- 19 Abertura do Encontro de diretores das Secretarias Judiciárias.
- 30 Sessão Solene Comemorativa do Primeiro Aniversário do TRF 1ª Região.

## ABRIL

- 20 Posse do Diretor-Geral da Secretaria, Felipe dos Santos Jacinto.
- 20 Emissão da primeira Instrução Normativa do TRF 1ª Região, IN-20-03.001/1990.

## MAIO

- 04 Realização do IV Encontro de Presidentes dos Tribunais Regionais Federais na cidade de Porto Alegre/RS.
- 10 Visita protocolar do Ministro da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Antônio Cabrera, ao TRF 1ª Região.
- 11 Solenidade em homenagem ao mais antigo servidor da Seção Judiciária do Estado do Piauí.
- 12 Abertura da Biblioteca do TRF 1ª Região.
- 23 Homenagem à Juíza Orlanda Luiza Lima Ferreira prestada pela Seção Judiciária do Estado de Goiás.
- 24 Homenagem, em Sessão Solene, ao Ministro Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Gen. Ex. Jonas de Moraes Correia Neto.
- 30 Visita protocolar do Governador do Estado de Roraima, Rubens Villar, ao TRF 1ª Região.

## JUNHO

- 01 Publicação, no *Diário da Justiça*, da Resolução 13, que dispõe sobre o aproveitamento de servidores requisitados no Quadro de Pessoal das Secretarias das Seções Judiciárias, subordinadas à jurisdição do TRF 1ª Região.
- 07 Visita protocolar do Governador do Estado do Amapá, José Gilton Pinto Garcia, ao TRF 1ª Região.
- 27 Pagamento do primeiro Precatório.





## JULHO

- \* Realização do Mutirão pela Secretaria de Registros e Informações Processuais.

## AGOSTO

- \* Implementação do Subsistema Automatizado de Bibliotecas – Siabi.
- 03 Solenidade de Posse de Juiz Federal Substituto.
- 16 Sessão Solene em homenagem ao Ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva.
- 16 Aprovação, em Sessão Solene, da Emenda Regimental 6, que altera o disposto no art. 119 do Regimento Interno (repositórios oficiais da jurisprudência do TRF).
- 16 Aprovação, em Sessão Solene, da Emenda Regimental 7, que altera os arts. 176 e 260 do Regimento Interno do TRF 1ª Região e trata de arguição de inconstitucionalidade.
- 23 Visita protocolar do Governador do Distrito Federal, Wanderley Vallin da Silva ao TRF 1ª Região.

## SETEMBRO

- 03 Início das obras do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.
- 18 Publicação da Resolução 17, aprovando o Regulamento para o Concurso Público de Juiz Federal Substituto.
- 27 Sessão Solene de Posse do Juiz Mário Figueiredo Ferreira Mendes.

## OUTUBRO

- \* Criação, pelo Pro-Social, do Coral Habeas Cantus, formado por servidores do Tribunal e da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 11 Encontro de Presidentes de Tribunais e da Associação de Magistrados, realizado em Foz do Iguaçu/PR.

## NOVEMBRO

- 08 Aprovação, em Sessão Solene, da Emenda Regimental 8, que altera a redação do art. 2º do Regimento Interno (funcionamento do Tribunal em Plenário, Seções especializadas e em Turmas especializadas).
- 09 I Reunião dos Juizes dos Tribunais Regionais Federais.
- 23 Aprovação, em Sessão Plenária Administrativa, do anteprojeto da Lei 8.251, de 24/10/1991, que dispõe sobre a criação das Seções Judiciárias nos Estados do Tocantins, Roraima e Amapá, com as respectivas Varas, reestruturação dos serviços da Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região e ampliação dos respectivos quadros de pessoal.

## DEZEMBRO

- 07 Eleição dos novos diretores e vice-diretores de Foro para o período de 07/01/1990 a 06/01/1991 pelo Conselho de Administração
- 10 Decreto Presidencial 99.784 declarando o imóvel localizado na Av. Álvares Cabral, 1.801, bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, de interesse social, para fins de desapropriação, a ser promovida pela Justiça Federal de Minas Gerais.
- 17 Instituição do Colar e da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, para agraciamento de personalidades ou instituições, por seus méritos ou relevantes serviços prestados à cultura jurídica.
- 20 Aprovação pelo Conselho de Administração da nova metodologia sistêmica para emissão de Instrução Normativa no âmbito da Primeira Região.
- 26 Início das obras do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado do Amapá.
- 27 Início das obras do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado de Roraima.

1991

## JANEIRO

18 Implantação das instruções normativas.

## FEVEREIRO

01 Publicação do primeiro *Relatório de Atividades do TRF 1ª Região*.

15 Solenidade de inauguração do edifício Sede da Vara Única de Uberaba/MG, Fórum Deusdedit Vieira da Silva.

22 Solenidade de inauguração da Sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Fórum Ministro Gueiros Leite.

## MARÇO

01 Solenidade de inauguração da Gráfica do TRF 1ª Região, Ministro Pedro Acioly.

07 Eleição, em Sessão Plenária Administrativa, para Presidente e Vice-Presidente do TRF 1ª Região, respectivamente, dos Juízes José Anselmo de Figueiredo Santiago e Euclides Reis Aguiar.

21 Aprovação, em Sessão Solene, da Emenda Regimental 9/1991, que acrescenta ao art. 319 o § 5º — contagem de prazo.

21 Aprovação da Emenda Regimental 10/1991, em Sessão Solene, alterando o disposto no art. 43, que trata dos atos e decisões do Conselho de Administração.

## ABRIL

01 Sessão Solene de posse dos novos dirigentes do TRF 1ª Região: Juiz José Anselmo de Figueiredo Santiago, como Presidente, e Juiz Euclides Reis Aguiar, como Vice-Presidente e Corregedor.

04 Eleição dos Juízes Hermenito Dourado e Adhemar Maciel, para compor o TRE/DF, na qualidade de membros efetivo e suplente, respectivamente.

18 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

22 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac no TRF 1ª Região.

24 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado da Bahia.

## MAIO

\* Início da construção do edifício Sede da Vara Única de Uberlândia/MG.

15 Aposentadoria voluntária do Juiz Murat Valadares.

16 Publicação, pelo Gabinete da Revista, do primeiro *Boletim de Jurisprudência da TRF 1ª Região*.

24 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Distrito Federal.

27 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado do Piauí.

28 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

29 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado do Pará.

## JUNHO

03 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

04 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

05 Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado do Acre.



07

Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

10

Solenidade de inauguração do Sistema de Acesso à Rede Nacional de Pacotes – Renpac na Seção Judiciária do Estado de Goiás.

14

Solenidade de inauguração do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado da Bahia, Fórum Teixeira de Freitas.

17

Solenidade de inauguração da Sede própria da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, Fórum Ministro Oscar Saraiva.

28

Regulamentação do Cerimonial do Tribunal.

## AGOSTO

30

Sessão Solene de Posse do Juiz Eustáquio Nunes Silveira.

## SETEMBRO

04

Aprovação da Instrução Normativa e do *Manual de Comunicações Administrativas*, que regulamentaram os meios de comunicação na 1ª Região.

12

Aprovação da Emenda Regimental 11/1991, dando nova redação ao art. 10, §§ 1º e 2º, que diz respeito à competência das Seções e Turmas em razão da matéria.

## OUTUBRO

16

Edifício Adriana passa a integrar as instalações do Tribunal, mediante assinatura do Termo de Entrega, pelo Departamento do Patrimônio da União.

17

Sessão Solene em homenagem ao Juiz Murat Valadares.

29

a

31

I Exposição de Arte dos servidores da Justiça Federal.

## NOVEMBRO

28

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 12/1991, que altera a redação do art. 90, sobre os acórdãos, e o § 2º dos arts. 175 e 176, que tratam sobre a arguição de inconstitucionalidade de lei durante julgamento.

29

Início das obras do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado do Pará.

## DEZEMBRO

01

Publicação pelo Gabinete da Revista do volume 1 da *Revista de Jurisprudência*.

10

Início das obras do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado do Acre.

13

Aprovação da Portaria 492, que cria o Regulamento de Serviço, com a finalidade de demonstrar a estrutura organizacional do Tribunal e fixar a competência das unidades administrativas e as atribuições de seus titulares.

13

Aprovação da Portaria 493, que institui a *Cartilha Jurídica* e a *Coletânea Jurídica*.

13

Eleição dos novos diretores e vice-diretores de Foro para o período de 07/01/1991 a 06/01/1992 pelo Conselho de Administração.

18

Condecoração dos Ministros Evandro Gueiros Leite e Washington Bolívar de Brito, com o Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria, e do Diretor-Geral Felipe dos Santos Jacinto, com a Medalha.

19

Aprovação da Resolução 18, que reestrutura as Seções Judiciárias da Primeira Região, estabelecendo cinco padrões organizacionais definidos de forma sistêmica, funcional e modular.

30

Início das obras do edifício Sede da Vara Única de Uberlândia/MG.



1992

## FEVEREIRO

03

Publicação no *Diário da Justiça* do edital do concurso público para provimento de vagas no Tribunal Regional Federal e Seções Judiciárias da Primeira Região, criado pela Lei 8.251/1991.

## MARÇO

20

Inauguração da Cooperativa Habitacional dos Servidores do TRF 1ª Região – Coopertref.

26

Aprovação da Emenda Regimental 13/1992, que altera o § 4º do art. 319, a respeito da remoção dos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos.

31

Aprovação da Emenda Regimental 14/1992, que altera o art. 27, I; os arts. 164 e 166 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

## ABRIL

24

Solenidade de inauguração do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado de Goiás, Fórum Ministro Guimarães Natal.

## MAIO

06

Aprovação do Regulamento de Serviço da Justiça Federal de Primeira Instância, por meio da Resolução 7, dando continuidade à reestruturação organizacional da Justiça Federal de Primeira Instância.

08

Solenidade de instalação da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, Fórum Ministro Gueiros Leite.

14

Aprovação da Emenda Regimental 15, que altera a redação do parágrafo 1º do art. 362, sobre os gabinetes dos Juízes; e do art. 355, que trata da organização da Secretaria do Tribunal.

15

Solenidade de inauguração do edifício Sede e Instalação da Seção Judiciária do Estado de Roraima, Fórum Bento de Faria.

21

Homenagem ao Juiz Mário Figueiredo Ferreira Mendes, em Sessão Solene, por motivo de sua aposentadoria.

22

Solenidade de inauguração do edifício Sede e Instalação da Seção Judiciária do Estado do Amapá, Fórum Pontes de Miranda.

27

I Encontro de Dirigentes do TRF 1ª Região e Seções Judiciárias da Primeira Região.

28

Publicação da Emenda Regimental 15, que altera a redação dos arts. 362 e 365 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

## JUNHO

1º  
a  
17

Realização de curso para diretores de núcleos da Justiça Federal da Primeira Região.

02

Sessão Solene de Posse do Juiz Aristides Porto de Medeiros.

11

Publicação da Emenda Regimental 16, que altera a redação dos arts. 11 e 23 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

17

Homologação do resultado do concurso para provimento de vagas no TRF 1ª Região e Seções Judiciárias, criado pela Lei 8.251/1991.

18  
e  
19

Encontro de magistrados federais, realizado em Salvador/BA.

## SETEMBRO

11

Solenidade de inauguração do Auditório Desembargador Lycurgo Narbal de Oliveira Santiago e das instalações do Pro-Social, na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

15

Aprovação, pelo Conselho de Administração, da Resolução 15, de 18/09/1992, que estabeleceu os critérios para a Movimentação de Referência Extraordinária no âmbito do TRF 1ª Região.

25/09  
a  
23/10

Pro-Social realiza Mesa Redonda Administre seu Estresse.

29

Comemoração do Jubileu de Prata da Seção Judiciária do Estado da Bahia.



## OUTUBRO

21

Publicação da Emenda Regimental 17, que altera a redação do art. 54 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

22

Nomeação do Juiz Adhemar Ferreira Maciel para Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

26

Comemoração do Jubileu de Prata da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

## NOVEMBRO

01

Edição do *Manual de Gramática do TRF 1ª Região*, de autoria da servidora Alíris Porto Alegre dos Santos.

09

Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos aprovados no I Concurso Público de Juízes Federais Substitutos.

10

Sessão Solene em homenagem ao Juiz Adhemar Ferreira Maciel.

12

Sessão Solene em homenagem ao Juiz Alberto José Tavares Vieira da Silva.

12

Inauguração da Galeria de Presidentes do TRF 1ª Região.

## DEZEMBRO

01

Instalação das novas Varas Federais da Seção Judiciária do Distrito Federal.

09

Reunião da comissão julgadora do Concurso para escolha da Bandeira do TRF 1ª Região, elegendo o trabalho da servidora Olga Moraes Godoy, da Secretaria de Controle Interno.

10

Inauguração das novas instalações da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

14

Inauguração das novas instalações da Seção Judiciária do Estado do Acre.

15

Inauguração das novas instalações da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

21

Aprovação da Resolução 18, que trata da reestruturação das unidades administrativas do TRF 1ª Região.

29

Inauguração da Pedra Fundamental da futura sede da Justiça Federal em Ilhéus.

## 1993

## JANEIRO

01

Publicação do manual *Enquanto o Bombeiro não chega*, pela Seção de Segurança.

13

Nomeação do Juiz José Anselmo de Figueiredo Santiago para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

## FEVEREIRO

10

Assinatura do Convênio TRF 1ª Região e Subsistema de Habitação de Interesse Social – SHIS.

15

Solenidade de Posse do Juiz Alves de Lima na Presidência do TRF 1ª Região, em complementação ao biênio 1991-1993.

## MARÇO

\*

Lançamento do *Índice Geral do Boletim de Jurisprudência do TRF 1ª Região* (1º biênio), do Gabinete da Revista.

01

Publicação das Súmulas dos TRFs e do extinto Tribunal Federal de Recursos.

04

Eleição dos Juízes para compor a Comissão Examinadora do III Concurso para Juízes Federais Substitutos, tendo como Presidente o Juiz Fernando Gonçalves.

04

Eleição, em Sessão Plenária Administrativa, do Presidente e Vice-Presidente do TRF 1ª Região, respectivamente, os Juízes Hermenito Dourado e Alves de Lima.

19

Publicação da Emenda Regimental 18, que altera o art. 158, I, que dispõe sobre as sessões solenes do Tribunal.

30

Sessão Solene de posse do Presidente e do Vice-Presidente do TRF 1ª Região, respectivamente, os Juízes Hermenito Dourado e José Alves de Lima.

## MAIO

- 06 Posse dos novos Diretores de Foro das Seções Judiciárias dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Goiás e Distrito Federal.
- 10 Redução da jornada de trabalho dos servidores do TRF 1ª Região e Seções Judiciárias em cinco horas, passando a cumprir 35 horas semanais.
- 17 a 21 Semana Comemorativa do Primeiro Aniversário da Seção Judiciária do Estado de Roraima.

## JUNHO

- 01 Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos Mônica Sifuentes e Rubem Martinez, aprovados no I Concurso.
- 04 Ciclo de conferências para Juízes Federais na Sala de Sessões Plenárias do TRF 1ª Região.
- 17 Homologação do resultado do II Concurso para Juiz Federal Substituto, com a classificação final de 25 candidatos.
- 22 Publicação da Emenda Regimental 19, que acrescenta o § 7º do art. 319 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.
- 25 Sessão Solene em homenagem ao Juiz Hermenito Dourado.
- 28 Sessão Solene de posse do Juiz Osmar Tognolo.

## AGOSTO

- 02 Implantação do *Boletim de Serviço* de circulação diária pelo Centro de Modernização Administrativa.
- 04 Sessão Solene de posse do Juiz Aloísio Palmeira Lima.
- 19 Aprovação, em Sessão Plenária, da criação do Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais, formalizada pela Resolução 9, de 31/08/1993.

## SETEMBRO

- 20 Solenidade de posse dos Juízes Federais Substitutos aprovados no II Concurso.
- 21 a 24 Curso de Treinamento para os Juízes Federais Substitutos aprovados no II Concurso.

## OUTUBRO

- 01 Distribuição, para autoridades do Tribunal, Seções Judiciárias e Tribunais Superiores, do 1º volume da *Coletânea Jurídica do TRF 1ª Região*.
- 13 Entrega dos prêmios e diplomas aos vencedores do concurso Seu Filho no nosso Tribunal, promovido pela Assessoria de Representação e Programação Social, em comemoração à Semana da Criança.
- 13 Publicação da Emenda Regimental 20, que altera o disposto no art. 29, sobre a nomeação de Juízes Federais para o cargo de Juiz; e modifica o § 3º do art. 31 sobre a elaboração de lista tríplice para o Tribunal.
- 13 Publicação da Emenda Regimental 21, que acrescenta o § 3º ao art. 249 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.
- 19 Sessão Solene de posse da Juíza Assusete Dumont Reis Magalhães.

## NOVEMBRO

- 04 Designação dos membros das Comissões Permanentes de Regimento e de Jurisprudência pela Portaria 893/1993.
- 04 Designação para o cargo de Diretor da Revista do Juiz Mauro Leite Soares.
- 03 a 17 Curso de Cerimonial e Protocolo para servidores das Seções Judiciárias da Primeira Região, ministrado pela Assessoria de Representação e Programação Social.

## DEZEMBRO

- 01 Publicação, no *Diário da Justiça*, da Emenda Regimental 22, que altera o inciso XXXI do art. 21, que dispõe sobre a entrega de relatório dos trabalhos e dos mapas dos julgados em fevereiro de cada ano, e o inciso VIII do art. 23.
- 06 Solenidade de entrega dos lotes à Coopertref.



## 1994

### JANEIRO

24 Posse do Juiz Federal Substituto Evandro Reimão dos Reis.

### MARÇO

\* Publicação do *Manual de Comunicações Administrativas do TRF 1ª Região* pela Divisão de Desenvolvimento Administrativo do Centro de Modernização Administrativa.

23 a 25 V Encontro de Dirigentes do Sistema de Desenvolvimento Organizacional no TRF 1ª Região.

24 Eleição dos membros da Comissão Examinadora do IV Concurso Público para Juiz Federal Substituto, tendo como Presidente o Juiz Fernando Gonçalves.

24 Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 23, publicada no *Diário da Justiça* de 07/04/1994, alterando os arts. 44, 46, 318 e 321 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

25 Solenidade de inauguração da nova sede da Vara Única de Uberlândia/MG.

### ABRIL

04 Sessão Solene Comemorativa do 5º Aniversário do TRF 1ª Região.

04 a 08 Exposição Retrospectiva dos 5 anos de Instalação do TRF 1ª Região.

28 Homologação, em Sessão Plenária Administrativa, do resultado e classificação final do III Concurso de Juízes Federais Substitutos.

### MAIO

02 Abertura da Exposição de Publicações da Imprensa Nacional.

16 Homenagem ao Juiz Hermenito Dourado, na Seção Judiciária do Estado da Bahia.

24 Homenagem ao Juiz Hermenito Dourado, na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

26 Sessão Solene em homenagem à Juíza Luiza Orlanda de Lima Ferreira.

27 Sessão Solene de posse do Juiz Jirair Aram Meguerian.

30 Solenidade de posse dos Juízes Federais Substitutos aprovados no III Concurso.

31 Abertura do II Curso para Magistrados Federais, destinado aos Juízes Federais Substitutos empossados no III Concurso.

### JUNHO

07 Solenidade de posse do Juiz Alves de Lima na Presidência do TRF 1ª Região, em complementação ao biênio 1993-1995.

10 Sessão Solene de posse do Juiz Mauro Leite Soares no cargo de Vice-Presidente e Corregedor.

16 Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 24, publicada no *Diário da Justiça* de 28/06/1994, alterando a redação dos arts. 150 e 203 a 219 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

23 Eleição, em Sessão Plenária Administrativa, dos Juízes Nelson Gomes da Silva e Fernando Gonçalves, respectivamente, como Membro Efetivo e Substituto do TRE – DF para completarem o biênio 1993-1995.

23 Aprovação, em Sessão Plenária, do Regimento Interno da Corregedoria, publicado no *Diário da Justiça* de 25/08/1994.

### AGOSTO

01 Publicação do Regimento Interno da Corregedoria do TRF 1ª Região.

04 Implantação da Assistência Ortodôntica pelo Pro-Social.

12 Regulamentação, pela Resolução 11, das funções, atribuições, estágio probatório e avaliação dos Juízes Federais Substitutos, bem como remoção de Juízes Federais e Substitutos.

26 Primeira Campanha de Prevenção à Cárie Infantil, destinada a crianças de 3 a 12 anos, realizada pelo Pro-Social.

## SETEMBRO

02

Adoção, pelo Conselho da Justiça Federal para o 1º e 2º graus de todas as Regiões, da Metodologia para definição do Quadro de Lotação Ideal criado pelo Centro de Modernização Administrativa.

14

Sessão Solene de posse do Juiz João Vieira Fagundes.

23

Inauguração do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado do Pará e instalação da 5ª Vara Federal.

26

a

30

Campanha de Prevenção Odontológica promovida pelo Pro-Social.

## OUTUBRO

06

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 25, publicada no *Diário da Justiça* de 14/10/1994, alterando a redação dos incisos IV e II dos arts. 11 e 12, respectivamente, do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

## NOVEMBRO

01

a

06

I Encontro de Juízes Federais da Região Amazônica, realizado em Manaus/AM.

24

Nomeação do Juiz Vicente Leal de Araújo para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

## DEZEMBRO

01

Painel organizado pelo Pro-Social, sobre o Dia Mundial de Luta contra a AIDS.

01

Desenvolvimento de projeto direcionado para a obtenção da produtividade e da qualidade nas Seccionais e publicação do documento *Análise Administrativa das Seções Judiciárias da Primeira Região* pelo Centro de Modernização Administrativa.

12

Publicação, no *Diário da Justiça*, da Emenda Regimental 26, que altera a redação dos arts. 349, 350, 351, 352 e 353 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

22

Início da construção do edifício Sede da Seção Judiciária de Rondônia.

## 1995

## JANEIRO

01

Publicação da Resolução 18, de 19/12/1991 – SJDF.

## FEVEREIRO

17

Sessão Solene de posse dos Juízes Carlos Fernando Mathias de Souza e Olindo Herculano de Menezes.

## MARÇO

\*

Início da construção do edifício Sede da Vara Federal de Ilhéus/BA.

02

Eleição, em Sessão Plenária Administrativa, dos Juízes Mauro Leite Soares e Nelson Gomes da Silva para a Presidência e Vice-Presidência e Corregedoria do TRF 1ª Região, respectivamente, para o biênio 1995-1997.

08

Comemoração do Dia Internacional da Mulher, organizado pela Assessoria de Representação Social com a palestra A Violência contra a Mulher e a Morosidade da Justiça, proferida pela Deputada Sandra Starling, e lançamento do livro *Receitas da Mulher Moderna*, de autoria da Juíza Eliana Calmon.

09

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 27, publicada no *Diário da Justiça* de 23/03/1995, alterando a redação do § 2º do art. 74 e do § 2º do art. 259 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

10

Solenidade de inauguração das novas instalações do edifício Sede da Seção Judiciária do Distrito Federal.



16

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 28, publicada no *Diário da Justiça* de 24/03/1995, acrescentando o inciso XXXIV do art. 21 e alterando a redação dos §§ 4º, 6º e 7º do art. 273 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

24

Publicação, no *Diário da Justiça*, da Emenda Regimental 28 que acrescenta o inciso XXXIV ao art. 21 e o § 6º ao artigo 22, alterando, ainda, os §§ 4º, 6º e 7º do art. 273 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

31

Sessão Solene de posse dos novos dirigentes do TRF 1ª Região, Juiz Mauro Leite Soares como Presidente, e Juiz Nelson Gomes da Silva como Vice-Presidente e Corregedor.

## ABRIL

\*

O jornal *Informe TRF 1ª Região* passa a circular com novo *leiaute*, sendo confeccionado no próprio Tribunal pela Assessoria de Comunicação Social e pelo Centro de Modernização Administrativa.

01

Publicação do *Guia do Usuário da Biblioteca* pela Divisão de Biblioteca.

07

Realização da Mesa Redonda Saúde da Mulher, promovida pelo Pro-Social, como parte das ações preventivas do Plano de Educação para a Saúde.

18

Eleição dos novos Diretores de Foro das Seções Judiciárias da Primeira Região pelo Conselho de Administração do TRF 1ª Região.

28/04  
a  
02/05

Encontro dos Juízes Federais da Primeira Região – Seções Judiciárias do Centro-Oeste, realizado em Goiânia/GO.

## MAIO

08

Comemoração do 3º Aniversário da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

11

O Conselho de Administração restabelece o uso do crachá de identificação, confeccionado pelo Centro de Modernização Administrativa.

## JUNHO

01

Aprovado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4.797/1994, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de primeiro grau da Primeira Região.

## JULHO

17/07  
a  
04/08

Mudança da Sede do TRF 1ª Região do edifício Áurea para o prédio anteriormente ocupado pelo Superior Tribunal de Justiça, no Setor de Autarquias Sul.

## AGOSTO

02

Publicação da *Resenha do TRF 1ª Região* pelo Gabinete da Revista

10

Homologação, em Sessão Plenária, do resultado do IV Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto, realizado pelo TRF 1ª Região.

23

Criação do Serviço de Central de Mandados nas Seções Judiciárias dos Estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais.

30

Criação do Serviço de Central de Mandados na Seção Judiciária do Estado da Bahia.

## SETEMBRO

14

Lançamento do *Ementário de Jurisprudência do TRF 1ª Região*.

27

Solenidade de instalação e inauguração da Vara Federal de Santarém/PA.

29  
e  
30

I Encontro de Juízes Federais da Região Nordeste, em Teresina/PI.

## OUTUBRO

\*

O Centro de Modernização Administrativa, por solicitação da Corregedoria, desenvolve projeto na Primeira Instância e publica o Diagnóstico do Projeto Otimização da *Estatística Processual da Primeira Instância da Primeira Região*.



27

Solenidade de inauguração da Vara Federal de Santarém/PA.

## NOVEMBRO

16

Criação da Comissão de Acervo Jurídico, com a emissão da Resolução 23.

24

Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos, aprovados no IV Concurso.

27/11

a

07/12

III Curso de Preparação de Magistrados Federais, destinado aos Juízes Federais Substitutos, aprovados no IV Concurso realizado pelo TRF 1ª Região.

## DEZEMBRO

07

Solenidade de inauguração da Vara Federal de Imperatriz/MA.

12

Solenidade de inauguração do Memorial do TRF 1ª Região.

13

Solenidade de posse da Juíza Federal Substituta Hind Ghassan Kayath.

15

Solenidade de Lançamento do *Código Tributário Nacional Interpretado*, organizado pelo Gabinete da Revista, sob a coordenação do Juiz Tourinho Neto.

# 1996

## JANEIRO

\*

Publicação do *Manual de Redação pela Revista*.

17

Criação do Serviço de Central de Mandados nas Seções Judiciárias dos Estados do Amazonas e de Rondônia.

## MARÇO

\*

Lançamento do Programa de Acompanhamento à Gestante pelo Pro-Social.

07

Sessão Solene de posse do Juiz Mário César Ribeiro.

08

Comemoração do Dia Internacional da Mulher, com o lançamento, pela Assessoria de Comunicação Social – Ascom, do livro *Mulher: Pensamentos e Palavras*, exposição de trabalhos artísticos e lançamento oficial, pelo Pro-Social, do Programa de Acompanhamento à Gestante.

27

Lançamento da Pedra Fundamental da nova Sede da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

28

a

29

II Encontro de Juízes Federais da Região Amazônica promovido pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados Federais na cidade de Cuiabá/MT.

## ABRIL

01

Solenidade Comemorativa do Sétimo Aniversário do TRF 1ª Região.

11

Solenidade de lançamento do Concurso Nacional de Monografias, com palestras do Deputado Federal Jairo Carneiro e do jornalista Rubem Azevedo Lima.

12

a

18

I Feira de Saúde promovida pelo Pro-Social.

26

Solenidade de instalação de Varas Federais nas Seções Judiciárias dos Estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amapá e Tocantins.

## MAIO

07

Aposentadoria do Juiz Hércules Quasímoto da Mota Dias.

11

Criação do Serviço de Central de Mandados nas Seções Judiciárias do Pará, Maranhão e Piauí.

17

Solenidade de inauguração da sede da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

17

Alteração da estrutura organizacional do Tribunal pela Resolução 14, criando unidades administrativas em nível de Seções.



## JUNHO

10

Publicação, no *Diário da Justiça*, da composição da Comissão Examinadora do V Concurso Público para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região, presidida pelo Juiz Osmar Tognolo.

21

Solenidade de instalação e inauguração da Vara Federal de Marabá/PA.

27

Nomeação do Juiz Fernando Gonçalves para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

27

Sessão Solene de posse do Juiz Luciano Franco Tolentino Amaral.

## AGOSTO

09

Solenidade em homenagem à Juíza Federal Substituta Maria do Carmo Guerrieri Saboya Reis, na Seção Judiciária do Distrito Federal.

16

Solenidade de inauguração do edifício Sede da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

20

Iniciada a implantação piloto do Projeto de Editoração Eletrônica de Impressos e Formulários da Primeira Região pelo Centro de Modernização Administrativa.

28

a  
31

II Encontro de Juízes Federais da Região Nordeste, promovido pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados Federais, em São Luís/MA.

## SETEMBRO

01

Publicação da Resolução 18, sobre a reestruturação das unidades administrativas do TRF 1ª Região.

01

Publicação do Regulamento Geral do Pro-Social.

12

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 29, publicada no *Diário da Justiça* de 25/09/1996, que altera a redação dos arts. 2º, 3º, 11, 38, 39, 40, 41, 77, 83, 92, 93, 97, 100, 103 e 105 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

19

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 30, publicada no *Diário da Justiça* de 07/10/1996, que altera a redação dos arts. 38, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 263, 318 e 319 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

20

Publicação, no *Diário da Justiça* – Seção II, do edital do Concurso Público para provimento de vagas no TRF e Seções Judiciárias da Primeira Região.

27

Solenidade de inauguração do edifício Sede da Vara Federal de Ilhéus/BA.

## OUTUBRO

\*

Publicação, pelo Gabinete da Revista, do *Índice-Geral da Revista*.

09

Visita protocolar do Governador do Estado do Amapá, João Alberto Capiberibe.

17

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 31, publicada no *Diário da Justiça* no dia 30/10/1996, que acrescenta o inciso XX ao art. 38 e altera o § 2º do art. 44 e o art. 46 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

## NOVEMBRO

12

Entrega de prêmios do I Concurso Nacional de Monografias.

19

Visita protocolar do Advogado-Geral da União, Amaury de Aquino.

22

Sessão Solene de posse do Juiz Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho.

22

I Encontro Nacional de Magistratura, realizado no Auditório do Centro de Estudos da Seção Judiciária do Distrito Federal.

24

Realização da prova objetiva do concurso público destinado ao provimento de cargos no Quadro de Pessoal do Tribunal e das Seccionais vinculadas.

## DEZEMBRO

09

Assinatura do contrato entre o Tribunal e a Siderbrás e entrega das chaves do clube dos servidores do TRF 1ª Região, que passa a denominar-se Centrejufe.

11

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 32, publicada no *Diário da Justiça* de 19/12/1996, que altera o inciso XXXIV do art. 21 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

12

Homologação do resultado do V Concurso de Juízes Federais Substitutos em Sessão Plenária Administrativa.

1997

## JANEIRO

\*

Implantação do novo Plano de Cargos e Salários, Lei 9.421 de 24/12/1996..

01

Edição dos volumes 1 e 2 de *Súmulas do TRF 1ª Região e seus Precedentes*, pela Coordenadoria de Jurisprudência.

01

Publicação do *Manual de Orientação para Execução de Medidas Preventivas no TRF 1ª Região* pela Seção de Segurança.

10

Publicação, no *Diário da Justiça* – Seção II, da homologação do resultado do concurso para provimento de vagas para os cargos de técnico judiciário (área meio e área fim), oficial de justiça avaliador, contador, agente de segurança judiciária e técnico em contabilidade para o Tribunal Regional Federal a Primeira Região e Seções Judiciárias da Primeira Região.

## FEVEREIRO

\*

Publicação, pela Coordenadoria de Jurisprudência, em parceria com o Centro de Modernização Administrativa, do *Manual de Pesquisa do Sistema Juris* e do *Manual de Pesquisa do Sistema Prodasen*.

06

Decisão Plenária permite a realocação de 64 funções comissionadas criadas pela Resolução 22/1996.

28

Solenidade de posse dos Juízes Federais Substitutos aprovados no V Concurso.

## MARÇO

01

Inauguração do Centro de Treinamento da Justiça Federal da Primeira Região.

03  
a  
14

IV Curso de Preparação de Magistrados Federais realizado pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados Federais.

05

Integração do TRF 1ª Região à rede mundial *internet*.

06

Sessão Solene em homenagem ao Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago.

14

Solenidade de lançamento da publicação *Súmulas do TRF 1ª Região e seus Precedentes*.

18

Publicação, no *Diário da Justiça*, da homologação do resultado do Concurso Público para provimento de vagas para atendente e auxiliar Judiciário para o Tribunal Regional Federal e Seções Judiciárias da Primeira Região.

19

Implantação, na rede interna do Tribunal, do Projeto de Editoração Eletrônica de Impressos e Formulários, criado e gerenciado pelo Centro de Modernização Administrativa.

20

Sessão Solene em homenagem ao Juiz Hermenito Dourado.

31

Solenidade de lançamento das publicações *A Constituição na Visão dos Tribunais – Interpretação e Julgados Artigo por Artigo* e *Memória do Tribunal Regional Federal da Primeira Região*.

31

Posse dos Juízes Nelson Gomes da Silva e Plauto Afonso da Silva Ribeiro nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, respectivamente.

## ABRIL

01

Publicação do *Regulamento Geral de Atividades de Capacitação*, pela Secretaria de Recursos Humanos – Secre e Subsecretaria de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos – Sudar do TRF 1ª Região.

07  
a  
10

II Feira de Saúde, promovida pelo Pro-Social com palestras sobre Lesões por Esforços Repetitivos (Dr. Wilton Silva dos Santos) e Primeiros Socorros (Dra. Gisele Sampaio).

23

Posse do Juiz Tourinho Neto no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

29

Visita do Ministro da Justiça, Milton Seligman.





29

Lançamento do *Sumário Legislativo Jurisprudencial*, volume 1, pela Assessoria de Comunicação Social – Ascom.

## MAIO

01

Republicação da Resolução 11/1994, com as alterações das Resoluções 25, de 13/12/1995, e 6, de 23/04/1997.

12

Posse do Juiz Osmar Tognolo como Diretor do Gabinete da Revista.

21

A Resolução 8/1997 dá nova redação à Resolução 18/1991, que trata da reestruturação das Seções Judiciárias da Primeira Região.

22

Abertura do Seminário Comemorativo dos 30 anos da Justiça Federal no Estado de Mato Grosso.

23  
a  
29

Comemoração dos 30 anos de instalação da Justiça Federal em Mato Grosso.

## JUNHO

06

Comemoração do 10º Aniversário de instalação da Vara Única de Ilhéus da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

30

Visita do Governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, ao Tribunal.

## AGOSTO

01

Lançamento do II Concurso Nacional de Monografias, pela Assessoria de Comunicação Social.

10

Transformação dos serviços de Centrais de Mandados das Seccionais em unidades administrativas (Seções) pela Resolução 10.

18

Posse do Juiz Aldir Passarinho Junior como Coordenador da Comissão de Jurisprudência.

28

Comemoração do 10º Aniversário de Instalação da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG.

29

Disponibilização do *Indicador de Autoridades*, produzido pela Assessoria de Representação e Programação Social, no Sistema Informatizado do Tribunal.

## SETEMBRO

09

Visita do Ministro da Justiça, Milton Seligman, ao Tribunal.

26

Sessão Solene Comemorativa dos 30 anos de instalação da Justiça Federal na Bahia.

## OUTUBRO

08

Visita ao Tribunal do Governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque.

17  
e  
18

I Encontro de Estudos de Direito Previdenciário e Processual Civil de Juízes Federais e Estaduais de Minas Gerais, na cidade de Araxá/MG, promovido pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados Federais.

## NOVEMBRO

03

Comemoração dos 30 anos de instalação da Justiça Federal em Minas Gerais.

11

Aposentadoria voluntária do Juiz João Vieira Fagundes.

13  
a  
15

I Encontro de Juízes Federais e Estaduais do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Tocantins e Ministério Público, em Rio Branco/AC, promovido pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento de Magistrados Federais.

19  
a  
21

Encontro de Juízes Federais do Distrito Federal e Goiás, realizado em Brasília/DF.

20

Regulamentação do Espaço Cultural do Tribunal, sob a coordenação da Assessoria de Representação e Programação Social.

25

Implantação do Banco de Doadores de Sangue do Pro-Social.

28

I Sarau do TRF 1ª Região, promovido pela Assessoria de Representação e Programação Social.

## DEZEMBRO

04

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 33, publicada no *Diário da Justiça* de 12/12/1997, que altera o § 1º do art. 18 e os arts. 19, 20 e 319 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

04

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 34, publicada no *Diário da Justiça* de 12/12/1997, que altera a redação dos arts. 230 a 234 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

05

Solenidade de comemoração dos 10 anos de instalação e reinauguração das instalações da Vara Federal de Uberaba/MG.

12

Aprovação, pelo Plenário, da atualização da Carteira Especial de Identidade dos Magistrados e Carteira Funcional dos Servidores propostas pela Diretoria-Geral e desenvolvidas pelo Centro de Modernização Administrativa.

17

Entrega de prêmios do Concurso de Decoração Natalina, promovido pela Assessoria de Representação e Programação Social, como parte das comemorações natalinas do Tribunal.

18

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 35, publicada em 27/01/1998, que suprime o § 2º do art. 91 e a letra e dos incisos I e II do art. 27 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

19

Sessão Solene de posse do Juiz Federal Hilton José Gomes de Queiroz no cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da Primeira Região.

19  
a  
21

Encontro de Juízes Federais do Distrito Federal e Goiás.

1998

## MARÇO

02

Eleição dos Juízes Plauto Afonso da Silva Ribeiro e Fernando da Costa Tourinho Neto para Presidente e Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal, respectivamente.

05

Visita protocolar do Senador Bernardo Cabral ao TRF 1ª Região.

06

Palestra organizada pelo Pro-Social sobre Cirurgia Plástica: Mitos e Verdades e I Mostra de Vídeo: Um olhar sobre as mulheres do mundo, como parte das comemorações do Dia Internacional da Mulher.

10

Aposentadoria voluntária do Juiz Nelson Gomes da Silva.

11

Aposentadoria voluntária do Juiz Mauro Leite Soares.

13

Comemoração dos 30 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado do Pará.

19  
e  
20

Simpósio sobre Direito dos Valores Mobiliários no auditório do Tribunal.

30

Sessão Solene comemorativa do 9º aniversário do Tribunal.

## ABRIL

16

Sessão Solene de posse dos novos Presidente e Vice-Presidente do Tribunal, respectivamente, Juiz Plauto Afonso da Silva Ribeiro e Juiz Fernando da Costa Tourinho Neto.

27

Comemoração dos 30 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

30/04  
a  
01/05

Encontro de Juízes Federais e Estaduais do Amapá, Pará, Roraima e Amazonas, na cidade de Macapá/AP.

## MAIO

01

Publicação do Sistema de Automação Judiciária – Juris, pelo Centro de Modernização.

13

Lançamento da publicação *Comunicação em Artigos Jurídicos* pela Assessoria de Comunicação Social.

14

Nomeação do Juiz Aldir Passarinho Junior para o Superior Tribunal de Justiça.

14

Homologação, em Sessão Plenária, do resultado do VI Concurso para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto, realizado pelo TRF 1ª Região.

15

Criação de mais 35 varas, pela Lei 9.642/1998, para a Primeira Instância.

27

Comemoração dos 30 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

25

Criação de 35 novas varas na Primeira Região, com a edição da Lei 9.642/1998.

28

Autoriza pela Resolução 4/1998 a instalação de 19 varas entre as 35 criadas pela Lei 9.642/1998.



## JUNHO

01  
a  
04

Realização, pelo Pro-Social, da III Feira de Saúde, com as palestras Riscos Cardiológicos, Qualidade de Vida com Enfoque em LER, Terapias não Convencionais, Medicina Ortomolecular e Vivência para Melhor Idade.

03

Juíza Eliana Calmon passa para a história do Judiciário como a primeira mulher a integrar a lista tríplice para composição do Superior Tribunal de Justiça.

04

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 36, publicada no *Diário da Justiça* de 19/06/1998, que acrescenta o inciso XXXV ao art. 21 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

08

Comemoração dos 30 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado do Acre.

17

Posse do Juiz Eustáquio Silveira na Coordenação do Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais.

20

Lançamento da Pedra Fundamental da futura Sede da Seção Judiciária do Distrito Federal.

25

Posse do Juiz Catão Alves como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

## JULHO

01

Publicação do Regimento Interno atualizado até a Emenda Regimental 36 pelo Centro de Modernização Administrativa.

27

Implantação das novas varas da Seção Judiciária do Estado de Goiás.

## AGOSTO

01

Publicação da Resolução 10, que trata da Reestruturação Organizacional da Primeira Instância da Primeira Região.

07

Sessão Solene de posse dos Juízes Carlos Eduardo Maul Moreira Alves e Ítalo Fioravanti Sabo Mendes.

20

Alteração, pelo Pleno Administrativo, do horário de funcionamento do Tribunal, que passa a ser das 8 às 19 horas, com jornada corrida de sete horas ou alternada de oito horas.

24

Visita protocolar do Juiz Cesare Mirabelli, Membro da Corte Constitucional Italiana.

## SETEMBRO

01

Republicação da Resolução 11/1994 com as alterações das Resoluções 25, de 13/12/1995, 6, de 23/04/1997, e 8-A, de agosto de 1998.

18

Instalação da 2ª Vara Federal de Uberlândia/MG.

25

Realização da palestra Inteligência Emocional e Educação dos Filhos.

28

e

29

Instalação de 6 novas varas federais em Salvador/BA.

30

Solenidade de posse dos Juízes Federais Substitutos aprovados no VI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto.

30

Levantamento da Produção Documental de todas as unidades administrativas do Tribunal.

## OUTUBRO

01

e

02

1ª Fase do V Curso de Preparação de Magistrados Federais.

16

Premiação dos vencedores do I Concurso de Desenho e Histórias Ilustradas, para crianças de 3 a 12 anos, organizado pelo Pro-Social.

19

Inauguração do Espaço Cultural do Tribunal, coordenado pela Assessoria de Representação e Programação Social, com exposição do servidor Manoel Duarte.



## NOVEMBRO

10  
a  
13

Comemoração dos 30 anos de instalação da Seção Judiciária do Estado de Goiás, com a realização do Ciclo de Estudos da Justiça Federal, nos dias 12 e 13 de novembro.

19

Homenagem, em Sessão Solene, dos Juízes Euclides Reis Aguiar e Aristides Porto de Medeiros.

25  
a  
27

III Encontro de Juízes Federais da Região Amazônica em Manaus/AM.

## DEZEMBRO

07

Publicação do *Manual Prático de Consultas* pela Corregedoria.

07

Exposição do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre as recentes medidas do ajuste fiscal, promovida pela Seção Judiciária do Distrito Federal.

14

Entrega de prêmios do III Concurso Nacional de Monografias, organizado pela Assessoria de Comunicação Social.

18

Autorização, pela Resolução 18, da instalação de 16 varas, complementando, com as 19 já instaladas, as 35 varas criadas pela Lei 9.642/1998.

1999

## FEVEREIRO

04

Apresentação, em Sessão Plenária, do *Relatório de Atividades do TRF 1ª Região de 1998*, que inovou com o encarte *Extrato Cronológico*.

18

Aprovação, em Sessão Plenária, da Emenda Regimental 37, que altera o art. 122 do Regimento Interno do TRF 1ª Região.

25

Aprovação, em Sessão Plenária, da especialização de 16 varas federais entre as 35 criadas pela Lei 9.642/1998.

26

Sessão Solene de posse do Juiz Carlos Olavo Pacheco de Medeiros.

## MARÇO

08  
a  
12

Comemoração do Dia Internacional da Mulher.

30

Lançamento do carimbo postal comemorativo do 10º aniversário de instalação do TRF 1ª Região e das publicações: *Lei 8.666, de 1993, atualizada e anotada*; *Ementário de Jurisprudência do TRF 1ª Região – Edição Especial*; *Memória do TRF 1ª Região – 2ª Edição*.

## ABRIL

06

Missa Carismática em comemoração aos 10 anos do TRF 1ª Região.

08

Sessão Solene comemorativa dos 10 anos de instalação do TRF 1ª Região.

09

Inauguração da nova Sede da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso.

16

Condecoração, com a Medalha da Ordem do Mérito Militar, dos Juízes Plauto Ribeiro, Jirair Aram Meguerian, Aloísio Palmeira e do Juiz Federal Novély Vilanova da Silva Reis.

19

Instalação da 2ª Vara da Subseção Judiciária de Uberaba/MG.

23

Comemoração dos 15 anos de instalação da 2ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso.

27

Instalação da 11ª e 12ª Varas da Seccional de Goiás.

30

Instalação da 4ª, 5ª e 6ª Varas da Seccional do Maranhão.

## MAIO

07

Instalação da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

14

Instalação da 3ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG.

15

Comemoração do 7º aniversário de instalação da Seção Judiciária do Estado de Roraima.



17  
a  
21 Comemoração dos 32 anos de criação da Seção Judiciária do Distrito Federal.

21 Instalação da 4ª e 5ª Varas da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

28 Instalação da 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª e 20ª Varas da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

## JUNHO

02 Instalação da 4ª e 5ª Varas da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

11 Instalação da 3ª Vara da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG.

14  
a  
17 IV Feira de Saúde do TRF 1ª Região.

25 Instalação da 6ª e 7ª Varas da Seção Judiciária do Estado do Pará.

30 Posse da Ministra Eliana Calmon no Superior Tribunal de Justiça.

## JULHO

01 Inauguração das novas instalações da Biblioteca do TRF 1ª Região.

30 Tribunal assina convênio Caixa do Trabalhador com a Caixa Econômica Federal.

## AGOSTO

02 Inauguração da 19ª, 20ª, 21ª, 22ª Varas da Seção Judiciária do Distrito Federal.

04 Inauguração da Ala Plauto Ribeiro na Seção Judiciária do Estado de Goiás, em homenagem ao Tribunal.

11 Homenagem ao Presidente do Tribunal, Plauto Afonso da Silva Ribeiro, com a Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grande Oficial.

16  
a  
27 V Curso de Preparação de Magistrados para os 52 Juízes Federais Substitutos aprovados no IV Concurso Público, promovido pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais.

23  
a  
27 Exposição de artes Flores da artista plástica Leda Duarte Machado, no Espaço Cultural.

## SETEMBRO

17 Inauguração das novas instalações da Secretaria de Informática do Tribunal.

## OUTUBRO

18  
a  
22 Exposição de obras dos artistas plásticos A. Emygdio e Bárbara Xavier no Espaço Cultural do Tribunal.

## NOVEMBRO

29 Solenidade de entronização do crucifixo, na Sala de Sessões da 2ª Turma.

## DEZEMBRO

01  
a  
04 Encontro Bahia-Minas de Juízes Federais, promovido pelo Núcleo de Preparação e Aperfeiçoamento dos Magistrados Federais, em Salvador/BA.

07 Posse dos 42 Juízes Federais Substitutos, aprovados no VII Concurso.

17 Posse do Juiz José Amilcar de Queiroz Machado no cargo de Juiz do TRF 1ª Região.

2000

## FEVEREIRO

01 Sessão Plenária de Abertura do Ano Judiciário.

21/02  
a  
03/03 Realização da exposição Flores, da artista plástica Simone Reis.

## MARÇO

- 15 a 17 Realização da Exposição Comemorativa ao Dia Internacional da Mulher com oficinas, palestras, sarau e bazar.
- 15 a 29 Exposição do Retrato de Paulo Fernandes, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 17 Inauguração do Auditório Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, na Seção Judiciária do Estado do Pará.
- 21 Inauguração das novas instalações na Seção Judiciária do Estado do Pará.
- 30 Sessão Solene de Posse do Juiz Federal Antônio Ezequiel da Silva, no cargo de Juiz do TRF 1ª Região e de Comemoração do 11º Aniversário do TRF 1ª Região.
- 31 Entrega da medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, no grau de Alta Distinção, aos Juizes Plauto Ribeiro, Catão Alves e Carlos Fernando Mathias.

## ABRIL

- 04 Lançamento, no Espaço Cultural, do livro *A Produção Normativa do Poder Executivo: medidas provisórias, leis delegadas e regulamentos* do Juiz Federal Leomar Barros Amorim.
- 07 Inauguração das novas instalações da Seção Judiciária do Estado do Piauí, cujo auditório passou a ser denominado Plauto Ribeiro.
- 07 Lançamento do livro *Embargos à Execução Fiscal* pelo Juiz Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas Vallisney de Souza Oliveira, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 11 Inauguração das novas instalações da Seção Judiciária do Estado da Bahia, para abrigar as varas federais.
- 14 Sessão Solene de Homenagem aos Juizes José Alves de Lima, Mauro Leite Soares e Nelson Gomes da Silva, seguida da aposição dos retratos na Galeria de Presidentes.
- 17 Sessão Solene de Posse dos Novos Dirigentes do TRF 1ª Região, Juiz Tourinho Neto, como Presidente, e Juiz Catão Alves, como Vice-Presidente e Corregedor.
- 19 Entrega de medalhas do Mérito Militar aos Juizes Osmar Tognolo, Carlos Fernando Mathias e Assusete Magalhães.

- 24/04 a 05/05 Exposição fotográfica, no Espaço Cultural, Mares e outros lugares do artista Euvaldo Pinho.
- 25 Visita ao Tribunal de 87 alunos do curso de Direito da Fiplac, pelo Programa de Visitas.
- 26 a 29 I Encontro de Direito Ambiental da Magistratura Federal e do Ministério Público Federal na Seccional do Mato Grosso.

## MAIO

- 15 a 26 Exposição, das artistas plásticas Tereza Barbosa e Vera Lúcia, sobre o tema Arte Santa no Espaço Cultural do Tribunal.
- 29/05 a 09/06 Exposição Comemorações da artista plástica Maria Eunice, no Espaço Cultural do Tribunal.

## JUNHO

- 08 Solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Juizes Federais do Brasil.
- 12/07 a 04/08 Exposição da artista plástica Fátima de Paiva, sobre o tema Cores em harmonia, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 12 a 16 V Feira de Saúde do TRF 1ª Região, com atividades como oficinas para pais e filhos, oficina de *yoga*, palestras e estandes diversos.
- 19 Solenidade de posse da Juíza Assusete Magalhães como diretora da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.
- 19 Solenidade de entrega dos prêmios do IV Concurso Nacional de Monografias.

## AGOSTO

- 02 Visita do Advogado-Geral da União, Gilmar Mendes, ao Tribunal.
- 15 Entrega do Diploma e da Medalha de Visitante Ilustre aos Senadores Bernardo Cabral e Amir Lando.
- 22 Visita do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungman, ao TRF 1ª Região.
- 24 Sessão Solene de Homenagem ao Exército brasileiro.





## SETEMBRO

04  
a  
15

Realização da exposição Barro Brasil, do artista plástico Márcio Bonzam, no Espaço Cultural do Tribunal.

18  
a  
29

Realização da exposição coletiva Terra Queimada, com as ceramistas Bartira Lopes, Eliana Contrin, Eliete Barros, Gracie Faço, Maraina Landim, Rosana Evangelista e Zélia Freitas, no Espaço Cultural do Tribunal.

## OUTUBRO

06

Realização da Sessão Solene de Homenagem ao Ministro do STJ, Fernando Gonçalves, Juiz desta Corte de 1989 a 1996.

17

Visita do Senador Íris Resende ao TRF 1ª Região.

23

Solenidade de entrega de diplomas e de botões de lapela Homenagem por Tempo de Serviço, na abertura da Programação da Semana do Servidor.

23  
a  
27

Comemorações da Semana do Servidor Público.

23  
a  
27

Realização da mostra de fotografias Túnel do Tempo, contendo fotos dos servidores em todas as épocas do Tribunal.

23  
a  
31

Mostra cultural em homenagem ao servidor público, no Espaço Cultural do Tribunal, dos artistas Ângela Ziller, Ana Modesto, Gláucia Mattos, Márcia Garcia, Manoel Duarte e Paulo Levi.

25

Visita do Deputado Federal Ricardo Fiúza ao TRF 1ª Região.

26

Sessão Solene em homenagem ao Ministro Vicente Leal de Araújo.

## NOVEMBRO

06  
a  
10

Exposição, no Espaço Cultural do Tribunal, da artista plástica Simone Reis.

13/11  
a  
01/12

Exposição Natureza, da artista plástica Dora Barbosa, no Espaço Cultural do Tribunal.

17

Sessão Solene em homenagem aos Juízes Hércules Quasímodo da Mota Dias e João Vieira Fagundes.

22

Visita do Senador Hugo Napoleão e do Deputado Federal Ciro Nogueira ao TRF 1ª Região.

## DEZEMBRO

04  
a  
15

Exposição de Natal, no Espaço Cultural do Tribunal, das artistas Ângela Ziller, Ana Modesto, Cláudia, Dalva Sobral, Lourdes, Rita, Rosa Helena.

11  
a  
13

I Encontro de Imprensa e Cerimonial da Primeira Região, no TRF 1ª Região.

15

Sessão Solene de Outorga da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria aos senhores Luís Nassif, Maria do Carmo Vieira Gomar e Wander da Rocha Tanure.

# 2001

## FEVEREIRO

01

Sessão Solene de posse do Juiz Eustáquio Silveira como Corregedor-Geral da Primeira Região e Comemorativa da Abertura do Ano Judiciário.

01

Eventos comemorativos da Abertura do Ano Judiciário, na Praça dos Tribunais Superiores.

08  
a  
09

Simpósio de Direito Público da AGU 1ª Região, no auditório do TRF 1ª Região.

15

Sessão Solene de posse dos Novos Juízes do TRF 1ª Região.

## MARÇO

12  
a  
16

Semana Comemorativa do Dia Internacional da Mulher — exposição do Artista Plástico Otoniel Fernandes Neto e mostra de trabalhos artesanais de servidores e convidados, no Espaço Cultural do Tribunal.

15

Solenidade de Homenagem aos Juízes Antônio Souza Prudente, Selene Maria de Almeida e Sebastião Fagundes de Deus, na Seção Judiciária do Distrito Federal.

19  
a  
30

Exposição da Artista Plástica Evoá Ferreira sobre o tema Cores e Nuances, no Espaço Cultural do Tribunal.

30

Sessão Solene Comemorativa do 12º Aniversário de Instalação do TRF 1ª Região e Entrega dos Prêmios de Incentivo Funcional: Destaque Institucional, Honra ao Mérito e Tempo de Serviço.

## ABRIL

16  
a  
27

Exposição de Arte do artista plástico Dy Maury sobre o tema A Comunicação pela Arte, no Espaço Cultural do Tribunal.

17

Comemoração do 1º Aniversário da Administração Tourinho Neto.

20

Sessão Solene de Outorga do Título de Cidadão Honorário de Brasília, ao Presidente do Tribunal, na Câmara Legislativa.

23

Instalação Solene das três Turmas Suplementares.

26

Outorga da Ordem do Mérito de Brasília, ao Presidente do Tribunal, no Grau Grande Oficial, outorgada pelo Governador do Distrito Federal, na Praça dos Três Poderes.

## MAIO

02

Solenidade de reinauguração das instalações físicas da Subseção Judiciária de Santarém/PA.

07  
a  
18

Exposição Arte e Liberdade dos Artistas Plásticos Eusanete Sant'anna, Flávia Cortopassi, Gilda Teixeira, Hannah Torres, Inez Campos e Vivianne Rocha, no Espaço Cultural do Tribunal.

10

Missa de Páscoa e Comemoração referente ao Dia das Mães, no auditório do Tribunal.

24

Sessão Solene em Homenagem ao Ministro Aldir Guimarães Passarinho Junior.

28

Lançamento das Instalações da Subseção Judiciária de Tabatinga/AM.

28/05  
a  
08/06

Exposição, no Espaço Cultural, Flores & Cores da Artista Plástica Valéria lasbech.

30

Visita de estudantes de Direito da Fiaplac ao Tribunal.

## JUNHO

04

Entrega ao Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Rubens Aprobato Machado, da sala reservada aos advogados.

06  
a  
08

I Encontro Norte-Nordeste de Juízes Federais.

07

Culto Ecumênico do TRF 1ª Região, no foyer do Plenário do Tribunal.

12  
e  
13

Encontro da Associação dos Juízes Federais do Brasil, em São Luís/MA.

15

II Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil, Penal e Juizados Especiais — Palestra Competência nos Juizados Especiais Criminais e o Anteprojeto de Lei dos Juizados Especiais Federais, em Joinville/SC.

18/06  
a  
06/07

Exposição da Artista Plástica Denise Boechat Pizutti sobre o tema Cores em Várias Formas, no Espaço Cultural do Tribunal.

28

Palestra do cardiologista Walter Geraldo da Silveira, Fatores de Risco para Doença Arterial Coronariana, para os servidores e magistrados.

## JULHO

12

Criação dos Juizados Especiais.

## AGOSTO

01

Sessão Solene de Abertura dos Trabalhos do 2º Semestre.

09

Aposição do retrato do Juiz Fernando da Costa Tourinho Neto na Galeria de Presidentes da Associação dos Juízes Federais do Brasil e lançamento da coletânea *Governo e Judiciário — uma visão crítica*, na sede da Associação dos Juízes Federais do Brasil.

20

Sessão Solene de Outorga do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

30/08  
a  
02/09

XVIII Encontro Nacional de Juízes Federais promovido pela Associação dos Juízes Federais do Brasil, Campos do Jordão/SP.



27  
a  
31 VI Feira de Saúde e I Expo Qualidade de Vida, no *foyer* do Plenário.

## SETEMBRO

13 Sessão Solene em Homenagem à Ministra Eliana Calmon.

26 Cerimônia de outorga da Medalha do Mérito Eleitoral, na categoria Jurista, ao Presidente do TRF 1ª Região.

## OUTUBRO

01  
a  
05 Exposição conjunta Diversidade dos Artistas Plásticos Lídio Rodrigues, Napoleão Pimentel, Osmar Marques e Welse Sant'Anna, no Espaço Cultural do Tribunal.

08  
a  
19 Exposição da Artista Plástica Elinor de Pina Dias sobre o tema Reflexão, no Espaço Cultural do Tribunal.

17  
a  
19 III Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região, em Goiânia/GO.

22 Assinatura do Termo de Recebimento dos Lotes da Seção Judiciária do Distrito Federal.

22/10  
a  
01/11 Exposição dos Artistas Plásticos H. Kazu Maia e L. R. Rocha Maia sobre o tema Encantamento e Flores, no Espaço Cultural do Tribunal.

22  
a  
28 Gincana da Amizade, como parte dos eventos da semana do servidor público.

25 Coquetel de lançamento do livro *Acesso ao ensino fundamental no Brasil: um direito ao desenvolvimento*, de autoria da Juíza Mônica Sifuentes, no Espaço Cultural do Tribunal.

26 Congresso de Juízes Federais na Bahia.

31 Visita de estudantes da Faculdade de Direito de Araxá/MG ao Tribunal.

## NOVEMBRO

05  
a  
16 Exposição do Artista Plástico Otoniel Fernandes Neto sobre o tema Paisagens Nordestinas, no Espaço Cultural do Tribunal.

06 Visita de estudantes da Fi plac ao Tribunal.

08 I Encontro da Justiça Federal e do Ministério Público da Primeira Região, Palestra A Tutela de Direitos Difusos e Coletivos.

09 Sessão Solene em homenagem ao Juiz Osmar Tognolo.

12 Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos.

16 VII Curso de Preparação de Magistrados Federais, Palestra O Juiz e o Povo.

19 Entrega dos Prêmios do V Concurso Nacional de Monografias.

19 Encerramento do Curso de Juízes.

26 Exposição, no Espaço Cultural do Tribunal, Resgate da Cultura Indígena organizada pela Associação Caroba.

28  
a  
30 II Encontro de Imprensa e Cerimonial da Primeira Região, em Salvador/BA.

## DEZEMBRO

04 Lançamento edição especial de aniversário da nova Revista do TRF 1ª Região.

05 Lançamento do Programa de Execução Fiscal Virtual da Primeira Região.

06 Lançamento do livro *Autogoverno e controle do Judiciário no Brasil* do Juiz Federal Flávio Dino de Castro e Costa, no Espaço Cultural do Tribunal.

03  
a  
14 Exposição Bazar Natalino, no Espaço Cultural do Tribunal.

11 Inauguração do Protocolo Expresso e apresentação dos novos juízes, na Seção Judiciária do Estado de Goiás.

14 Inauguração da Capela com Culto Ecumênico de Natal, no *hall* do Plenário do Tribunal.

18 Festa de confraternização dos servidores do TRF 1ª Região.

\* Campanha Árvore da Solidariedade.

28 Solenidade de Posse da Juíza Maria do Carmo Cardoso, no Gabinete da Presidência.



## 2002

### FEVEREIRO

- 01 Sessão Plenária de abertura do Ano Judiciário e apresentação da Juíza Maria do Carmo Cardoso.
- 25/02 a 01/03 Encontro de Juízes Federais e Servidores da Primeira Região, sobre o tema Juizados Especiais Federais, no Salão Nobre do Tribunal.

### MARÇO

- 08 Abertura oficial das comemorações do Dia Internacional da Mulher, Exposição de Artes da servidora Cristina Berquó, no Espaço Cultural do Tribunal, sobre o tema Mulher.
- 12 Solenidade de entrega das chaves das novas instalações dos Juizados Especiais Federais.
- 15 Palestra O Cerimonial da República e as Ordens Honoríficas vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores, proferida pelo Conselheiro Celso Timponi.

### ABRIL

- 01 Sessão Solene Comemorativa do 13º aniversário de instalação do TRF 1ª Região e lançamento dos símbolos da Justiça Federal da Primeira Região.
- 2 Solenidade de entrega dos prêmios de incentivo funcional: Destaque Institucional, Honra ao Mérito e Tempo de Serviço.
- 11 Solenidade de lançamento do vídeo-sustentação da Primeira Região.
- 8 a 12 Exposição sobre o tema Esquecidos na história — Um povo chamado Índio no Espaço Cultural do Tribunal.
- 12 Sessão Solene de outorga da Medalha do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Senhor Everardo Maciel.
- 15 Solenidade de lançamento do projeto Tribunal Cidadão.
- 17 Inauguração do berçário e do restaurante do TRF 1ª Região.

- 17 Sessão Solene de outorga do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Ministro Lauro Franco Leitão.
- 17 Coquetel em homenagem ao Juiz Federal Tourinho Neto.
- 18 Coquetel em homenagem ao Felipe dos Santos Jacinto, Diretor-Geral do TRF.
- 19 Sessão Solene de Posse dos Novos Dirigentes.
- 20 Missa em Ação de Graças pela posse dos novos dirigentes e Páscoa da Família do TRF 1ª Região.
- 22 Missa em Ação de Graças pela posse dos novos dirigentes.
- 23 Posse dos novos dirigentes das unidades do TRF 1ª Região.
- 30 Exposição do escultor Roberto Claussen, sobre o tema Do Figurativo ao Abstrato sem perder a poesia, no Espaço Cultural do Tribunal.

### MAIO

- 27/05 a 07/06 Exposição das artistas Josiane Zanella e Esmeralda Zanella sobre o tema Emoção traduzida em texturas e cores, no Espaço Cultural do Tribunal.

### JUNHO

- 12 Posse da Desembargadora Federal Assusete Reis Magalhães no Tribunal Regional Eleitoral.
- 17 a 28 Exposição dos artistas Mabel e Edgar de La Vega sobre o tema O Encontro das Artes, no Espaço Cultural do Tribunal.

### JULHO

- 04 a 06 Encontro de Estudos de Juízes Federais do Norte – Questões Polêmicas na Justiça Federal.
- 24 Solenidade de Posse de Antônio Carlos Almeida Campelo, no cargo de Juiz Federal Substituto.

### AGOSTO

- 05 Solenidade de posse dos novos dirigentes da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.



05  
a  
16  
Exposição Fotográfica do servidor Mauro Túlio Putini sobre o tema Paradeiros, no Espaço Cultural do Tribunal.

08  
e  
09  
I Jornada de Estudos Jurídicos da Seção Judiciária do Estado do Pará.

19  
a  
23  
VII Feira de Saúde e II Expo Qualidade de Vida.

22  
Inauguração da Sala de Pagamento de Precatórios – Banco do Brasil.

26  
Exposição do escultor Denis Corancil, sobre o tema Salvo das cinzas para a Eternidade, no Espaço Cultural do Tribunal.

28  
Entrega do Diploma e da Medalha de Visitante Ilustre ao Vice-Presidente da Corte Constitucional Italiana, Massimo Vari.

28  
Palestra do Vice-Presidente, Desembargador Federal Fernando Mathias, no Encontro de Cerimonial do Judiciário.

## SETEMBRO

3  
Lançamento da Coleção Ex Cathedra, com o livro *Retificação de área* do Desembargador Federal Olindo Menezes.

16  
a  
27  
Exposição do artista Marcelo Gonçalves de Oliveira, sobre o tema Flores e Formas, no Espaço Cultural do Tribunal.

26  
Santa Missa no Gabinete do Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias.

## OUTUBRO

07  
a  
18  
Exposição de esculturas de Mara Nunes, sobre o tema Processos de Criação, no Espaço Cultural do Tribunal.

15  
Solenidade que marca o início das atividades do Berçário.

21  
a  
30  
Semana em homenagem ao servidor do TRF 1ª Região.

21  
a  
30  
Exposição de artes com os servidores do Tribunal.

## NOVEMBRO

04  
a  
14  
Exposição da artista Patrícia Figueiredo, sobre o tema Fragmentos da Matéria, no Espaço Cultural do Tribunal..

05  
a  
06  
Oficina de Contador de Histórias e reciclagem de Papel com a artista plástica Patrícia Figueiredo.

## DEZEMBRO

02  
Comemoração do aniversário do Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Catão Alves.

05  
a  
07  
V Encontro de Juízes Federais da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

12  
Solenidade de Inauguração das novas instalações do Memorial Desembargador Federal Mauro Leite Soares.

13  
Missa de Natal.

15  
Festa de Confraternização de Fim do Ano dos magistrados, servidores e prestadores de serviço no Centrejufe.

17  
Posse da nova diretoria da Associação dos Juízes Federais da Primeira Região no Clube da Amagis.

## 2003

## FEVEREIRO

14  
Solenidade de Inauguração da nova sede do Juizado Especial Federal em Mato Grosso.

17  
Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos.

20  
Reinauguração do Restaurante do TRF 1ª Região.

28  
Solenidade de Posse do Secretário-Geral da Presidência, Coronel Mário José de Santana Filho.

## MARÇO

21  
Eventos comemorativos do Dia Internacional da Mulher.

28

Comemorações do 14º Aniversário do TRF 1ª Região: Sessão Solene Comemorativa, Inauguração da Galeria de Vice-Presidentes e Abertura das Exposições Fotográficas dos Juizados Especiais Federais e dos Servidores.

## ABRIL

28/04  
a  
09/05

Exposição da artista plástica Lygia Milton sobre o tema ...a paz sonhada, no Espaço Cultural do Tribunal.

## MAIO

06

Solenidades comemorativas dos 35 anos da Justiça Federal no Estado do Maranhão

17

Missa em memória do sétimo centenário de falecimento de Santo Ivo.

19  
a  
30

Exposição da artista plástica Zara Carloni sobre o tema Convergência, no Espaço Cultural do Tribunal.

20

Visita de estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – Fi plac ao Tribunal.

29

Visita de estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central– Fi plac ao Tribunal.

## JUNHO

09  
a  
20

Exposição do artista plástico Chico Oliveira sobre o tema A Arte de Chico Oliveira, no Espaço Cultural do Tribunal.

11  
a  
13

Visita de estudantes do curso de Direito da Faculdade Católica ao Tribunal.

16

Solenidade de Instalação do Juizado Informatizado do Distrito Federal (Autos Virtuais), no Juizado Especial Federal do Distrito Federal.

23  
a  
26

III Encontro de Capacitação dos Comitês Gerenciais do PGQVT e Encontro de Coordenadores do Pro-Social.

26  
a  
28

VI Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região – Juizado Especial Federal – Uberlândia / MG.

## JULHO

11

Solenidade de Encerramento do I Curso de Auxiliar Brigadista do TRF 1ª Região.

30

Solenidade de Posse da Juíza Federal Substituta Dayana de Azevedo Bião de Souza, no Gabinete da Presidência do Tribunal.

## AGOSTO

05

Solenidade de Assinatura do Convênio TRF / Fundação Banco do Brasil — projeto Juizados Especiais Federais itinerantes: a Justiça vencendo distâncias.

07  
a  
08

I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal no Piauí.

08  
a  
22

Exposição da artista plástica Sara Nach, no Espaço Cultural do Tribunal.

12  
a  
13

Comemoração do 20º aniversário de instalação da Justiça Federal no Estado de Rondônia e do 1º aniversário de instalação do Juizado Especial Federal no Estado de Rondônia.

22

Solenidade de Lançamento do sistema de consulta jurisprudencial das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

27

VII Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário e do Ministério Público em Brasília.

22  
a  
29

Exposição do artista plástico Jonas Lemes, no Espaço Cultural do Tribunal.

## SETEMBRO

01

Inauguração do sistema integrado de divulgação jornalística e do estúdio de rádio e TV do Tribunal.

01  
a  
05

Exposição do artista plástico Paulo Pereira Cardoso sobre o tema Alegria das Cores, no Espaço Cultural do Tribunal.

04  
a  
06

Encontro de Juízes Federais da Primeira Região e Advogados da Caixa, em São Luís/MA.

09

Projeto de escolarização de adultos.





09

Lançamento das unidades móveis dos Juizados Especiais Federais itinerantes, no Tribunal, com a partida festiva com destino a Ipatinga/MG.

11

Inauguração do Juizado Especial Federal itinerante na Primeira Região e lançamento das unidades móveis.

17

Solenidade de Abertura do Encontro de Juízes Federais dos Juizados Especiais da Primeira Região e dos trabalhos do Juizado Especial Federal itinerante no Jalapão, em Tocantins.

17  
a  
20

Encontro de Juízes Federais do Juizado Especial da Primeira Região, no Jalapão – Tocantins.

19/09  
a  
03/10

Exposição da artista plástica Marli Araújo, no Espaço Cultural do Tribunal.

26

Solenidade Comemorativa ao 36º aniversário de instalação da Justiça Federal no Estado do Amazonas.

## OUTUBRO

06  
a  
10

Exposição de artes Momento Criança das artistas plásticas Dalva Sobral e Denise Silva, no Espaço Cultural do Tribunal.

13  
a  
24

Exposição Vivências da artista plástica Lena Lessa, no Espaço Cultural do Tribunal.

20  
a  
24

VIII Feira de Saúde e III Expo Qualidade de Vida.

28

Solenidade em homenagem à Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, no Juizado Especial Federal Cível do Distrito Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

29

Solenidade de posse do Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, no Gabinete da Presidência do Tribunal.

## NOVEMBRO

03  
a  
04

Exposição Viagem sem Limite da artista plástica Carmélia Freitas, no Espaço Cultural do Tribunal.

05  
a  
07

VII Encontro de Juízes Federais da Esmaf, em Manaus/AM.

19

Entrega dos prêmios do V Concurso Nacional de Monografias.

## DEZEMBRO

03

Coquetel em comemoração ao aniversário do Presidente Catão Alves.

10

Dia “D” – dia do descarte.

\*

Sextas Natalinas.

05

Missa de Natal.

12

Concerto de Natal.

19

Festa de Confraternização de magistrados, servidores e prestadores de serviço Natal Tropical.

\*

Correio de Natal.

\*

Árvore da Solidariedade – Entidades beneficiadas: Creche da Sagrada Face de Cristo e Igreja de Jesus Cristo.

11

Entrega da Premiação do Concurso para escolha da logomarca do grupo de Brigadistas Voluntários do TRF 1ª Região, promovido pela Diseg.

## 2004

## FEVEREIRO

06

Solenidade de Instalação da 7ª Vara Federal, que abrigará o Juizado Especial Federal Cível, na Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

13

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal, na Seção Judiciária do Estado do Piauí.

13

Lançamento do programa de alfabetização de adultos Ler para Construir, pela Seção Judiciária do Estado do Piauí.

16

Visita orientada de estudantes do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.

16

Solenidade de Instalação da 8ª Vara Federal, que abrigará o Juizado Especial Federal Cível, na Seção Judiciária do Estado do Pará.

20

Solenidade de Instalação da 3ª Vara Federal, que abrigará o Juizado Especial Federal Cível e Criminal, na Seção Judiciária do Estado do Amapá.

26

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal, na Seção Judiciária do Estado de Goiás.

27

Solenidade de Instalação de Varas do Juizado Especial Federal Cível, na Seção Judiciária do Distrito Federal.

## MARÇO

01

Solenidade de Instalação de Vara do Juizado Especial Federal, na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

05

Solenidades na Subseção Judiciária de Ilhéus: Solenidade de entrega definitiva da reforma do edifício Sede, com a inauguração do estacionamento da Justiça Federal e das novas instalações do Posto de Atendimento da Caixa Econômica Federal; Solenidade de Inauguração da Rua Ministro José Cândido e Solenidade de Outorga do Título de Cidadão Ilheense ao Desembargador Federal Catão Alves, Presidente do TRF 1ª Região.

08  
a  
19

Exposição da artista plástica Áurea Domenech sobre o tema Acorde-me Quando Chegar a Primavera, no Espaço Cultural do Tribunal.

13

Visita orientada de estudantes do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.

15

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Acre.

16

Lançamento do livro *Código Tributário Nacional à luz da Jurisprudência*.

17

Sessão Solene de Posse do Desembargador Federal Leomar Amorim.

19

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas.

22

Visita orientada de estudantes do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Ceres, Campus de Caicó, ao Tribunal.

22

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado de Roraima.

23

Solenidade de Premiação dos Vencedores do VII Concurso Nacional de Monografias.

23

Solenidade de entrega das obras de reforma das instalações do edifício Anexo I do TRF 1ª Região.

29

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

30

Comemorações do 15º aniversário do Tribunal Regional Federal da Primeira Região: Sessão Solene Comemorativa e Lançamento do Vídeo Institucional dos 15 anos do TRF 1ª Região.

## ABRIL

02

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal em Tabatinga/AM.

02

Visita orientada de estudantes do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.

05

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

12

Solenidade de Instalação da Vara do Juizado Especial Federal Virtual da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

13

Inauguração da Sede da Escola da Magistratura Federal da Primeira Região e Centro de Treinamento da Justiça Federal.

13

Entrega da Medalha de Visitante Ilustre ao Arcebispo Militar do Brasil, Dom Geraldo do Espírito Santo de Ávila.

16

Solenidade de Entrega dos Certificados de Conclusão do 1º Curso de Alfabetização de Adultos do TRF 1ª Região.

16

Sessão Solene de Outorga do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Senador José Sarney.

16

Coquetel de adesão em homenagem ao Desembargador Federal Antônio Augusto Catão Alves.

20

Visita orientada de estudantes do Curso de Direito do UniCeub ao Tribunal.

28

Solenidade de Abertura da Reunião Técnica sobre Crimes de Lavagem de Dinheiro, na Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.

## MAIO

04

Visita orientada de estudantes do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.



- 05 Sessão Solene Comemorativa do 12º Aniversário de Instalação da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.
- 12 Visita orientada de estudantes do Curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central ao Tribunal.
- 17 Solenidade de Posse da Diretora do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia.
- 18 Abertura da Reunião Técnica de Diretores das Secretarias de Informática dos Tribunais Regionais Federais.
- 21 Solenidade de Instalação do III Juizado Especial Federal itinerante em Diamantino – Mato Grosso.

## JUNHO

- 06 Solenidade de Encerramento do Juizado Especial Federal itinerante em Cruzeiro do Sul/AC.
- 14 a 25 Exposição do artista plástico Fernando Castro sobre o tema Sonhos Transcedendo a Imaginação, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 15 Visita orientada de estudantes do Curso de Direito do UniCeub ao Tribunal.
- 16 Missa em sufrágio pela alma da Juíza Federal Substituta Fabíola Bernardi.
- 23 a 26 I Curso de Treinamento e Atualização para Diretores de Foro e Coordenadores de Subseções da Justiça Federal da Primeira Região.

## JULHO

- 05 Solenidade de Abertura do Juizado Especial Federal itinerante rodoviário em Senhor do Bonfim/BA.
- 27 Visita orientada de estudantes de Direito, estagiários do STJ, ao Tribunal.

## AGOSTO

- 04 Assinatura de Abertura de Convênio entre o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, a Seção Judiciária da Bahia e a Caixa Econômica Federal.
- 04 Coquetel em comemoração ao Aniversário do Presidente do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.

- 06 a 20 Exposição da artista plástica Daniela Jorge sobre o tema Ensaio do Primeiro Ato, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 16 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal itinerante em Paracatu/MG.
- 17 Celebração de Missa da Páscoa da Família Judiciária, na Catedral Metropolitana de Brasília.
- 26 a 28 I Congresso Baiano de Direito Ambiental.
- 30 Solenidade de Instalação das 21ª e 22ª Varas Federais do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

## SETEMBRO

- 01 Sessão Solene de Posse dos Novos Dirigentes da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.
- 01 Solenidade de Assinatura do Convênio entre o Tribunal Regional Federal da Primeira Região e o Banco do Brasil.
- 03 a 17 Exposição do fotógrafo Paulo Dutra sobre o tema Reflexos, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 09 Primeira Distribuição dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.
- 14 Solenidade de Instalação do JEF Virtual na Seção Judiciária do Acre.
- 20 Missa em sufrágio pela alma do Desembargador Federal Hermenito Dourado.
- 22 Solenidade de Lançamento do Novo Programa de Visitas do TRF 1ª Região.
- 24/09 a 08/10 Exposição do artista plástico Octávio de Freitas sobre o tema Alma, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 28 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Piauí.

## OUTUBRO

- 05 Visita orientada, ao Tribunal, de alunos da 4ª série do Ensino Fundamental da Escola Classe 8 do Cruzeiro, em comemoração ao Dia da Cidadania e 16º Aniversário de Promulgação da Constituição Federal.



- 08 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.
- 11 a 20 Exposição das artistas plásticas Maria Dalva dos Santos Sobral, Renata Guimarães Leitão e Sônia Guimarães sobre o tema Prima Cores, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 20 Lançamento do livro *Backpackers — Europa de mochila*, do servidor Gláucio Braga Assis, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 22 Lançamento do livro *Nulidade da sentença e princípio da congruência*, de autoria do Juiz Federal convocado Vallisney de Souza Oliveira, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 26 Visita orientada de alunos da 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental da Escola Classe 103 Sul ao Tribunal.

## NOVEMBRO

- 05 Comemoração dos Dois Anos de Funcionamento dos Juizados Especiais Federais itinerantes.
- 08 a 12 XI Feira de Saúde e IV Expo Qualidade de Vida Transformação e Desenvolvimento.
- 08 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Virtual da Seção Judiciária do Estado de Rondônia.
- 09 Visita orientada de estudantes do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e de Direito de Rondônia ao Tribunal.
- 12 Inauguração do edifício Base Operacional de Serviços Administrativos do TRF 1ª Região.
- 29 Entrega de Diploma e Medalha de Visitante Ilustre para o Ministro Juan Colombo Campbell, Presidente do Tribunal Constitucional do Chile, e para o Ministro Marcos Libedinsky, Presidente da Corte Suprema do Chile.

## DEZEMBRO

- 10 Encontro de Corais Encantando Sonhos de Natal com o Coral Habeas Cantus e corais convidados, no TRF 1ª Região.
- 15 Entrega de Diploma e Medalha de Visitante Ilustre para Dom Lorenzo Baldisseri, Nuncio Apostólico no Brasil.
- 15 Missa de Natal do TRF 1ª Região, celebrada pelo Nuncio Apostólico no Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri.
- 16 Espetáculo, Festa de confraternização dos servidores, estagiários e prestadores de serviços do TRF 1ª Região.

- 17 Sessão Solene de Posse da Desembargadora Federal Neuza Maria Alves de Souza.
- 21 Entrega dos donativos da Árvore da Solidariedade às entidades: Creche QE 38, Guará II, e Asilo São Francisco de Assis, Park Way.

## 2005

### JANEIRO

- 21 Visita de 30 estudantes do curso de Direito que fazem estágio no Superior Tribunal de Justiça ao Tribunal.

### FEVEREIRO

- 18 Instalação da Vara do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

### MARÇO

- 02 Instalação da 25ª e 26ª Varas do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 08 a 11 Comemorações da Semana da Mulher com a Exposição das artistas plásticas Esmeralda e Josiane Zanella, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 11 Solenidade de Instalação da 14ª Vara da Seção Judiciária do Estado de Goiás.
- 14 Visita de 50 estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.
- 17 Reunião de Corregedores na Seção Judiciária do Estado de Goiás.
- 18 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Amazonas.
- 21 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal Virtual do Estado do Pará.
- 29 Solenidade de Assinatura do Convênio de Cooperação Financeira entre o Tribunal Regional Federal da Primeira Região e a Caixa Econômica Federal.



## ABRIL

- 01 a 15 Exposição da artista plástica Andréa de Matos sobre o tema O Brasil em Brasília, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 04 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado do Maranhão.
- 08 Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Caxias/MA.
- 10 Solenidade de Abertura dos Trabalhos do Juizado Especial Federal itinerante na cidade de Mineiros em Goiás.
- 14 Visita de 4 estudantes do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília ao Tribunal.
- 20 Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado da Bahia.
- 21 Lançamento do Programa Tribunal Solidário.
- 22 Reunião do Conselho da Justiça Federal, em Salvador/BA.
- 29 Solenidade em Comemoração do Primeiro Ano da Administração Aloísio Palmeira Lima.

## MAIO

- 02 Café da manhã em comemoração ao Dia do Taquígrafo.
- 02 a 13 Exposição das artistas plásticas Clarissa Genari, Gilma Leite e Molou Oliver sobre o tema Artes e Cacos.
- 06 Solenidade de Instalação da 23ª Vara no Juizado Especial Federal de Salvador.
- 09 Visita de 20 alunos do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.
- 12 Visita de 32 estudantes do Curso de Direito da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia ao Tribunal.
- 19 Lançamento do livro *Reforma do Judiciário — Comentários à Emenda 45/2004*, autores Flávio Dino, Hugo Melo Filho, Leonardo Barbosa e Nicolao Dino.
- 23/05 a 03/06 Exposição da artista plástica Patrícia Costa sobre o tema Antepassados, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 27 Jornada de Sustentação Oral da Centro Universitário do Distrito Federal, 35 estudantes do Curso de Direito no Tribunal.

## JUNHO

- 01 Visita de 23 estudantes do curso de Direito da Faculdade Integradas do Planalto Central ao Tribunal.
- 01 Solenidade de Implantação do Sistema de Controle de Acesso Eletrônico do Tribunal.
- 03 Visita de 42 estudantes do curso de Direito do Instituto Superior de Educação de Ituiutaba/MG ao Tribunal.
- 06 Visita de 35 estudantes do curso de Direito das Faculdades Integradas do Planalto Central – Fiplac ao Tribunal.
- 17 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal adjunto da Subseção Judiciária de Ilhéus.
- 20 Visita de 17 estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCeub ao Tribunal.
- 22 Lançamento do livro *Desapropriação, doutrina e jurisprudência* pela Divisão de Divulgação Institucional.
- 24 Posse dos Juízes Federais Substitutos aprovados no X Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da Primeira Região.
- 27 VIII Concurso Nacional de Monografias.

## JULHO

- 22 Visita de 36 estudantes do curso de Direito que fazem estágio no Superior Tribunal de Justiça ao Tribunal.

## AGOSTO

- 04 Comemoração do Aniversário do Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.
- 05 Lançamento do livro *Direito à filiação e bioética*, de autoria da Juíza Federal Mônica Aguiar, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 08 Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Cáceres/MT.
- 12 Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal em Juiz de Fora/MG.
- 15 a 19 Exposição do escultor Said Santiago sobre o tema Imagens de Minas Arte Sacra, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 19 Solenidade de Inauguração da Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso/MG.

26

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Patos de Minas/MG.

29/08  
a  
09/09

Exposição da artista plástica Christiane Contreiras sobre o tema Feminino, no Espaço Cultural do Tribunal.

30

Visita de 14 estudantes do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCeub ao Tribunal.

31

Solenidade de Entrega do Relatório Final dos Trabalhos da Comissão de Estados para a redefinição da competência funcional das Varas Federais da Primeira Região.

## SETEMBRO

05

Visita de 16 alunos do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília ao Tribunal.

12

Solenidade de Instalação do Juizado Especial Federal Virtual na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

15

Visita de 46 advogados da Advocacia-Geral da União ao Tribunal.

16  
a  
30

Exposição da artista plástica Cristina Diniz sobre o tema Primavera em Formas e Cores, no Espaço Cultural.

30

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Campo Formoso/BA.

## OUTUBRO

03  
a  
28

Outubro das Artes, exposição dos artistas plásticos e servidores Manoel Duarte, Mauro Puttini e apresentação do Coral Habeas Cantus, no Espaço Cultural do Tribunal.

05

Visita de 10 alunos do curso de Direito da Facitec, ao Tribunal.

06

Lançamento do livro *Súmula vinculante — um estudo sobre o Poder Normativo dos Tribunais*, de autoria Juíza Federal Mônica Sifuentes, no Espaço Cultural do Tribunal.

07

Jornada de Sustentação Oral da Centro Universitário do Distrito Federal, 20 alunos do curso de Direito no Tribunal.

14

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Barreiras/BA.

17  
a  
21

X Feira de Saúde e V Expo Qualidade de Vida.

21

Visita de 27 alunos do ensino fundamental da Escola Classe do Varjão ao Tribunal.

25

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG.

27

Assinatura do Convênio com Banco do Brasil.

## NOVEMBRO

04

Solenidade de Posse do Desembargador Federal Antônio Sávio de Oliveira Chaves na função de Coordenador dos JEFs da Primeira Região.

04

Posse da Juíza Federal Substituta Olívia Merlin, no Salão Nobre.

11

1º Dia de Descarte Central de Documentos Administrativos da Primeira Região.

11

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Picos/PI.

14  
a  
25

Exposição da artista plástica Ana Luíza Mattoso sobre o tema Arte Mulher, no Espaço Cultural do Tribunal.

14

Solenidade de Inauguração do Protocolo Externo.

16

Solenidade de Aposição de Retratos na Galeria de Presidentes, Vice-Presidentes e Desembargadores Federais.

21

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Lavras/MG.

21

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Varginha/MG.

22

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Pouso Alegre/MG.

29

Visita de 61 alunos do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília – UniCeub ao Tribunal.

30

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Feira de Santana/BA.

## DEZEMBRO

01

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Juazeiro/BA

02  
a  
19

Árvore da Solidariedade.





05

Palestra modelo de Excelência em Gestão Pública – Gespública, modelo instituído pelo Programa de Qualidade no Serviço Público do Governo Federal.

07

Inauguração da nova Sede da Justiça Federal em Cuiabá/MT.

07

Encontro de Corais.

09

Sessão do Conselho da Justiça Federal em Palmas/TO.

12

a

16

Exposição Natalina.

13

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Altamira, Pará.

15

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Luziânia/GO.

15

Missa de Natal no Salão Nobre do Tribunal.

16

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Anápolis/GO.

16

Festa de Fim de Ano do TRF 1ª Região *Rock'n Ho Ho*, confraternização dos magistrados, servidores e prestadores de serviço.

27

Posse da Juíza Federal Substituta Mei Lin Lopes Wu Bandeira.

**2006**

## JANEIRO

13

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Ji-Paraná/RO.

17

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Divinópolis/MG.

20

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Castanhal/PA.

25

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Jequié/BA.

26

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista/BA.

31

Visita de 46 estagiários de Direto do Superior Tribunal de Justiça ao Tribunal.

## FEVEREIRO

01

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Paulo Afonso/BA.

07

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Guanambi/BA.

14

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Rondonópolis/MT.

17

Reunião do Conselho do Colar e da Medalha Ministro Nelson Hungria.

21

Solenidade de Instalação da Subseção Judiciária de Sete Lagoas/MG.

22

Solenidade de Assinatura do primeiro processo digital da Primeira Região.

## MARÇO

06

a

17

Eventos comemorativos ao Dia Internacional da Mulher.

07

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Governador Valadares/MG.

08

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Ipatinga/MG.

10

Solenidade de inauguração das novas instalações da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

14

Solenidade de inaguração das Instalações do Tribunal no edifício Cabo Frio.

17

Solenidade de inauguração do edifício Sede da Subseção Judiciária Imperatriz/MA.

20

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Eunápolis/BA.

21

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Itabuna/BA.

27

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Rio Verde/GO.

28

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia/GO.

29

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Itabuna/BA.

30

Sessão Solene em comemoração ao 17º Aniversário do TRF 1ª Região.

31

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de São João del-Rei/MG.

## ABRIL

03

Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos do XI Concurso Público.

03

Solenidade de instalação da Subseção Judiciária de Sinop/MT.

06

Visita de 25 estudantes da Aeronáutica ao Tribunal.

07

Solenidade de inauguração do edifício Sede do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

18

Solenidade de entrega dos prêmios do IX Concurso Nacional de Monografia do TRF 1ª Região.

19

Sessão Solene de Posse dos novos dirigentes TRF 1ª Região.

## MAIO

08

Solenidade de Posse do novo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Tocantins.

08  
a  
19

Eventos comemorativos do Dia das Mães: campanha da Solidariedade com a arrecadação de fraldas e enxovais para uma instituição que atenda a mães carentes; mensagem da Presidente do Tribunal às mães divulgada no *Destaque Extra*; exposição de fotos de servidores comemorativa ao dia das mães no Espaço Cultural; TRF Mix (bazar); estúdio fotográfico (fotos de época) e show Prata da Casa em homenagem às mães, com os talentos do Tribunal.

12

Solenidade de Posse do novo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.

12

Solenidade de Posse da Juíza Federal Substituta Renata Mesquita.

15

Solenidade de Posse do novo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

17

Visita de 30 estudantes do Programa de Superdotados da Secretaria de Educação do Distrito Federal (Julgamento Simulado).

22  
a  
26

Solenidade de Conciliação dos mutuários da Caixa Econômica Federal/MG.

24

Visita de estudantes de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais.

26

Visita de 20 estudantes e 5 professores do curso de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal com formação – Jornada de sustentação oral.

29/05  
a  
09/06

Exposição do Professor Vitor Hugo-Bravo Romero, Arte Cusquenha, no Espaço Cultural.

31

Solenidade de Posse do novo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Goiás.

## JUNHO

19

Solenidade de Posse do Desembargador Federal Luciano Franco Tolentino Amaral como Diretor da Revista do Tribunal.

19  
a  
30

Exposição sobre o tema Revier pintando a Obra de Deus — Irmã Santos, no Espaço Cultural.

21

Visita de 45 estudantes do curso de Direito do UniCeub.

24

Festa Junina promovida pela Associação dos Servidores da Justiça Federal da Primeira Região.

29

Reunião do Conselho da Justiça Federal, no Tribunal Regional Federal Primeira Região.

## JULHO

10  
a  
21

Exposição de quadros, da artista plástica Tânia Maria Miranda Carneiro Cardoso, no Espaço Cultural.

21

Visita de 30 estagiários de Direito do STJ.

## AGOSTO

01  
a  
11

Exposição no Espaço Cultural da Artista Plástica Patrícia Costa.



- 18 Campanha do Prodentinho.
- 19  
a  
20 Dia dos Pais na Associação dos Servidores da Justiça Federal da Primeira Região.
- 21 Solenidade de Entrega de Cartas de Baixa de Hipoteca do Projeto Conciliação na Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 21/08  
a  
01/09 Exposição dos artistas Margareth, Rosângela e outros, sobre o tema Ciranda do Mosaico, no Espaço Cultural.
- 23 Solenidade de assinatura do termo de Implantação do Infojud na Primeira Região, entre o Tribunal Regional Federal da Primeira Região e a Secretaria da Receita Federal.
- 25 Solenidade de Instalação da Correição Geral Ordinária na Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 28 Solenidade de Abertura do *Workshop* Projeto de Execução Fiscal e Virtual.

## SETEMBRO

- 01 Solenidade de Posse Diretor da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.
- 6 Abertura do projeto Viva Melhor do PGQVT.
- 06  
a  
10 IV Encontro anual da Associação dos Juizes Federais da Primeira Região, em Salinas do Maragogi/AL.
- 11  
a  
15 Exposição do artista Said Santiago, sobre esculturas sacras, no Espaço Cultural do Tribunal,
- 15 Visita de estudantes do curso de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal, jornada de sustentação oral.
- 15 Audiência do Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro com 30 índios (representantes do Povo Terena) membros do Conselho Indigenista Missionário (CIM).
- 17 Solenidade do primeiro ajuizamento de ação de execução fiscal pelo Sistema Eletrônico da Fazenda Nacional, no Ministério da Fazenda.
- 21 Reunião de Diretores-Gerais e Diretores de Orçamento do Conselho da Justiça Federal e dos Tribunais Regionais Federais, no Salão Nobre do Tribunal.

- 25/09  
a  
01/10 Exposição do artista plástico Marco Aurélio, sobre o tema Caleidoscópio, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 28 Visita de 19 estudantes do curso de Direito e um professor do Centro Universitário do Distrito Federal ao Tribunal.

## OUTUBRO

- 10 Visita de 40 advogados da União ao Tribunal.
- 12 Eventos comemorativos da Semana da Criança.
- 16  
a  
20 Visita de 30 alunos portadores de altas habilidades e talentosos ou superdotados e 5 professores do Projeto Cidadania e Meio Ambiente da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ao Tribunal.
- 23 Visita de 27 estudantes do curso de Direito da Faculdade de Ciências, Humanas, Exatas e Letras de Rondônia.
- 23 Almoço do Presidente do Banco do Brasil com os Desembargadores Federais do TRF 1ª Região, em agradecimento e reconhecimento pela parceria daquela instituição com este Tribunal.
- 23 Solenidade de Posse dos Juizes Federais Substitutos.
- 23  
a  
27 Exposição dos artistas Crico e Daniel sobre o tema Mulheres da Vida — Arte em Bonecas, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 25 Oficina de bonecas oferecida pelos artistas Crico e Daniel com material reciclado.
- 27 Solenidade de lançamento do Processo Judicial Eletrônico de Execução Fiscal entre o Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal e das Presidentes dos Tribunais Regionais Federais da Primeira e 3ª Regiões.
- 28 Solenidades do Dia do Servidor Público.

## NOVEMBRO

- 06 Jantar Festivo em comemoração do primeiro ano de funcionamento da Subseção Judiciária de Montes Claros/MG.



- 06 a 17 Exposição de gravuras de José Alberto e Mirias sobre o tema Arte em *Desing*, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 08 Solenidade de Inauguração dos retratos dos Juízes Federais na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
- 10 Dia do Descarte Central de Documentos Administrativos da Primeira Região.
- 13 Solenidade de Entrega dos Certificados de Baixa de Hipoteca de Imóveis do Sistema Financeiro da Habitação, oriundas do Projeto Conciliação, promovido pelo TRF 1ª Região, em Rondônia.
- 13 Solenidade de abertura da III Jornada de Palestras da Justiça Federal em Rondônia.
- 21 Reunião dos magistrados deste Tribunal com o Deputado Federal Paes Landim, para a apresentação de sugestões à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que trata da Reforma do Judiciário, no Gabinete da Presidência do TRF 1ª Região.
- 22 Visita de 47 estudantes do Curso de Direito e uma professora do Centro de Ensino Universitário de Brasília ao Tribunal.
- 24 Encontro de Corregedores da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Estado do Piauí.
- 27 Solenidade de assinatura do convênio entre o TRF 1ª Região e o Centro Educacional Hyarte — Faculdade Atenas, destinado a implantar um Posto Avançado de Atendimento do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Patos de Minas, no Salão Nobre do Tribunal.
- 27/11 a 08/12 Exposição do artista plástico Wilson Santos sobre o tema Pôr-do-Sol, Rastro de luz e de Lua, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 29 Visita de 40 estudantes da Universidade Católica ao Tribunal.
- 29 Assinatura de acordo de Cooperação Técnica entre o Banco do Brasil e o TRF 1ª Região.

## DEZEMBRO

- 04 Culto de Ação de Graças.

- 04 a 15 Árvore da Solidariedade.
- 08 Visita de estudantes do curso de Direito da Universidade Católica ao Tribunal.
- 11 Missa de Natal dos servidores celebrada pelo Núncio Apostólico no Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri.
- 11 Confraternização Natalina dos magistrados deste Tribunal e seus familiares.
- 11 a 15 TRF Mix de Natal (bazar natalino).
- 11 Os novos caminhos da Justiça Federal no século XXI (palestra).
- 11 a 15 Exposição de telas natalinas, do artista Mauro Menezes.
- 15 Eventos realizados na Seção Judiciária do Estado do Maranhão pelo encerramento dos trabalhos do ano de 2006: Palestra Os caminhos da Justiça Federal no século XXI: a conciliação como alternativa para a solução de conflitos e a virtualização do processo, proferida pela Presidente Assusete Magalhães; entrega dos prêmios do Concurso de Monografias, prêmio Alberto Tavares e lançamento da *Revista da Seção Judiciária do Estado do Maranhão*, ano 2006.
- 15 Encontro de Corais — concertos de natal.
- 19 Em Cartaz Festa de Confraternização de Final de Ano dos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários do TRF 1ª Região.

## 2007

### FEVEREIRO

- 26 Solenidade de Implantação do Posto Avançado de Atendimento do Juizado Especial Federal da Subseção de Patos de Minas, em Paracatu — mediante convênio celebrado entre o TRF 1ª Região e o Centro Educacional Hyarte — Faculdade Atenas, em Paracatu/MG.



28

Solenidade de Inauguração da Nova Sede do Juizado Especial Federal do Distrito Federal, no edifício Cabo Frio.

## MARÇO

05  
a  
17

Exposição Comemorativa ao Dia Internacional da Mulher, dos artistas plásticos Alessandra Alves Caixeta e Cláudio Borges Caixeta, no Espaço Cultural do Tribunal.

06

Solenidade de comemoração do aniversário de instalação da Subseção Judiciária de Governador Valadares com a palestra A Justiça Federal da Primeira Região no Século XXI, proferida pela Presidente do TRF 1ª Região.

08

Eventos comemorativos do Dia Internacional da Mulher, no hall do Plenário e no Salão Nobre.

20

Visita de 21 alunos do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.

26

Solenidade de entrega do Certificado de Baixa de Hipoteca do Projeto Conciliação da Seção Judiciária de Mato Grosso.

26/03  
a  
03/04

Exposição das artistas Zélia e Gê, sobre o tema Maravilhas do Cerrado: Mandalas Artesanais em Madeira, no Espaço Cultural do Tribunal.

27

Lançamento da Campanha Justiça em Ação no Combate ao Tráfico Internacional de Drogas em Cáceres e Região, na Subseção Judiciária de Cáceres/MT.

30

Sessão Solene em comemoração ao 18º aniversário do Tribunal Regional Federal Primeira Região.

## ABRIL

03

Visita de 25 estudantes do curso de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal ao Tribunal.

13

Outorga do Colar do Mérito Judiciário Ministro Nelson Hungria ao Ministro José Arnaldo da Fonseca.

16  
a  
27

Exposição Retorno da artista plástica Evoá Ferreira, em Homenagem ao Primeiro ano de gestão da Presidente Assusete Magalhães, no Espaço Cultural do Tribunal.

18

Visita de 45 estudantes do curso de Direito da Faculdade Alfa de Goiás ao Tribunal.

25

Visita de 18 estudantes do curso de Direito da Faculdade Uniplan/Brasília ao Tribunal.

27

Solenidade de Inauguração do Núcleo de Prática Jurídica da Universidade Federal do Piauí, no Prédio do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Piauí.

30

Visita de 22 alunos e uma professora, do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.

## MAIO

07  
a  
11

Exposição fotográfica comemorativa ao Dia das Mães A Fonte do fotógrafo Wilson Maccagnan, no Espaço Cultural do Tribunal.

08  
a  
10

TRF Mix do Dia das Mães.

10

Culto em homenagem ao Dia das Mães, no Salão Nobre.

10

Eventos comemorativos referentes à inauguração das novas sedes da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais: Sessão Solene, descerramento das placas inaugurais dos edifícios que compõem o Fórum Ministro Oscar Saraiva, entrega de placas em homenagem, outorga de comendas Grã-Cruz do Mérito Judiciário Milton Campos e Outorga de Medalhas Justiça Século XXI.

11

Jornada de sustentação oral dos alunos do curso de Direito da Centro Universitário do Distrito Federal no Tribunal.

14

Solenidade de inauguração das novas instalações do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Amazonas e transmissão do cargo de Diretor do Foro.

15

Solenidade comemorativa dos 40 anos de Instalação da Justiça Federal no Pará e transmissão do cargo de Diretor do Foro.

16

Visita de 11 estudantes do curso de Direito da Faculdade Projeção/DF ao Tribunal.

18

Solenidade de Posse do Diretor e Vice-Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado da Bahia.

18

Sessão Solene comemorativa dos 15 anos da Seção Judiciária do Estado do Amapá.

21

Solenidade de transmissão do cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

- 21  
a  
31 Exposição da artista plástica Nilva Pawlowski sobre o tema Nonsense, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 24 Visita de 44 estudantes do curso de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto/MG ao Tribunal.
- 25 Solenidade de transmissão do cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.
- 28 Solenidade de transmissão do cargo de Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.
- 29 Visita de 42 alunos do curso de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal ao Tribunal.

## JUNHO

- 01 Solenidade de comemoração do 15º aniversário de instalação da Seção Judiciária do Estado de Roraima.
- 11  
a  
22 Exposição do artista plástico Manoel de Andrade, sobre o tema Manfil, no Espaço Cultural.
- 14  
e  
15 I Encontro de Juízes Administradores de Foro promovido pela Associação dos Juízes Federais da Primeira Região, em São Luís/MA.
- 15 Audiência Pública 1/2007 — preliminar à contratação das obras e serviços da construção da nova sede do TRF 1ª Região.
- 20  
a  
22 IX Encontro de Juízes Federais da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região — Alterações na Legislação Processual, em Belo Horizonte/MG.
- 25 Solenidade de Posse dos Juízes Federais Substitutos no auditório da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.
- 27 Visita de 6 estudantes do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília ao Tribunal.

## JULHO

- 06 Solenidade de Comemoração dos 20 anos de Instalação da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG.

- 25 Solenidade de outorga da Medalha de Visitante Ilustre ao Embaixador da República Italiana no Brasil, Michele Valensise.
- 30/07  
a  
10/08 Exposição da artista plástica Shanta Rathie, sobre o tema Mix Cultural, Brasil & Índia no Espaço Cultural do Tribunal.

## AGOSTO

- 10 Solenidade de comemoração dos 20 anos de instalação da Justiça Federal em Ilhéus e Solenidade de Instalação do Posto Avançado do Juizado Especial Federal na Universidade Estadual Santa Cruz.
- 20  
a  
31 Exposição Artes com Consciência e Justiça, do escultor Krishnamurti, no Espaço Cultural do Tribunal.
- 28 Visita de 32 estudantes do curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.
- 30 Solenidade de Posse do Novo Diretor da Revista do TRF 1ª Região, Desembargador Federal Hilton Fioravanti Sabo José Gomes de Queiroz.
- 31 Solenidade de Inauguração da Galeria de Coordenadores dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região e aposição dos retratos dos Desembargadores Federais Selene de Almeida e l'talo Fioravanti Sabo Mendes, no edifício Cabo Frio.

## SETEMBRO

- 05 Solenidade de Entrega dos Certificados de Baixa de Hipoteca de imóveis do Sistema Financeiro de Habitação do Projeto de Conciliação, na Seção Judiciária do Estado da Bahia.
- 04  
a  
09 V Encontro Anual da Associação dos Juízes Federais da Primeira Região, em Guarajuba/BA.
- 10  
a  
21 Exposição das artistas plásticas Norma Autuori e Rosemeire Silva sobre o tema Cores da Primavera.
- 12 Visita de 41 estudantes do Curso de Direito do UniDF ao Tribunal.





17

Sessão Solene de posse do Desembargador Federal Francisco de Assis Betti.

## OUTUBRO

05

Sessão Solene em homenagem ao Desembargador Federal Plauto Afonso da Silva Ribeiro.

05

Jornadas de Sustentação oral dos alunos do curso de Direito do Centro Universitário do Distrito Federal no Tribunal.

08

Solenidade de implantação do Posto Avançado do Juizado Especial no Aeroporto Internacional de Brasília – Presidente Juscelino Kubitschek.

08  
a  
19

Exposição das artistas Josiane Zanella, Cidinha Salomão e Esmeralda Guedes sobre o tema Arte e Terapia.

15

Solenidade de assinatura do convênio entre o Tribunal Regional Federal Primeira Região e a Universidade Federal de Viçosa, no Salão Nobre do Tribunal.

17  
a  
19

I Seminário sobre Conciliação nos Juizados Especiais Federais da Primeira Região, em Teresina/PI.

23  
a  
26

Solenidade de Abertura da I Mostra de Justiça e Bem Viver em comemoração ao Bicentenário do Judiciário Independente no Brasil e do Dia do Servidor Público.

26

Solenidade de Implantação do *Diário da Justiça Federal da Primeira Região*, em formato eletrônico, no Salão Nobre.

26

Julgamento Simulado para crianças.

28

Visita de 34 estudantes do Curso de Direito do Centro Universitário de Brasília ao Tribunal.

## NOVEMBRO

05

Solenidade de Posse do Desembargador Federal Cândido Artur Medeiros Ribeiro Filho, como Coordenador dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região.

05  
a  
16

Exposição coletiva, dos artistas Clarissa Gennari, Cláudia Verônica, Fabiano Lopes, Gisele Daher, Margarete Medeiros, Odete Rodrigues, Rosângela Evangelista, Ruth Ataíde e Shirley Neves sobre o tema Ciranda do Mosaico no Espaço Cultural do Tribunal.

07

Visita de 41 estudantes do curso de Direito do Centro de Ensino Unificado do Distrito Federal ao Tribunal

09

Sessão Solene em homenagem ao Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima.

09

Solenidade de Descarte Central de Precatórios e Documentos Administrativos da Primeira Região, no Salão Nobre.

12

Solenidade de Implantação do Protocolo Postal de petições e recursos na Primeira Região, no Salão Nobre.

26/11  
a  
07/12

Exposição da artista plástica Linda Khord sobre o tema Caminhando, no Espaço Cultural do Tribunal.

26

Solenidade de Inauguração da Universidade Corporativa da Justiça Federal da Primeira Região, no Salão Nobre.

## DEZEMBRO

03  
a  
08

Eventos da Semana de Conciliação Conciliar é legal e Faz Bem, em adesão ao Movimento pela Conciliação, proposto pelo Conselho Nacional de Justiça. Parceria entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e a Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.

07

Solenidade em comemoração aos 40 anos de Instalação da Justiça Federal de primeiro grau em Minas Gerais.

10

Solenidade de Inauguração da Sede da Subseção Judiciária de Caxias/MA.

10  
a  
14

TRF MIX de Natal, no túnel que liga os edifícios Sede I e II.

14

Missa de Natal dos servidores celebrada pelo Núncio Apostólico no Brasil, Dom Lorenzo Baldisseri,.

14

Confraternização natalina dos magistrados deste Tribunal e seus familiares.

19

E Vai Rolar a Festa, festa de confraternização de final de ano dos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários do TRF 1ª Região.

# Dados dos Juizados Especiais

Seção Judiciária	Localidade	Nomenclatura			
			Tipo	Competência	Quantidade de varas
Acre	Rio Branco	4ª Vara JEF cível e criminal	1 – vara	plena	1
Acre	Rio Branco	4ª Vara JEF cível e criminal		plena	1
Amazonas	Manaus	6ª Vara JEF cível e criminal	1 – vara	plena	1
Amazonas	Manaus	1º JEF cível e criminal – extinto em 2004	1 – autônomo	plena	1
Amazonas	Tabatinga	1º JEF cível e criminal – Tabatinga	3 – adjunto	plena	1
Amapá	Macapá	3ª Vara JEF cível e criminal	1 – vara	plena	1
Bahia	Salvador	1º JEF criminal (Adjunto à 2ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Bahia	Salvador	2º JEF criminal (adjunto à 17ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Bahia	Salvador	5ª Vara JEF cível	1 – vara	cível	1
Bahia	Salvador	9ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Bahia	Salvador	15ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Bahia	Salvador	21ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Bahia	Salvador	22ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Bahia	Salvador	23ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Bahia	Salvador	23ª Vara JEF		cível	1
Bahia	Barreiras	JEF adjunto cível e criminal – Barreiras	3 – adjunto	plena	1
Bahia	Campo Formoso	1º JEF Cível e Criminal – Campo Formoso	3 – adjunto	plena	1
Bahia	Eunápolis	JEF Adjunto Cível e Criminal – Eunápolis	3 – adjunto	plena	1

# Federais da Primeira Região

## Dados dos Juizados Especiais Federais

JEF virtual instalado	Quantidade de JEFs vituais	Processo	Vara	Data de instalação	Resolução/Portaria	Publicação no Boletim de Serviço
S	1	6.448/2003 e PA 3.339/2001	4ª	16/12/2003	Res. 3 de 06.02.2002 e Res. 11 de 29/4/2002 e 600-018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1			15/03/2004	Infojef	
S	1	6.448/2003 e PA 3.339/2001	6ª	10/04/2004	600-018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1			11/04/2002	Res. 3 de 06.02.2002 e Res. 11 de 29/4/2002 e INFOJEF	
N	–	6.448/2003	1ª	2/04/2004	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	6.448/2003 e PA 3.339/2001	3ª	20/02/2004	Res. 3 de 06.02.2002	230, 19/12/2003
N	–	3.339/2001	2ª	26/03/2002	Res. 3 de 06/02/2002	30, 14/02/2002
N	–	3.339/2001	17ª	26/03/2002	Res. 3 de 06/02/2002	30, 14/02/2002
S	1	7.918/2004	5ª	06/05/2005	Res. 11 , 01/04/2005	54, 04/04/2005
S	1	3.851/2005	9ª	dez/2005	Res. 24, 01/09/2005	159, 02/09/2005
S	1	3.339/2001	15ª	26/03/2002	Res. 3 de 06.02.2002	30, 14/02/2002
S	1	6.448/2003	21ª	30/08/2004	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	6.448/2003	22ª	30/08/2004	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	2.178/2005	23ª		Res. 12, 01/04/2005	54, 04/04/2005
S	1		23ª	06/05/2005	Port. 157, 01/04/2005	54, 04/04/2005
N	–	7.133/2006	1ª geral e JEF	16/01/2007	Port. 503, 19/12/2006	231, 22/12/2006
N	–	185/2006	1ª	31/07/2006	Port. 369, 27/07/2006	135, 28/07/2006
N	–	8.329/2006	1ª geral e JEF	11/12/2006	Port. 459, 20/11/2006	211, 23/11/2006



Seção Judiciária	Localidade	Nomenclatura			
			Tipo	Competência	Quantidade de varas
Bahia	Feira de Santana	JEF Adjunto Previdenciária e Criminal – Feira de Santana		previdenciária e criminal	1
Bahia	Feira de Santana	JEF Adjunto Previdenciária e Criminal – Feira de Santana	3 – adjunto	previdenciária e criminal	1
Bahia	Guanambi	JEF Adjunto Cível e Criminal – Guanambi	3 – adjunto	plena	1
Bahia	Ilhéus	1º JEF Cível e Criminal – Ilhéus	3 – adjunto	plena	1
Bahia	Itabuna	JEF Adjunto Previdenciária e Criminal – Itabuna		previdenciária e criminal	1
Bahia	Itabuna	JEF Adjunto Cível e Criminal – Itabuna	3 – adjunto	plena	1
Bahia	Jequié	JEF Adjunto Cível e Criminal – Jequié	3 – adjunto	plena	1
Bahia	Juazeiro	JEF Adjunto Cível e Criminal – Juazeiro	3 – adjunto	plena	1
Bahia	Vitória da Conquista	JEF Adjunto Previdenciária e Criminal – Vitória da Conquista		previdenciária e criminal	1
Bahia	Vitória da Conquista	JEF Adjunto Previdenciária e Criminal – Vitória da Conquista	3 – adjunto	previdenciária e criminal	1
Bahia	Paulo Afonso	JEF Adjunto Cível e Criminal – Paulo Afonso		plena	1
Bahia	Paulo Afonso	JEF Adjunto Cível e Criminal – Paulo Afonso	3 – adjunto	plena	1
Distrito Federal	Brasília	1º JEF Criminal (Adjunto à 10ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Distrito Federal	Brasília	2º JEF Criminal (Adjunto à 12ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Distrito Federal	Brasília	23ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Distrito Federal	Brasília	24ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Distrito Federal	Brasília	25ª Vara JEF Cível	1 – vara	cível	1
Distrito Federal	Brasília	26ª Vara JEF Cível	1 – vara	cível	1



## Dados dos Juizados Especiais Federais

JEF virtual instalado	Quantidade de JEFs vituais	Processo	Vara	Data de instalação	Resolução/Portaria	Publicação no Boletim de Serviço
N	–	903/2007	1ª geral e JEF	15/10/2007	Port. 98, 26/04/2007	71, 26/04/2007
N	–	903/2007	1ª Geral e JEF	Prorrogada 17/12/2007	Port. 237, 11/10/2007	187, 11/10/2007
N	–	7.131/2006	1ª geral e JEF	27/11/2006	Port. 456, 10/11/2006	204, 13/11/2006
N	–		1ª	17/06/2005	–	
N	–	3.906/2006	1ª geral e JEF	28/11/2006	Port. 453, 10/11/2006	204, 13/11/2006
N	–	3.906/2006	1ª geral e JEF	27/06/2007	Port. 147, 26/06/2007	113, 27/06/2007
N	–	904/2007	1ª geral e JEF	21/05/2007	Port. 95, 13/04/2007	68, 23/04/2007
N	–	7.132/2006	1ª geral e JEF	01/03/2007	Port. 502, 19/12/2006	231, 22/12/2006
N	–	6.045/2006	1ª geral e JEF	04/12/2006	Port. 458, 20/11/2006	211, 23/11/2006
N	–	6.045/2006	1ª geral e JEF	Prorrogada 01/03/2007	Port. 47, 28/02/2007	34, 01/03/2007
N	–	905/2007	1ª geral e JEF	21/05/2007	Port. 097, 19/04/2007	69, 24/04/2007
N	–	905/2007	1ª Geral e JEF	13/08/2007	Port. 118, 23/05/2007	91, 25/05/2007
N	–	3.339/2001	10ª	15/04/2002	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
N	–	3.339/2001	12ª	15/04/2002	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	6.448/2003	23ª	15/04/2002	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	6.448/2003	24ª	27/02/2004	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	1.118/2005	25ª	02/03/2005	Res. 004, 28/02/2005	32, 28/02/2005
S	1	1.118/2005	26ª	02/03/2005	Res. 004, 28/02/2005	32, 28/02/2005

Seção Judiciária	Localidade	Nomenclatura			
			Tipo	Competência	Quantidade de varas
Goiás	Goiânia	1º JEF Criminal (Adjunto à 5ª Vara)	3 – Adjunto	criminal	1
Goiás	Goiânia	2º JEF Criminal (Adjunto à 11ª Vara)	3 – Adjunto	criminal	1
Goiás	Goiânia	1º JEF Cível, Transformada na 13ª Vara		cível	1
Goiás	Goiânia	JEF Cível	1 – vara	cível	1
Goiás	Goiânia	3º JEF Cível – Extinto	1 – Autônomo/ Universidade Católica	cível	1
Goiás	Goiânia	13ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Goiás	Goiânia	14ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Goiás	Aparecida de Goiânia	1º JEF Adjunto Cível e Criminal – Aparecida de Goiânia		plena	1
Goiás	Aparecida de Goiânia	JEF Adjunto Cível e Criminal – Aparecida de Goiânia	3 – Adjunto	plena	1
Goiás	Anápolis	JEF Adjunto Previdenciária e Criminal Anápolis	3 – Adjunto	previdenciária e criminal	1
Goiás	Anápolis	JEF Adjunto Cível e Criminal – Anápolis		plena	1
Goiás	Luziânia	1º JEF Adjunto Cível e Criminal – Luziânia	3 – Adjunto	plena	1
Goiás	Rio Verde	1º JEF Adjunto Cível e Criminal – Rio Verde	3 – Adjunto	plena	1
Maranhão	São Luiz	1º JEF Criminal (Adjunto à 1ª Vara)	3 – Adjunto	criminal	1
Maranhão	São Luiz	1º JEF Criminal (Adjunto à 2ª Vara)	3 – Adjunto	criminal	1
Maranhão	São Luiz	7ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Maranhão	Caxias	JEF Adjunto Cível e Criminal – Caxias	3 – Adjunto	plena	1
Maranhão	Caxias	JEF Adjunto Cível e Criminal – Caxias		plena	1





## Dados dos Juizados Especiais Federais

JEF virtual instalado	Quantidade de JEFs vituais	Processo	Vara	Data de instalação	Resolução/Portaria	Publicação no Boletim de Serviço
N	-	3.339/2001	5ª	01/04/2002	Res. 3 de 06.02.2002	30, 14/02/2002
N	-	3.339/2001	11ª	01/04/2002	Res. 3 de 06.02.2002	30, 14/02/2002
N	-		13ª			
N	-	1.245/2005	14ª	11/03/2005	Port. 102 , 09.03.2005	40, 10/03/2005
N	-			17/12/2002		
S	1	6.448/2003	13ª	26/02/2004	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	1.245/2005	14ª	11/03/2005	Res. 005, 28/02/2005	32, 28/02/2005
N	-	6.520/2006	1ª geral e JEF	15/01/2007	Port. 470, 30/11/2006	217, 01/12/2006
N	-	6.520/2006	1ª geral e JEF	Prorrogada 09/02/2007	Port. 10, 12/01/2007	5,15/01/2007
N	-	1.371/2007	1ª geral e JEF	27/06/2007	Port. 107, 03/05/2007	78, 08/05/2007
N	-	1.371/2007	1ª geral e JEF	Altera competência 11/06/2007	Port. 135, 08/06/2007	101, 11/06/2007
N	-	6.520/2006	1ª geral e JEF	27/11/2006	Port. 457, 10/11/2006	204, 13/11/2006
N	-	6.520/2006	1ª geral e JEF	12/02/2007	Port. 469, 30/11/2006	217, 01/12/2006
N	-		1ª	18/4/2002		
N	-		2ª	18/04/2002		
S	1	6.448/2003	7ª	18/04/2002	Res. 018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
N	1	6.112/2006	1ª geral e JEF	09/01/2007	Port. 408, 27/9/2006	176, 28/09/2006
N	-	6.116/2006	1ª geral e JEF	prorrogada 09/02/2007	Port. 5, 10/01/2007	4, 12/01/2007

Seção Judiciária	Localidade	Nomenclatura			
			Tipo	Competência	Quantidade de varas
Maranhão	Caxias	JEF adjunto cível e criminal – Caxias		plena	1
Maranhão	Imperatriz	1º JEF cível e criminal Adjunto – Imperatriz	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	1º JEF Criminal (adjunto à 4ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	2º JEF criminal (adjunto à 9ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	1ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	2ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	30ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	31ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Minas Gerais	Belo Horizonte	32ª Vara JEF	1 – vara	cível	1
Minas Gerais	Divinópolis	1º JEF previdenciário (adjunto à 1ª Vara)	3 – adjunto	previdenciária	1
Minas Gerais	Divinópolis	2º JEF previdenciário (adjunto à 2ª Vara)	3 – adjunto	previdenciária	1
Minas Gerais	Divinópolis	1º JEF cível e criminal (adjunto à 1ª Vara)		plena	1
Minas Gerais	Divinópolis	2º JEF cível e criminal (adjunto à 2ª Vara)		plena	1
Minas Gerais	Governador Valadares	1ª JEF adjunto cível e criminal – Governador Valadares	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Governador Valadares	2ª JEF adjunto cível e criminal – Governador Valadares	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Ipatinga	JEF adjunto cível e criminal – Ipatinga	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Juiz de Fora	1ª JEF cível – Juiz de Fora	3 – adjunto	cível	1
Minas Gerais	Lavras	JEF adjunto cível e criminal – Lavras	3 – adjunto	plena	1



## Dados dos Juizados Especiais Federais

JEF virtual instalado	Quantidade de JEFs vituais	Processo	Vara	Data de instalação	Resolução/Portaria	Publicação no Boletim de Serviço
N	-	6.116/2006	1ª geral e JEF	prorrogada 13/04/2007	Port. 27, 06/02/2007	19, 06/02/2006
N	-		1ª geral e JEF		-	
N	-	3.339/2001 e PA 2.127/2002	4ª	26/6/2002	Res. 3 de 06/02/2002	30, 14/02/2002
N	-	3.339/2001 e PA 2.127/2002	9ª	26/06/2002	Res. 3 de 06/02/2002	30, 14/02/2002
S	1	3.339/2001 e PA 2.127/2002 e PA 3.851/2005	1ª	15/10/2005	Res. 24, 01/09/2005	159, 02/09/2005
S	1	3.339/2001 e PA 2.127/2002	2ª	26/06/2002	Res. 3 de 06/02/2002	30, 14/02/2002
S	1	6.448/2003	30ª	29/03/2004	Infojef	230, 19/12/2003
S	1	6.448/2003	31ª	29/03/2004	Infojef	230, 19/12/2003
S	1	6.448/2003	32ª	29/03/2004	Infojef	230, 19/12/2003
N	-	1.347 e 5.488/2006	1ª	11/9/2006	Port. 396, 01/09/2006	160, 04/09/2006
N	-	1.347 e 5.488/2006	2ª	11/09/2006	Port. 396, 01/09/2006	160, 04/09/2006
N	-	1.347/2006	1ª	03/09/2007	Port. 194, 16/08/2007	148, 16/08/2007
N	-	1.347/2006	2ª	03/09/2007	Port. 194, 16/08/2007	148, 16/08/2007
N	-	2.197/2007	1ª	18/09/2007	Port. 133, 05/06/2007	101, 11/06/2007
N	-	2.197/2007	2ª	18/09/2007	Port. 133, 05/06/2007	101, 11/06/2007
N	-	2.198/2007	1ª geral e JEF	17/09/2007	Port. 162, 11/07/2007	123, 11/07/2007
N	-	5.895/2004 e PA 7.263/2004 e PA 2.053/2007	1ª previdenciária e JEF	12/08/2005	Res. 017, 20/12/2004	233, 23/12/2004
N	-	6.037/2006	1ª geral e JEF	01/11/2006	Port. 440, 27/10/2006	195, 27/10/2006



Seção Judiciária	Localidade	Nomenclatura			
			Tipo	Competência	Quantidade de varas
Minas Gerais	Montes Claros	JEF adjunto previdenciária e criminal – Montes Claros		previdenciária e criminal	1
Minas Gerais	Montes Claros	JEF adjunto previdenciária e criminal – Montes Claros	3 – adjunto	previdenciária e criminal	1
Minas Gerais	Passos	JEF adjunto cível e criminal – Passos	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Patos de Minas	JEF adjunto cível e criminal – Patos de Minas	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Pouso Alegre	JEF adjunto cível e criminal – Pouso Alegre	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Pouso Alegre	JEF adjunto previdenciária – Pouso Alegre		previdenciária (apenas por 1 ano)	1
Minas Gerais	São João Del Rei	JEF adjunto cível e criminal – São João del Rei	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	São Sebastião do Paraíso	JEF Adjunto Cível e Criminal – São Sebastião do Paraíso	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Sete Lagoas	JEF adjunto cível e criminal – Sete Lagoas	3 – adjunto	plena	1
Minas Gerais	Varginha	JEF adjunto previdenciária e criminal – Varginha		previdenciária e criminal	1
Minas Gerais	Varginha	JEF adjunto previdenciária e criminal – Varginha	3 – adjunto	previdenciária e criminal	1
Minas Gerais	Uberaba*	1º JEF cível e criminal – Uberaba	2 – autônomo com SD	plena	1
Minas Gerais	Uberlândia*	1º JEF cível e criminal – Uberlândia	2 – autônomo com SD	plena	1
Mato Grosso	Cuiabá	6ª Vara JEF cível e criminal	1 – autônomo	plena	1
Mato Grosso	Cáceres	JEF adjunto previdenciária e criminal – Cáceres	3 – adjunto	previdenciária e criminal	1
Mato Grosso	Cáceres	JEF adjunto previdenciária e criminal – Cáceres		previdenciária e criminal	1
Mato Grosso	Cáceres	JEF adjunto previdenciária e criminal – Cáceres		previdenciária e criminal	1
Mato Grosso	Rondonópolis	JEF adjunto cível e criminal – Rondonópolis	3 – adjunto	plena	1



## Dados dos Juizados Especiais Federais

JEF virtual instalado	Quantidade de JEFs vituais	Processo	Vara	Data de instalação	Resolução/Portaria	Publicação no Boletim de Serviço
N	-	6.382/2006	1ª geral e JEF	27/06/2007	Port. 108, 03/05/2007	78, 08/05/2007
N	-	6.382/2006	1ª geral e JEF	27/08/2007	Port. 129, 05/06/2007	99, 06/06/2007
N	-	2.201/2007	1ª geral e JEF	10/09/2007	Port. 132, 01/06/2007	101, 11/06/2007
N	-	6.745/2006	1ª geral e JEF	30/10/2006	Port. 432, 19/10/2006	190, 20/10/2006
N	-	2.199/2007	1ª geral e JEF	3/10/2007	Port. 159, 11/7/2007	123, 11/07/2007
N	-	2.199/2007	1ª geral e JEF	22/10/2007	Port. 247, 22/10/2007	193, 22/10/2007
N	-	6.135/2006	1ª geral e JEF	27/11/2006	Port. 455, 10/11/2006	204, 13/11/2006
N	-	E.A-2007/367-MG	1ª	10/09/2007	Port. 160, 11/07/2007	123, 11/07/2007
N	-	2.200/2007	1ª geral e JEF	06/08/2007	Port. 146, 26/06/2007	113, 27/06/2007
N	-	7.695/2006	1ª geral e JEF	01/08/2007	Port. 109, 3/05/2007	78, 08/05/2007
N	-	7.695/2006	1ª geral e JEF	04/09/2007	Port. 161, 11/07/2007	123, 11/07/2007
N	-	4.661/2004	destacado	pendente		
N	-	4.661/2004	destacado	pendente		
S	1	6.448/2003	6ª	16/04/2002	Res. 3 de 06/02/2002	230, 19/12/2003
N	-	2.195/2007	1ª geral e JEF	11/06/2007	Port. 110, 03/05/2007	78, 08/05/2007
N	-	2.195/2007	1ª geral e JEF	Prorrogada 03/12/2007	Port. 119, 22/05/2007	91, 25/05/2007
N	-	E.A-2007/1.115-MT	1ª geral e JEF	Prorrogada até ulterior deliberação	Port. 269, 30/11/2007	219, 03/12/2007
N	-	2.194/2007	1ª geral e JEF	15/10/2007	Port. 600-134, 06/06/2007	101, 11/06/2007

Seção Judiciária	Localidade	Nomenclatura			
			Tipo	Competência	Quantidade de varas
Mato Grosso	Sinop	JEF previdenciária e criminal – Sinop	3 – adjunto	previdenciária e criminal	1
Pará	Belém	1º JEF criminal (adjunto à 3ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Pará	Belém			criminal	1
Pará	Belém	2º JEF criminal (adjunto à 4ª Vara)	3 – adjunto	criminal	1
Pará	Belém	8ª Vara JEF cível	1 – vara	plena	1
Pará	Altamira	1º JEF adjunto cível e criminal – Altamira	3 – adjunto	plena	1
Pará	Castanhal	JEF adjunto previdenciário – Castanhal		previdenciária	1
Pará	Castanhal	JEF adjunto previdenciário e criminal – Castanhal	3 – adjunto	previdenciária e criminal	1
Pará	Marabá	1º JEF cível e criminal adjunto – Altamira	3 – adjunto	plena	1
Pará	Santarém	JEF adjunto cível e criminal – Santarém		plena	1
Pará	Santarém	JEF adjunto previdenciária	3 – adjunto	previdenciária	1
Piauí	Teresina	6ª Vara JEF cível e criminal	1 – vara	plena	1
Piauí	Teresina			plena	1
Piauí	Picos	1º JEF adjunto cível e criminal – Picos	3 – adjunto	plena	1
Rondônia	Porto Velho	4ª Vara JEF cível e criminal	1 – vara	plena	1
Rondônia	Ji-Paraná	JEF adjunto cível e criminal	3 – adjunto	plena	1
Roraima	Boa Vista	3ª Vara JEF cível e criminal	1 – vara	plena	1
Tocantins	Palmas	3ª Vara JEF cível e criminal	1 – vara	plena	1





## Dados dos Juizados Especiais Federais

JEF virtual instalado	Quantidade de JEFs vituais	Processo	Vara	Data de instalação	Resolução/Portaria	Publicação no Boletim de Serviço
N	-	2.214/2007	1ª geral e JEF	17/09/2007	Port. 131, 08/06/2007	101, 11/06/2007
N	-	3.339/2001 e PA 2.127/2002	3ª	05/04/2002	Res. 3 de 06/02/2002	30, 14/02/2002
N	-		3ª	16/02/2004	Infojef	
N	-	3.339/2001 e PA 2.127/2002	4ª	05/04/2002	Res. 3 de 06/02/2002	30, 14/02/2002
S	1	6.448/2003	8ª	05/04/2002	Res. 3 de 06/02/2002	230, 19/12/2003
N	-	6.036/2006	1ª geral e JEF	02/10/2006	Port. 409, 27/09/2006	176, 28/09/2006
N	-	6.036/2006	1ª geral e JEF	16/10/2006	Port. 410, 27/09/2006	176, 28/09/2006
N	-	9.252/2006	1ª geral e JEF	20/12/2006	Port. 493, 19/12/2006	229, 20/12/2006
N	-	7.348/2005	1ª geral e JEF	pendente		
N	-	7.348/2005	1ª geral e JEF	01/10/2007	Port. 163, 11/07/2007	123, 11/07/2007
N	-	7.348/2005	1ª geral e JEF	15/10/2007	Port. 226, 28/09/2007	180, 2/10/2007
S	1	5.617/2002 Ver PA 1.862/2007	6ª	8/4/2002	Res. 3 de 06/02/2002	230, 19/12/2003
S	1		6ª	13/02/2004	Infojef	
N	-	6.038/2006	1ª geral e JEF	04/12/2006	Port. 454, 10/11/2006	204, 13/11/2006
S	1	6.448/2003	4ª	03/04/2002	Res. 3 de 06/02/2002	230, 19/12/2003
		2.196/2007	1ª geral	01/04/2008	Port. 37 de 26/02/2008	36, 26/02/2008
S	1	6.448/2003	3ª	22/03/2004	600-018, 16/12/2003	230, 19/12/2003
S	1	493/2005	3ª	18/02/2005	600-002, 11/02/2005	22, 14/02/2005

# Legislação de criação das varas da Justiça Federal da Primeira Região

Produzida pela Divisão de Biblioteca  
Atualizada em 4 de outubro de 2007.



5 6

1.114

48

21

1.120

1.142

3





## Seção Judiciária do Estado do ACRE

Criação: Lei 5.010/1966, art. 3º

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 5.010/1966, art. 3º	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 6/1996, art. 1º
3ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 6/1996, art. 1º
4ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, I

## Seção Judiciária do Estado do AMAPÁ

Criação: Lei 8.251/1991, art. 1º

Implantação: Resolução 9/1992, art. 1º

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 8.251/1991, art.1º, III	Resolução TRF 1ª Região 9/1992, art. 2º
2ª	cível	Lei 8.251/1991, art.1º, III	Resolução TRF 1ª Região 5/1996, art. 1º
3ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, II

## Seção Judiciária do Estado do AMAZONAS

Criação: Lei 5.010/1966, art. 3º

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 5.010/1966, art. 3º	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 234/1982, art. 1º, 264/1984, art. 1º, e 293/1986, art.1º
3ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 8/1993, art. 1º
4ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, IV	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art.1º, parágrafo único
5ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, I
6ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, III

### Subseção Judiciária de TABATINGA

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, III



## Seção Judiciária do Estado da BAHIA

Criação: Lei 5.010/1966, art. 3º

Jurisdição: Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 5.010/1966, art. 3º	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	JEF adjunto criminal*	Lei 5.010/1966, art. 3º	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
3ª	cível	Lei 5.677/1971, art. 2º	Provimento CJF 64/1971, I, a
4ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
5ª	JEF**	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
6ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
7ª	cível/agrária	Lei 7.583/1987, art. 1º	Provimento CJF 311/1987, art. 1º
8ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 16/1992, art. 1º
9ª	JEF***	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
10ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
11ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
12ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
13ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
14ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
15ª	JEF****	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
16ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
17ª	JEF adjunto criminal	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
18ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
19ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
20ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, II
21ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, IV
22ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, IV
23ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-12/2005, art. 1º

\* Vara criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução 600-21, de 19/12/2003.

\*\* Vara cível convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução 600-11, de 01/4/2005.

\*\*\* Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução 600-24, de 01/09/2005.

\*\*\*\* Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução 3, de 06/02/2002, alterada pela Resolução 6, de 11/03/2002, 11, de 29/4/2002 e 14, de 29/05/2002, e de acordo com o Provimento 4, de 11/4/2002.

### Subseção Judiciária de BARREIRAS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-503/2006



#### Subseção Judiciária de CAMPO FORMOSO

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-369/2006

#### Subseção Judiciária de EUNÁPOLIS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-459/2006

#### Subseção Judiciária de FEIRA DE SANTANA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	previdenciária e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-98/2007

#### Subseção Judiciária de GUANAMBI

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-456/2006

#### Subseção Judiciária de ILHÉUS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º, parágrafo único	Provimento CJF 320/1987, art. 1º
JEF adjunto	plena	–	–

#### Subseção Judiciária de ITABUNA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-453/2006, alterada pela Portaria TRF 1ª Região 600-147/2007

#### Subseção Judiciária de JEQUIÉ

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-95/2007

#### Subseção Judiciária de JUAZEIRO

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-502/2006

**Subseção Judiciária de PAULO AFONSO**

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-97/2007, alterada pela Portaria TRF1 600-118/2007

**Subseção Judiciária de VITÓRIA DA CONQUISTA**

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	previdenciária e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-458/2006, alterada pela Portaria TRF1 600-47/2007

**Seção Judiciária do DISTRITO FEDERAL**

Criação: Lei 5.010/1966

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 5.010/1966	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	cível	Lei 5.010/1966	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
3ª	cível	Lei 5.677/1971, art. 2º	Provimento CJF 64/1971, I, a
4ª	cível	Lei nº 7178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
5ª	cível	Lei nº 7178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
6ª	cível	Lei nº 7178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
7ª	cível	Lei nº 7178/1983, art. 1º	Provimento CJF 268/1984, art. 3º
8ª	cível	Lei 7583/1987, art. 1º	Provimento CJF 338/1987, art.1º
9ª	cível	Lei 7583/1987, art. 1º	Provimento CJF 338/1987, art.1º
10ª	JEF adjunto criminal*	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
11ª	execução fiscal	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
12ª	JEF adjunto criminal	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
13ª	cível	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
14ª	cível	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
15ª	cível	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
16ª	cível	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
17ª	cível	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
18ª	execução fiscal	Lei 8.251/1991 , art. 2º, IV	Resolução TRF 1ª Região 17/1992, art. 1º
19ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, II
20ª	cível	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, II
21ª	cível	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, II
22ª	cível	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, II
23ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, V





24ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, V
25ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-004/2005, art. 1º, parágrafo único
26ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-004/2005, art. 1º, parágrafo único

\* Vara criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução 600-21, de 19/12/2003.

## Seção Judiciária do Estado de GOIÁS

Criação: Lei 5.010/1966

Jurisdição: Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 5.010/1966	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
3ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 268/1985, art. 1º
4ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 2º	Provimento CJF 272/1985, art. 1º
5ª	JEF adjunto criminal	Lei 7.583/1987, art. 2º	Provimento CJF 316/1987, art. 1º
6ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 2º	Provimento TRF 1ª Região 1/1989
7ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, III	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, III
8ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, III	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, III
9ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, III	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, III
10ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998, art. 1º, III	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, III
11ª	JEF adjunto criminal*	Lei 9.642/1998	Resolução TRF 1ª Região 18/1998, art. 1º, parágrafo único, II
12ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998	Resolução TRF 1ª Região 18/1998, art. 1º, parágrafo único, II
13ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, VI
14ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-5/2005, art. 1º, parágrafo único

\* Vara criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução 600-21, de 19/12/2003.

### Subseção Judiciária de ANÁPOLIS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-107/2007, alterada pela Portaria TRF1 600-135/2007

### Subseção Judiciária de APARECIDA DE GOIÂNIA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-470/2006, alterada pela Portaria TRF1 600-10/2007

### Subseção Judiciária de LUZIÂNIA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-457/2006

### Subseção Judiciária de RIO VERDE

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-469/2006

## Seção Judiciária do Estado do MARANHÃO

Criação: Lei 5.010/1966

Jurisdição: Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	JEF adjunto criminal*	Lei 5.010/1966	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	JEF adjunto criminal	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
3ª	cível/agrária	Lei 7.583/1987, art. 1º	Provimento CJF 326/1987, art. 1º
4ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 2º, I e II
5ª	cível	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 2º, I e II
6ª	cível	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 2º, I e II
7ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, VI

\* Vara criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução 600-021, de 19/12/2003.

### Subseção Judiciária de CAXIAS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-010/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-408/2006, alterada pela Portaria 600-005/2007 600-27/2007

### Subseção Judiciária de IMPERATRIZ

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 7.631/1987, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 24º de 16/11/95, art. 1º
JEF adjunto	plena	–	–



## Seção Judiciária do Estado de MATO GROSSO

Criação: Lei 5.010/1966  
Jurisdição: Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível/Agrária	Lei 5.010/1966	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984
3ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Provimento CJF 351/1987, art. 1º
4ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, IV
5ª	cível	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, IV
6ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, VIII

### Subseção Judiciária de CÁCERES

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	previdenciária e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-110/2007, alterada pela Portaria TRF1 600-119/2007

### Subseção Judiciária de RONDONÓPOLIS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-134/2007

### Subseção Judiciária de SINOP

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	previdenciário e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-131/2007

## Seção Judiciária do Estado de MINAS GERAIS

Criação: Lei 5.010/1966  
Jurisdição: Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	JEF**	Lei 5.010/1966, anexo I	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	JEF***	Lei 5.010/1966, anexo I	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
3ª	cível	Lei 5.010/1966, anexo I	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
4ª	JEF adjunto criminal*	Lei 5.677/1971, art. 2º	Provimento CJF 64/1971, I
5ª	cível	Lei 5.677/1971, art. 2º	Provimento CJF 64/1971, I
6ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
7ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º



8ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
9ª	JEF adjunto criminal	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
10ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
11ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 2º	Provimento CJF 272/1985, art. 1º
12ª	cível/Agrária	Lei 7.583/1987, art. 1º	Provimento CJF 322/1987, art. 1º
13ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Provimento CJF 322/1987, art. 1º
14ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Provimento CJF 322/1987, art. 1º
15ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, IV
16ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, IV
17ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, IV
18ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, IV
19ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, IV
20ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, IV
21ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 18/1998, art. 1º, parágrafo único, III
22ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 18/1998, art. 1º, parágrafo único, III
23ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 18/1998, art. 1º, parágrafo único, III
24ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 18/1998, art. 1º, parágrafo único, III
25ª	execução fiscal	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 18/1998, art. 1º, parágrafo único, III
26ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, V
27ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, V
28ª	previdenciário	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, V
29ª	previdenciário	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, V
30ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, IX
31ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, IX
32ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, IX

\* Vara criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução 600-21 de 19/12/2003.

\*\* Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução 600-024, de 01/09/2005 alterada pela Resolução 600-27, de 27/10/2005.

\*\*\* Vara Federal convertida em Vara de Juizado Especial Federal, de acordo com a Resolução 600-9/2003, de 09/09/2003.

### Subseção Judiciária de DIVINÓPOLIS

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-396/2006, alterada pela Portaria TRF 1ª Região 600-194/2007
2ª	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-396/2006, alterada pela Portaria TRF 1ª Região 600-194/2007



### Subseção Judiciária de GOVERNADOR VALADARES

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-018/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-133/2007
2ª	JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-133/2007

### Subseção Judiciária de IPATINGA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-162/2007

### Subseção Judiciária de JUIZ DE FORA

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	geral e JEF adjunto cível*	Lei 7.583/1987, art. 1º, parágrafo único	Provimento CJF 331/1987
2ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, V
3ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, IV

\* Provimento 16/2005, de 01/03/2005 – Regulamenta a redistribuição de processos decorrente da especialização da 1ª da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG em matéria previdenciária, com Juizado Especial Federal cível adjunto.

Vara cível especializada em matéria previdenciária, com Juizado Especial Federal cível adjunto, de acordo com Resolução 600-17 de 20/12/2004. Resolução 600-1, de 11/02/2005, dispõe sobre a especialização desta Vara cível.

### Subseção Judiciária de LAVRAS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-440/2006

### Subseção Judiciária de MONTES CLAROS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	previdenciária e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-108/2007, alterada pela Portaria TRF 1ª Região 600-129/2007

### Subseção Judiciária de PASSOS

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-003/2005, art. 1
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-132/2007

**Subseção Judiciária de PATOS DE MINAS**

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-432/2006

**Subseção Judiciária de POUSO ALEGRE**

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-159/2006

**Subseção Judiciária de SÃO JOÃO DEL-REI**

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-455/2006

**Subseção Judiciária de SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-160/2007

**Subseção Judiciária de SETE LAGOAS**

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-146/2007

**Subseção Judiciária de UBERABA**

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º, parágrafo único	Provimento CJF 315/1987, art. 1º
2ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único, VI
JEF	plena	–	–

**Subseção Judiciária de UBERLÂNDIA**

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 7.631/1987, art. 1º	Provimento CJF 356/1988
2ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º
3ª	cível	Lei 9.642/1998, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 4/1998, art. 1º, parágrafo único
JEF	plena	–	–





### Subseção Judiciária de VARGINHA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única JEF adjunto	geral e JEF adjunto cível e criminal previdenciária e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I –	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º Portaria TRF 1ª Região 600-109/2007, alterada pela Portaria 600-161/2007

## Seção Judiciária do Estado do PARÁ

Criação: Lei 5.010/1966

Jurisdição : Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 5.010/1966	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 264/1984, art. 1º
3ª	JEF adjunto criminal	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 295/1986, art. 1º
4ª	JEF adjunto criminal*	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 360/1988, art. 1º
5ª	cível/Agrária	Lei 8.251/1991, art. 2º, V	Resolução TRF 1ª Região 12/1994, art. 1º
6ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, VI
7ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, VI
8ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, X

\* Vara criminal especializada para processar e julgar crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, de acordo com a Resolução 600-21 de 19/12/2003.

### Subseção Judiciária de ALTAMIRA

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única JEF adjunto	geral e JEF adjunto cível e criminal plena – cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I –	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º Portaria TRF 1ª Região 600-409/2006

### Subseção Judiciária de CASTANHAL

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única JEF adjunto	geral e JEF adjunto cível e criminal previdenciária e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I –	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º Portaria TRF 1ª Região 600-410/2006, alterada pela Portaria 600-493/2006

### Subseção Judiciária de MARABÁ

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única JEF adjunto	geral e JEF adjunto cível e criminal plena	Lei 7.631/1987, art. 1º –	Resolução TRF 1ª Região 16/1996, art. 1º –

### Subseção Judiciária de SANTARÉM

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 7.583/1987, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 20/1995, art. 1º
JEF adjunto	previdenciária	–	Portaria TRF 1ª Região 600-163/2007, alterada pela Portaria TRF 1ª Região 600-226/2007

### Seção Judiciária do Estado do PIAUÍ

Criação: Lei 5.010/1966, art. 3º

Jurisdição : Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 5.677/1971, art. 15	Decreto-Lei 253/1967, art. 75
2ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 269/1984, art. 1º
3ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 7/1994, art. 1º
4ª	execução fiscal	Lei 9.788/1999, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, VII
5ª	cível	Lei 9.788/1999, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 2/1999, art. 1º, VII
6ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, XI

### Subseção Judiciária de PICOS

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º
JEF adjunto	plena – cível e criminal	–	Portaria TRF 1ª Região 600-454/2006

### Seção Judiciária do Estado de RONDÔNIA

Criação: Lei 7.030/1982, art. 1º

Jurisdição: Resolução TRF 1ª Região 600-17/2005

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 7.030/1982, art. 1º	Provimento CJF 250/1983
2ª	cível	Lei 7.178/1983, art. 1º	Provimento CJF 293/1986, art. 1º
3ª	cível	Lei 7.583/1987, art. 1º	Resolução TRF 1ª Região 7/1996, art. 1º
4ª	JEF	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, XII

### Subseção Judiciária de JI-PARANÁ

VARA	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
Vara Única	geral e JEF adjunto cível e criminal	Lei 10.772/2003, art. 1º, I	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2005, art. 1º



## Seção Judiciária do Estado de RORAIMA

Criação: Lei 8.251/1991

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 8.251/1991, art. 2º, II	Resolução TRF 1ª Região 8/1992, art. 1º
2ª	cível	Lei 8.251/1991, art. 2º, II	Resolução TRF 1ª Região 4/1996, art. 1º
3ª	JEF	–	Resolução TRF 1ª Região 600-18/2003, art. 1º, XIII

## Seção Judiciária do Estado do TOCANTINS

Criação: Lei 8.251/1991

VARAS	ESPECIALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	IMPLANTAÇÃO
1ª	cível	Lei 8.251/1991, art. 2º, I	Resolução TRF 1ª Região 6/1992, art. 1º
2ª	cível	Lei 8.251/1991, art. 2º, I	Resolução TRF 1ª Região 8/1996, art. 1º
3ª	JEF	Lei 8.251/1991, art. 2º, I	Resolução TRF 1ª Região 2/2005, art. 1º





Oratório do Tribunal Regional Federal da Primeira Região











